



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

CAMILA ANDRADE ZANIN

ATUAÇÃO DA IMPRENSA CAMPO-GRANDENSE
FRENTE À DESINFORMAÇÃO: uma análise de
conteúdo comparativo entre os jornais Correio do Estado e
Campo Grande News

Campo Grande - MS
MAIO / 2024



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



ATUAÇÃO DA IMPRENSA CAMPO-GRANDENSE FRENTE À DESINFORMAÇÃO: uma análise de conteúdo comparativo entre os jornais Correio do Estado e Campo Grande News

CAMILA ANDRADE ZANIN

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Comunicação. Área de concentração: Mídia e Representação Social.

Orientador(a): Prof. Dr(a). Taís Marina Tellaroli Fenelon

CAMILA ANDRADE ZANIN

**ATUAÇÃO DA IMPRENSA CAMPO-GRANDENSE FRENTE À
DESINFORMAÇÃO: uma análise de conteúdo comparativo entre os jornais Correio do
Estado e Campo Grande News**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de Concentração: Mídia e Representação Social. Linha de Pesquisa: Mídia, Identidade e Regionalidade.

Campo Grande - MS, 15 de maio de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Tais Marina Tellaroli Fenelon
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Marcos Paulo da Silva
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Thiago Cury Luiz
Universidade Federal de Mato Grosso

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todas as pessoas que tiveram
suas vidas ceifadas pela desinformação.

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa é a materialização de objetivos que estabeleci à mim mesma ao final da minha graduação. Agradeço meus pais, Cristiani e Itamar por todo suporte, apoio emocional e confiança durante esse período. Agradeço aos meus avós, Jaime, Weida, José e Rosa por desde criança terem me apoiado e me incentivado a seguir o caminho da educação, sempre me recebendo de braços abertos e me dando forças nos momentos de dificuldade. Por me ouvirem sempre que cheguei com aprendizados novos que queria contar. Essas seis pessoas foram responsáveis por fazer eu me apaixonar pelo processo de aprendizado, e me mostraram como a educação é de fato transformadora.

Assim como agradeço aos meus tios, Mariene, Rose, Marcelo, e Luís, e aos meus sogros, Eliana e Francisco pelas mesmas razões. Sempre me apoiando e me incentivando a seguir a trilha da educação e daquilo mais que meu coração alcançasse, de forma atenciosa e amorosa. Minha família é minha base e foi minha fortaleza para chegar até aqui.

Agradeço à minha orientadora, Tais Tellaroli, por confiar no meu trabalho e me auxiliar no desenvolvimento da pesquisa. O agradecimento se estende aos professores do PPGCOM, que são sempre atenciosos com os alunos, ajudam também nesse processo de direcionar e orientar para que sejam realizadas pesquisas com rigor e qualidade. Gratidão por ajudarem na lapidação do meu futuro como pesquisadora da área da comunicação.

Por fim – e não menos importante - agradeço a meu companheiro e parceiro de vida, Lucas, e a todas as minhas amigas e amigos que também tiveram papel essencial na minha caminhada, gratidão pelo apoio e pelo interesse em cada etapa deste trabalho. É senso comum que o trabalho do pesquisador pode ser solitário, mas o meu com certeza não foi. Não estive sozinha nenhum dia sequer. Me apoiaram nos meus piores momentos e celebraram todas as minhas conquistas comigo.

Agradeço a força criadora de todo universo por esse fluxo tão maravilhoso durante esses dois anos. É indescritível o número de vivências e aprendizados que tive. Gratidão a cada oportunidade concedida.

EPÍGRAFE

“A maioria dos maiores males que o homem infligiu ao homem veio do fato de as pessoas se sentirem bastante certas de algo que, na verdade, era falso” –

Bertrand Russell

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender de que forma o jornalismo local se posiciona frente ao fenômeno da desinformação a partir da análise do conteúdo de itens jornalísticos publicados nos jornais on-line Correio do Estado e Campo Grande News, situados no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Foi utilizada a palavra-chave “desinformação” para coletar todos os textos jornalísticos publicados nos dois portais nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023, sendo 89 publicadas no Correio do Estado e 183 no Campo Grande News, formando um *corpus* constituído por 272 textos jornalísticos analisados. O material gerou dados dos diferentes veículos que foram comparados entre si. Dentre os resultados encontrados, observou-se que o assunto é tratado de maneira distinta nos jornais analisados. O Correio do Estado tem um posicionamento frente à desinformação voltado principalmente à política nacional, mas pouco explora a temática da desinformação, com abordagem superficial, além de terceirizar o trabalho de checagem de fatos (parceria Projeto Comprova). Em contrapartida, o Campo Grande News apresenta um posicionamento incisivo frente ao fenômeno, visto que realiza apurações de acontecimentos locais envolvendo a questão, divulga iniciativas de enfrentamento locais, aborda diversas temáticas (saúde, política, educação, cultura, tecnologia) e publica textos de educação midiática. Foram encontrados em ambos formatos informativos e opinativos do jornalismo.

Palavras-chave: Jornalismo local; Desinformação; Correio do Estado; Campo Grande News

ABSTRACT

This research aims to understand how local journalism positions itself in the face of the phenomenon of disinformation based on the analysis of the content of journalistic articles published in the online newspapers Correio do Estado and Campo Grande News, located in the municipality of Campo Grande, Mato Grosso do Sul. The keyword “disinformation” was used to collect all journalistic texts published on the two portals in the years 2020, 2021, 2022 and 2023, with 89 published in Correio do Estado and 183 in Campo Grande News, forming a corpus consisting of 272 analyzed journalistic texts. The material generated data from different vehicles that were compared to each other. Among the results found, it was observed that the subject is treated differently in the newspapers analyzed. Correio do Estado has a stance towards disinformation focused mainly on national politics, but it does little to explore the topic of disinformation, with a superficial approach, in addition to outsourcing the *fact-checking* work (Project Comprova partnership). On the other hand, Campo Grande News presents an incisive stance towards the phenomenon, as it investigates local events involving the issue, publicizes local initiatives to combat it, addresses various topics (health, politics, education, culture, technology) and publishes texts of media education. They were found in both informative and opinionated formats of journalism.

Keywords: Local Journalism; Disinformation; Correio do Estado; Campo Grande News.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de matérias publicadas nos anos 2020, 2021, 2022 e 2023 pelos jornais Correio do Estado e Campo Grande News	243
Tabela 2: Quantidade de publicações por temática do jornal Campo Grande News nos anos 2020, 2021, 2022 e 2023	245
Tabela 3: Quantidade de publicações por temática do jornal Correio do Estado nos anos 2020, 2021, 2022 e 2023	247
Tabela 4: Organização dos dados que demonstram o posicionamento de cada jornal analisado de 2020 a 2023.....	253
Tabela 5: Classificação das dez reportagens do jornal Correio do Estado publicadas em 2020 nas categorias de contexto.	254
Tabela 6: Classificação das três matérias do jornal Correio do Estado em 2021 nas categorias de contexto.....	256
Tabela 7: Classificação das 30 matérias do jornal Correio do Estado em 2022 nas categorias de contexto.....	257
Tabela 8: Classificação das 46 matérias do jornal Correio do Estado em 2023 nas categorias de contexto.....	259
Tabela 9: Classificação das 46 matérias do jornal Campo Grande News em 2020 nas categorias de contexto	263
Tabela 10: Classificação das 40 matérias do jornal Campo Grande News em 2021 nas categorias de contexto	266
Tabela 11: Classificação das 47 matérias do jornal Campo Grande News em 2022 nas categorias de contexto	268
Tabela 12: Classificação das 50 matérias do jornal Campo Grande News em 2023 nas categorias de contexto	270
Tabela 13: Quantidade total de matérias publicadas pelo Correio do Estado e Campo Grande News em cada categoria de contexto nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023	272

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 : Uso de fontes nas notícias do Campo Grande News.....	244
Gráfico 2: Uso de fontes nas notícias do Correio do Estado.	246
Gráfico 3: Gêneros textuais encontrados (somatória dos dois jornais – CE e CGN).....	249
Gráfico 4: Quantidade de textos informativos em cada âmbito no Correio do Estado	251
Gráfico 5: Quantidade de textos informativos em cada âmbito no Campo Grande News.....	252

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: A notícia falsa de que Jair Bolsonaro foi eleito o político mais honesto do mundo, à frente de Barack Obama e François Hollande, foi difundida em 2016 pelo site de notícias falsas Folha Brasil que, no design, imita o jornal Folha de S. Paulo. O conteúdo foi, posteriormente, bloqueado pela Google.35
- Figura 2: Imagem anexada pelo Correio do Estado na notícia. Expõe como ocorre a construção de uma fake news - utilização do layout do site do jornal com desinformação sobre a Covid-19.75
- Figura 3: Nuvem de palavras do jornal Correio do Estado durante os quatro anos.262
- Figura 4: Nuvem de palavras do jornal Campo Grande News durante os quatro anos.....273

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAJI - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CE – Correio do Estado

CGN – Campo Grande News

EUA - Estados Unidos da América

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MIT - Instituto de Tecnologia de Massachusetts

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PT – Partido dos Trabalhadores

PL – Partido Liberal

RNCD - Rede Nacional de Combate à Desinformação

TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UND - União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	METODOLOGIA	20
3	CAPÍTULO 1 – A DESINFORMAÇÃO CONTEMPORÂNEA.....	28
	3.1 Desinformação e política: a mentira tem perna longa	28
	3.2 <i>Fake news</i> ou desinformação?	33
	3.3 Sociedade em rede: A Era da Desinformação	38
	3.4 Algoritmos e desinformação: a máquina do caos e do ódio.....	43
	3.5 Da relativização da verdade à era emocionada da pós-verdade	49
4	CAPÍTULO 2 – EFEITOS SOCIAIS E POLÍTICOS DA DESINFORMAÇÃO	56
	4.1 O controle da opinião pública e a fragmentação do debate	56
	4.2 O potencial pragmático da mensagem	58
5	CAPÍTULO 3 – AS FACES DO JORNALISMO FRENTE À DESINFORMAÇÃO.....	61
	5.1 O jornalismo como mercadoria	61
	5.2 O jornalismo local no enfrentamento à desinformação.....	65
	5.2.1 O valor da proximidade no jornalismo local	66
	5.3 Checagem de fatos.....	68
	5.4 Educação midiática	70
6	CAPÍTULO 4 – DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	73
	6.1 Correio do Estado (CE)	74
	6.2 Campo Grande News (CGN).....	127
7	CAPÍTULO 5 – RESULTADOS E DISCUSSÕES	239
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	274
	REFERÊNCIAS	280
	ANEXOS	293

1 INTRODUÇÃO

A alta profusão de desinformação no ciberespaço prejudica toda sociedade e contribui para a deslegitimação do jornalismo. Com o cenário pandêmico e a intensa polarização política, cria-se um campo ainda mais fértil para que conteúdos falsos circulem abruptamente nas plataformas digitais, incentivando mobilizações antidemocráticas, movimentos antivacina e negacionista, e a disseminação de informações distorcidas. O cenário de incertezas (e de busca por respostas rápidas) contribui para a disseminação de desinformações sobre diversos assuntos. O jornalismo local está imerso nesse ecossistema e convive com o desafio de lidar com a desinformação, ao mesmo tempo que sofre uma crise de confiança do público em relação à mídia tradicional.

Em 2018 a discussão sobre as notícias falsas ocupou a agenda política e midiática das eleições presidenciais brasileiras, um período de intensa polarização política no qual as plataformas digitais tiveram um papel decisivo. Conforme Cernov (2019), notícias falsas disseminadas com o auxílio de *bots*¹, foram usadas como estratégia base das campanhas eleitorais que alteraram, inclusive, a dinâmica da cobertura jornalística. Isso porque a decisão do ex-presidente Jair Bolsonaro de se recusar a participar de debates nas mídias tradicionais, deu visibilidade a ações que marginalizam ainda mais o jornalismo profissional. Em um país como o Brasil, cujo contexto da profissão já é precário (tal questão será aprofundada no capítulo 3), tem-se o tramite da PEC 206/2012 (volta da obrigatoriedade do diploma para a profissão) está parado a 15 anos na câmara. Como efeito dominó outros políticos e figuras públicas são incentivados a se relacionarem de forma direta com uma multidão de seguidores nas redes sociais, ao mesmo tempo que descredibilizam a imprensa, inclusive com ataques violentos de ódio físicos e digitais.

Pouco tempo depois, em novembro de 2019, foi registrado o primeiro caso de coronavírus (Covid-19) no mundo², e em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia³. A preocupação com as informações falsas foi alarmante, visto que prejudicaram a eficácia de programas, campanhas e iniciativas que visavam à saúde e o bem-estar dos cidadãos. Por essa razão, a Organização das Nações Unidas (ONU) junto a

¹ Aplicação de *software* utilizando robôs que simulam repetidamente uma ação humana com um mesmo padrão (Cernov, 2019).

² Disponível em: <https://exame.com/ciencia/primeiro-caso-de-covid-19-no-mundo-completa-dois-anos/>. Acesso em: 10 out. 2023.

³ Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2023.

OMS alertou que não se tratava de uma emergência apenas de saúde pública, mas de comunicação, classificando a situação como ‘infodemia’ para indicar o contexto de superabundância de conteúdos, tanto *on-line* quanto *off-line*, que dissemina informações falsas para minar a resposta de saúde pública e promover agendas alternativas com interesses particulares.

Durante o período pandêmico, o jornalismo foi considerado atividade essencial no país e no mundo pelos governos. Apesar do ódio destilado à imprensa, os profissionais se desdoblaram, muitas vezes em condições precárias, em busca da informação responsável para conter o avanço da doença. De forma contraditória às necessidades da crise sanitária, o Relatório da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) de 2020 registrou 428 casos de ataques aos profissionais da imprensa, o que representa um aumento de 105,77% em relação a 2019. No ano seguinte, em 2021, o relatório da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), apontou 453 registros de ataques contra comunicadores e meios de comunicação, e em 69% dos casos, a agressão foi provocada por agentes estatais.

Com a circulação massiva de informações falsas sobre a Covid-19, promoveu-se a ascensão de movimentos antivacina, negacionismo científico e teorias conspiratórias. As categorias de notícias falsas mais frequentemente encontradas nos primeiros seis meses de pandemia no Brasil são conteúdos de posicionamento político, desinformação sobre número de casos e óbitos e medidas de prevenção e de tratamento, campanhas antivacina e negacionismo científico que foram disseminadas, inclusive, por figuras políticas (Barcelos *et al.*, 2021).

Como salientam Del Bianco e Lima (2022), a dificuldade em nível nacional de contestar a desinformação já é um desafio para o jornalismo como um todo, e em nível regional o desafio é ainda maior. Isso porque a falta de iniciativas locais, poucos recursos e a escassez de financiamento tornam a tarefa desafiadora para os jornais interioranos fora do eixo hegemônico sul-sudeste do país. A crise dos meios regionais traz desafios às populações que estão em locais afastados dos grandes centros com relação ao consumo de desinformação.

Nessa linha, tanto o relatório da Reuters (2021) quanto o da Unesco (2020) destacam o papel da mídia local em cenários de crise, considerando-a como um canal de acesso às notícias da comunidade, vista como a melhor fonte quando se trata de assuntos de proximidade. A falta de enfrentamento à desinformação no âmbito regional pode abrir espaço para a disseminação de informação falsa no espaço público em nível local.

Nesse sentido, acrescenta-se à reflexão o elemento da regionalidade, uma vez que a pesquisa visa desvelar o posicionamento perante à desinformação dos portais on-line locais de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul (MS), Correio do Estado e Campo Grande News. Como aponta Lopes (2001), é necessário delimitar as escolhas levadas em conta em cada instância metodológica estruturada na pesquisa, uma vez que precisam ser justificadas a partir de critérios de caráter científico e não-aleatório. Nesse sentido, é pertinente justificar que a delimitação geográfica da pesquisa – centrada na cidade de Campo Grande, MS, localizada no Centro-Oeste do Brasil – se deu a partir de duas questões: 1) devido à proximidade geográfica com a instituição de ensino onde esta pesquisa foi desenvolvida; 2) pelo caráter interiorano da imprensa campo-grandense que, conseqüentemente, possibilita uma leitura de como os jornais locais entendem o fenômeno da desinformação contemporânea a partir da produção noticiosa no interior do Brasil.

Esta pesquisa se justifica pela atualidade e relevância do tema, especialmente para a área de comunicação regional. Calça-se na importância de ações de enfrentamento aos conteúdos falsos para a cidadania e desenvolvimento local, visando contribuir para o debate do jornalismo regional. Com o objetivo de compreender o fenômeno da desinformação a partir do olhar dos veículos de comunicação tradicionais em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, foram formuladas as seguintes perguntas como ponto de partida da pesquisa: Como o termo “desinformação” aparece nos itens jornalísticos (matérias informativas e textos opinativos) publicadas nos portais de notícia locais Correio do Estado e Campo Grande News? Como a desinformação é pautada nesses portais de notícia locais?

De acordo com o Atlas da Notícia (2022), Campo Grande conta com 96 veículos de comunicação dentre emissoras de televisão, jornais impressos, revistas, rádios e jornais *on-line*. Desse universo midiático, com abordagem predominantemente qualitativa, os objetos de estudo são os itens jornalísticos veiculados pelos jornais campo-grandenses Correio do Estado e Campo Grande News no período de 2020 a 2023 referentes à temática da desinformação. A escolha recaiu sobre o Correio do Estado e o Campo Grande News por serem portais que registram alta circulação entre os leitores no estado do Mato Grosso do Sul (este tópico da justificativa dos jornais será aprofundado na metodologia do trabalho).

O objetivo geral da pesquisa é compreender de que forma o jornalismo local de Campo Grande se posiciona frente ao fenômeno da desinformação. Os objetivos específicos são: 1) localizar nos estudos de Comunicação, e em áreas correlatas ao tema de pesquisa, subsídios para compreender como o jornalismo local de Campo Grande enfrenta o alto

volume de desinformação contemporânea; 2) verificar as dimensões da produção jornalística com relação às temáticas, gêneros jornalísticos, posicionamento editorial, enfrentamento e formas de uso do termo “desinformação”; 3) analisar comparativamente os dois portais de notícia, como ambos utilizam o termo “desinformação”, em qual contexto e com qual sentido.

Para atingir os objetivos da dissertação, utilizou-se o método da análise de conteúdo proposto por Bardin (1977) com acréscimo da perspectiva de Herscovitz (2007)⁴. A metodologia trata-se de um estudo exploratório de abordagem predominantemente qualitativa, que se propôs a analisar os objetos de estudo - matérias veiculadas pelos jornais campo-grandenses Correio do Estado e Campo Grande News no período de 2020 a 2023 referentes à temática da desinformação - utilizando, para análise dos dados, o método de investigação de análise de conteúdo com adaptações conforme a necessidade da pesquisa.

A investigação atenta-se às temáticas, gêneros jornalísticos, posicionamento editorial, enfrentamento e formas de uso do conceito para investigar e refletir acerca do posicionamento dos jornais locais Correio do Estado e Campo Grande News frente à desinformação no período de 2020 a 2023. O levantamento resultou em 277 itens jornalísticas, sendo cinco duplicadas idênticas, duas do Correio do Estado e três do Campo Grande News. Dessa forma, o *corpus* analisado é constituído por 272 textos jornalísticos. São 89 matérias do Correio do Estado, das quais 10 foram veiculadas em 2020, três em 2021; 30 em 2022; e 46 em 2023. No Campo Grande News foram coletadas 183 matérias, das quais 46 foram veiculadas em 2020, 40 em 2021; 47 em 2022; e 50 em 2023.

O primeiro capítulo do trabalho apresenta os conceitos da desinformação, desde os seus primeiros registros e como atualmente a verdade tornou-se relativa especialmente no âmbito da política e das redes sociais, chegando ao que hoje é chamada ‘Era da Pós-verdade’. Engloba a discussão conceitual dos termos desinformação e *fake news*, que são usados no cotidiano de forma errônea como sinônimos. Há um tópico dedicado à discussão sobre a (des)informação na sociedade em rede, a fim de ambientar as mudanças ocorridas na comunicação, e em especial, no jornalismo na era digital, fazendo um ponto de reflexão sobre a multiplicidade de emissores possibilitada pelas redes, a desintermediação do jornalismo e a consequente desordem informacional que assola os ambientes digitais, impactando a vida real.

⁴ Retirado do livro elaborado por Claudia Lado e Márcia Benetti (2007).

Posteriormente, é aprofundada a discussão que envolve a relação dos algoritmos com a “desinformação contemporânea”⁵.

O segundo capítulo aprofunda sobre a disputa pela opinião pública e o processo de fragmentação do debate que leva a polarização, e também é desvelado sobre a capacidade de configuração expressiva de um texto tornar-se pragmático, produzindo sentidos e efeitos negativos sobre o mundo real.

O terceiro capítulo se dedica ao jornalismo, em primeiro momento observado pela óptica do processo de transformação do jornalismo e da informação em mercadoria. Depois, elucida-se sobre a posição e o papel do jornalismo local, sua importância no contexto interiorano e as possibilidades de enfrentamento à desinformação dando ênfase à checagem de fatos e à educação midiática.

No capítulo quatro partiu-se para a descrição e análise de conteúdo dos 272 itens jornalísticos produzidas pelo Correio do Estado e Campo Grande News no período de 2020 a 2023, na qual foram observadas com atenção as unidades de registro e contexto, e posteriormente desenvolvidas categorias de contexto para agrupá-las, a fim de uma melhor compreensão de como o tema da desinformação aparece e é pautado nos itens jornalísticos publicados nos portais de notícia locais Correio do Estado e Campo Grande News.

O quinto capítulo ‘Resultados e discussões’ abarca a análise comparativa dos portais de notícias locais Correio do Estado e Campo Grande News. Por fim, as ‘Considerações Finais’ apresentam a partir do suporte teórico e análise comparativa dos portais que o tema da desinformação é tratado de forma distinta entre os veículos analisados. O Correio do Estado tem um posicionamento frente à desinformação voltado principalmente à política nacional, mas pouco explora a temática da desinformação, com abordagem superficial, além de terceirizar o trabalho de checagem de fatos (parceria Projeto Comprova). Em contrapartida, o Campo Grande News apresenta um posicionamento incisivo frente ao fenômeno, visto que realiza apurações de acontecimentos locais envolvendo a questão, divulga iniciativas de enfrentamento locais, aborda diversas temáticas (saúde, política, educação, cultura, tecnologia) e publica textos de educação midiática.

⁵ O termo é utilizado nesta pesquisa para designar a desinformação que circula pelo ciberespaço com o impulsionamento dos algoritmos que levam os usuários a percepções equivocadas acerca da realidade.

2 METODOLOGIA

Para responder às perguntas-chave propostas nesta pesquisa - Como o termo “desinformação” aparece nos itens jornalísticos (matérias informativas e textos do gênero opinativo) publicados nos portais de notícia locais Correio do Estado e Campo Grande News; e como a desinformação é pautada nesses portais de notícia locais? e alcançar os objetivos da dissertação, utilizou-se o método da análise de conteúdo proposto por Bardin (1977) com acréscimo da perspectiva de Herscovitz (2007).

A metodologia trata-se de um estudo exploratório de abordagem predominantemente qualitativa, que se propôs a analisar matérias veiculadas pelos jornais digitais de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Correio do Estado e Campo Grande News, no período de 2020 a 2023, referentes à temática da desinformação.

Os objetos de estudo - itens jornalísticos veiculados pelos jornais campo-grandenses Correio do Estado e Campo Grande News no período de 2020 a 2023 referentes à temática da desinformação - foram escolhidos pelas seguintes razões: 1) Correio do Estado, em razão de sua abrangência junto à população sul-mato-grossense e opinião pública. Possui uma tiragem média de 12 mil exemplares e alcança todas as regiões do Estado, distribuídos para 9 mil assinantes e em 32 cidades. O jornal Correio do Estado foi fundado em 7 de fevereiro de 1954, por José Barbosa Rodrigues, em Campo Grande (cidade até então do sul de Mato Grosso), com o objetivo de ser um informativo político, com fortes ligações com partido político União Democrática Nacional (UDN), de ênfase conservadora (Dal Moro, 2012). Teve o propósito político de apoiar e promover a candidatura de Fernando Corrêa da Costa (UDN), para governador do então Estado de Mato Grosso. O jornal também apoiou a presença dos militares no poder após os eventos de abril de 1964, descrevendo o ocorrido como "A revolução moralizadora que salvou esse país"; posteriormente, além do alinhamento à ideologia hegemônica favorável ao golpe civil-militar, verificou-se um posicionamento favorável ao governo de exceção (Gois, 2020). Em anos posteriores, o Correio do Estado, como um dos principais meios de comunicação da região, desempenhou um papel fundamental na formação das representações do Estado e de Campo Grande durante os movimentos divisionistas, contribuindo, inclusive, para a disseminação de referenciais simbólicos e culturais afeitos à “ideologia da cultura sul-mato-grossense” (RAPOSO, 2018).

Em atividade ininterrupta desde sua fundação, o jornal é um dos mais antigos ainda em circulação em Mato Grosso do Sul. Até 2003, pertenceu ao empresário Antonio João Hugo Rodrigues, que desempenhou um papel ativo na política do Estado, tendo sido

candidato a deputado estadual pelo Partido Trabalhista Cristão (PTC) em 2018 e a senador pelo PSD em 2014. Em 2003, a propriedade do jornal foi transferida para os atuais administradores, Marcos Fernando Alves Rodrigues, sobrinho de Antônio João, e Ester Figueiredo Gameiro (ex-mulher de Antônio João). De acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC, 2021), o jornal faz parte do grupo Correio do Estado de Comunicação, que inclui a TV Campo Grande (atualmente denominada SBT-MS, como afiliada ao Sistema Brasileiro de 27 Televisão), a Rádio Hora, a rádio FM Mega 94, o site de notícias Correio do Estado e a Fundação Barbosa Rodrigues. O jornal impresso possui seções fixas, como Política, Economia, Cidades, Esportes, Brasil, Mundo e Correio B. De acordo com o site de serviços *web analytics* Similar Web⁶, atualmente o número de acessos mensal (alcance) do site do Correio do Estado é de 1 milhão.

2) A segunda opção metodológica, foi a escolha do ciberjornal Campo Grande News. Criado em 4 de março de 1999, foi o primeiro jornal de Mato Grosso do Sul a ocupar a World Wide Web, concebido para veicular conteúdo especificamente voltado para o leitor da web – ou seja, não é uma extensão de um jornal impresso (Reino, 2006). Conforme Fortuna (2014), a inovação aconteceu por meio de uma parceria entre o empresário Miro Ceolim e o jornalista Lucimar Couto, para atender a migração de leitores assinantes de jornais e revistas para acesso gratuito aos sites de notícias que se tornavam mais conhecidos. Após publicar as primeiras matérias, veio uma surpresa: foram registradas 20.000 visitas em apenas um mês, e a produção precisou ser ampliada (Tellaroli, 2007). O portal de notícias conseguiu diminuir o tempo que os leitores levavam para ter acesso as notícias que aconteciam na cidade. Nesse sentido, o veículo foi escolhido como locus de análise por sua referência e influência no jornalismo local, constituindo o meio jornalístico mais acessado no contexto sul-mato-grossense, que de acordo com o site de serviços *web analytics* Similar Web, atualmente o número de acessos mensal (alcance) do site do Campo Grande News é de 4 milhões.

De acordo com David (2022), atualmente, a estrutura do veículo conta com uma equipe maior com variadas funções, dentre elas: jornalistas, fotógrafos, webmasters, motoristas, publicitários, estagiários e funcionários do setor administrativo. Na busca por atender a demandas dos internautas, o Campo Grande News detém de aplicativo, o “Campo Grande News Conteúdo de Verdade” que pode ser baixado e acessado pelos celulares, dessa forma seu conteúdo é amplamente difundido, e por último lançou a TV News onde é divulgada notícias da Capital em formato de vídeo. O conteúdo publicado é dividido em vinte

⁶ <https://www.similarweb.com>

e oito editoriais. As notícias publicadas no portal Campo Grande News são armazenadas em banco de dados internos e podem ser acessadas por meio do sistema de busca do site.

O método da análise de conteúdo de mídia surgiu nos EUA com Harold Laswell e Paul Lazarsfeld, que definiram a base teórica da análise de conteúdo da comunicação nas décadas de 20 e 30 do século XX, a partir do paradigma operacional formulando questões centrais ao estudo da comunicação, focalizadas inicialmente na propaganda: diz o que, para quem, em que medida e com que efeito? Para Laswell (1927; 2012) o método deveria descrever com objetividade e precisão o que era dito sobre um determinado tema em um determinado lugar e espaço.

É justamente o que a presente dissertação busca alcançar, descrever e compreender como o termo “desinformação” é tratado pela mídia local on-line de Campo Grande a partir dos veículos midiáticos selecionados. Enquanto Laswell e Lazarsfeld focaram nas análises de propaganda, Herscovitz (2007), define análise de conteúdo jornalística como:

Método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos, e imagens, impressas, gravadas ou veiculadas, em forma eletrônica ou digital, encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas mutuamente exclusivas e passíveis de replicação (Herscovitz, 2007 p. 126).

Para Herscovitz (2007) é essencial a integração dos campos qualitativo (avaliação do conteúdo latente a partir do sentido geral dos textos, do contexto, onde aparece, dos meios que o veiculam e/ou dos públicos aos quais se destinam), e quantitativo (contagem de frequência do conteúdo manifesto), formando um método com característica híbrida da análise de conteúdo.

Bardin (1977) argumenta que essa tendência da análise de conteúdo que promove essa integração entre duas visões auxilia a compreender não somente o significado aparente de um texto, mas também o significado implícito, o contexto onde ele ocorre, ao meio de comunicação que o produz e o público ao qual ele é dirigido.

Nessa lógica, Herscovitz (2007) explica que o método pode ser utilizado para detectar tendências e modelos de análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos, pois ao analisarmos a frequência com que situações, pessoas e lugares aparecem na mídia, podemos comparar o conteúdo publicado ou transmitido com dados de referência, além de servir também para:

Descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias e para comparar o conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas (Herscovitz, 2007, p.27).

Nessa linha, Bardin (1977) sustenta que a análise de conteúdo pode ser uma análise dos significados (exemplo: a análise temática), ou uma análise dos significantes (análise léxica, análise dos procedimentos). Com o tratamento descritivo no que diz respeito às características sistemática e objetiva, o investigador deve delimitar as unidades de codificação, ou as de registro. Quando existe ambiguidade na referenciação do sentido dos elementos codificados, é necessário que se definam unidades de contexto, superiores à unidade de codificação a fim de repô-las no seu contexto.

Herscovitz (2007) complementa que quase tudo que medimos na análise de conteúdo jornalístico são conceitos, ou seja, elementos abstratos que representam classes de fenômenos. Dessa forma, para trabalhar com esses conceitos é preciso especificá-los com precisão, estabelecendo os indicadores (presença ou ausência de certas características), as dimensões (proporção ou extensão de certas características) e os atributos (caráter de certas características) do que queremos medir, de modo que quem leu os resultados de uma análise de conteúdo conheça de antemão as categorias mutuamente exclusivas utilizadas pelo investigador. Trata-se do que a autora chama de

O método das categorias, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas, da mensagem. É, portanto, um método taxonômico bem concebido para satisfazer os colecionadores preocupados em introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente (Herscovitz, 2007, p.37).

Conforme Herscovitz (2007), as categorias servirão para orientar o investigador a ler as matérias em suas entrelinhas em busca do conteúdo latente do sentido geral do texto, observando ainda o contexto em que o tema está inserido, a linha editorial do jornal e, se possível, o público ao qual os editoriais são dirigidos (população sul-mato-grossense). Dessa forma, a postura dos jornais locais frente à desinformação será escrutinada sobre dois enfoques: a análise de conteúdo quantitativa e a qualitativa, que produziram resultados congruentes.

O caminho estabelecido para a dissertação segue etapas que integram levantamentos quanti e qualitativos. Conforme a denominação de Bardin (1977), foi realizada uma análise

dos significados, sobre a temática da desinformação. A unidade de registro (codificação) é a palavra “desinformação”, que foi grifada todas as vezes em que apareceu nos itens jornalísticos. Para realizar uma análise completa foi definida também a unidade de contexto, que no caso desta pesquisa são os parágrafos em que o termo está inserido.

A investigação atenta-se às **temáticas, gêneros jornalísticos, posicionamento editorial, frequência, enfrentamento e formas de uso do conceito** para investigar e refletir acerca do posicionamento dos jornais locais Correio do Estado e Campo Grande News frente à desinformação. O recorte empírico abrange matérias veiculadas por ambos jornais entre os anos de 2020 e 2023, contabilizando todos os gêneros encontrados (notícia, reportagem, checagem de fatos, artigos, colunas e enquetes).

A escolha dos quatro anos, a partir de 2020, foi devido ao primeiro ano de pandemia de Covid-19 no mundo. O ano de 2021 foi marcado no Brasil pelo início da vacinação, dois temas que foram alvo das mais diversas desinformações. O ano de 2022 faz parte da amostra pois foi ano de eleições presidenciais, não só por isso, mas por ter sido um período de intensa polarização política, representada nos à época candidatos à presidência - Lula e Bolsonaro - e rendendo um alto volume de desinformação. Já em 2023 foi marcado no início do ano por ataques antidemocráticos ao Congresso Nacional motivadas por desinformação, por ser o primeiro ano de mandato do presidente Lula e pela popularização da inteligência artificial. Além disso, esses dois últimos anos demonstram como a saúde foi afetada pelas desinformações dos dois primeiros.

Após a escolha dos jornais locais (por terem alto número de acessos) e do período de análise (recente, 2020 a 2023), iniciou-se o processo da coleta de dados, ou seja, a coleta dos itens jornalísticos que apresentam o termo “desinformação” pelo menos uma vez. A coleta de dados, por sua vez, se deu através de visitas aos bancos de dados dos dois jornais, Correio do Estado e Campo Grande News, sobre a temática do estudo (pesquisa on-line) e também no campo de busca de pesquisa avançada do Google (que permite estabelecer intervalo de tempo e outras especificidades da busca), utilizando a palavra-chave “desinformação”.

Conforme Bardin (1977), a pré análise possui três missões: a escolha dos documentos a serem analisados, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final. Neste estudo, essa etapa foi realizada com o intuito de selecionar o material que seria efetivamente analisado, excluindo-se as matérias repetidas (matérias com conteúdos exatamente iguais).

O levantamento resultou em 277 itens jornalísticos, sendo cinco duplicadas idênticas, duas do Correio do Estado e três do Campo Grande News. Dessa forma, o *corpus* é constituído por 272 textos jornalísticos que, a partir de uma leitura superficial, foram separados por gênero, utilizando-se a classificação proposta por Marques de Melo (1985). A referida classificação foi escolhida pelo didatismo e pelo fácil tratamento dos dados, como também pela credibilidade que apresenta, uma vez que o autor chegou a essa divisão após analisar as classificações europeia, norte-americana e hispano-americana, bem como pelo fato de se aplicar particularmente ao jornalismo brasileiro. Essa etapa resultou no agrupamento total dos dois veículos de 178 textos informativos (125 notícias, 3 reportagens, 47 checagens, 3 enquetes) e 94 textos opinativos (77 artigos, 17 colunas). São 89 matérias do Correio do Estado, das quais 10 foram veiculadas em 2020, três em 2021; 30 em 2022; e 46 em 2023. No Campo Grande News foram coletadas 183 matérias, das quais 46 foram veiculadas em 2020, 40 em 2021; 47 em 2022; e 50 em 2023. Esta pesquisa analisou toda a amostragem a fim de se fazer um estudo comparativo dos veículos.

Para organizar os dados coletados optou-se pela criação de tabelas ano a ano de cada jornal analisado, sendo, portanto, um total de quatro tabelas por jornal. As tabelas contêm respectivamente as seguintes informações sobre os itens coletados: SIGLA; GÊNERO (JORNALÍSTICO); TÍTULO; DATA DE PUBLICAÇÃO E EDITORIA.

Com relação à primeira coluna “SIGLA”, trata-se de um conjunto de siglas que foram criadas para representar as matérias, com o objetivo de facilitar a localização de determinadas informações e evitar a prolixidade. As siglas que representam as matérias do Correio do Estado são CE-1; CE-2... até C-89. E as siglas que designam as matérias do Campo Grande News são CGN-1; CGN-2; ... até CGN-183. As demais nomenclaturas dadas às colunas da tabela são auto explicativas sobre as informações que representam.

A partir da organização dos itens por tabelas, foi feita uma outra leitura das matérias, a qual Bardin (1977) chama de leitura exaustiva e que consiste na exploração do material a fim de se prosseguir para o tratamento dos resultados na “análise do conteúdo” (inferência e interpretação).

Depois dos dados organizados, foi feito o tratamento descritivo no que diz respeito às características sistemática e objetiva das unidades de análise. Dessa forma, as análises foram realizadas em ordem de publicação - cronológica dos meses do ano - e divididas por gênero jornalístico, sendo as de gênero informativo primeiro (notícia, reportagem e checagem), e em sequência as opinativas (artigos e colunas). A estrutura de análise dos itens jornalísticos é

padrão: data de publicação, título da notícia, breve explicação do tema da matéria, unidade(s) de registro e contexto(s), e por fim as análises e observações.

Após registrar os dados sistemáticos e as análises das primeiras impressões de cada matéria, buscou-se estabelecer os indicadores, dimensões e atributos do material analisado (temáticas, gêneros jornalísticos, posicionamento editorial, formas de enfrentamento e formas de uso - onde/como - do termo), definindo conceitos que foram medidos na amostra. A partir desta ação foi possível observar formas de uso semelhantes e agrupá-las em categorias.

Com a releitura das análises iniciais foi possível criar categorias de contexto exclusivas que foram utilizadas de acordo com a necessidade para investigar o posicionamento da mídia local frente à desinformação. O material separado resultou em oito agrupamentos de matérias: consequências, divulgação, problema, enfrentamento, governo, jornalismo, erro de conceito e ausência de argumentação.

- a. Relacionado às CONSEQUÊNCIAS - o agrupamento designa textos jornalísticos que o termo aparece relacionado às consequências judiciais/penais a propagadores de desinformação, e/ou a consequências da desinformação para a sociedade (como prejuízos, perdas);
- b. Relacionado à DIVULGAÇÃO - agrupamento de itens jornalísticos em que o termo aparece relacionado à divulgação de ferramentas, ações, propostas, projetos e resultados de enfrentamento à desinformação;
- c. Relacionado à PROBLEMA - agrupamento das matérias que usam o termo relacionado a alguma disfunção na sociedade, podendo representar obstáculo, barreira, incômodo, motivo, causa ou justificativa perante determinado acontecimento. Esse grupo pode ir desde situações mais complexas e que atingem toda a sociedade (como a queda da cobertura vacinal), até as mais simples e cotidianas.
- d. Relacionado à ENFRENTAMENTO - o agrupamento foi separado em dois subgrupos: a) direto - aqueles relativos aos pontos levantados pelo relatório da Unesco (2020), ou seja, parcerias, checagem de fatos e educação midiática; e b) indireto - outras formas jornalísticas que de algum modo contrapõe à desinformação (como a divulgação de pesquisas relevantes e atuais, posicionamento pró ciência, educação e vacinação, e a própria apuração jornalística de algum fato duvidoso específico);
- e. Relacionado à VALORIZAÇÃO/CRÍTICA AO JORNALISMO - trata-se do agrupamento de matérias que se posicionam de forma a valorizar o jornalismo profissional, ou criticar algum aspecto do mesmo (como a crítica ao sensacionalismo por exemplo).
- e. Relacionado ao GOVERNO - definiu-se que esse grupo é dedicado às matérias que discorrem sobre alguma questão da desinformação envolvendo o Governo Federal, seja no sentido de realizar uma manifestação ou crítica **ao** governo, ou feita **pelo** governo;
- f. Relacionado à ERRO DE CONCEITO - agrupamento dos itens jornalísticos que utilizaram o conceito de desinformação de forma errônea, como sinônimo de falta de

informação, confusão, ou erro de entendimento sobre determinada informação. Ocorre por vezes o uso do termo em acontecimentos e situações cotidianas, na qual acaba ocorrendo um erro de conceituação, porque são situações que não se tratam de desinformação politicamente motivada (*disinformation*), diferente do conceito de ausência de informação ou erro de compreensão/confusão (*mis-information*)

g. Relacionado à AUSÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE ARGUMENTAÇÃO - Há ainda este último agrupamento, matérias que utilizam o termo “desinformação” em títulos, subtítulos, indicado no corpo do texto como “centro do debate”, mas não desenvolvem argumentação envolvendo o termo, e nem termos semelhantes como informação falsa (logo, causa a impressão que foi utilizado para chamar atenção da audiência, afinal, o tema da desinformação está cada vez mais presente no debate público envolto de polêmicas).

A análise do corpus conta inicialmente com a contextualização e breve histórico de cada ano analisado, seguida das inferências e deduções possibilitadas pelo cumprimento das etapas anteriores. Para cumprir a totalidade do objetivo de compreender o posicionamento da mídia local de Campo Grande/MS frente à desinformação, foi realizada a análise comparativa de dois meios de comunicação digitais locais (Correio do Estado e Campo Grande News), na qual reconheceu-se os seguintes aspectos observados: 1) Temáticas e gêneros jornalísticos encontrados em cada jornal; 2) Formas de enfrentamento à desinformação; 3) Posicionamento editorial dos veículos analisados quando desmentem conteúdos (incisivo no enfrentamento ou distante e superficial) 4) Frequência de aparição do termo e; 5) Onde/como (em qual contexto e de que forma) o termo aparece e é utilizado.

Ademais, foram registradas as palavras que orbitam o termo desinformação em cada matéria, com o objetivo de criar nuvens de palavras, ferramenta que permite condensar informações-chave. Conforme Vilela, Ribeiro e Batista (2020) são representações gráfico-visual que possibilitam visualizar temas predominantes, facilitando a comunicação de ideias complexas, e simplificando a transmissão de informações. Nesse sentido, a formação das nuvens de palavras foi utilizada como técnica complementar à análise temática. Para tal construção, foi utilizado um programa gratuito que produz nuvem de palavras, o WordArt.

Os dados relacionados à classificação das matérias e outros relativos à sua distribuição foram organizados em tabelas e demonstrados através de estatística descritiva (números absolutos e percentuais). Os dados oriundos da leitura das matérias tiveram seus conteúdos analisados e descritos de forma textual, de acordo com o método de análise de conteúdo proposto por Bardin (1977) e Herscovitz (2007).

3 CAPÍTULO 1 – A DESINFORMAÇÃO CONTEMPORÂNEA

3.1 – Desinformação e política: a mentira tem perna longa

A história da desinformação e da mentira tem ligação intrínseca com a política. O uso da mentira como estratégia ocorre principalmente em embates ideológicos, guerras, disputas por poder, e busca por controle coercitivo e simbólico. Nesse caminho, o objetivo deste tópico é elucidar as raízes da desinformação com acontecimentos históricos no decorrer dos séculos que evidenciam a normalização (e a legitimação) da prática da mentira e da manipulação para diversos fins. A partir disso, refletir de forma crítica sobre as consequências da normalização da desinformação. O estudo do passado não serve para reforçar a normalização, ao contrário, é dessa forma que se compreende as consequências problemáticas no presente, possibilitando formas de mudar o *status quo*. Para tal, utiliza-se uma revisão bibliográfica com diversos autores, mas com ênfase na linha do tempo criada pela *International Center for Journalists - Um Breve Guia da História das Fake News* (Posetti; Matthews, 2018, tradução nossa).

De acordo com Santaella (2020), a mentira, a desinformação, a falsidade, e a manipulação sempre existiram na história da humanidade, não são fenômenos exclusivos da era digital, pois derivam das relações sociais entre indivíduos e das relações de poder que preconizam. D’Ancona (2018) aponta que a mentira é parte integrante da política desde que os primeiros seres humanos se organizam em tribos. Keyes (2004, p.25, tradução nossa), explica que “os antropólogos apontam para a importância da enganação nas sociedades primitivas quando lidavam com forasteiros”. Por isso, Prior (2019) destaca que a prática da desinformação é uma estratégia antiga recorrente nas batalhas políticas, utilizada principalmente nas táticas de guerra e nos conflitos militares para ludibriar o inimigo. A mentira serve, na maior parte das vezes, para tirar vantagem de outrem, ou para livrar a responsabilidade sobre algo.

Iniciando a linha do tempo da história da desinformação de acordo com Posetti e Matthews (2018), tem-se registros de que a mentira de caráter político tem sido utilizada desde a antiguidade. Nos séculos IV e V a.C. a desinformação era usada como arma política na Grécia e Roma antigas. Por exemplo, o sobrinho-neto do ditador romano Júlio César, Otávio Augusto (que se tornou o imperador romano Augusto) promove uma campanha de difamação contra Marco Antônio. Otávio acusava o amante da rainha egípcia Cleópatra de ser um “mulherengo bêbado” em breves inscrições espalhadas pela cidade, o que acarretou a

decaída de Marco Antônio do poder. Posteriormente, em 365 d.C., o teólogo Santo Agostinho escreveu o ensaio *De Mendacio* sobre a mentira, definindo-a como uma falsa declaração com desejo de enganar. Para o teólogo, a mentira é um ato desejado pela mente e depende da intenção do emissor, ou seja, ninguém mente com falta de intenção ou sem intenção de mentir.

Bauman (1998, p. 154) argumenta que na Idade Média (séculos V-XVI) “a sociedade esteve submetida à verdade absoluta da igreja e das escrituras sagradas”, resultando em assassinatos e torturas em “nome de Deus” contra aqueles que o poder dominante julgava necessário (como a caça às bruxas, a negação da ciência e a inquisição). O século XV foi marcado pelo potencial da prensa de Gutenberg, que deu a falsa impressão de que poderíamos entrar em uma era com mais esclarecimento e visibilidade para as “verdades da ciência” (Alves; Maciel, 2020). As inovações permitiram a impressão em massa de livros, mas, ao mesmo tempo, permitiu também que inúmeros panfletos espalhassem todo tipo de notícias falsas e desinformações motivadas pelos mais diversos interesses.

No início do período Renascentista e Barroco, no século XVI, existiam tratados que elevam a mentira, a simulação, a dissimulação, a arte do segredo e da ocultação como condição de princípios gerais de atuação política. Neste aspecto, Prior (2019) indica que a arte do engano e a falsificação deliberada sempre foram considerados meios para alcançar fins e objetivos políticos: “as técnicas de fazer não parecer aquilo que é foram uma característica da mentalidade comum da época, visíveis quer nas práticas de pequenos grupos religiosos e intelectuais, quer no que à ação política diz respeito” (Villari, 1987, *apud* Prior, 2019, p. 79). Uma obra clássica deste período é o livro “O Príncipe”, de Nicolau Maquiavel (2007, p.83), que aponta sobre a perspicácia dos príncipes que souberam “manobrar astuciosamente os espíritos dos homens são os que fizeram grandes coisas”, superando “aqueles que se fundaram na lealdade”. McGoey (2012) ressalta que os políticos se aproveitam do que chamou de “ignorância estratégica”, definida como a habilidade de explorar o desconhecimento para ganhar mais poder.

Segundo Posetti e Matthews (2018), em plena renascença italiana, o poeta Pietro Aretino tentou manipular o conclave papal de 1522 ao escrever sonetos com informações falsas contra todos os outros candidatos ao cargo, com exceção de Giulio de Médici, o patrono de Aretino. Contudo, a estratégia não funcionou e Adriano VI acabou sendo eleito. Pietro entrou para a história porque exibia os sonetos perto de uma estátua, o Pasquino, nas imediações da Praça Navona, em Roma. Por esta razão a palavra “*pasquim*” mais tarde

passou a ser usada para caracterizar veículos de comunicação que produzem informações falsas e sensacionalistas.

Conforme Prior (2019), nos séculos XVI e XVII os *pasquins* e as gazetas, conhecidas na França por *canards*, publicavam frequentemente boatos e rumores sobre as personalidades políticas da época, histórias de catástrofes, crianças violentadas, cadáveres cortados em pedaços, eclipses, entre outros. Durante a Revolução Francesa, os ilustradores inseriram o rosto da impopular rainha Maria Antonieta nas publicações, e ganharam assim uma nova vida como propaganda política intencionalmente falsa. Darnton (2017, *on-line*) observa que na época, a Inglaterra também era um terreno fértil para publicações falsas, onde a produção de "fragmentos falsos, semi-falsos e verdadeiros, porém comprometedores de notícias alcançou um pico em Londres, quando os jornais começaram a circular entre um público amplo".

No século XIX a configuração de uma nova modalidade de opinião pública deu um mergulho no cotidiano numa tentativa de espelhamento da realidade (Silva, 2021). Em 1833, surge nos Estados Unidos da América (EUA) o primeiro jornal de massas, o *The New York Sun*, que tratava de notícias relacionadas a “interesse humano”, pois muitos jornais da época limitavam seus assuntos à política. A narrativa detalhada de histórias reais, crimes, dramas, entre outros, era a principal inovação, e custava apenas um centavo, em inglês, um *penny* – surge daí a expressão *penny press*, utilizada para designar jornais baratos no estilo tabloide produzidos em massa nos EUA. Um caso simbólico envolvendo o *The New York Sun* ocorreu quando o jornal publicou uma série de textos sobre a “descoberta” de vida na lua, informação falsamente atribuída ao astrônomo conhecido da época John Herschel, com textos mirabolantes e completamente falsos que descreviam a geografia e animais na lua, o que chamou a atenção dos leitores e fez com que essas edições vendessem mais exemplares (Silva, 2021).

Com relação ao Brasil, Rocha (2013) aponta que os primeiros elementos de sensacionalismo foram os folhetins surgidos em 1840, inspirados nos jornais sensacionalistas estadunidenses. Mais tarde, na década de 1920, começam a aparecer os primeiros jornais diários que divulgavam manchetes recheadas de ilustrações e fotografias com os dramas e horrores da vida cotidiana. Conforme Rocha (2013, p.42), para atrair e vender mais, dedicavam-se a divulgar tragédias e acontecimentos espetaculares, que se tornaram sucesso de vendas, “notícias envolvendo roubos, crimes, incêndios, desastres, entre outros eram os principais chamarizes desses jornais”.

Retornando a história geral, Pellizzari e Barreto (2019) apontam que com a ascensão do nazismo em 1933, Joseph Goebbels, político alemão e Ministro da Propaganda na Alemanha Nazista entre 1933 e 1945, criou o ministério do Esclarecimento Público e da Propaganda e com isso o controle das mídias (televisão, rádio e impresso) passa a ser totalmente do governo militar, que dissemina mensagens falsas e incitadoras de ódio contra judeus. Contudo, esse controle não se remete apenas à mídia. A educação escolar, a cultura e todo escopo social foram tomados pelo nazifascismo à época. Pellizzari e Barreto (2019, p.9) relembram que “atribui-se a Goebbels a frase ‘uma mentira repetida mil vezes se torna verdade’, exemplificando o objetivo daqueles que não se valem da verdade para criar histórias”.

Simultaneamente, a Escola de Frankfurt na Alemanha e os pesquisadores e críticos da comunicação, entre eles Theodor Adorno e Max Horkheimer (2006), e Walter Benjamin (2018)⁷, interpretavam a ascensão do nazismo como um exemplo de fracasso da razão e da objetividade pelo qual se lutou no Iluminismo, apontando que a noção de realidade estava submetida ao regime totalitário nazifascista, que causou o genocídio de cerca de cinco milhões de judeus com o apoio da própria população, acarretando também a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Conforme Prior (2019), a palavra “desinformação” surge no período Entre Guerras (1918-1939). Os soviéticos cunham o termo russo “*dezinformatsia*” para se referir às campanhas de intoxicação que os países capitalistas lançavam contra a União Soviética. Na Grande Enciclopédia Soviética, o verbete indica a difusão por parte da imprensa de notícias falsas com o objetivo de confundir a opinião pública, referindo-se principalmente às campanhas anti comunistas e capitalistas contra os países comunistas e socialistas. Apesar dos soviéticos utilizarem a expressão como uma técnica imputada aos adversários políticos ideológicos, os serviços secretos e o governo soviético também utilizaram a desinformação de forma tática e estratégica (Prior, 2019).

Alves e Maciel (2020, p.6) relembram que os soviéticos ganharam fama pelas manipulações de imagens em um projeto de revisionismo histórico, que com suas formas deliberadas de falsificação ou apagamento daquilo que é considerado incômodo ou indesejável, “pode ser compreendido nesse sentido como uma ação política que, na tentativa de produzir no mundo a transformação pretendida, distorce fatos para que possam servir a determinados propósitos”. Breton (2001, p.27) define a manipulação como uma “ação

⁷ A data referida trata-se do ano de publicação das obras originais. Os documentos consultados para a pesquisa são as traduções mais recentes dessas obras, 2006 e 2018 respectivamente.

violenta e compulsória que priva de liberdade quem lhe é submetido”. Para Bucci (2019), trata-se de uma estratégia invisível aos olhos do público concebida para fazer crer naquilo que não é. A palavra manipulada é uma violência contra as democracias.

Em concordância com Alves e Maciel (2020, p.5), não é de hoje que a mentira e teorias conspiratórias circulam no coletivo social, “o fenômeno da desinformação tem uma dimensão claramente política, na medida em que pode moldar o que tomamos por realidade. Em contextos de guerra, a produção de mentiras para fins políticos é feita de modo ainda mais explícito”. Por esta razão, os autores apontam que regimes totalitários e políticos populistas têm esse esforço de reescrever fatos, que tendem a assumir contornos dramáticos, dando forma a uma mentira organizada e generalizada.

Um exemplo disso na história do Brasil foi o Plano Cohen⁸, uma fraude realizada pelo próprio governo para manter Getúlio Vargas no poder. Ocorreu em 1937, quando o chefe de Estado Goés Monteiro anunciou no programa radiofônico “Hora do Brasil”, a suposta descoberta de um plano que visava a derrubada de Vargas, e tinha sido arquitetada por um grupo do Partido Comunista e organizações comunistas internacionais. Com documentos apresentados para provar o plano, diante da “ameaça vermelha”, Vargas decreta estado de guerra, fortalecendo o poder do presidente da república, eliminava os partidos políticos e instituía pena de morte, autorizando invasão de domicílios, prisão e exílio de opositores, e permanece no poder com apoio popular até 1945. Em uma das crises do Estado Novo neste mesmo ano, Monteiro revela que o Plano Cohen não passou de uma farsa para justificar a permanência de Vargas no poder (Ângelo, 2013).

Segundo Santaella (2020), falsidade sempre houve e haverá, o que mudou são os ambientes para sua produção, difusão, contágio e disseminação. A diferença reside justamente na sua forma de propagação nos meios e plataformas digitais. Conforme Prior (2019, p.86), as práticas de manipulação da palavra e da imagem são recorrentes na sociedade contemporânea e entendidas como “técnicas ocultas do lado do emissor que moldam a informação com vista a despertar determinados efeitos nos receptores da mensagem, mas que são baseadas em pressupostos falsos, procurando manipular, intoxicar ou distrair a opinião pública”. É preocupante como o não fato é agora divulgado sem nenhum tipo de constrangimento, desde cidadãos comuns, até pessoas que ocupam altos cargos na hierarquia de poder, a começar por chefes de governo e de Estado.

⁸ Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/plano-cohen-uma-fraude-para-manter-vargas-no-governo.htm>. Acesso em: 7 abr. 2023.

3.2 *Fake news* ou desinformação?

De acordo com Del Bianco e Lima (2022), termos como “*fake news*”, “pós-verdade”, “bolhas de informação” e “desinformação” se tornaram extremamente atuais, pois são conceitos que representam a preocupação com a veracidade e confiabilidade das informações disseminadas no ciberespaço, as quais acabam formando grupos com opiniões baseadas em informações falsas ou imprecisas. Nesse sentido, este momento é dedicado a uma breve discussão conceitual sobre dois desses termos que ganharam popularidade nos últimos anos – *fake news* e desinformação. O objetivo principal é explicar a razão pela qual o termo “desinformação” é o mais coerente e, portanto, utilizado nesta pesquisa, e conseqüentemente contribuir para o avanço da discussão terminológica no ecossistema da desinformação.

A começar por um ponto prévio, tanto as *fake news* quanto a desinformação, em todas as suas nuances, são, em bom português, mentiras. Para Lopes (2019), são mentiras formuladas que têm objetivos específicos: desinformar, intoxicar, manipular e condicionar a opinião pública sobre algum assunto, além de confirmar e validar verdades individuais pré-concebidas, não raras vezes, preconceituosas.

Segundo Müzell (2020), com relação às chamadas *fake news*, é um termo que aparece na mídia ou na boca de políticos, em conversas informais ou até como gíria, e tornou-se extremamente corriqueiro e popular, empregado de forma generalizada e imprecisa na maioria das vezes. Nos últimos anos, o conceito foi popularizado por governos que se mantêm em luta contra a imprensa, e tenta sintetizar uma explicação para alguns problemas que a sociedade atual enfrenta com relação à política e a verdade factual principalmente no âmbito digital. Para Müzell (2020, p.21), por mais que o termo integre o cotidiano, “não compreende inteiramente o problema representado pela disseminação acelerada no ciberespaço de informações falsas, descontextualizadas ou fabricadas”.

Conforme Alves (2019), o termo *fake news* apresenta problemas de caráter epistemológico e teórico. É considerado um oxímoro (termo que expressa uma contradição em si mesmo), cuja principal característica deste aspecto está no paradoxo que a expressão “notícia falsa” encerra. Segundo Becker e Araújo (2021), a definição de notícia pressupõe que o relato jornalístico tem como princípio a enunciação da verdade do fato. Logo, não seria possível existir uma notícia falsa, mas sim algo que se assemelha ao formato de uma notícia.

Portanto, se as notícias em si não são tidas como falsas, as *fake news* poderiam ser então compreendidas como um hibridismo do gênero jornalístico, no qual a estrutura e o formato do texto são mantidos, buscando

garantir a credibilidade de uma determinada postagem para atrair o interesse do público, porém sem seguir os princípios de apuração do fato e de construção do acontecimento jornalístico. Esse hibridismo é decorrente não apenas do desenvolvimento e do uso de tecnologias digitais, mas da vontade do público de expressar opinião, desfazendo, conseqüentemente, a autoridade do jornalismo como enunciador exclusivo do presente em um contexto de engajamentos mais emocionais do que racionais com a informação noticiosa no ambiente convergente (Becker; Araújo, 2020, p.15).

Neste aspecto, a origem de tradução literal do termo em português, notícias falsas, traz consigo uma contradição: a palavra “*fake*”, tem o sentido de enganador, de ludibriar, feito de maneira a parecer o que não é. “Aquilo que é *fake* guarda uma intenção fingida cujo alvo é produzir no receptor um efeito de credulidade” (Santaella, 2020, p.5). A palavra, como adjetivo, altera a própria natureza do substantivo *news*, já que, em princípio, as notícias deveriam veicular apenas informações verídicas.

Como aponta Prior (2019), possivelmente essa seja uma das razões do porque se convencionou apelidar de *fake news* um tipo de informação inverídica ou fraudulenta, que mimetiza uma notícia, dos pontos de vista estético e estilístico, simulando novidade e conquistando, por isso, ampla visibilidade na nova economia da atenção das redes sociais digitais. “A expressão refere-se, principalmente, aos relatos inventados ou alterados difundidos com propósitos políticos, maquiados ou disfarçados de linguagem jornalística e que vão ao encontro das emoções dos indivíduos” (Prior, 2019, p.7).

Segundo Silva (2021), essa formatação de desinformação passa pelo reconhecimento de uma mimetização dos aspectos estéticos-expressivos da prática jornalística por parte dos atores sociais externos ao campo profissional sem valer-se propriamente de uma deontologia profissional, e da relação referencial com o terreno da verossimilhança. “Trata-se, por conseguinte, de uma problemática que se inscreve nas três dimensões das notícias: a estético-expressiva, a ético-política e a pragmática” (Silva, 2021, p.13).

O professor e jornalista português João Paulo Meneses (2018) elaborou um conceito próprio do fenômeno nesta mesma linha, mas que faz uma distinção importante, qual seja:

Fake news são notícias falsas nas quais existe uma ação deliberada para enganar os consumidores. Não coincide com o conceito de *false news*, que por sua vez, não partem de ação deliberada, mas de incompetência ou irresponsabilidade de jornalistas na forma como trabalham informações fornecidas por suas fontes (Meneses, 2018, p. 40).

De acordo com Antonioni (2019), o termo *fake news* obteve destaque no Brasil quando o Movimento Brasil Livre (MBL), liderado por jovens autointitulados “liberais”, ganhou

força na política em 2018. Conforme a apuração do jornal *El País*, o assassinato da vereadora e ativista política Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes em março de 2018, veio acompanhado de uma fábrica de informações falsas e boatos, sem qualquer base factual. A partir das falas mentirosas da desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) Marília Castro Neves, alguns atores da direita radical do MBL se utilizaram do ecossistema da desinformação, de forma que passaram a protagonizar uma campanha ativa difamatória com informações falsas a respeito de Marielle, relacionando a vereadora ao tráfico e crime organizado do Rio de Janeiro (Antonioni, 2019).

Segundo matéria publicada pelo G1 em 25 de julho de 2018, foram utilizadas contas falsas para facilitar a divulgação das *fake news*, os conteúdos enganosos foram compartilhados em massa nas redes sociais digitais e aplicativos de mensagens instantâneos, principalmente *Facebook* e *WhatsApp*. Alguns meses depois o MBL teve perfis desativados pelo *Facebook* por violação da política de autenticidade. A rede social comunicou que desativou 196 páginas e 87 contas do Brasil por participação em uma rede coordenada de desinformação que se ocultava com o uso de contas falsas.

Outro caso também exposto pelo *El País* foi no ano de 2018, quando páginas e grupos de mobilização *on-line* de apoio ao candidato Jair Bolsonaro, que na época fazia parte do Partido Social Liberal (PSL), divulgaram mentiras camufladas como notícias, falsos apoios de celebridades à campanha de Bolsonaro e vídeos propagandísticos que procuravam desmentir as notícias desfavoráveis à sua campanha. A Figura 1 abaixo representa um exemplo:

Figura 1. A notícia falsa de que Jair Bolsonaro foi eleito o político mais honesto do mundo, à frente de Barack Obama e François Hollande, foi difundida em 2016 pelo site de notícias falsas Folha Brasil que, no design, imita o jornal Folha de S. Paulo. O conteúdo foi, posteriormente, bloqueado pelo Google.



Fonte: (Prior, 2019, p.16)

Por isso, essas “notícias” intencionalmente criadas, são compartilhadas e reproduzidas, na maioria das vezes, sem a consciência de que são falsas por milhares de usuários. Nessa

linha de pensamento, Alves e Maciel (2020) apontam que o fenômeno contemporâneo das *fake news* deve ser compreendido como produção de combate, voltada para corroborar narrativas pré-estabelecidas e fortalecer uma determinada posição.

As pessoas deixam de se perguntar se a notícia é verdadeira ou falsa. Estão ainda menos preocupadas se os fatos estão bem assentados, ou se a fonte é confiável. A única coisa que importa é se a notícia favorece sua posição em um contexto polarizado. Assim, produzimos e fazemos circular informações de maneira entrincheirada, usando notícias e manchetes como armas no meio de um campo de batalha (Alves, Maciel, 2020, p.10).

Alves e Maciel (2020) ressaltam que as *fake news* só possuem esse potencial tão amplo de disseminação devido ao contexto cultural e político radicalizado e polarizado.

O contexto cultural e político propício que vivenciamos em grande parte do mundo, marcado por radicalizações políticas e por uma espécie de guerra ideológica que divide a sociedade em grupos antagônicos e rivais. Esse contexto está marcado por grandes incertezas e medos diversos, por crises econômicas cíclicas e pela desconfiança nas instituições políticas e midiáticas. Um terreno fértil para que todo tipo de discurso de ódio, teorias da conspiração e campanhas difamatórias ganhe maior proporção (Alves, Maciel, 2020, p.8).

Conforme Ripoll e Matos (2017, p.3), é preocupante tal situação, visto que “fomentam a formação de opiniões nos cidadãos que são construídas baseadas em informações falsas, imprecisas e enganosas”. Bucci (2019, p.41) pontua que elas falsificam o relato jornalístico, inaugurando uma modalidade de “mentira pós imprensa”, e considera que as *fake news* “agem contra a democracia em toda parte do planeta” com o propósito de lesar os direitos do público, pois “tapeiam o leitor em diversas áreas: na política, na saúde pública, no mercado de consumo, na ciência”.

A descentralização da comunicação, ou desintermediação, está no cerne da ascensão de radicalismos ao redor do mundo. Este processo de deslegitimação, afiançado por figuras políticas e pelo uso das plataformas, acirra conflitos entre leitores, e entre leitores e veículos de imprensa, em ações marcadas pela desinformação. De acordo com Ripoll e Mattos (2017), formam-se grupos de militantes “zumbificados” nas plataformas digitais que repassam mensagens enganosas para seus grupos de afinidade, mas que acreditam serem verídicas.

Como apontado anteriormente, *fake news* é um termo em discussão que faz parte do ecossistema da desinformação. Contudo, percebe-se a dificuldade generalizada de compreensão do fenômeno, a definição não é consensual entre os autores, o que gera diversos

tipos de distorções nas medidas de combate, bem como na redação de legislação específica. Segundo Prior (2019), além disso, a vulgarização do conceito fragiliza o jornalismo tradicional, pois a expressão passa a ser amplamente utilizada por parte de políticos para desqualificar notícias que não os beneficiam.

Nesse sentido, as abordagens de desinformação propostas por Wardle e Derakhshan (2017), carregam, de partida, uma crítica à operacionalização do termo *fake news*, e dividem o conceito de desordem informacional em três categorias, 1) *misinformation* para referir-se a uma informação falsa, mas sem intenção de causar prejuízo. As quais se incluem erros não intencionais, nomeadamente os erros jornalísticos que ocorrem no dia a dia em redações frenéticas com profissionais exaustos e, não raras vezes, em situações de clara precariedade; 2) *disinformation* para conteúdos propositadamente falsos, fabricados por verdadeiras agências de mentiras, empresas especializadas com motivações comerciais, mas também políticas, ideológicas, econômicas ou outras, com uma intencionalidade evidente de causar dano a alguém, a algum grupo, a alguma instituição, a algum país, difamar, agredir, manipular; e 3) *mal-information* quando a informação é factualmente verdadeira, mas divulgada com o propósito malicioso, embora os objetivos sejam semelhantes aos do ponto anterior, os conteúdos são reais, mas manipulados, retirados de contexto.

Como esta pesquisa se refere a qualquer forma de desinformação configurada na sociedade contemporânea, formada por uma miríade de conteúdos não confiáveis que traz inúmeras implicações para mídia tradicional, "desinformação" parece ser um conceito que melhor traduz a complexidade do fenômeno e a abrangência de formatos em que se apresenta, ao contrário de *fake news*, que ainda se vê muito frágil no consenso de conceituação.

Sugere-se utilização de "desinformação" como termo guarda-chuva, pois este designa qualquer conteúdo enganoso de acordo com o relatório *Social Media, Political Polarization, and Political Disinformation: A Review of the Scientific Literature*, da *Hewlett Foundation*. A expressão é adotada para englobar "toda informação encontrada on-line que pode levar a percepções erradas sobre o real estado do mundo" (TÜCKER *et al.*, 2018, p. 3, *apud* MÜZEL, 2020, p.28), que engloba toda forma de enganação, manipulação e dissimulação dentro ou fora das redes. Pela revisão bibliográfica, *fake news* poderia se encaixar dentro do guarda-chuva como um conceito mais específico, para um leque de situações mais pontuais.

3.3 Sociedade em rede: A Era da Desinformação

Dentre as inovações que surgiram durante o período da Guerra Fria (1947-1991), a criação da Internet em 1969 originou um novo meio de comunicação capaz de criar conexões em rede e interligar pessoas de forma global. Na década de 90, surge a *World Wide Web* – conhecida como “www” ou *web* – potencializando a Era Digital com a diminuição dos custos de produção e aumento de conteúdo. A partir da década de 1990, a preocupação tecnológica tem sido foco de discussões acadêmicas e empresariais exatamente pelo seu potencial de ruptura sobre processos industriais consolidados nos campos jornalístico e das mídias em geral. Taís Tellaroli (2017) explica que, conforme o número de usuários foi crescendo, “houve aprimoramento no uso e exploração do design e da plataforma tecnológica, criação de novos serviços, a Internet ganhou um caráter mais participativo e passou a ser chamada de *social media* ou *Web 2.0*” (Tellaroli, 2017, p.9). Os usuários passam a ter a “oportunidade de escolher o conteúdo que querem ver, ler ou ouvir, diferente da televisão e do rádio que ditam o quê, quando e onde as pessoas irão receber conteúdo” (Tellaroli, 2017, p.10).

Correia (2008) aponta que a Internet, mais especificamente a *web 2.0*, possibilita uma multiplicidade de emissores conectados pelas redes:

Se, antigamente, o poder de transmitir informação estava reservado apenas a um pequeno nicho de entendidos, atualmente, esta pertence a todos quantos tiverem disponibilidade e vontade de informar. Queremos com isto dizer que, anteriormente, apenas certos cidadãos tinham a possibilidade de gerar informação e transmitir notícias, mas contemporaneamente o mesmo não se verifica. A informação pertence a quem a encontra e pode ser transmitida por todos, necessitando, para tal, apenas de uma ligação à Internet (Correia, 2008, p.5, tradução nossa).

A Internet espalhou-se pelo mundo, as tecnologias digitais adentraram os lares e tornaram-se ferramentas cada vez mais íntimas dos cidadãos. Nesta perspectiva, Manuel Castells (1996), em seu livro “A Era da Informação”, discute os impactos da inserção dos aparelhos digitais e da Internet na sociedade, e atenta-se que o bom funcionamento social passa a depender do bom uso dessas ferramentas. Castells (1996) conceituou então de “Sociedade em Rede” o corpo social contemporâneo, que cria e utiliza as Tecnologias da

⁹ O termo *Web 2.0* foi definido por Tim O’Reilly (2005) para designar a rede como plataforma, abrangendo todos os dispositivos conectados, e *softwares* como um serviço continuamente atualizado, que fica melhor quanto mais as pessoas usam (Tellaroli, 2017).

Informação e Comunicação¹⁰ (TICs) de forma ampla nas relações culturais, políticas, sociais, econômicas e midiáticas. A interação entre os modelos das novas tecnologias e a organização social resulta em uma estrutura social baseada em fluxos de informação em redes de abrangência mundial, que não se limitam às fronteiras físicas existentes entre países. Media relações de comércio, divulgação de conteúdos informativos e de entretenimento, tornando-se um canal de relacionamento entre pessoas de diversas localidades (Castells, 1996).

Pensando nesse campo comunicacional, Lev Manovich (2000) pesquisou acerca dos impactos das TICs sob a perspectiva dos meios de comunicação de massa. Conceituou de “nova mídia” as possibilidades e formas culturais de produção, consumo e distribuição de conteúdo na rede e o movimento da mídia tradicional nesse âmbito. Mendes (2005) verifica os efeitos da “revolução computacional” no âmbito midiático, e percebe que este encontro interdisciplinar entre computação e comunicação provoca mudanças relevantes nos dois campos, “mas é a mídia que vai passar por transformações mais radicais, uma vez que é a própria natureza da informação que é modificada na sua transformação em *bytes*” (Mendes, 2005, p.1).

Pesquisadores como Palácios (2003), Mielniczuk (2003), Salaverría e Negredo (2008) observaram as novas manifestações jornalísticas no ambiente digital no início dos anos 2000 e, em confluência, apontaram que o jornalismo digital possuía ao menos três características fundamentais: a hipertextualidade, a multimídia e a interatividade. Outras características foram acrescentadas por Palácios (2003): a instantaneidade, a memória e a personalização. De acordo com Silva (2021), com o arraigamento da plataforma e da lógica algorítmica das redes sociotécnicas¹¹ na segunda década dos anos 2000, porém, os fenômenos da personalização e da interatividade no jornalismo ganharam contornos ainda mais delineados.

Nesse sentido, a evolução da Internet e das tecnologias digitais na virada do século XX para XXI, tornam-se obstáculos no caminho de legitimação do jornalismo: a abertura do universo digital desloca o lugar protagonista da mídia tradicional como distribuidores de

¹⁰ A expressão refere-se ao papel da comunicação na tecnologia da informação. São todos os meios técnicos usados para tratar a informação e auxiliar na comunicação, incluindo o *hardware* de computadores, rede e telemóveis. As TICs representam uma força determinante do processo de mudança social (Coelho, 1986).

¹¹ Entende-se por rede sociotécnica uma das formas nas quais uma rede social pode se desenvolver, isto é, aquela na qual a tecnologia oferece a estrutura para a sustentação das relações sociais que se estabelecerão. Constitui-se, assim, uma rede sociotécnica, uma vez que não se trata apenas de uma rede de computadores, tampouco de um aglomerado de pessoas, mas de uma interconexão de seres humanos – uma rede social – possibilitada pelas tecnologias, onde o universo de interfaces se estabelece de forma peculiar, inclusive – e sobretudo – nas relações entre os indivíduos (Silva, 2021).

informação e notícias da sociedade, e passa a compartilhar este espaço com outros *players* e narrativas paralelas. Conforme Recuero (2009), esta nova engenharia social veio acompanhada da desintermediação das fontes, deslocando os veículos de legado de seu papel de mediadores da informação.

De acordo com Tellaroli (2017), o divisor de águas entre as mídias tradicionais e *on-line* foram as novas características trazidas pela tecnologia para divulgação de informações e convergência das mídias. Este contexto intimidou os meios de comunicação tradicionais, de maneira geral, com a possibilidade de serem engolidos pela nova tecnologia, e por isso aportaram-se na rede para garantirem mais uma forma de lucro, ocupar o espaço digital com o conteúdo e manter a audiência que migra para estes novos formatos. Antes da ascensão da sociedade em rede, a competência de produção, circulação e efeitos de sentido sobre os acontecimentos ficavam restritas aos meios de comunicação de massa que funcionavam de maneira centralizada, unidirecional e verticalizada. Em compensação, a chamada “Era da Informação” é marcada por um paradigma comunicacional cujo modelo é multidirecional e horizontal, de todos para todos.

A popularização dos dispositivos móveis acelera ainda mais o acesso e disseminação de conteúdo neste modelo horizontal de comunicação “todos para todos”. De acordo com Alves e Maciel (2020), quando comercializados em larga escala, modificam a comunicação e o contato com a informação, pois tornam a Internet uma ferramenta de “fácil” acesso, portátil e ubíqua. As pessoas podem ter na palma da mão funções que antes pertenciam “aos meios de comunicação tradicionais, às cartas, à calculadora, ao relógio, ao telefone fixo e às enciclopédias, o que modifica radicalmente a relação com o mundo à nossa volta” (Alves, Maciel, 2020, p.6). Para Scolari *et al.* (2009), do ponto de vista do estudo dos meios (*media studies*), os “dispositivos móveis podem ser considerados como um ‘novo’ novo meio” (Scolari *et al.*, 2009, p.53), pois possuem sua própria gramática, práticas de produção, dinâmicas de consumo e modelos de negócio específicos e alteram a paisagem midiática.

O novo ecossistema comunicacional que se estabeleceu a partir da tecnologia digital e das plataformas interativas associadas aos dispositivos digitais móveis e a Internet promove transformações na produção e propagação de informações na sociedade do século XXI (Castells, 1996; Recuero, 2009). Por um lado, Lemos (2002) observa a interação entre tecnologias e a sociabilidade na infraestrutura do ciberespaço de forma positiva, que para Lévy (1999) é o que representaria a nova ágora dos debates políticos, no sentido de possibilitar aos usuários flexibilidade, interatividade, troca de informações em tempo real,

ampliação de conexões e a criação de redes cada vez mais interativas, um “novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado de informação e do conhecimento” (Lévy, 1999, p. 32).

Por outro lado, apesar das possibilidades de uso dos recursos de forma útil, educativa e de democratização de acesso à informação de qualidade, o escritor, filósofo e crítico do papel das tecnologias no processo de disseminação de informação, Umberto Eco (2015), não errou em sua visão crítica acerca da realidade do uso das redes. O escritor declarou em um evento na Universidade de Turim, no norte da Itália, que “as redes sociais dão o direito à palavra a uma legião de imbecis que antes falavam apenas em um bar e depois de uma taça de vinho, sem prejudicar a coletividade”¹². É uma fala que ressoa sobre a ideia de que a multiplicidade de emissores possibilitada pelas redes possa ter contribuído para a uma relativização ainda maior da verdade factual na sociedade atual.

Com relação a preocupação de Eco, Alves e Maciel (2020) explica que a multiplicidade de emissores gera de fato dois grandes problemas: o primeiro relacionado ao excesso de conteúdo, que deságua na “sobrecarga de informação” (*information overload*), ou seja, a quantidade de informação que um indivíduo recebe supera sua capacidade de processá-la, é entendido como a dificuldade de absorver e filtrar todas as informações recebidas diariamente. Segundo Alves e Maciel (2020), a vida sob este imperativo de estar sempre conectado e atualizado causa uma ansiedade coletiva gerada pela incapacidade humana de possuir ciência e checar a veracidade de todo o material disponibilizado *on-line*.

Conforme Ripoll e Morelli, a infosfera produz muita informação, onde o próprio indivíduo não tem capacidade interpretar e refletir tamanha carga de conteúdo disponibilizado:

Vive-se dentro de uma infosfera, que produz constantemente uma grande quantidade de informações, de forma que o próprio indivíduo parece não dar conta de interpretar e refletir sobre a carga informacional disponibilizada diariamente ao seu aparato cognitivo (Ripoll; Morelli, 2017, p.3).

O segundo problema é que para além dessa explosão informacional, a possibilidade de qualquer pessoa produzir, distribuir e acessar conteúdos sobre quaisquer assuntos, somado a falta de regulamentação e de punição para crimes e ofensas cometidas em ambientes digitais, cria um senso comum de que este é um território “livre” para disseminar qualquer conteúdo,

¹² Disponível em: <https://www.fronteiras.com/leia/exibir/umberto-eco-e-a-legiao-dos-imbecis-na-internet>. Acesso em: 20 fev. 2023.

inclusive mensagens falsas, sem que sejam punidos por isso. Isso abre portas para a circulação de informações falsas, desinformações, dados manipulados, fabricados, dados verdadeiros usados incorretamente, dados completamente falsos e outras combinações desses, propagados muitas vezes de forma negligente e intencional (Pellizzari, Barreto, 2019).

Neste contexto, Pagoto e Longhi (2021) discutem sobre a expansão e incorporação do uso das plataformas na vida cotidiana e os impactos no jornalismo, em um cenário de polarização social que se instaurou em sistemas políticos ao redor do mundo, especialmente, no Brasil. Del Bianco e Lima (2022) explicam que todas as mídias tradicionais brasileiras estão imersas nesse ecossistema, obrigadas a conviver com a crise de confiança do público em relação à mídia tradicional.

Atualmente, vive-se um momento sustentado na desordem informacional, termo cunhado por Wardle e Derakhshan (2017). No trabalho sobre este tema que produziram para o Conselho Europeu, intitulado Relatório Desordem Informacional, descrevem o fenômeno como uma “poluição informativa em escala global formando uma complexa teia de motivações para criar, disseminar e consumir mensagens sem qualidade que são amplificadas por plataformas e seus algoritmos” (Wardle, Derakhshan, 2017, p. 4).

Para Lopes e Dias (2021), essa desordem assume novas e variadas formas visto que há mais recursos (novas mídias), mais utilizadores/produtores (sem qualquer tipo de competências essenciais, como o pensamento crítico), mais conteúdos em rede (e, dado preocupante, é a evidência empírica que o tráfego para sites de desinformação é maior do que para sites de referência), mais velocidade na sua produção, reprodução e distribuição em rede.

A digitalização da sociedade e, particularmente, da comunicação trouxe desafios para o campo jornalístico e para seus profissionais. Costa (2021, p.87) elenca cinco desafios que despontaram no campo jornalístico com a chegada da Era Digital: crise sistêmica; crise geracional; crise econômica; crise de credibilidade e perda de seu papel de protagonista da informação. Para esta pesquisa, os pontos importantes são a perda do papel de protagonista da informação e a crise da credibilidade do jornalismo, que estão ligadas aos problemas da desinformação e à solidez da democracia.

Para Dourado e Alencar (2020), os modelos de comunicação que compõem esse novo ecossistema são responsáveis pelo fluxo de informações ao mesmo tempo que a limitação de espaços e os algoritmos cumprem a função de filtrar e direcionar comportamentos em uma escala de forma maior e mais rápida do que as naturalmente formadas, potencializando fenômenos alienadores e a desordem informacional, que comprometem o cenário mundial.

Ademais, o jornalismo brasileiro está imerso nesse ecossistema e convive com a crise de confiança do público junto ao aumento de ataques e agressões à imprensa. Saraiva e Faria (2019) explicam que atualmente, sofremos as consequências da legitimação da mentira num ambiente cercado pela Internet, estruturalmente propício para a viralização, e dado o caráter especialmente viralizador da desinformação e do discurso de ódio, as pessoas são levadas a acreditar em ideias falsas em detrimento das verdadeiras.

3.4 Algoritmos e desinformação: a máquina do caos e do ódio

O relatório produzido pelas pesquisadoras Kalina Bontcheva e Julie Posetti (2020) para a Unesco explica que a infodemia, caracterizada pelo grande fluxo de informações que se multiplicam pela internet sobre um assunto específico de forma acelerada em um curto período, devido a um evento específico, como por exemplo a pandemia de Covid-19, é um dos fatores que contribuem para a desinformação. Esse padrão ameaça não apenas indivíduos, mas sociedades inteiras, visto que induz cidadãos a se colocarem em risco por ignorarem recomendações científicas além de ampliar a desconfiança nos governos, na mídia e em formuladores de políticas públicas.

Para Santaella (2020), a Internet é um universo de todos e de ninguém, onde os fenômenos alienadores são dependentes das tecnologias digitais, caso contrário, não teriam a potência e velocidade disseminadora que têm. Na atualidade, o diferencial está na rapidez de produção e divulgação dessas informações, uma prática que causa danos políticos, financeiros e físicos.

Wardle (2017) aponta que a desinformação, em qualquer formato, é motivada por três fatores distintos: lucrar financeiramente; ter influência política; e causar danos à sociedade. Os dados na introdução sobre o uso de Internet no Brasil e as formas de acesso, sendo o celular o principal meio de conexão na maioria dos lares, é preocupante quando se refere ao consumo de informação, visto que planos de baixo custo limitam o acesso. É comum que as provedoras de telefonia ofereçam planos que isentam o consumo de dados somente para aplicativos como *Whatsapp*, *Facebook* e *Instagram*, o que acaba impedindo que os usuários acessem outros sites para checagem das informações.

Dessa forma, Alves e Maciel (2020) explicam que eventuais desinformações que explorem padrões para a sua disseminação terão maior êxito, já que o usuário não terá acesso a outras informações que poderiam contradizer ou até esclarecer os fatos, e “assim,

produzimos e fazemos circular informações de maneira entrincheirada, usando notícias e manchetes como armas no meio de um campo de batalha” (Alves, Maciel, 2020, p.10).

Alves e Maciel (2020) observam que nas plataformas digitais o material falso geralmente explora temas polêmicos e polarizados de forma sensacionalista, cujo conteúdo é compartilhado massivamente em diferentes aplicativos, gerando tráfego em sites, permitindo ganhos financeiros com anúncios via *Google AdSense*¹³. Sastre, Correio e Correio (2018) explicam que basta um clique em uma informação e os algoritmos enviarão, dia após dia, repetidamente, informações aparentadas àquilo que porventura nos interessou. Para isso, utiliza critérios de indexação como, por exemplo, o uso de palavras-chave, redirecionando os usuários com perfil de interesse aos sites onde a visualização dos anúncios é remunerada.

Pellizzari e Barreto (2019) explica que, com origem matemática, os algoritmos são utilizados em *softwares*, calculadoras, veículos e demais máquinas e instrumentos, e sua função é solucionar problemas, com uma sequência de etapas bem definidas:

Esse confinamento deriva da programação informática que determina quais informações serão oferecidas no ambiente on-line nas situações em que o usuário acessa suas redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram), realiza pesquisas nos mecanismos de busca (Google, Bing), pesquisa preços em agregadores ou lojas virtuais, entre outras inúmeras possibilidades. Essa referida programação informática é denominada como algoritmo, sequência de comandos formulada por analistas de sistemas computacionais e que são alimentados pelos dados dos próprios usuários (Pellizzari, Barreto, 2019, p.58).

Conforme Lopes (2019), se por um lado os algoritmos são ferramentas extremamente úteis, por outro, é através deles – e com base na pegada digital de cada indivíduo, no seu perfil – que as plataformas digitais decidem “o quê”, “como” e “quando”. Ou seja, através das informações que, diariamente, são disponibilizadas na Internet (oferecidas, na realidade) são previstos determinados comportamentos futuros.

Lopes (2019) explica como os algoritmos agem nos limitando a consumir apenas aquilo que nos agrada, criando bolhas de informação:

Os primeiros resultados de uma pesquisa no *Google*, as publicações no *Facebook*, os livros na *Amazon*, os locais no *Booking*... são “sugestões” decididas por algoritmos. Essas decisões são tomadas com base em comportamentos passados: palavras-chave para pesquisa, páginas visitadas, relacionamentos digitais, likes e interesses, toda a informação é monitorizada

¹³ Ferramenta gratuita que veicula anúncios em sites cadastrados por meio da seleção de temas de interesse e volume de audiência (Google, 2023).

e usada como probabilidade para o futuro. E esse futuro passa pela comunicação comercial, de negócio das marcas, mas também pela comunicação político-ideológica: de valorização de crenças, de verdades pré-concebidas, de preconceitos. Neste sentido, os algoritmos limitam a nossa liberdade, obrigam-nos a viver em “bolhas” (Lopes, 2019, p.148).

De acordo com Santaella (2020), as pessoas vivem em bolhas de crenças e convicções que constituem os indivíduos como signos e intérpretes de signos que são.

As bolhas, que abrigam nossas convicções, não são apenas nossas, mas são alimentadas por todos aqueles que nos são semelhantes por possuírem a mesma visão de mundo, valores similares e padrões interpretativos em idêntica sintonia. O ser humano é, por princípio e natureza, hemofílico. Só gostamos do que é espelho e costumamos escapar daquilo que aparece como diferente. A alteridade produz apreensão e mesmo temor diante da ameaça da perda de nós mesmos (Santaella, 2020, p. 14-15).

Conforme Pellizzari e Barreto (2019, p.61), “na história da humanidade foi presente o fenômeno das bolhas sociais, em que pessoas se aproximam e se relacionam com outras que reforcem suas crenças, valores, ideologias ou visões de mundo”. Segundo Antonioni (2019), se ideologia significa um conjunto de ideias produzidas pela classe dominante, uma bolha então envolve a atitude de um indivíduo de se cercar apenas daqueles que pensam de forma igual e compartilham das mesmas ideias suas, excluindo os que apresentam posições políticas contrárias. Com a Internet o fenômeno das bolhas se intensifica em razão das mídias sociais digitais, que possibilitam a geração e compartilhamento de informações em rede com o uso de filtros informacionais desenhados por algoritmos, potencializando o acirramento de fenômenos alienadores contemporâneos.

Santaella (2020) indica que as bolhas estreitas, asfixiadas em si mesmas, são iscas fáceis para serem colhidas nas armadilhas dos algoritmos e fluírem com rapidez nas plataformas digitais, espaços em que os pensamentos dissonantes são excluídos, bloqueados ou deixados de ser seguidos pelo simples fato de contradizem ideias pessoais. Nesse sentido, Santaella (2020) aponta que as crenças conduzem os indivíduos à prática inadvertida ou deliberada de espalhar desinformações como retroalimentação de suas crenças mal fundadas, assim as bolhas de (des)informação infladas pela emoção da pós-verdade encontram-se em grande quantidade no ciberespaço.

Conforme Antonioni (2019), essas bolhas criam uma visão cristalizada do mundo, caracterizada pelo dogmatismo, pela inexorabilidade e pela falta de pensamento crítico. As técnicas avançadas de comunicação, em vez de socializar e pluralizar a informação, acabam

por gerar um discurso que, apesar de multidimensional na forma, é unilateral no conteúdo. “Para atingir a razão é preciso esforço intelectual, muita leitura, uma dose de incredulidade e espírito investigativo. Para atingir a emoção, por sua vez, basta alimentar o ódio enraizado no inconsciente” (Antonioni, 2019, p.10). As convicções são inimigas da verdade, mais perigosas que as mentiras.

Fava (2013), aponta que a partir do momento em que o filtro bolha isola e fecha o usuário pode-se dizer que estamos caminhando para uma alienação em grande escala da sociedade. De acordo com Pariser (2011), “filtro bolha” é um conceito utilizado para denominar a ação dos algoritmos como filtros no ambiente virtual, que atuam como motores de previsão que influenciam e direcionam o acesso de conteúdo baseado no perfil e hábitos de consumo do usuário dando a sensação de eficiência na busca de ideias e informações, mas restringindo a maneira com a qual é realizada a pesquisa, ou mesmo, a definição de conteúdo.

Para Pellizzari e Barreto (2019), os filtros de bolhas podem ser utilizados para controlar o conteúdo visto, permitindo uma manipulação mercadológica e política, portanto, a opção de escolha intencional do usuário é prejudicada, tendo a sua privacidade violada. Nessa sociedade em rede hiper conectada, a culpa da disseminação de desinformação costuma ser colocada nas redes sociais digitais, que protagonizam o capitalismo de plataforma (Srniczek, 2017) - conjunto de atores corporativos que se apresentam como meros intermediários tecnológico-comunicacionais e que articulam uma relação de serviços e negócios entre indivíduos ou instituições - e do capitalismo de vigilância (Zuboff, 2021), conceito que se refere a algoritmos que utilizam das informações pessoais dos usuários para determinar um padrão de comportamento ou até mesmo moldar o comportamento dos usuários em busca de resultados lucrativos.

Nessa linha, quando um usuário demonstra interesse por informações relativas ao lado “X”, o processo de “filtro bolha” irá limitar o acesso a informações somente a respeito deste lado, e nada se verá sobre o lado “Y”, e o que for visto, é conteúdo produzido única e exclusivamente pela perspectiva de emissores do lado “X”. Para De Souza, Saldanha e Balem (2019), um dos problemas das bolhas de informação é a probabilidade de polarização e até mesmo extremismo, salientando preconceitos e crenças dos membros de um grupo, portanto, a internet tem a capacidade de construir comunidades de nichos.

De Souza, Saldanha e Balem (2019) explicam que há também a característica da “câmara de eco”¹⁴, que surge através das redes horizontais em que a comunicação tem conteúdo produzido pelos usuários, revelando um individualismo conectado, de sujeitos que pensam de forma parecida. Nesses espaços encontram-se não a diversidade de ideias e opiniões, mas apenas aquilo que agrada e convém. O objetivo não é demonizar as plataformas, mas refletir acerca do potencial desse banco de dados como uso cultural e de consumo de desinformação.

Sem dispensar as razões algorítmicas, Ribeiro e Ortellado (2018) examinam de onde vem a potência real da difusão da desinformação no ciberespaço. Os autores apontam que quando se recebem informações falsas de pessoas conhecidas, amigos, e familiares, a proximidade e a confiança pessoal com aquele que divulga o conteúdo tem peso maior do que a veracidade do conteúdo, pois causam a sensação de confiabilidade, quando na realidade, são apenas pessoas que fazem parte da mesma bolha. Para Ribeiro e Ortellado (2018), a possibilidade do anonimato e o distanciamento físico do outro garantido pelas redes permitem, não raras vezes, conteúdos que disseminam discurso de ódio, ataques aos direitos humanos, e informações sem verificação.

O artigo publicado no caderno Ilustríssima da Folha de S. Paulo (2017), “Redes sociais criam bolhas ideológicas inacessíveis a quem pensa diferente”, de Ethan Zuckerman, destaca um estudo conduzido pelo MIT que investiga de que forma as redes sociais digitais reforçam a propensão humana a buscar informações partidarizadas, porque fortalece a sensação de pertencimento a grupos identitários. De acordo com Zuckerman (2017), os provedores de notícias falsas sabem que existe um apetite quase insaciável por informação que sustente nossas ideias preconcebidas. É importante considerar que as pessoas buscam mídias ideologicamente compatíveis com elas, não só por preguiça intelectual, mas por senso de eficácia que reforça ideias preconcebidas.

Ripoll e Morelli (2017, p.3) comparam a desinformação a uma infecção contagiosa que se espalha rapidamente e atinge um grande número de indivíduos, mas pelas redes sociais. “Em uma sociedade onde a velocidade com que mensagens se propagam, saindo de seu contexto original de criação e atingindo em ritmo acelerado em outros suportes, a propagação de discursos manipulados é um fator decisivo na cultura digital”.

¹⁴ Tratam-se de reflexos do aprofundamento da polarização e fragmentação social que provoca a construção de câmaras de eco as quais amplificam os pontos de vista (De Souza, Saldanha, Balem, 2019).

Os atores envolvidos na desordem informacional precisam ser responsabilizados e nomeados Tücke *et al.* (2018) alerta para os *trolls* (independentes ou contratados), *bots*, sites de *fake news*, teóricos de conspiração, políticos, veículos de mídia altamente partidários e milícias digitais. Lobo, De Moraes e Nemer (2020) chama atenção para as milícias digitais, grupos formados por políticos que têm se difundido no ciberespaço e agem de maneira coordenada nas plataformas digitais, utilizando *bots* para publicar mensagens em massa nos últimos anos. Conforme os autores, a estratégia de utilização de perfis robôs tornou-se muito comum na busca por audiência e contribui na proliferação de desinformação, visto que utilizam algoritmos para replicar os conteúdos no ambiente digital, favorecendo o efeito limitador do filtro bolha.

Toma-se um exemplo. Em reportagem de Patrícia Campos Mello, em 18 de outubro de 2018, o jornal *Folha de SP* revelou que empresários que apoiaram a campanha do ex-presidente Jair Bolsonaro compraram um serviço chamado "disparo em massa", para propagar *fake news*. Desde então, a repórter tornou-se alvo de uma violenta campanha de difamação e intimidação estimulada pelo chamado gabinete do ódio e pelas milícias digitais. Outras instituições jornalísticas também averiguaram a situação. De acordo com a reportagem do *The Intercept* (2020), durante o governo de Bolsonaro (2018-2022) foram pagos R\$7,5 milhões ao Google entre maio de 2019 e julho de 2020, para distribuição de anúncios de extrema direita pelo ciberespaço, onde sites de *fake news* foram beneficiados com o dinheiro.

Giuliano da Empoli (2019) explica que as bolhas constituem um vetor de coesão, visto que ao acreditar e/ou continuar apoiando o candidato mesmo com notícias absurdas e comprovadamente falsas, seu público demonstra a lealdade que tem por esse representante. Este se destaca por agregar à desinformação a sua própria visão de mundo, sem barreiras burocráticas que os impeça de expressar sua autenticidade.

Dessa forma, constata-se que fenômenos alienadores no ciberespaço exercem grande interferência na democracia brasileira, pois quando são construídos conteúdos falsos disseminados por algoritmos visando influenciar eleitores indecisos, em prol de candidato X ou Y, não há que se falar em democracia e livre arbítrio. Isso porque o processo democrático de escolha de representantes foi idealizado para que o indivíduo pudesse expressar seu desejo através do voto, mas, quando essa decisão não é mais feita de forma consciente e sim a partir de desinformações, isso compromete a capacidade dos cidadãos de tomarem decisões bem informadas, e o conceito de democracia se esvai.

Em conclusão, os modelos de comunicação que compõem esse novo ecossistema são os responsáveis pelo fluxo de informações, mesmo que as bolhas e a polarização sejam anteriores à Internet, essa limitação de espaços e os algoritmos cumprem a função de filtrar e direcionar comportamentos em uma escala muito maior e mais rápida do que as naturalmente formadas, potencializando outros fenômenos alienadores como desinformação, *fake news* e pós-verdade. Nesse contexto, as empresas de comunicação vêm lidando com contestações, críticas e represálias de políticos e seus seguidores que deslegitimam o papel da imprensa.

3.5 Da relativização da verdade à era emocionada da pós-verdade

Perante as discussões dos tópicos anteriores, observa-se que quando se objetiva guinar a opinião pública para determinado caminho, tende a ocorrer a relativização dos fatos e consequentemente a distorção da realidade. Por essa razão, a história da desinformação anda lado a lado com a relativização da verdade, fenômeno alvo de discussões em áreas como a filosofia, a ciência e o jornalismo. Para Foucault (2012), a verdade está submetida à constante incitação econômica e política, produzida e transmitida a partir do controle da classe dominante, e, portanto, trata-se de um objeto de debate público político e confronto social. Pela perspectiva de Bauman (1998), a noção de verdade pertence à retórica do poder e “se torna o objeto da disputa de quem está certo e quem está errado – e quando, por determinadas razões, é importante para alguns ou todos os adversários demonstrar ou insinuar que o outro lado que está errado” (Bauman, 1998, p.143).

D’Ancona (2018) resgata um ensaio de George Orwell (1938) intitulado “Recordando a guerra civil” e relembra o sucesso assustador da propaganda fascista, uma premonição inicial da era da pós-verdade, um temor de que o totalitarismo destruiria a noção de veracidade.

Esse tipo de coisa é aterrorizante para mim, porque muitas vezes, me dá a sensação de que o próprio conceito de verdade objetiva está desaparecendo do mundo. Afinal, há chance de essas mentiras, ou em todo caso mentiras semelhantes, passarem para a história. Como a história da guerra espanhola será escrita? Se Franco continuar no poder, pessoas nomeadas por ele escreverão os livros de história, e aquele exército russo que nunca existiu se tornará um fato histórico, e gerações de estudantes aprenderão a respeito dele a partir daí (Orwell, 1938, *apud* D’Ancona, 2018, p.15).

De acordo com Falcão e Souza (2021, p.3), fenômenos como a pós-verdade e a desordem informacional desaguam na “crise da verdade”, isto é, “a sociedade começa a

vivenciar a desconfiança, a descredibilidade, as disputas pela narrativa da verdade que permeiam a disputa pelo poder”, formando um campo fértil para a disseminação da retórica populista, da política da pós-verdade, e não distante, da desinformação. Castells (2018) considera a mola propulsora da “Era da Pós-Verdade” é quando há ruptura entre governantes e governados, ocorrendo o desmoronamento da confiança nas sociedades e nas relações entre classe política, cidadãos e instituições e assim, deslegitima a representação política e jornalística e desestabiliza a sociedade em nível emocional e cognitivo.

A problematização da noção de verdade chegou a um ponto crítico a partir do que vem sendo chamado de “Era da Pós-verdade”. D’Ancona (2018) indica que existe um consenso sobre o primeiro uso do termo, em 1992, na revista *The Nation*, em um artigo do escritor Steve Teisch para se referir a Guerra do Golfo (1990-1991) e aos americanos traumatizados com o *Watergate*, que começaram a dar as costas para a verdade, e conspirar exaustivamente por sua supressão.

D’Ancona (2018) explica que em 2016 lançaram o uso do termo de forma definitiva para a opinião pública, após dois fenômenos de grande repercussão na política e mídia internacional: o processo conhecido como “Brexit”, a saída do Reino Unido da União Europeia, e a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos da América (EUA), e alerta:

O site *Politifact*, que checa informações e é ganhador do prêmio *Pulitzer*, aponta que 69% das declarações do político são predominantemente falsas ou mentirosas. No Reino Unido, a campanha a favor da saída da União Europeia triunfou com *slogans* que tinham comprovadamente informações não verdadeiras ou enganosas (D’Ancona, 2018, p.20).

A assessora de Donald Trump, ex-presidente dos EUA, Kellyanne Conway, em uma única declaração reconheceu e adotou a alvorada da pós-verdade em uma entrevista concedida a rede NBC, após a posse de Trump: ao ser confrontada com o fato de que o ex-presidente Trump havia afirmado erroneamente que a plateia de sua posse era maior do que a da posse do primeiro mandato de Barack Obama, Conway disse que havia apresentado "fatos alternativos". Logo, para ela, não existem mais fatos, nem realidade estável e verificável, o que a assessoria alega que existe são os “seus fatos em contraste com os meus fatos alternativos”. Não por acaso, em seu best-seller “Trump: a arte da negociação” – escrito por um *ghostwriter* – descreve de forma orgulhosa que “o que importa não é a veracidade, mas o impacto” (D’Ancona, 2018, p.24).

D’Ancona (2018) aponta que foi assim que o político criou sua base eleitoral:

Ele bramiu uma narrativa que impôs, uma ordem bruta sobre as complexidades mutáveis da vida moderna, prometendo a proibição de imigração de mulçumanos, mais muros na fronteira com o México e um retorno ao protecionismo econômico. E o ponto é exatamente esse, oferecer a massa de eleitores brancos uma série de inimigos identificáveis que supostamente são a causa de todos os problemas dos EUA, contra quem eles poderiam se unir, uma história na qual seriam capazes de desempenhar um papel e um plano mítico de tornar a América novamente grande (D’Ancona, 2018, p.25).

Segundo D’Ancona (2018, p.26), o efeito foi narcótico: melhor uma narrativa fantasiosa que parecia boa do que nenhuma e, “no centro desta narrativa estava Trump, cujo exibicionismo vulgar foi bastante ridicularizado pela mídia, mas era exatamente o que tornava a história tão sedutora”. O ex-presidente passou para o público uma empatia brutal, enraizada não em estatísticas, informações concretas, mas sim em um talento desinibido para a fúria, agressividade, impaciência e atribuição de culpa.

Ainda conforme D’Ancona (2018, p.26), com relação à saída da Inglaterra da União Europeia, Aaron Banks, um dos empresários que financiou a campanha “*Leave.EU*” fez uma afirmação precisa: “A campanha pela permanência na União Europeia apresentou fatos, fatos, fatos, fatos. Não funciona. Você tem de se ligar emocionalmente com as pessoas. Esse é o sucesso de Trump”. Enquanto os que pressionavam pela permanência, bombardearam o público com números e estatísticas, os partidários do Brexit entenderam a necessidade da simplicidade e da ressonância emocional: “uma narrativa que dava significado visceral a uma decisão que talvez parecesse técnica e abstrata” (D’Ancona, 2018, p.27).

Keyes (2004) considera que na era da pós-verdade existe numa zona cinzenta que permite às pessoas dissimular sem se considerarem desonestas, que chamam de “verdade melhorada”, “neo-verdade”, “*soft-verdade*” e “falsa-verdade”. Como explica Prior (2019, p.3), as fronteiras entre a verdade e a mentira são, com efeito, cada vez mais tênues: “um tempo marcado pelo desmoronamento do valor da verdade e, não menos importante, a um tempo em que os apelos emocionais são mais influentes na formação da opinião pública do que os factos apresentados”.

Como aponta McIntyre (2018), a pós-verdade não se trata da realidade, já que a verdade foi suplantada e tornou-se irrelevante, mas é sobre a forma como as pessoas reagem perante a realidade, sobretudo através de emoções, crenças, sentimentos e por uma distorção

do contexto que tem a intenção deliberada de provocar determinadas reações, ou seja, influir no comportamento e na formação da opinião pública.

D’Ancona (2018), reforça que a pós-verdade refere-se, portanto, a um tempo onde mais do que a verdade, importam os laços afetivos que se estabelecem entre as informações veiculadas e os indivíduos. Constrói-se a imagem de um “inimigo” que precisa ser bloqueado e eliminado, que todos os problemas serão resolvidos dessa forma simples. “Esta é a política da pós-verdade em seu estado mais puro: o triunfo do visceral sobre o racional, do enganosamente simples sobre o honestamente complexo” (D’Ancona, 2018, p.29).

Com a narrativa repetida nas campanhas para “salvar o país”, os políticos exploram patologias sociais que despertam sentimentos ou emoções no público, que provocam insegurança e sensação de risco na população, como a criminalidade e o desemprego.

De acordo com Prior (2019), o problema é que as novas mídias, onde se incluem *blogs*, redes sociais digitais e aplicativos para *smartphones*, converteram-se num “obscuro objeto de desejo da retórica populista e da propaganda política destes movimentos” (Prior, 2019, p.9), pois possibilitam a esses líderes personalistas que procuram exercer o poder político através do apoio não mediado e não institucionalizado de um grande número de seguidores, a manifestação através da comunicação digital que permite também a réplica em massa dessas mensagens em rede.

Ao possibilitarem práticas de comunicação direta que dispensam a mediação tradicional dos *gatekeepers*¹⁵, plataformas como o *Facebook*, *Youtube*, *Twitter* e *WhatsApp*, são meios privilegiados da comunicação política contemporânea, permitindo o estabelecimento de fluxos comunicativos entre os dirigentes políticos e os cidadãos, bem como o estabelecimento de redes horizontais de comunicação de muitos para muitos (Prior, 2019, p.10).

Braga e Carlomagno (2018) explicam que as mídias sociais são um divisor de águas na história dos padrões de interação entre elites políticas e cidadãos. Ao reduzir os custos operacionais e técnicos de possuir uma plataforma *on-line*, torna possível a qualquer cidadão ter um perfil e interagir no ambiente digital. Neste sentido, os autores apontam que o emprego das tecnologias digitais concedeu uma nova fase às campanhas eleitorais, distinta das anteriores, caracterizada como “campanhas midiáticas”. O problema destas campanhas, apontado por Prior (2019), é que nas campanhas políticas modernas, pensadas para o *Twitter*, *Facebook*, *Instagram* e aplicativos de mensagens instantâneas, importam mais as convicções

¹⁵ *Gatekeeper* é aquele que define o que será noticiado de acordo com valor-notícia, linha editorial e outros critérios, entendido também como "porteiro" da redação (Traquina, 2005).

arraigadas, as percepções, a instrumentalização emocional do viés ideológico, a política da indignação, e do confronto, do que a verdade, a racionalidade e o consenso. Conforme Lopes (2019), a sociedade da informação, a manutenção do *status quo*, a guerra e a disputa pelo poder também assumem uma dimensão (des)informacional.

Ireton e Posetti (2019) enfatizam que a desinformação se torna perigosa para a sociedade diante da facilidade de propagação, uma vez que são elaboradas “com bons recursos, e acentuada pela tecnologia automatizada” (Ireton; Posetti, 2019, p.7). Nesse sentido, Prior (2019) entende que a verdade passou a ser relativizada e pulverizada no combate travado na Internet e nas redes sociais digitais, emergindo narrativas alternativas, fatos alternativos, à medida de interesses ideológicos, políticos, econômicos ou religiosos, e de predisposições emocionais, em um processo de comunicação distinto da comunicação interpessoal e da comunicação de massa.

Prior (2019) aponta que as pessoas estão menos interessadas na verdade factual, e mais interessadas em visões que proliferam e corroboram suas verdades pré-estabelecidas.

A pós-verdade refere-se, portanto, a um tempo onde mais do que a verdade, importam os laços afetivos que se estabelecem entre as informações veiculadas e os indivíduos. Não interessa tanto se as “estórias” são verdadeiras ou plausíveis de verificabilidade, já que os indivíduos estão, sobretudo, interessados na proliferação de visões ou de explicações que corroborem a sua própria interpretação dos factos e reforcem uma determinada visão do mundo (Prior, 2019, p.90).

Dessa maneira, Prior (2019) aponta que a ideia básica do termo é a existência de uma era de rápida velocidade de produção e circulação da informação, onde a comunicação digital é um importante protagonista no processo de fabricação e difusão de narrativas que se convertem em fatos socialmente aceitos pelos cidadãos, partilhados ou “viralizados” nas redes sociais digitais. D’Ancona (2018) descreve o cansaço gerado por essas suposições. É difícil entrar na cabeça a ideia de que estão mentindo tanto e de maneira tão audaciosa o tempo todo. A exaustão pode tirar até mesmo o cidadão alerta de seu compromisso com a verdade, “o que importa não é a ponderação racional, mas a convicção arraigada” (D’Ancona, 2018, p.36).

Segundo Prior (2019), a pós-verdade converteu-se numa estratégia política visível em muitas campanhas eleitorais e não é por acaso que surge, justamente, relacionada com a proliferação de notícias falsas e de rumores ou boatos. Apela às emoções, por serem “tecidas”, “manufaturadas” e disseminadas para parecerem verdadeiras. Se é certo que as notícias falsas, os boatos e os rumores existem desde sempre na história, também é verdade

que a era digital criou as condições para a sua ampla difusão e divulgação sem filtragem ou mediação.

Referimo-nos a informações falsas concebidas intencionalmente para ludibriar ou manipular o público, recorrendo a técnicas próprias do campo do jornalismo, técnicas que lhes conferem aparente veracidade. São conteúdos essencialmente apelativos do ponto de vista emocional, que despertam a atenção do público porque causam algum tipo de ruptura ou sensação, reforçando ideais políticos ou ideológicos (Prior, 2019, p.14).

Conforme Prior (2019), conteúdos falsos são difundidos nas redes sociais digitais e patrocinados pela propaganda política e, pela chamada “indústria de cliques” e publicidade comercial. Para exemplificar, foram disseminadas notícias com títulos tendenciosos e duvidosos no ano de 2016: “O Papa apoia a candidatura de Donald Trump”; “Wikileaks confirma que Hillary Clinton vendeu armas ao Estado Islâmico”; “Permanência do Reino Unido na União Européia custa 350 milhões de libras por semana”; “Bolsonaro é eleito o político mais honesto do mundo”. Algumas destas notícias falsas foram partilhadas milhares de vezes nas redes sociais digitais e podem ter influenciado processos eleitorais. Em muitos casos, foram os próprios dirigentes políticos os responsáveis por difundir conteúdos falsos.

Conforme a pesquisa de Dourado e Alencar (2020), Trump propagou *fake news* contra sua adversária, Hilary Clinton, e desinformação sobre vários assuntos polêmicos para ganhar a eleição em 2016. O ato de Trump foi copiado pelo ex-presidente Bolsonaro, que na época de sua eleição em 2018 no Brasil, propagou e financiou sites e robôs de *fake news* e desinformação sobre o outro candidato, Fernando Haddad, e na mesma linha, sobre temas polêmicos. De acordo com levantamento realizado pelo site Congresso em Foco, entre 123 informações falsas identificadas pelas agências e checagem de fatos Lupa, Aos fatos e Fato ou Fake, 104 foram contra Haddad e 19 contra Bolsonaro.

Prior (2019) explica que neste contexto, a sociedade vai se dividindo cada vez mais entre “nós” e “eles” em um mar de desinformações. O livro “Pós-Verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de *fake news*”, de D’Ancona (2018), é essencial para quem busca compreender o fenômeno da pós-verdade e sua relação com o ecossistema da desinformação. Uma analogia lúdica apresentada pelo livro é o personagem mais querido do teatro brasileiro, o Chicó de O Auto da Compadecida, de Ariano Suassuna. “Sua marca é contar as histórias mais estapafúrdias e inverossímeis. Quando lhe perguntam como aquilo é possível, responde: “Não sei, só sei que foi assim”. Mais pós-verdade impossível.” (D’Ancona, 2018, p.11).

Portanto, Prior (2019) indica que é por esta razão que a era da pós-verdade surge associada à desinformação e às narrativas falsas, disseminadas e viralizadas nas redes sociais digitais por políticos populistas, que constroem conteúdos que apelam, sobretudo, às emoções e às crenças pessoais como forma de instigar a indignação e a revolta dos eleitores. Prior (2019) aponta que se a mentira encaixa no nosso sistema de crenças ou nos faz, simplesmente, sentir bem, tendemos a aceitá-la. Com mensagens simplistas, e de fácil difusão e penetração nos eleitores, conseguem a mobilização do ressentimento ou a defesa de uma democracia direta, sem a mediação das instituições tradicionais, como os partidos políticos ou os meios de comunicação hegemônicos, são as estratégias mais comuns dos movimentos neopopulistas. Há também uma negligência das pessoas em verificar a veracidade da notícia, apoiando-se nas notícias que favoreçam sua posição em um contexto polarizado.

Como registrou Prior (2019, p.92), “o surgimento das chamadas redes sociais digitais, colocou novos desafios à democracia, já que as informações que circulam nessas redes podem ser transmitidas sem verificação ou filtragem, alcançando milhares ou até milhões de utilizadores”. São novos desafios não só aos agentes do sistema mediático, e as instituições políticas, sociais e educacionais, mas também aos próprios cidadãos. Por fim, é pertinente observar de forma cautelosa a comunicação digital, na perspectiva das novas possibilidades oferecidas a todos os dirigentes políticos, de todas as vertentes, que agora conseguem contatar diretamente os eleitores e sem a mediação tradicional dos tradicionais *gatekeepers*, que em tempos de crise das democracias representativas, a eficácia discursiva dos populismos e sua capacidade para suscitar uma ilusão coletiva acerca da ação política ressoam com grande significância no debate político contemporâneo (Prior, 2019, p.123).

4 CAPÍTULO 2 – EFEITOS SOCIAIS E POLÍTICOS DA DESINFORMAÇÃO

4.1 – O controle da opinião pública e a fragmentação do debate

Diante das reflexões do capítulo anterior, é pertinente apontar para o termo “opinião pública”, que permeia a discussão sobre desinformação, visto que acontecimentos e temas que chamam a atenção dos cidadãos tendem a ser relativizados. De acordo com Lima (2021), a opinião pública sempre foi alvo dos governos e grupos influentes no Brasil e no mundo. Em contextos de intensa discussão política o uso de desinformação como estratégia para gerar impressões equivocadas e manipular os cidadãos gera disputas discursivas (que compreendem a disputa pela hegemonia do sentido, pela narrativa sobre um fator de impacto político, social ou econômico) sobre diferentes temáticas debatidas.

Nesse sentido, Marques *et al.* (2017) indica que a expressão “opinião pública” pode ser utilizada em diferentes contextos, e tem sido usada em meio a períodos políticos turbulentos no cenário brasileiro recente. Contudo, é objeto de preocupação e reflexão por parte de diferentes matrizes teóricas há séculos.

O público – muitas vezes também interpretado como sinônimo de esfera da cidadania (Marques, 2010; Miola, 2021) – ocupa uma função essencial nas democracias representativas, uma vez que uma parte dele se mostra responsável por atuar no processo de escolha dos representantes políticos. Conforme indicam Richards Jr. e Gastil (2015), as tentativas de influenciar a formação das preferências do cidadão tem sido objeto de preocupação em Teoria Política já há um par de séculos (Marques *et al.*, 2017 p.55).

No livro “Opinião Pública”, originalmente publicado em 1922, Walter Lippmann (2008) apresenta tal conceito vinculando-o à opinião compartilhada por uma coletividade, isto é, à ideia ou avaliação que as pessoas têm acerca de determinados assuntos. Dewey (1927) também se dispôs a tratar da ideia de opinião pública, definindo-a como um julgamento formado por aqueles que constituem o público e que se referem a assuntos de natureza pública.

A discussão sobre o termo foi marcada pelo livro “Mudança Estrutural da Esfera Pública” do filósofo Jürgen Habermas (1984), que compreende outro termo, “esfera pública”, enquanto ambiente da vida social no qual a comunicação se torna visível e acessível. Habermas (1984) aponta que quando se publica determinado conteúdo, este circula com o intuito central de obter adesão, fazendo com que o indivíduo se limite a escolher aquela posição que mais lhe agrada ou convém dentre o leque de opiniões disponíveis, formando a

chamada “opinião pública”. Em outras palavras, a opinião pública consiste do resultado provisório da competição de discursos que têm lugar na esfera pública.

Nessa linha, Gomes (2001) indica que as variações de atributos conferidas a essa expressão surgem de batalhas ideológicas que visam, por exemplo, em tornar hegemônica uma compreensão específica acerca da natureza do que significa a própria noção de democracia. Como explica Marques *et al.* (2017), a depender dos privilégios de visibilidade alcançados por determinados grupos, suas agendas podem ser apresentadas como se fossem prioritárias ou hegemônicas.

Outra visão importante para a discussão é a de Nöelle-Neumann (1995), que entende a ideia de “opinião pública” ligada a uma entidade capaz de influenciar o comportamento dos indivíduos pela perspectiva. Conforme a autora, ao perceber o clima de opinião ao seu redor, cada pessoa controlaria o que verbaliza, sobretudo se estiver em sua pauta de prioridades a intenção de evitar seu próprio isolamento social ou obter consentimento coletivo (para exercer um cargo representativo, por exemplo).

Tal concepção foi sistematizada por Nöelle-Neumann (1995) como “espiral do silêncio”:

Observações realizadas em determinados contextos se espalharam para outros e incitaram as pessoas a expressar suas opiniões ou a "engoli-las" e a manterem-se em silêncio até que, em um processo de espiral, um ponto de vista passou a dominar na cena pública e o outro desapareceu da consciência pública ao emudecer seus apoiadores. Este é o processo que podemos descrever como "espiral do silêncio" (Nöelle-Neumann, 1995, p. 22).

Para Nöelle-Neumann (1995), os comportamentos dos indivíduos ao aderir ou defender publicamente uma visão de mundo específica, seriam influenciados pela opinião pública predominante. A função dos meios de comunicação é primordial, visto que o jornalismo, por exemplo, expõe e julga publicamente os limites daquilo que é ou não socialmente aceitável, sobretudo quando estão em jogo divergências e controvérsias morais.

Conforme Gadini e Woitowicz (2022), compreende-se que o controle da opinião pública envolve disputas permanentes, escolhas políticas, silêncios sobre temas relevantes e ênfase dos eixos de ação propagandísticos. É uma discussão que dialoga com características de problemas que atravessam a terceira década do século XXI, como a desinformação:

O uso da desinformação como estratégia de disputa de opinião, o aparelhamento de setores do Estado por grupos (pessoas, partidos e demais organizações) que negam a própria legitimidade da representação política, a

projeção de “dirigentes” a partir da propagação de mentiras, situações inventadas ou criadas para manter segmentos alinhados em crenças sem qualquer sustentação na realidade social, campanhas orquestradas pela desinformação, contrárias à ciência, ao interesse coletivo e, em última instância, à vida das pessoas, inclusive das que acreditam, replicam e compartilham tais mentiras (Gadini; Woitowicz, 2022, p.106).

De acordo com D’Ancona (2018), é essencial compreender as nuances do que representa opinião pública, pois o contexto atual é cerceado por disputas discursivas entre a mídia tradicional e outros *players* nas plataformas digitais, que se esforçam para guinar a opinião pública por determinado caminho. “Quando alguém com uma conta no *Twitter* pode reivindicar ser fonte de notícias, fica infinitamente mais difícil distinguir entre fato e mentira” (D’Ancona, 2018, p.59).

Nesse caminho, Soares *et al.* (2019) explica que as disputas discursivas levam a fragmentação no debate político, que ameaça a formação de esfera pública em plataformas digitais, e vincula-se ao processo de polarização política. Esse fenômeno gera grupos com posicionamentos antagônicos e seu reflexo nas conversações políticas em plataformas tendem a gerar uma estrutura de rede muito comum neste tipo de discussão, as “multidões polarizadas”, de forma que os usuários acabam isolados dentro de um grupo. A ausência do contraditório na discussão pública pode favorecer o fortalecimento de opiniões mais extremas, além de impedir que cidadãos reflitam mais a fundo sobre suas posições, entrando em contato com pensamentos diversos e possibilitando que reflitam sobre eles. Com a desinformação o cenário é ainda pior, visto que quando grupos polarizados se baseiam em conteúdos falsos ou manipulados para defender determinada posição, além da argumentação ter ausência de realidade, causa confusão e mina discussões públicas que favorecem os cidadãos.

4.2 O potencial pragmático da mensagem

Diante das discussões nos tópicos anteriores, percebe-se a capacidade perigosa que as mensagens falsas têm de influenciar ações e reações no mundo real. Nesse sentido, esse tópico da pesquisa será dedicado a apresentar ao debate as investigações acadêmicas de Silva (2021), que contribuem para uma agenda de pesquisa sobre a disseminação social do que o autor denomina de “informações não-jornalísticas de expressão noticiosa” – as chamadas “*fake news*” e outros formatos correlatos com aderência à lógica da desinformação e a capacidade desses conteúdos de sair do campo expressivo para uma configuração pragmática.

Uma matéria exibida no programa Linha Direta da Rede Globo do dia 22 de junho de 2023 lembrou o caso da dona de casa Fabiane Maria de Jesus¹⁶, na época com 33 anos, quando foi vítima de uma notícia falsa postada em maio de 2014 no *Facebook*. A publicação viralizou no dia 5 de maio daquele ano, e Fabiane foi confundida com uma suposta sequestradora de crianças para rituais de magia. Conforme a reportagem, a dona de casa havia saído para ir à igreja no Bairro Morrinhos, no Guarujá (SP), quando foi amarrada e espancada por uma multidão. Ela ainda foi levada ao hospital, mas não resistiu aos ferimentos, teve traumatismo craniano e morreu dois dias depois na cidade do litoral paulista. Fabiane deixou a filha Yasmin, na época com 13 anos, e Ester com um ano de idade. Yasmin relata que:

Minha mãe foi espancada até a morte e a minha família foi destruída. Por conta de uma *fake news*, minha mãe foi confundida na rua, dizendo que ela era sequestradora de crianças. Ela deveria estar aqui, ter conhecido a minha filha (informação verbal, Yasmin de Jesus, *on-line*, 2023)¹⁷.

Esse foi o primeiro caso de repercussão nacional de *fake news* que resultou em morte no Brasil. Yasmin (2023) aponta que as notícias falsas foram responsáveis pela morte da mãe: “Nas partes mais importantes da minha vida eu queria minha mãe aqui, e ela não está. Quem espalha *fake news* também é responsável”.

Toma-se outro exemplo deste último apontamento: o caso apurado pelo G1, *site* de notícias da Globo, Daniel Picazo González em 2022, de 31 anos, que foi confundido por moradores de uma comunidade no interior do México que o identificaram equivocadamente como ladrão de crianças. As apurações apontaram que os moradores locais estavam assustados, pois um boato espalhado dias antes por grupos de *WhatsApp* e *Facebook* dizia que haviam forasteiros sequestrando crianças para traficar seus órgãos. Os assassinos espancaram Daniel e o queimaram vivo com gasolina. A polícia e paramédicos deslocaram-se ao local, mas nada puderam fazer porque os assassinos não permitiram a passagem. O jovem advogado, segundo o jornal local "El Universal", estava apenas passeando pela cidade como turista, pois havia acabado de terminar um curso de mestrado e, em 9 de junho, estava

¹⁶ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/linha-direta-e-fake-news-relembre-casos-de-disseminacao-de-boatos-que-acabaram-em-mortes-nprm/>. Acesso em: 1 de jul. 2023.

¹⁷ Entrevista concedida ao Governo Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/03/tragica-historia-no-guaruja-e-retratada-em-novo-episodio-da-campanha-brasil-contra-fake>. Acesso em: 10 jul. 2023.

tentando "fugir" do estresse da cidade visitando a casa de *Las Colonias* de Hidalgo, segundo contou o pai de González.

Silva (2021) observa que a produção de efeitos de sentido (no plano estético-expressivo), quando desencadeada pela disseminação em redes sociotécnicas de uma notícia ou de um formato não-jornalístico de expressão noticiosa (uma “*fake news*”, por exemplo), pode remeter a um processo de reversão para a produção de efeitos de realidade (estes, como configuração pragmática). Para Gomes (2009) essas formas continuam sendo expressivas, mas se adquire uma função pragmática.

Conforme Silva (2021), é necessário reconhecer que a lógica contemporânea da disseminação em massa das “*fake news*” não se respalda propriamente na configuração pragmática dos fatos no plano fenomênico (Gomes, 2009), mas no adensamento sobre este da dimensão expressiva do fenômeno, inscrita no terreno da retórica no qual é possível tergiversar a verdade e persuadir a partir de elementos formais.

Nesse sentido, constata-se que informações falsas compartilhadas nas redes sociais digitais e aplicativos de mensagens por meio da formatação de texto, imagem e agora vídeos, tem impacto e consequências irreversíveis na vida real, como os casos de Daniel e Fabiane, cidadãos inocentes assassinados por outros cidadãos que “buscavam justiça” por algo irreal.

5 CAPÍTULO 3 - AS FACES DO JORNALISMO FRENTE À DESINFORMAÇÃO

5.1 – O jornalismo como mercadoria

O jornalismo que floresce no século XVII europeu a partir de uma confluência de fatores, como o desenvolvimento da tipografia gutenberguiana, a expansão dos mecanismos técnicos possibilita um inédito fluxo de informação e a consequente transformação desse fluxo em mercadoria (Silva, 2021). O Iluminismo que raiou no século XVIII rompe o *status quo* da dominância religiosa da época, e passa a enaltecer a razão e o conhecimento. Nesse contexto, a função do jornalismo tinha ideais iluministas, com um paradigma que consistia na luta política e no fortalecimento da cidadania e do interesse público.

De acordo com Kovach e Rosenstiel (2003), com a força da primeira Revolução Industrial, o jornalismo se desenvolve como produto industrial, e se desloca a prática de produção textual noticiosa publicista, partidária e opinativa-subsidiado para a formação da imprensa moderna e informativa. A notícia, no sentido de informação espontânea, de registro de um fato circulante na cidade, trata-se de uma necessidade humana de se comunicar para a sobrevivência da vida em sociedade. Conhecer o que ocorre em outros lugares, a existência de outros povos, outras culturas, a necessidade da informação para as relações de comércio, eram essenciais para que as sociedades pudessem se desenvolver. Nesse sentido, a busca por informação serve para atender a interesses públicos e privados, mas principalmente porque isso dá aos indivíduos um sentimento de pertencimento no mundo, fazendo com que os mesmos se sintam partícipes da história cotidiana (Kovach, Rosenstiel, 2003).

Assim, durante a Modernidade, a imprensa foi legitimada como um poder que intermediava entre o Estado e a sociedade, que noticiava informações verídicas e credíveis. Ganhou o título de “Quarto Poder” neste período, tornando-se um agente democrático fundamental, que vigia e fiscaliza a sociedade e as instituições, fomenta o debate público e defende os interesses da cidadania (Habermas, 1984; Kovach, Rosenstiel, 2003). A prática jornalística atrelou-se à democracia, e estabeleceu um pacto simbólico de credibilidade com a sociedade, onde sua responsabilidade está na produção e distribuição das informações fundamentais.

Para Rocha (2013), o jornalismo não se resume apenas como mediador de informações dentro das sociedades modernas.

É antes de tudo uma atividade intelectual, política e econômica, notoriamente complexa, que necessita lidar com os desafios de uma empresa com interesses e necessidades econômicas e os princípios históricos e culturais que o norteiam, como a defesa da democracia, cidadania e do interesse público (Rocha, 2013, p. 53).

Todd Gitlin (2003) reflete que o divisor de águas para os meios de comunicação foi a industrialização. Com as revoluções industriais, e mais tarde, a revolução técnico-científico-informacional na metade do século XX, diversos cenários foram reconfigurados, mas principalmente as categorias midiáticas com ritmo de produção incessante e acelerado. É um contexto que insere a imprensa em um quadro econômico delimitado pela dependência de financiamentos, tecnologia e publicidade.

O mesmo percurso histórico que possibilitou a construção do ideal do jornalismo, por exemplo, os princípios para o exercício da função estabelecidos por Kovach e Rosenstiel (2003), como ser o portador da verdade, ter lealdade aos cidadãos, ter disciplina de verificação, ter ética, independência daqueles que os cobrem, liberdade de imprensa, foi o que possibilitou a submissão do jornalismo ao mercado, tornando-o em empresa, que tem como foco, lucrar, e não os ideais jornalísticos e éticos que propõe a função.

A ascensão do modo de produção capitalista atravessando o corpo social, desloca a informação (e o jornalismo) novamente, agora para a posição de produto a ser comercializado e consumido de forma rápida, além de disputar audiência com o entretenimento. Prior (2019) observa que este é o processo de massificação de bens simbólicos na economia capitalista, que incentiva os meios de comunicação de massa a lucrarem através da publicidade, na venda aos anunciantes, em prender a atenção dos consumidores, e não mais pela informação e apuração de qualidade, afetando a qualidade de produção e dos produtos jornalísticos.

Nesta linha, Abernathy (2016) chama a atenção para o que denominou de “novos barões da mídia”, a imprensa comprada por empresários que enxergam o jornal como mais uma fonte de lucro, poder simbólico de imagem e vantagem em disputas políticas:

A mais nova geração de barões da mídia – os gerentes de portfólio de investimentos – não são jornalistas nem compartilham a missão cívica tradicional do jornalismo. Sua prioridade é maximizar o retorno dos ativos em suas diversas carteiras. Portanto, sua rápida ascensão levanta novas e urgentes preocupações sobre as responsabilidades dos proprietários de jornais na era digital (Abernathy, 2016, p. 20).

Conforme Abernathy (2016), diferente dos jornalistas e editores tradicionais, estes não buscam equilibrar interesses comerciais com responsabilidade cívica, não buscam soluções

locais, e muito menos a democratização da informação local. Pelo contrário, Abernathy (2016) explica que, em sua maioria, produzem conteúdo direcionado a interesses políticos particulares, e não têm o senso de missão cívica nem a experiência atrelada ao jornalismo. Na verdade, “as receitas e os lucros dos jornais geralmente representam uma fração muito pequena das receitas geradas pelas vastas carteiras no valor de bilhões de dólares mantidas pelas entidades de investimento” (Abernathy, 2016, p.64). Como priorizam os lucros, estão preparados para se livrar de quaisquer participações, incluindo jornais, fontes, matérias, temas – que não produzam o que julgam ser um lucro adequado. A pesquisadora ressalta que as decisões editoriais dos proprietários não-jornalistas, afetam a saúde e a vitalidade da sociedade, visto que o senso de comunidade e a confiança na democracia sofrem impactos negativos quando o jornalismo é perdido, diminuído ou desvalorizado.

No cenário midiático atual, o jornalismo está imbuído na intensa cultura tecnológica, que reconfigura as estruturas, incidindo na produção, distribuição e recepção dos produtos midiáticos, bem como na periodicidade dos ciclos e dinâmicas mercadológicas da indústria da informação. Nesse contexto, os meios de comunicação buscam se adaptar aos novos formatos e condições, disputando atenção e *clicks* com a própria audiência, que passou a produzir e compartilhar conteúdo também. Da mesma forma que outras dinâmicas sociais da contemporaneidade, o processo de produção simbólica jornalística está indexado pela aceleração social do tempo (Prazeres; Ratier, 2020) em um ambiente que se configura pelo excesso de informações, principalmente nas redes sociais (*Facebook, Twitter, Instagram*) e aplicativos de mensagens instantâneas (*WhatsApp e Telegram*).

Para Rocha (2013), a linguagem e a narrativa jornalística contemporâneas estão impregnadas de apelos ao hiper estímulo das sensações e à dramatização do acontecimento. Deste modo, no que concerne às sensações utilizadas pelas mídias em geral, o problema é que nos programas de rádio e televisão, jornais, literatura de largo consumo, entre muitos outros produtos culturais, há uma intensa exploração mercadológica da sensação que resulta em sua transformação em emoção fácil, imediata, banal e fugaz – dando vazão ao conceito mais conhecido como sensacionalismo. “Os jornais começaram a se transformar em empresas que poderiam obter lucro, mas também corriam o risco de ir à falência, o material noticiável começou a passar por uma significativa transformação” (Rocha, 2013, p.39). Desde então, eis que surge uma inversão da lei de base da lógica da notícia, o que antes, quando da imprensa como veículo político, estava centrado em “a ser comunicado, porque importante”, ao se tornar veículo empresarial, passa a “importante, porque comunicado”.

Pela perspectiva de Marcondes Filho (1989, p. 67), o conceito de ‘sensacionalismo’ está ligado à estratégia mercadológica e empresarial, explicitado através do conceito de uma “mera mercadoria da indústria cultural” que busca intensivamente melhorar sua aparência para vender mais. “Sensacionalismo é apenas o grau mais radical de mercantilização da informação: tudo o que se vende é aparência e, na verdade, vende-se aquilo que a informação interna não irá desenvolver melhor do que a manchete” (Marcondes Filho, 1989, p. 66).

O jornalismo não está isento da possibilidade de erros não intencionais, influenciados pela precarização do trabalho e das redações sucateadas, operando em redações com recursos limitados, redações reduzidas e profissionais multitarefas (sobrecarregados) tentando sobreviver a uma espécie de capitalismo selvagem onde vale tudo, desde que traga *clickbait*s, além da imperativa velocidade acelerada da economia capitalista que atravessa a apuração jornalística e a informação de qualidade. Além disso, a perda de monopólio de intermediador da mídia por causa da tecnologia foi outro ponto relevante para a deslegitimação e contestação das narrativas jornalísticas, que será o ponto tratado no próximo tópico.

Prior (2019) aponta que essa dinâmica contribui para a produção de notícias falsas, de boatos e rumores que aumenta de forma considerável, além de ataques à imprensa e deslegitimação por parte de atores sociais de influência na opinião pública.

Sempre que o jornalismo cede à pressão do tempo e à velocidade da informação, acaba por abrir mão do seu princípio mais valioso, o princípio da credibilidade, contribuindo, também, para a era emocional da pós-verdade e para a reprodução, embora não intencional, de informações distorcidas sobre a vida pública (Prior, 2019, p.95).

Prior (2019) faz um alerta pertinente: quando o jornalismo é baseado no entretenimento e no sensacionalismo informativo, ocorre o deslocamento do mesmo como instituição de conhecimento, para empresa que tem como objetivo principal gerar lucros para um patrão em um sistema capitalista. Isso deturpa o papel de legitimidade jornalística e afeta a credibilidade ao ceder para títulos sensacionalistas, informações com deformações, manipulações, rumores e fatos que ainda antes de serem para chamar atenção e serem propagados e difundidos, tudo em nome dos *clicks*, que se convertem em lucros. Vive-se um paradoxo: enquanto o jornalismo de qualidade necessita de apuração, atenção e transparência na coleta e produção de informações, dando multiplicidade de vozes sobre os acontecimentos com transparência, a realidade dos meios de comunicação atualmente é a hiper concorrência, superabundância de produtos informativos e a velocidade intempestiva que caracteriza o

jornalismo contemporâneo e, assim, também são fatores que contribuem na disseminação da desinformação (Prior, 2019).

5.2 O jornalismo local no enfrentamento à desinformação

As mudanças nos modos de veiculação de notícias ocorridas a partir da consolidação da comunicação digital trouxeram à tona questões decorrentes da dificuldade de diferenciar conteúdos verdadeiros ou falsos, trazendo consequências nos modos de interação, nos circuitos comunicativos e na própria vida social.

Chaves e Melo (2019) explicam que a desinformação ocupa um papel central no debate no debate público:

O amplo acesso a dispositivos digitais que permitem o recebimento, o armazenamento, a edição e a distribuição de conteúdos audiovisuais fez com que a preocupação com as consequências da desinformação para a vida social passasse a ocupar um papel central no debate público nos últimos anos, especialmente depois que políticos começaram a ser eleitos usando táticas de guerra de informações como estratégia eleitoral (Chaves; Melo, 2019, p.63).

A compreensão do que é verdadeiro ou não está ligada também às escolhas de quais informações o cidadão quer consumir diante de uma infinidade de possibilidades, afinal as pessoas criam seu ambiente de mídia pessoal em busca de conteúdos – textos, áudios, vídeos – que confirmam suas verdades pré-estabelecidas. A exposição seletiva de ideias pautada por algoritmos contribui para a polarização extrema e limita os indivíduos em bolhas de des(informação), construindo uma perspectiva de realidade distorcida do mundo a partir daquilo que considera verdadeiro. Dessa forma, a confiança da população frente às instituições é abalada, e surgem questionamentos frente ao contrato social que outorgou à imprensa, nos últimos dois séculos, a ratificação da credibilidade (Chaves; Melo, 2019).

Então, como é possível exercer o direito à cidadania de forma responsável com um celular e redes sociais algorítmicas conectado nas mãos, enquanto os meios de comunicação tradicionais colapsaram, simultaneamente à transferência de responsabilidade informacional aos indivíduos? O consenso entre os pesquisadores é que não existe uma única medida para solucionar o problema da desinformação de forma efetiva e definitiva.

Conforme Sayad (2019), não há panaceia para deter à desinformação e restaurar valores que as nações perdem em termos de civilização e, conseqüentemente, os cidadãos, em

poder de decisão. Por isso, recomenda-se uma combinação estratégica de curto, médio e longo prazo, com perspectiva multidisciplinar de enfrentamento à desinformação, objetivando cultivar uma sociedade mais engajada e ciente dos perigos do fenômeno para a democracia, que esteja preparada para lidar com o ambiente digital e as informações circulantes (Alves; Maciel, 2020).

A desinformação desafia não só a reputação e segurança de jornalistas, mas questiona seus propósitos, método e eficácia, perpetuando sua degradação em detrimento do discurso cívico. Com isso, a sociedade perde um mecanismo de defesa diante das milícias digitais e organizações que investem na propagação de desinformação em alta escala nas plataformas digitais (Ireton; Posetti, 2019). Nesse contexto, o jornalismo deve não só atuar no enfrentamento à desinformação, mas também na retomada do seu lugar de legitimação como porta-voz das informações relevantes e de qualidade ao interesse público.

Conforme Del Bianco e Lima (2022), a dificuldade em nível nacional do jornalismo contestar a desinformação é desafiadora, o que faz com que para o jornalismo local seja ainda mais desafiador. Em um ambiente digital competitivo, com disputa pela economia de atenção nas redes sociais, o jornalismo local necessita estabelecer relações mais efetivas de proximidade com as audiências. Conforme os relatórios da Reuters (2021) e da Unesco (2020), a mídia local deve ser um canal de acesso a uma gama de notícias da comunidade, vista como a melhor fonte quando trata de assuntos de proximidade.

5.2.1 O valor da proximidade no jornalismo local

Diversos autores tentam definir a imprensa local. De forma breve, para fins de conceituação, a presente pesquisa utilizará algumas perspectivas de definição da mídia local relacionadas à questão da proximidade. Para Camponez (2002), a imprensa local tem uma forte territorialização de temas e públicos por causa da proximidade em relação aos agentes e às instituições sociais que dominam esse espaço. Denomina o jornalismo local de “jornalismo de proximidade”, aquele próximo dos cidadãos, dá atenção à memória coletiva e às maneiras de utilização da língua local na organização da informação.

Há mais de três décadas, o geógrafo Milton Santos (1988) já argumentava que a proximidade não se limita a uma mera definição das distâncias. Para o autor, a proximidade é o que cultiva a solidariedade, os laços culturais e desse modo a identidade. No meio local, a rede se integra e dissolve através do trabalho coletivo, o que implica um esforço solidário dos

diversos atores. Em contrapartida, uma contradição que atrapalha o desenvolvimento dos meios de comunicação no contexto local é justamente os objetos se alinharem cada vez mais aos interesses transnacionais, muitas vezes ativos por via das empresas gigantes (globais), que produzem normas particulares "indiferente" aos contextos em que se inserem (Santos, 1988). Ou seja, enquanto o interesse das grandes empresas é economizar tempo, aumentando a velocidade da circulação, o interesse das comunidades locais e até mesmo das menores empresas frequentemente é o oposto, e essa incompatibilidade afeta o desenvolvimento local assim como toda a sociedade.

Nessa linha, Peruzzo (2005) entende que a característica-chave da mídia local são os vínculos de pertença, o compromisso com o lugar e com a informação de qualidade. Retrata, portanto, a realidade regional ou local, e trabalha a informação de proximidade, promovendo relações de identidade e pertencimento de uma comunidade e de seus indivíduos com o local. Alicerçados por essa definição, questiona-se: como o jornalismo local pode se posicionar e contribuir no enfrentamento à desinformação?

Para tal resposta, utilizou-se como parâmetro de envolvimento da mídia local no enfrentamento à desinformação o relatório da Unesco (2020). Os pontos elencados no relatório são: engajamento em ações de educação midiática; investimento em checagens de fatos e em inovações para produzir informações em formatos mais acessíveis e atraentes; estabelecer parcerias em investigações relacionadas à desinformação com outras organizações de notícias nacionais e internacionais; intensificar a transparência sobre suas respostas à desinfodemia, como remoção de conteúdo; evitar a dependência excessiva da automação de publicações on-line; e, o mais importante, investir na verificação rigorosa de fatos e fontes, entendendo que as respostas investigativas a informações inverídicas vão além de perguntar se um conteúdo é falso ou se a fonte é confiável e imparcial, mas se envolver na desmistificação.

Portanto, contrapor a desordem informacional exige mais do que o sentido de realidade do discurso. O jornalismo profissionalizado, norteado pela verdade e ética, que promove audiência de debate plural, com métodos transparentes de investigação e apuração, independente de interesses particulares de anunciantes e patrocinadores, acordos com grupos de interesse político e econômico da localidade, é instrumento de informação de interesse público, conhecimento, e legitimação de narrativas para que a população saiba o que acontece ao redor. É função do jornalismo verificar, checar fatos e fontes, mas principalmente contextualizar os acontecimentos. Nesse sentido, urge a necessidade que o jornalismo reflita

sobre sua atuação no ambiente digital, pensando em como potencializar seu desempenho, alcance e legitimidade.

5.3 Checagem de fatos

Dos pontos elencados no relatório da Unesco (2020), dois serão destrinchados de forma mais detalhada com breve discussão teórica - a checagem de fatos e a educação midiática, pois são ações utilizadas pela mídia como forma de enfrentamento à desinformação

Mesmo com a crise de credibilidade do jornalismo, de forma paradoxal, é comum que produtores de desinformação utilizem a estética das instituições jornalísticas para adquirir credibilidade. Para garantir que a mentira seja credível, os conteúdos se alinham à crença e aos valores da maioria dos consumidores, além de serem disseminados por figuras de confiança, como amigos e parentes (Martins; Teixeira; 2020). Nesse cenário, a verificação de informações realizada pelas agências de checagem de fatos (*fact-checking*) se proliferam principalmente em ambientes digitais, como sites, com alguns vinculados às empresas jornalísticas tradicionais buscando ganhar espaço e visibilidade (Cosme; Dourado, 2021).

A priori, a International *Fact-Checking* Network (IFCN), estabelece diferença entre três definições: checagem (*fact-checking*), desmascaramento (*debunking*) e verificação. O primeiro é baseado em conteúdos publicados que são analisados e consultam informações de especialistas, além de resultar em uma conclusão que avalia a veracidade dos dados. O segundo é relacionado a boatos e fraudes virais, sem fontes oficiais. E o terceiro procura evidências primárias de testemunhas oculares ou via geolocalização, pesquisa de imagem reversa e resulta em uma história sendo publicada - ou cancelada.

Historicamente, o *fact-checking* ascendeu na linhagem de coberturas políticas. A vertente ganhou notoriedade com o trabalho do jornalista norte-americano Brooks Jackson, que atuava como âncora na rede de televisão CNN, durante as eleições presidenciais dos Estados Unidos em 1992, na qual o jornalista selecionava e verificava as declarações e promessas dos candidatos às eleições. Posteriormente, Jackson fundou, em 2003, o projeto FactCheck.org, juntamente com o Centro de Políticas Públicas da Universidade da Pennsylvania com o propósito de monitorar com precisão o que é dito pelos principais políticos dos Estados Unidos em propagandas de televisão, debates, discursos, entrevistas e comunicados de imprensa. Nos anos fora das eleições, o principal foco do projeto é voltado para as ações no Congresso americano (Cosme; Dourado, 2021).

Na América Latina, o Chequeado foi o projeto pioneiro, criado em 2010 na Argentina, e foi uma das maiores inspirações para a implantação de sites de *fact-checking* no Brasil como as agências Lupa e Aos Fatos, lançados em 2015. Em 2020, foi criada a Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD), que interliga projetos e instituições de diversas naturezas que combatem o mercado da desinformação. Atualmente, no Brasil existem iniciativas como o Boatos.org, E-farsas, Uol Confere (site Uol), Fato ou Fake (Site G1), Projeto Comprova (Abraji) e Estadão Verifica (site Estadão), entre outros.

No cenário de infodemia e desinformação, Zarzalejos (2017, p.13) entende que a única maneira de conceber o jornalismo nesta realidade é através da verificação dos dados. Assim o jornalismo “[...] e a comunicação deontológica, devem voltar a resgatar o relato verossímil, conter o sentimentalismo, apaziguar e moldar os piores instintos e proclamar a superioridade da inteligência sobre a visceralidade. Este é o *fact-checking*”.

O jornalismo, em qualquer realidade, é por essência, apuração, seleção e divulgação de notícias e acontecimentos gerais com veracidade, exatidão, clareza e rapidez (Seibt, 2019). Porém, com falta de recursos, redações reduzidas, e profissionais multitarefas sobrecarregados, as apurações mais detalhadas acabam por não acontecer e se mantém no jornalismo declaratório, vertente que não supre mais a necessidade da audiência de confirmação do fato devido ao contexto da desordem informacional. Mas, então o que difere a apuração da checagem de fatos? Conforme Seibt (2019), ainda que a checagem e a apuração sejam semelhantes em vários aspectos, a checagem de fatos é uma vertente do jornalismo que no momento atual em que a desinformação atinge patamares altos, retoma a essencialidade da transparência no método de apuração das informações, um dos valores cada vez mais utilizado como tentativa de reposicionamento das mídias tradicionais no mercado. O “jornalismo de verificação” se diferencia por deixar transparecer processos de apuração jornalística que estavam ausentes na notícia.

O jornalismo de verificação checa a exatidão dos dados fornecidos por membros da elite do poder público e já repercutidos na mídia, bem como segue a trilha das promessas proferidas durante as eleições, numa tentativa de conferir transparência informativa e valorizar a verdade dos fatos. Seibt (2019) explica que o princípio comum a todas as iniciativas de checagem de fatos foi encontrar formas de mediação por meio de uma rotina de checagem e confrontação dos dados a partir da etiquetagem (classificação) das informações e declarações, apresentando dados que permitam comprová-las ou desmenti-las, indicando se são incompletas, imprecisas, distorcidas ou falsas.

A atuação das agências segue premissas consideradas básicas, tais como ser transparente em relação às fontes, financiamento e metodologia de trabalho, além de agir de forma apartidária. O pesquisador norte-americano Lucas Graves (2016) define o *fact-checking* como um tipo de jornalismo provocativo e investigativo, que analisa as declarações oficiais, inclusive a prática o pode ser chamada de verificação de fatos após o fato, ou seja, a avaliação de conteúdos publicados e a transformação em uma nova notícia.

Com tal relevância na contemporaneidade, Graves (2016) acrescenta que inúmeras redações no mundo têm abraçado o formato de verificação de fatos.

O fact-checking é um movimento de reforma, porque argumenta sobre como o jornalismo político deve ser praticado. É parte de uma reação contra “ele disse, ela disse”, reportagens que vêm sendo construídas há décadas. Ele se encaixa em um padrão histórico muito maior de mudanças culturais e até movimentos de reforma no jornalismo. (Graves, 2016, n.p., tradução nossa).

Palácios (2019) destaca que a proliferação de agências de checagem vem criando um novo espaço para o exercício da profissão de jornalista, com as empresas emergentes buscando diferentes formas de financiamento e modelos de negócios, que vão desde a venda de checagem para empresas de mídia, até oferecimento de cursos e solicitação de doações individuais. Inclusive o autor intitula esse processo promovido pelas agências no mercado de “terceirização da credibilidade jornalística”.

Diante do desafio em desenvolver competências que permitam aos indivíduos uma atitude crítica e exigente com a mídia, é fundamental que diversos atores – governo, representantes da sociedade, escolas, veículos de mídia, universidades – se unam para estabelecer políticas públicas que reconheçam na educação midiática mais uma de suas vertentes interdisciplinares consolidada.

5.4 Educação midiática

No tsunami de infodemia e da desordem informacional, uma das raízes do problema da desinformação é a ausência de processos educativos capazes de conduzir as pessoas à auto responsabilidade e exigência de continuamente recriarem suas visões do mundo, do outro e de si mesmos. No contexto digital capaz de produzir desinformações em massa, a diferenciação entre conteúdos falsos e verdadeiros no ciberespaço se torna cada vez mais difícil.

Em consonância com Lévy (1999), que a mais de duas décadas já sinalizava que a vida é física, mas também digital, argumenta-se que a educação que desconsiderar isso está fadada ao fracasso. A mídia não é só uma lente pela qual enxerga-se o mundo, mas também um espaço e tempo nos quais todos estão inseridos. Nesse sentido, o jornalismo se depara com a crítica missão de trazer novos conceitos e paradigmas diante das mudanças no ambiente midiático e informacional.

De acordo com Chaves e Melo (2019) no Brasil as iniciativas de convergência entre educação e meios de comunicação datam dos anos 1930, com a fundação da Rádio Escola Municipal do Rio de Janeiro. Durante a década de 1980, a preocupação com a influência dos meios de comunicação sobre as crianças levou ao surgimento de ações e discussões sobre a necessidade de uma educação midiática. Conforme as autoras, nos anos 1990, surgiram no Brasil outros projetos que visavam o desenvolvimento da leitura crítica das notícias veiculadas pelos meios de comunicação de massa, como o Observatório da Imprensa (1996) e o site *Newsware* (1999).

Segundo Chaves e Melo (2019) a educomunicação é o campo que combina elementos de educação e comunicação, e se concentra no uso da comunicação como ferramenta educacional e na promoção da participação ativa dos indivíduos na produção e disseminação de mensagens midiáticas. Pode incluir práticas de educação midiática, mas também se estende a outras formas de comunicação além da mídia tradicional. Para esta pesquisa, interessa compreender justamente a educação midiática.

Conforme Guazina (2023), “educação midiática” é um termo amplo, considerado guarda-chuva, cujos estudos e principais propostas estão sob a guarda da Unesco há mais de 60 anos, e abarca o desenvolvimento de uma série de habilidades voltadas à leitura, análise e produção de informação autêntica e de qualidade. Em outras palavras, habilidades para este século que auxiliam a cidadania frente aos desafios impostos pela desinformação.

Pela perspectiva de Pinto *et al* (2011, p.24), a educação midiática é ampla, e classifica a área como “o conjunto de conhecimentos, capacidades e competências (e os processos da respectiva aquisição) relativas ao acesso, uso esclarecido, pesquisa e análise crítica da mídia, bem como as capacidades de expressão e de comunicação através desses mesmos media”.

Hobbs e Jensen (2009) enfatizam o papel da educação midiática no apoio à cidadania ativa e democrática, em oposição a simplesmente criar consumidores/as bem informados/as de mídias e culturas de massa. Ensina aos indivíduos como diferenciar jornalismo e opinião; o

que é sátira, meme ou notícia e como funcionam as redes sociais com suas regras e algoritmos, entre outros tópicos.

A educação midiática requer questionamento ativo e pensamento crítico a respeito das mensagens que criamos e recebemos; é uma conceituação expandida de alfabetização; desenvolve competências para aprendizes de todas as idades e requer uma prática integrada, interativa e repetida; seu propósito é desenvolver participantes informados, reflexivos e engajados, essenciais para uma sociedade democrática; as mídias são vistas como parte da cultura e funcionam como agentes de socialização; e as pessoas usam suas competências, crenças e experiências para produzir sentidos para as mensagens das mídias (Hobbs; Jensen, 2009, p.7).

Como termo guarda-chuva, a educação midiática pode se estender desde uma literacia básica no campo da mídia e do jornalismo - *media literacy* e *news literacy*, respectivamente. Conforme Sayad (2019), na literacia midiática, o objetivo é o desenvolvimento do entendimento crítico e da participação cidadã. Diz respeito à capacidade de acessar, analisar, avaliar e criar mensagens em uma variedade de formas de comunicação. Engloba também tudo aquilo relacionado à “fluência digital” (como pesquisar e utilizar as redes sociais de forma ética, criativa e cidadã), pela livre expressão na produção de mídia (sites, blogs, filmes e podcasts produzidos como forma de comunicação criativa, livre e participação política) até a lida com questões relativas à cultura digital e privacidade (lidar com a nova lei de proteção de dados, direitos autorais e o surgimento de moedas digitais ou criptomoedas).

Já a literacia jornalística é considerada uma subcategoria da literacia mediática, que diz respeito a habilidade de distinguir entre notícias verdadeiras e falsas, entender os vieses da mídia tradicional (como jornais, revistas, rádio, televisão) e mídia digital (como redes sociais, websites, podcasts, vídeos on-line), e compreender como as notícias são produzidas e distribuídas. Trata-se da que se concentra especificamente na capacidade de avaliar e entender notícias. Inclui como identificar fontes, gêneros textuais, notícias falsas, mídias e vieses das notícias, quanto a práticas educacionais voltadas para o ensino de habilidades relacionadas à mídia (Guazina, 2023).

A Reuters Institute (2018) produziu um relatório que concluiu que os indivíduos com níveis mais altos de competências em *news literacy* tendem a preferir notícias de grandes jornais e usam as redes sociais da internet de modo diferente dos demais usuários. Por exemplo, ao decidir se irão clicar em uma notícia, prestam mais atenção a pistas sobre a credibilidade do conteúdo: em que veículo foi publicado, quem foi o autor, quem compartilhou o link, entre outras. Já para os indivíduos com menor competência, o número de

comentários, curtidas e compartilhamentos parece ter mais importância no momento de avaliar a confiabilidade da notícia.

Nesse sentido, a educação midiática é parte intrínseca do pensamento crítico, aquele que significa comprovar, encontrar evidências, sintetizar e concluir fatos. Em concordância com Chaves e Melo (2019), é urgente o desenvolvimento de projetos específicos em alfabetização midiática para notícias, devido ao crescimento exponencial da disseminação de desinformação pelas redes sociais da internet. Essa ferramenta permite que os cidadãos tenham habilidades e competências para ter raciocínio crítico, cobrar das diferentes mídias informações de qualidade, sendo parcela ativa do enfrentamento à desinformação.

Os conceitos de educomunicação, educação midiática, alfabetização midiática, literacia mediática e literacia jornalística têm nuances diferentes, compartilham o objetivo geral de capacitar os indivíduos a compreender, analisar e participar de forma crítica no ambiente midiático em constante evolução. Para as novas gerações, o mundo informacional e digital não é um apêndice do mundo físico, mas parte fundamental dele. A escola sozinha não dá conta de cumprir o desafio de educar os cidadãos para a mídia; a mídia em si e a sociedade civil organizada são fundamentais, além de haver uma real necessidade de que esse conteúdo também atinja a populações adulta e idosa, que são naturalmente “migrantes digitais” (Chaves; Melo, 2019).

Em concordância com Spinelli e Santos (2019), a educação midiática vai além de uma visão simplista e limitadora de benefícios. No final das contas, o entendimento crítico também precisa levar à ação: o objetivo não é apenas interpretar o mundo, mas também mudá-lo. Este capítulo da dissertação busca argumentar que é possível abrir um espaço de diálogo entre educadores, jornalistas, governo, grupos de mídia e universidades, com perspectiva multidisciplinar, para que exista a discussão do tema tanto com crianças e jovens como adultos e idosos, para estarem preparados para combater o ambiente de desinformação.

Considerando o arcabouço teórico formado até aqui, chegou o momento de elucidar a teoria na prática. Dessa forma, o próximo capítulo iniciará a primeira etapa da pesquisa empírica, com a coleta, descrição e análises iniciais dos dados de cada jornal analisado, começando pelo Correio do Estado, e depois o Campo Grande News.

6 CAPÍTULO 4 - DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

6.1 Correio do Estado (CE)

CORREIO DO ESTADO - 2020

Foram localizados **nove itens jornalísticos** que contém o termo “desinformação”, sendo **sete** notícias e **duas** reportagens. Também **foi contabilizada uma notícia** que contém apenas o termo “informação falsa”, sendo a primeira do ano em que a temática da desinformação apareceu, no dia 13 de março de 2020, totalizando 10 matérias. Estão distribuídas nas editorias "Política" (5), e “Cidades” (5).

Descrição e análises iniciais – NOTÍCIAS

CE-1 - No dia 13 de março de 2020, foi publicada a matéria intitulada “Montagem atribuída ao Correio do Estado é fake”, que discorre sobre o jornal Correio do Estado ter sido alvo de notícia falsa atribuída ao veículo - o texto falso usa uma montagem idêntica ao *layout* do site Correio do Estado - com informações falsas sobre o coronavírus em Mato Grosso do Sul, que circulou pelo WhatsApp. A(s) unidade(s) de registro e contexto estão no subtítulo e no corpo do texto respectivamente:

“Criminosos usaram *layout* do Portal para disseminar **informação falsa**” (Correio do Estado, 2020, grifo nosso).

“O jornal Correio do Estado foi alvo de “*fake news*” nesta sexta-feira (13). Notícia atribuída ao veículo com **informações falsas** sobre o coronavírus em Mato Grosso do Sul circula pelo WhatsApp. **O texto falso usa uma montagem com o layout do Portal Correio do Estado**. O material nunca foi publicado nas versões impressas ou online do jornal. Esta **não é a primeira vez que criminosos usam a imagem e a credibilidade** do Correio do Estado para propagar **informações falsas**” (Correio do Estado, 2020, grifo nosso).

A primeira notícia do ano referente ao tema da desinformação não contém o termo “desinformação”, mas sim “informação falsa”. O jornal se posiciona e desmente a informação falsa e trata os responsáveis como criminosos. Embora a matéria não contenha o termo ‘desinformação’, é relevante apresentá-la pois trata-se um exemplo de “*fake news*” em âmbito local. A Figura 2 é referente a *fake news*.

Figura 2: Imagem anexada pelo Correio do Estado na notícia. Expõe como ocorre a construção de uma *fake news* - utilização do *layout* do site do jornal com desinformação sobre a Covid-19.



Fonte: Correio do Estado 11 jan. 2024.

CE-2 - Publicada no dia 2 de junho de 2020 a matéria intitulada “PL 2630: o que muda na vida dos usuários de redes sociais?” discorre sobre o projeto de lei atualmente conhecido como “PL das Fake News” que visa enfrentar à desinformação na Internet, mas que gerou polêmicas envolvendo conceitos de censura e liberdade de expressão. O termo “desinformação” aparece cinco vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“**Desinformação**, nesse sentido, é vista como **conteúdos “inequivocamente falsos ou enganosos, passíveis de verificação, colocados fora de contexto, manipulados ou forjados com potencial de causar danos individuais ou coletivos, ressaltando o ânimo humorístico ou de paródia”** (Correio do Estado, 2020, grifo nosso);

“Estão proibidos, caso a norma vigore, perfis falsos e disseminadores artificiais, ou seja, **disparadores de conteúdos** cujo uso não é comunicado ao provedor de aplicação e ao usuário bem como aqueles **utilizados para disseminação de desinformação**” (Correio do Estado, 2020, grifo nosso);

“O cumprimento do dever constitucional do Estado na prestação da educação, em todos os níveis de ensino, inclui a capacitação, integrada a outras práticas educacionais, para o uso seguro, consciente e responsável da internet, incluindo **campanhas para evitar a desinformação na internet e promover a transparência sobre conteúdos patrocinados**” (Correio do Estado, 2020, grifo nosso);

“A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem promover campanhas para servidores públicos sobre a **importância do combate à**

desinformação e transparência de conteúdos patrocinados na internet” (Correio do Estado, 2020, grifo nosso);

“O relator da matéria é o senador Ângelo Coronel (PSD-BA), também presidente da CPI Mista das *Fake News*. Ele já adiantou que deve complementar o projeto com outra proposta, de sua autoria, para **aumentar as penas de quem promove desinformação na internet**” (Correio do Estado, 2020, grifo nosso).

O texto é narrativo, explicativo e descritivo sobre o projeto. Define o termo “desinformação” e apresenta o glossário utilizado no projeto, os objetivos, regras e penalidades que a legislação prevê. Busca indicar que o projeto de lei não visa censurar, mas sim objetivamente enfrentar a desinformação. Além disso, fala sobre disparos de conteúdos falsos, a necessidade de enfrentamento e penas judiciais a propagadores. A matéria é considerada um enfrentamento indireto pois explica e esclarece o assunto e, ao mesmo tempo, divulga a importância da PL 2630 e se posiciona de forma favorável ao projeto.

CE-3 - No dia 10 de junho de 2020 a matéria “Correio do Estado passa a integrar o Projeto Comprova” anuncia a integração do jornal Correio do Estado no Projeto Comprova, explica o propósito e objetivo do Projeto Comprova (enfrentar à desinformação via checagem de fatos), descrição de como são realizadas as checagens, e quais os outros jornais que também integram o projeto. O termo aparece cinco vezes no texto, uma no subtítulo e quatro no corpo do texto respectivamente. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“**Ação colaborativa de combate à desinformação** e a conteúdos enganosos na internet agora conta com veículos de todas as regiões do Brasil” (Correio do Estado, 2020, grifo nosso);

“Depois de um expediente especial de 75 dias dedicado exclusivamente à verificação de conteúdos suspeitos sobre o novo coronavírus e a covid-19, o Projeto Comprova começa nesta quarta-feira, 10 de junho, a **terceira fase de suas operações de combate à desinformação** e a conteúdos enganosos na internet” (Correio do Estado, 2020, grifo nosso);

“As equipes do Comprova vão checar textos, imagens e áudios compartilhados nas diversas plataformas de redes sociais e em aplicativos de mensagens seguindo metodologias **desenvolvidas pela First Draft, organização internacional que pesquisa desinformação e oferece treinamento para jornalistas que atuam no combate ao fenômeno**” (Correio do Estado, 2020, grifo nosso);

“O objetivo dessa iniciativa é **engajar cidadãos no combate à desinformação** e limitar a circulação de boatos infundados sobre políticas públicas e de teor eleitoral em redes sociais e aplicativos de mensagens. A **coalizão do Comprova verifica conteúdos suspeitos que se tornaram**

virais ou que tenham grande potencial de disseminar informações enganosas ou falsas” (Correio do Estado, 2020, grifo nosso);

“Ele (Marcelo Träsel, presidente da Abraji à época), acrescenta: No atual contexto de **guerrilha política baseada em desinformação** e retrocessos na transparência, contar com parceiros em todo o Brasil para verificar conteúdo sobre políticas públicas e eleições municipais é fundamental” (Correio do Estado, 2020, grifo nosso).

Com base nos apontamentos do relatório da Unesco (2020) para o envolvimento da mídia local no enfrentamento à desinformação como, um deles é “estabelecer parcerias em investigações relacionadas à desinformação com outras organizações de notícias nacionais e internacionais”, o qual se encaixa nessa situação. A notícia explica o funcionamento do projeto e divulga a parceria como forma de autolegitimação do jornalismo como fonte confiável de informação para o público.

CE-4 - No dia 26 de junho de 2020 a matéria intitulada “Jornalista é preso pela Polícia Federal em Campo Grande” é referente à prisão de um "ativista" da hidroxicloroquina Oswaldo Eustáquio Filho, que incentivava tratamentos precoces/alternativos nas redes sociais e a manter o comércio aberto durante o isolamento social decretado pelas organizações de saúde. O “ativista” foi preso pelo inquérito que investiga disseminação de desinformação na pandemia e incentivo de atos antidemocráticos. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Em uma de suas postagens, Eustáquio disse que **o sucesso do país vizinho no combate à pandemia de coronavírus era simples, ‘comércio aberto e combate à desinformação na mídia’**” (Correio do Estado, 2020, grifo nosso).

O termo aparece entre aspas referente às frases que Oswaldo Eustáquio Filho utilizava nas postagens em redes sociais ao apontar que o combate à pandemia era simples. A matéria é narrativa e descritiva. Discussão relativa a desinformações que circularam em alta escala durante a pandemia nas redes sociais - hidroxicloroquina, tratamentos precoces, status da doença, número de óbitos, formas de prevenção, etc.

CE-5 - No dia 22 de setembro de 2020, a reportagem intitulada “‘Aí é questão do presidente’, diz vice Hamilton Mourão sobre acusação de Bolsonaro a índios e caboclos como responsáveis por incêndios”, é repostada do Estadão Conteúdo. A temática é relacionada à

política e meio ambiente, enquadra o discurso do ex-vice-presidente José Hamilton Mourão perante o posicionamento do ex-presidente Jair Bolsonaro na ONU em 22 de setembro de 2020, com falas polêmicas envolvendo o termo “desinformação” sobre as situações ambientais da Amazônia e Pantanal. O ex-presidente Bolsonaro **atribui a culpa das queimadas e desmatamento aos indígenas e caboclos das regiões atingidas**. O termo aparece três vezes entre aspas nas citações diretas das fontes (Mourão e Bolsonaro). A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Para Mourão, que coordena o Conselho da Amazônia, é preciso **‘contrapor a desinformação’ quanto ao meio ambiente** e destacou que a fala do presidente está dentro da visão do governo” (Correio do Estado, 2020, grifo nosso);

“No pronunciamento gravado para a edição deste ano da assembleia, **Bolsonaro afirmou que o País é vítima ‘de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal’**” (Correio do Estado, 2020, grifo nosso);

“**‘Que existe uma campanha de desinformação, existe. Isso aí eu já comentei, e compete a nós contrapormos.** Agora, eu sempre deixo claro que a contraposição tem que se dar por duas vertentes: uma vertente de uma informação qualificada e a segunda vertente é de impedir que ilegalidades ocorram para não dar margem a esse tipo de pressão’, declarou Mourão” (Correio do Estado, 2020, grifo nosso).

A matéria é narrativa e descritiva, e ao dar ênfase a essas citações dos envolvidos, permite analisar que, assim como o termo *‘fake news’*, o conceito de “desinformação” também pode ser incorporado por políticos para defender os próprios interesses. A notícia discorre sobre questões ambientais envolvendo as queimadas do Pantanal e Amazônia.

CE-6 - Em 6 de outubro de 2020, a notícia “Eleições: Homem é preso durante operação contra *‘fake news’* em Campo Grande” é referente a prisão de um **homem não identificado** pelo jornal durante a operação “Eleições Limpas” no período das eleições municipais em Campo Grande. Conforme a notícia, na primeira fase, foram cumpridos mandados de busca e apreensão domiciliar em residências de pessoas ligadas a uma página do *Facebook* que estaria sendo utilizada na propagação e difusão de notícias falsas. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: **‘DESINFORMAÇÃO’** (chapéu);

“Um homem, de 28 anos, foi preso durante a operação “Eleições Limpas”, desencadeada pela Polícia Civil, na manhã desta terça-feira (6), em Campo Grande. As investigações têm o objetivo de coibir a disseminação de “fake news”, nas eleições deste ano, bem como identificar os **propagadores de desinformação** nas redes sociais” (Correio do Estado, 2020, grifo nosso).

O texto indica que “as investigações teriam o objetivo de coibir a disseminação de “fake news” nas eleições municipais de 2020, a partir da identificação de propagadores de desinformação nas redes sociais. Contudo, a notícia não informa o nome de nenhum envolvido, não discorre sobre as desinformações encontradas e acaba por não esclarecer os fatos. A abordagem é rasa e superficial. O termo aparece referente a “propagadores” e medidas judiciais e penais para tal ato.

CE-7 - A próxima notícia, de 30 de outubro de 2020, intitulada “Campanha eleitoral tem baixa ocorrência de *fake news*, afirma Barroso” é repostada da Agência Brasil. O foco é o discurso do ministro Luís Roberto Barroso sobre a desinformação durante a campanha eleitoral de 2020. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Nós temos tido sucesso até aqui. Essa tem sido uma eleição de **baixíssima difusão** de notícias falsas, de **desinformação**. Nós estamos enfrentando isso com verdade, com um discurso harmonioso e com a repressão necessária”, afirmou” (Correio do Estado, 2020, grifo nosso).

A frase destacada do discurso do ministro Barroso sobre a “baixa ocorrência de desinformação durante a campanha eleitoral de 2020”, motivada pelo enfrentamento a partir da “verdade, com um discurso harmonioso e com a repressão necessária”. A notícia indica que existe um canal de denúncias de desinformação oficial do governo, mas não explica sobre, não disponibiliza o hiperlink que é redirecionado ao canal citado, sendo uma matéria de posicionamento raso e superficial.

CE-8 - Na sequência, em 12 de novembro de 2020 a notícia “Campanha de vacinação esbarra em desinformação, afirma secretário de saúde” é referente à reunião convocada pelo Ministério Público de MS para discutir a queda de vacinação geral em Campo Grande. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: Título;

“Segundo o secretário Municipal de Saúde, **a dificuldade de atingir as metas estão baseadas na desinformação**. Para ele esse é um dos principais

obstáculos pelos quais a prefeitura de Campo Grande tem que lidar” (Correio do Estado, 2020, grifo nosso).

A matéria deixa claro o posicionamento do secretário Municipal de Saúde (nome não informado) perante as razões para a queda vacinal, indicando que a dificuldade em as atingir é baseada na desinformação. Ou seja, o termo designa um obstáculo para a saúde pública (problema) de Campo Grande, do qual a prefeitura e os órgãos de saúde terão que lidar e tentar superar/contrapor.

Descrição e análises iniciais - REPORTAGENS

CE-9 - No dia 21 de outubro de 2020 foi publicada a reportagem intitulada “Presidente do TRE e especialistas lembram: jornalismo profissional é essencial para a democracia”, que argumenta sobre a necessidade urgente de valorização do jornalismo profissional no enfrentamento à desinformação e conscientização sobre o tema. O termo aparece seis vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto estão no chapéu, subtítulo e corpo do texto respectivamente:

“CONTRA A DESINFORMAÇÃO” (Correio do Estado, 2020);

“Pesquisadores ressaltam a importância **de checagem das informações contra notícias falsas e desinformação** (Correio do Estado, 2020, grifo nosso);

“A campanha eleitoral nunca ocorreu de maneira tão intensa na internet como neste ano, e em meio a uma atmosfera como a das redes sociais, em que a disseminação de notícias falsas ocorre quase a todo instante, a Justiça Eleitoral e especialistas no assunto ressaltam a **importância do jornalismo profissional no combate à desinformação** e às *fake news*, que podem desestabilizar o processo eleitoral” (Correio do Estado, 2020, grifo nosso);

“Lós (presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, desembargador João Maria Lós) também ressaltou o compromisso institucional da Justiça Eleitoral no combate à propagação de notícias falsas ou de publicações que enganam e confundem os eleitores. “De fato, **a desinformação vem sendo acelerada pelo uso da tecnologia digital e seu combate é, inclusive, um dos compromissos da gestão do presidente do TSE [Tribunal Superior Eleitoral], ministro Luís Roberto Barroso**”, ressaltou o presidente do TRE-MS” (Correio do Estado, 2020, grifo nosso);

“Mais do que combater a desinformação e notícias falsas, não somente no período eleitoral, o jornalismo profissional, que exerce o princípio

constitucional da liberdade de imprensa, é essencial para a manutenção de regimes democráticos” (Correio do Estado, 2020, grifo nosso);

“O objetivo é conscientizar o eleitor sobre o seu papel na divulgação de informações verdadeiras durante as eleições municipais deste ano e sobre como podem se juntar à Justiça Eleitoral no **combate à desinformação**, por meio de aplicativos e canais sociais da Justiça Eleitoral”, explica João Maria Lós” (Correio do Estado, 2020, grifo nosso).

O texto tem como foco a valorização do jornalismo profissional como agente essencial de enfrentamento à desinformação no momento atual. Ressalta a necessidade da vertente da checagem de fato nesse contexto. O termo é relacionado ao ‘combate’, algo a ser contraposto. A importância e posição do jornalismo e da checagem de fatos como ações e atores de enfrentamento. Também aparece na explicação referente à aceleração do fenômeno pela tecnologia e reforça o argumento sobre a importância e necessidade do jornalismo profissional para a democracia nesse contexto.

CE-10 - A reportagem publicada em 7 de novembro de 2020 intitulada “A história do movimento contra a vacina no Brasil completa 116 anos” contextualiza a situação do Brasil frente a vacinação obrigatória contra a Covid-10 cercada de desinformação e o movimento antivacina que ganhou força nos últimos anos. A unidade de registro e contexto é o subtítulo da matéria: “**Gerado pela desinformação, as manifestações ocasionaram feridos e mortos**” (Correio do Estado, 2020, grifo nosso). Embora o termo apareça no subtítulo como causa/motivo para as manifestações e mortes que ocorreram na época, o texto indica que, na realidade, houve uma ausência de informação sobre a vacinação em 1904 que resultou na revolta da vacina (não desinformações politicamente motivadas).

CORREIO DO ESTADO - 2021

No ano de 2021 foram localizados três itens jornalísticos, na editoria “Política”.

Descrição e análises iniciais - NOTÍCIAS

CE-11 - A primeira notícia encontrada em 2021 contendo o termo ‘desinformação’ foi publicada no dia 8 de abril de 2021, e é intitulada “Deputado protocola lei que inclui jornalistas no grupo prioritário da vacina contra Covid”. A notícia divulga uma lei protocolada pelo deputado federal Dagoberto Nogueira (PDT) que tem o objetivo de incluir a categoria de jornalistas e profissionais da imprensa como grupo prioritário da vacinação contra a Covid-19. O termo aparece três vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto estão no subtítulo e corpo do texto respectivamente:

“De acordo com Dagoberto (PDT), a categoria já havia sido reconhecida como essencial pelo governo federal e **"está no front do combate a desinformação"** (Correio do Estado, 2021, grifo nosso);

“No documento, o parlamentar justifica a medida dizendo que a categoria já foi reconhecida pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) como serviço essencial e, desde então, profissionais da área estão na linha de frente **contra a desinformação** em relação à pandemia” (Correio do Estado, 2021, grifo nosso);

““Além de estarem no **front da batalha contra a desinformação**, repórteres, cinegrafistas, radialistas, fotógrafos e outros profissionais estão enfrentando condições de trabalho difíceis, ditadas pelo risco de contágio e pelo isolamento social, agregado ao fato de que estão sendo duramente golpeados com constantes ataques e agressões”, ressaltou” (Correio do Estado, 2021, grifo nosso).

O termo aparece todas as vezes de maneira repetida, relacionado ao jornalismo e jornalistas estarem trabalhando na ‘linha de frente contra a desinformação’, frase presente na citação direta do deputado Dagoberto e usada como justificativa do projeto de lei que visa colocar a categoria na fila prioritária da vacinação. Trata a desinformação como algo/um mal a ser combatido, tendo como um dos agentes de ‘combate’ o jornalismo.

CE-12 - A próxima matéria, publicada em 12 de agosto de 2021 com o título “TSE anuncia que dará mais transparência ao funcionamento da urna eletrônica” é repostada do Estadão Conteúdo, e é referente aos ataques às urnas eletrônicas e ao sistema de votação

eleitoral. O texto aponta que será concedido acesso a verificação das urnas a quem se interessar, visando mais transparência ao processo e contrapor narrativas falsas. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luís Roberto Barroso, anunciou nesta quinta-feira, 12, quatro novas medidas para tornar o processo eleitoral mais transparente e confiável em meio à **onda de desinformação** que cerca o assunto” (Correio do Estado, 2021, grifo nosso).

O termo aparece no anúncio feito pelo ministro Luís Roberto Barroso que justifica as ações de transparência envolvendo urnas eletrônicas por causa da desinformação. Ou seja, a ‘onda de desinformação’ é a razão, o motivo do porque novas medidas para tornar o processo eleitoral mais transparente e confiável se faz necessário.

CE-13 - A última notícia, publicada em 17 de setembro de 2021 e intitulada “Em Campo Grande, Dias Toffoli diz que duvidar de urna "só mesmo na era da negativa intelectual"”, refere-se ao enquadramento das citações diretas do ministro Dias Toffoli que ocorreu em evento da Justiça Eleitoral em Campo Grande (MS), sobre a segurança do sistema eleitoral, realizando críticas sobre desinformação e outros fenômenos que levam os cidadãos a duvidarem da urna eletrônica. O termo aparece quatro vezes, todas em citações diretas do ministro. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Em seu discurso, Toffoli garantiu a segurança do sistema eleitoral brasileiro e disse que **duvidar da urna eletrônica é fruto** de uma ‘**campanha de desinformação**’” (Correio do Estado, 2021, grifo nosso);

“Só mesmo nessa **era da negativa intelectual, era chamada de pós verdade**, se pode **veicular uma campanha de desinformação**” (Correio do Estado, 2021, grifo nosso);

“O voto eletrônico é sim auditável e é reconhecido internacionalmente em matérias de segurança, eficiência e transparência. **Perplexidade diante da desinformação não resolve o problema** (Correio do Estado, 2021, grifo nosso);

“O STF, o Tribunal Superior Eleitoral e a Justiça Eleitoral como um todo têm atuado de forma coesa e desempenham um **papel central para conter as condutas criminosas desses movimentos de inspiração autoritária, movimentos que apostam na desinformação** e na memória curta das pessoas” (Correio do Estado, 2021, grifo nosso).

A notícia é descritiva e tem como gancho as falas do ministro Dias Toffoli no evento de 10 anos do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral, em Campo Grande. Nas citações, o ministro deixa claro sua posição atribuindo a culpa da desconfiança nas urnas eletrônicas às campanhas de desinformação. Trata as ações e agentes desinformadores como criminosos.

CORREIO DO ESTADO – 2022

Em 2022 foram localizados **30 itens** no site Correio do Estado que contém o termo “desinformação”, sendo **14 notícias, 12 checagens de fatos, 2 colunas e 2 artigos**. As notícias estão distribuídas nas editorias Economia (1), Cidades (2), e Política (11). As checagens em Cidades (2) e política (10). Embora verifica-se essa divisão nas editorias, as 12 checagens abordam temas da política brasileira. Os artigos são educativos, um sobre consequências de desinformar no contexto eleitoral e um sobre o debate da desinformação.

Descrição e análises iniciais – NOTÍCIAS

CE-14 - A matéria publicada em 31 de janeiro de 2022, intitulada “Saiba como se proteger das condições climáticas com a contratação do Seguro Agrícola”, é sobre a contratação de serviços de seguro agrícola para quem deseja evitar problemas com as queimadas e secas. A notícia parece mais uma publicidade do que jornalismo, visto que fala das vantagens de comprar um seguro agrícola específico. O termo “desinformação” aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Ele explica que ainda **há muita desinformação** em relação ao produto, e muitas vezes o agricultor fica assustado com os preços do prêmio e acaba desistindo” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso).

O texto é argumentativo sobre a compra do seguro. O foco não é a desinformação, e o termo é usado como um dos motivos para o número baixo de vendas, um **obstáculo** para a venda do produto (seguro agrícola). É possível inferir que não se trata de desinformação politicamente motivada, mas sim falta de informação sobre o produto.

As próximas três notícias (dias 19/02, 19/03 e 25/03) compõem a saga da questão problemática envolvendo o Telegram (que se recusava a aderir ao programa de enfrentamento à desinformação) e o STF. Todas as notícias são repostadas de outros veículos (Estadão Conteúdo e Agência Brasil) e utilizam o termo desinformação como grave problema,

relacionado à necessidade de enfrentamento às redes de desinformação que circulam pelas plataformas digitais.

CE-15 - A notícia publicada em 13 de fevereiro de 2022 intitulada “Barroso ameaça suspensão do Telegram; ‘Brasil não é casa da sogra’” marca o início do embate/desentendimento entre o aplicativo de mensagens instantânea Telegram e o STF (última instância do poder judiciário brasileiro), frente a negação do dono do aplicativo de aderir o programa de enfrentamento à desinformação. O termo “desinformação” aparece três vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“**COMBATE À DESINFORMAÇÃO**” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“No início do mês, em entrevista ao Estadão, Barroso chegou a afirmar que não gosta da ideia de banir uma plataforma, contudo, o aplicativo tem ignorado tentativas de diálogo feitas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que **busca um trabalho em conjunto no combate à desinformação** durante as eleições de 2022” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“Outras redes sociais, como *Facebook*, WhatsApp e TikTok já fizeram parceria com o TSE nas eleições municipais passadas, em 2020, com o objetivo de **conter redes de desinformação**” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso).

CE-16 - A matéria publicada em 19 de março de 2022 intitulada “STF dá 24h para Telegram atender às determinações e evitar um bloqueio” discorre sobre o prazo dado pelo STF ao Telegram para atender às determinações que visam enfrentar a desinformação, caso contrário a plataforma seria bloqueada no Brasil. O termo “desinformação” aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Informação, imediata e obrigatoriamente, de todas as providências adotadas para o **combate à desinformação** e à divulgação de notícias fraudulentas, incluindo os termos de uso e as punições previstas para os usuários que incorrerem nas mencionadas condutas” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso).

O termo aparece como um dos itens na lista de exigências do Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação no Âmbito da Justiça Eleitoral, relacionado a “combate”. Também demonstra medidas judiciais cabíveis a aplicativos que se recusarem a colaborar no enfrentamento à desinformação.

CE-17 - No dia 25 de março de 2022, a matéria “Telegram assina acordo de adesão a programa do Tribunal Superior Eleitoral” discorreu sobre a adesão do Telegram ao Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação no âmbito da Justiça Eleitoral e o bloqueio do aplicativo revogado pelo STF. O termo “desinformação” aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“O Telegram assinou nesta sexta-feira (25) termo de adesão ao **Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação** no Âmbito da Justiça Eleitoral, promovido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A parceria tem como objetivo combater os conteúdos falsos relacionados ao processo eleitoral e o sistema eletrônico de votação” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“No sábado (20), Moraes revogou o bloqueio. O ministro disse ter recebido manifestação do Telegram informando o cumprimento das ordens anteriores, que incluíam o bloqueio de contas no aplicativo e a eliminação de mensagens falsas, bem como a adoção de diversas medidas para **combater a disseminação de notícias falsas e desinformação**” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso).

O termo aparece no título do programa, e depois é novamente relacionado à explicação de que as medidas visam combater o fenômeno.

CE-18 - A notícia publicada em 30 de março de 2022, intitulada “Projeto Comprova lança minicurso sobre desinformação voltado para maiores de 50 anos”, divulga uma ferramenta de combate à desinformação e educação midiática, o minicurso do Projeto Comprova sobre desinformação voltado para o público maior de 50 anos. O termo aparece seis vezes (contando o título). A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“O Projeto Comprova, coalizão liderada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e formada por 40 veículos de mídia, incluindo o Correio do Estado, que trabalham **colaborativamente para verificar desinformação**, lança no Brasil, nesta quarta-feira (30), a versão em português do MediaWise for Seniors” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“Ele foi criado para ajudar as pessoas nessa faixa etária a distinguir fatos de boatos e a **lidar com a desinformação** compartilhada nas redes sociais. Para a presidente da Abraji, Natalia Mazotte, a educação midiática se tornou um foco de atuação relevante para a entidade” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“A **desinformação é pervasiva e atinge pessoas com diferentes níveis de letramento digital**, gerando impactos negativos nas nossas relações e instituições. Estamos animados com a possibilidade de ajudar um público mais amplo a refletir sobre o seu consumo de informação digital” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

"Nossa prioridade é contribuir para uma internet aberta, transparente e segura. **A desinformação provoca o contrário**", afirma Murillo Laranjeira, diretor de Políticas Públicas da Meta no Brasil” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“É uma organização apartidária e sem fins lucrativos que opera em cinco países, orientando as pessoas a distinguir o que é real e o que é ficção e fornecendo instrumentos para que todos possam fazer sua parte para reduzir **o compartilhamento de desinformação** e valorizar a verdade” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso).

O termo aparece relacionado ao trabalho de verificação de conteúdo do Projeto; ao objetivo do minicurso de ajudar as pessoas na faixa etária proposta a distinguir fatos de boatos e a lidar com a desinformação compartilhada nas redes sociais; alertando como o fenômeno pode ser pervasivo e ter impactos negativos nas nossas relações sociais e na crença nas instituições; e por fim explica que o Projeto Comprova se baseou no MediaWise (iniciativa de alfabetização em mídia digital para capacitar os cidadãos a encontrar fontes confiáveis e lidar com a grande quantidade de informação).

CE-19 - No dia 25 de maio de 2022, a matéria intitulada “Comprova reúne 42 veículos de comunicação para **checar desinformação** nas eleições presidenciais” em tom de conscientização sobre a temática da desinformação, divulga o trabalho do Projeto Comprova e parceiros na checagem de informações envolvendo as eleições presidenciais. Com o objetivo de enfrentar a desinformação. O termo aparece oito vezes (contando o título). A(s) unidade(s) de registro e contexto são: Título (já indicado acima);

“Para a presidente da Abraji, Natália Mazotte, os novos membros ampliam a relevância e a diversidade do Comprova. "Essa é hoje a maior coalizão de veículos conduzindo um trabalho sistemático de checagem e verificação no Brasil. Os conteúdos desenvolvidos pela rede serão fundamentais para o **combate à desinformação durante as eleições deste ano**” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“Desde o início do projeto, 800 reportagens foram publicadas pelo site do Comprova. Essas reportagens **esclareceram conteúdos que espalharam desinformação nas redes sobre eleições** e o processo eleitoral, políticas públicas no âmbito do governo federal e sobre a pandemia de covid-19” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“Para isso, os profissionais seguem metodologias desenvolvidas pela First Draft, organização internacional que **pesquisa desinformação** e oferece treinamento para jornalistas que atuam no combate aos conteúdos falsos” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“Também em 2022, o Projeto Comprova participa do **Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação** no âmbito da Justiça Eleitoral, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, e do Projeto #FakeToFora, do Instituto Palavra Aberta, que fomenta a participação de jovens na eleição” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

"Com o objetivo de **colaborar para o combate à desinformação** e o fortalecimento do jornalismo profissional, pelo quarto ano consecutivo a Meta tem o prazer de apoiar o projeto Comprova” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“O Google tem muito orgulho de apoiar o Comprova desde a sua fundação, há quatro anos, como parte dos nossos esforços de **combate à desinformação** no Brasil. Às vésperas de mais uma eleição presidencial, temos confiança renovada da importância do trabalho desempenhado por essa coalizão para democracia e a promoção do jornalismo, da checagem e verificação de fatos, e da informação de qualidade aos brasileiros” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“O Comprova também tem como objetivo engajar cidadãos no **combate à desinformação**. O público pode denunciar conteúdos suspeitos ou falsos relacionados aos temas que estão no escopo do projeto e sugerir verificações por meio de um número de WhatsApp – (11) 97045-4984 – e por um formulário no site projctocomprova.com.br” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso).

O termo é usado na explicação do trabalho, métodos de checagem e objetivos de esclarecer conteúdos duvidosos que circulam nas redes sociais sobre as eleições presidenciais e a confiabilidade do processo eleitoral. Aparece também relacionado à necessidade de combate à desinformação e a parceria do Projeto Comprova com o Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação no âmbito da Justiça Eleitoral, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e do Projeto #FakeToFora, do Instituto Palavra Aberta.

CE-20 -A notícia publicada em 3 de agosto de 2022 intitulada “Notícias falsas causam danos irreparáveis, diz Luiz Fux, presidente do STF” é repostada da Agência Brasil, e enquadra o discurso do Ministro do STF Luiz Fux na palestra do seminário “*Fake news* e liberdade de expressão” realizado em 3 de agosto sobre notícias falsas causarem danos irreparáveis à sociedade. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: “DESINFORMAÇÃO” (chapéu);

“O ministro do STF Luís Roberto Barroso em sua fala disse haver “um momento delicado na democracia”, e que **o populismo autoritário busca se valer de “desinformação, ódio ofensa e teorias conspiratórias”** (Correio do Estado, 2022, grifo nosso).

O termo aparece relacionado a populismo, ódio e teorias conspiratórias. Demonstra preocupação com a democracia e o processo eleitoral devido à alta disseminação de desinformação.

CE-21 - No dia 24 de agosto de 2022 a matéria publicada “Projeto Comprova lança aplicativo para compartilhar verificações e incentivar educação midiática” divulga o lançamento do aplicativo de checagem de fatos do Projeto Comprova, que tem o objetivo de ajudar usuários a detectar desinformação, buscando minimizar os efeitos da desinformação sobre a pandemia e eleições presidenciais, além de incentivar a educação midiática. O termo aparece cinco vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Desenvolvido com financiamento do Google, app reproduz checagens, dá dicas para **evitar a disseminação de desinformação**, abre um canal com o projeto” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“O Projeto Comprova, iniciativa colaborativa de verificação de fatos formada por 43 veículos de comunicação brasileiros e liderada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo - Abraji, está lançando um aplicativo para celular para **ajudar usuários a detectar desinformação**” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“Para a presidente da Abraji, Katia Brembatti, é mais uma iniciativa que mostra como estamos buscando todos os canais para chegar a mais e mais pessoas. **“O combate à desinformação exige esforços em várias frentes. O aplicativo é uma forma de estar presente nos celulares”** (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“Em 2022, participam do projeto 43 organizações de mídia de todas as regiões do Brasil. São sites de notícias, rádios, TVs e jornais que trabalham colaborativamente para **minimizar os efeitos da desinformação sobre a pandemia** e as eleições presidenciais” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“Educação midiática é um dos compromissos do Comprova e o projeto se une a diversas iniciativas brasileiras que trabalham para levar conhecimento aos cidadãos brasileiros para que possam analisar criticamente a mídia e seus produtos e saibam lidar com a **desinformação**. Um dos objetivos do aplicativo é servir de apoio didático a professores que desenvolvam projetos de educação midiática nas escolas” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso).

O termo aparece como um dos objetivos do aplicativo, relacionado a evitar a disseminação de desinformação e ajudar a reconhecê-la, evidenciando que a educação midiática como forma de enfrentamento à desinformação também é um dos compromissos do Comprova.

CE-22 - Em 1 de setembro de 2022, a notícia publicada “Em parceria com o TSE, Google lança a ferramenta ‘Como Votar’” divulga o lançamento do recurso “Como Votar” da Plataforma Google que visa contribuir com informações oficiais sobre as Eleições 2022 para a população. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Desde 2014, o Google estabelece parcerias com a Justiça Eleitoral, visando **combater de forma ostensiva o fenômeno da desinformação on-line no contexto das eleições brasileiras**” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“O Comprova é apenas um dos 150 parceiros do TSE no **Programa de Enfrentamento à Desinformação** e lançou o primeiro aplicativo de checagem de notícias falsas do Brasil” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso).

O termo aparece relacionado ao objetivo que frisa combater “de forma ostensiva” a desinformação que circula no ciberespaço sobre as eleições presidenciais no Brasil.

CE-23 - Em 22 de setembro de 2022, a matéria intitulada “Eduardo Riedel diz que confia apenas nas pesquisas em que aparece com chances de ir para o 2º turno” discorre sobre o final do ciclo de entrevistas com os candidatos a governador do MS, na qual deu ênfase às declarações de Riedel. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Encerrando o ciclo de entrevistas com os candidatos ao governo de Mato Grosso do Sul, na tarde desta quinta-feira (22) foi a vez de Eduardo Riedel, do PSDB, ser sabatinado. Durante os 25 minutos que teve disponível, o tucano destacou que as **pesquisas eleitorais podem espalhar desinformação** e atrapalhar na campanha eleitoral” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso).

O termo aparece relacionado ao discurso de Riedel, que indicou que as pesquisas eleitorais podem espalhar desinformação, criticando que as pesquisas eleitorais viraram “propagandas políticas” tendenciosas, o que atrapalha a campanha eleitoral.

CE-24 - Publicada em 20 de outubro de 2022, a notícia “Por mudanças de regras a 10

dias da votação, especialistas criticam TSE” é repostada do Estadão Conteúdo e discorre sobre as críticas feitas à nova resolução do TSE de enfrentamento à desinformação por “estar próximo das eleições”. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“A avaliação é de especialistas consultados pelo Estadão sobre a nova medida adotada pelo TSE para fazer frente ao "desastre" que o presidente do tribunal, ministro Alexandre de Moraes, vê **no combate à desinformação pelas plataformas de redes sociais**” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso).

O termo está relacionado a "combate" à desinformação nas plataformas redes sociais. Os pontos apontados da resolução giram em torno de punição judicial e multa para propagadores de desinformação que se negarem a retirar o conteúdo. Contudo, os “especialistas” criticam a resolução por acharem “aspectos como a desta, que venham a adentrar de forma tão significativa no processo eleitoral faltando dez dias para o segundo turno, me parece exagero do TSE”.

CE-25 - Matéria do dia 24 de outubro de 2022 intitulada “TSE nega pedido para suspender perfis de Janones e Carlos Bolsonaro nas redes” também é repostada do Estadão Conteúdo e noticia que o TSE negou o pedido para suspender os perfis do deputado federal André Janones (Avante) e o vereador Carlos Bolsonaro (PL), argumentando que a suspensão de perfis nas redes sociais só deve acontecer se for provada a produção sistemática de desinformação. O termo aparece quatro vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Embora tenha negado a suspensão dos perfis, Gonçalves determinou que a **Assessoria de Enfrentamento à Desinformação** do TSE apresente relatórios produzidos a partir do monitoramento das redes sociais de Janones e Carlos, desde o último dia 22, para checar se houve o compartilhamento de conteúdo já atingidos por decisões judiciais que os consideraram falsos” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“O ministro ainda afirmou na decisão que, caso seja "demonstrada a **produção sistemática de desinformação**", deverá alterar o despacho para determinar a remoção dos perfis, como orientam os precedentes do TSE” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“Antes de tomar a decisão, o corregedor do TSE determinou que os dois parlamentares se manifestassem sobre as acusações de que teriam **orquestrado redes de desinformação**” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“Nota-se que, do ponto de vista jurídico, ambas as coligações, e seus candidatos, avaliam que uma medida extrema, como é a suspensão de um

perfil nas redes sociais, se justifica para conter a **divulgação massiva de desinformação**, uma vez que notícias falsas ou gravemente descontextualizadas têm aptidão para ferir a isonomia e a normalidade eleitoral", destacou Gonçalves" (Correio do Estado, 2022, grifo nosso).

O termo aparece relacionado ao relatório de monitoramento das redes de ambos para checar se houve compartilhamento de desinformação. Também aparece relacionado a "produção sistemática", "orquestrado redes" e "divulgação massiva" de desinformação e discorre sobre as consequências de propagar desinformação nas redes.

CE-26 - Publicada em 27 de outubro de 2022, a notícia "Campo Grande é a capital com a maior queda na vacinação" discorre sobre a queda na vacinação, e atribui uma das causas à desinformação. O termo aparece uma vez na citação direta de Julio Croda, infectologista e pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz e da UFMS). A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

"Não temos a busca ativa das crianças que são vacinadas em determinados territórios, e seria um componente importante de estratégia dentro do programa de Saúde da Família. Tem um outro componente que é a hesitação vacinal, que está relacionada à **desinformação com a disseminação de fake news e o movimento antivacina**" (Correio do Estado, 2022, grifo nosso).

A matéria não desenvolve e nem argumenta sobre a problemática da desinformação e a razão de ser posta como motivo para a queda na cobertura vacinal em Campo Grande. Não desmistifica a questão, e nem contrapõe as possíveis desinformações.

CE-27 - Em 2 de dezembro de 2022, a notícia intitulada "Transição acionará Justiça Eleitoral sobre explosão de beneficiários do Auxílio" é repostada do Estadão Conteúdo e refere-se a desorganização do sistema de assistência social, indicando que o governo Lula acionará a Justiça Eleitoral para apurar abuso de poder econômico de Bolsonaro no Auxílio Brasil. O termo aparece uma vez na citação direta da ex-ministra Tereza Campello. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

"Estão jogando a culpa na população empobrecida, quando, na verdade, o próprio governo conduziu esse processo dessa forma, em completa ausência de apoio e orientação às famílias, com a desorganização do sistema de assistência social, **com a desinformação, inclusive, do próprio sistema**", comentou Campello" (Correio do Estado, 2022, grifo nosso).

O termo aparece nas críticas de Campello com relação às mudanças no programa de transferência de renda no governo Bolsonaro, argumentando que gerou “desorganização das políticas públicas e de confusão para os beneficiários” e que agora jogam a culpa na população, mas que na verdade houve ausência de apoio e orientação e desinformação do próprio sistema.

Descrição e análises iniciais - CHECAGENS

CE-28 - Em 27 de setembro de 2022, a checagem intitulada “Contribuição assistencial a sindicatos não é obrigatória e trabalhador deve ficar atento a abusos” discorre sobre o STF ter autorizado, em 11 de setembro, a cobrança da contribuição assistencial pelos sindicatos mesmo de trabalhadores não filiados. Os conteúdos analisados são posts no Instagram, TikTok e X (antigo Twitter) que desinformam sobre a contribuição assistencial. Essa checagem é um exemplo de enfrentamento direto à desinformação, pois checa conteúdos falsos. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: “Diante de **conteúdos que geraram desinformação** sobre o tema, a seção Comprova Explica traz detalhes sobre a decisão” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso).

CE-29 - Em 9 de outubro de 2022, a checagem “Posts enganam ao associar Bolsonaro e a Maçonaria ao satanismo” aponta que postagens no Twitter (atual X) enganam ao associar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ao satanismo. A checagem indica que o conteúdo foi manipulado e as imagens inseridas digitalmente. O chapéu da matéria é “ENGANOSO”, e no corpo do texto é definido como: “Enganoso, para o Comprova, é o conteúdo retirado do contexto original e usado em outro de modo que seu significado sofra alterações; que usa dados imprecisos ou que induz a uma interpretação diferente da intenção de seu autor; conteúdo que confunde, com ou sem a intenção deliberada de causar dano”. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: “Em nota datada de quarta-feira (5), a Comab **descreveu a peça de desinformação** como ‘produção covarde, imbecil e oportunista de informações falsas, inverídicas e revestidas de maldades para enganar nosso querido povo brasileiro’” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso).

CE-30 - A checagem publicada em 12 de outubro de 2022, intitulada “É montagem post dizendo que Bolsonaro acabará com feriado de 12 de outubro”, verifica uma publicação

no X (antigo Twitter) o conteúdo e é classificado pelo Comprova como “FALSO”, que define como “todo conteúdo inventado ou que tenha sofrido edições para mudar o seu significado original e divulgado de modo deliberado para espalhar uma falsidade”. O termo aparece três vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“No Twitter, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), **filho do presidente, classificou o conteúdo como desinformação**” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“Como verificamos: Iniciamos as buscas no Google com as palavras “Bolsonaro” e “feriado 12 de outubro”, que retornou a checagens já realizadas por Boatos.org e pelo portal UOL. Foi possível localizar, ainda, uma matéria do Estadão que trata de **conteúdos de desinformação** relacionados aos dois candidatos que disputam o segundo turno da eleição presidencial” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“Após o conteúdo viralizar nas redes sociais, o senador Flávio Bolsonaro fez uma publicação no Twitter **classificando como desinformação** a ideia de que o pai iria acabar com o feriado religioso. “Bolsonaro nunca acabaria com um feriado religioso. Nós somos os verdadeiros cristãos”, declarou o filho do presidente” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso).

CE-31 - Em 13 de outubro de 2022, a checagem “Vídeo engana ao afirmar que banqueiros apoiam Lula por supostos prejuízos ao setor” verificou afirmações enganosas de um vídeo da deputada Tati Mandelli (Republicanos-BA) publicado no Kwai, YouTube, Instagram e WhatsApp atribuindo um jantar do candidato à presidência Lula (PT) com banqueiros e empresários a uma reação a políticas do governo Jair Bolsonaro (PL). O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: “As afirmações no conteúdo verificado seguem a linha do presidente Bolsonaro, candidato à reeleição, e, quando ligadas ao processo eleitoral, **peças de desinformação**, podem atrapalhar a escolha do eleitor, que deve ser feita a partir de dados verdadeiros” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso).

CE-32 - A checagem publicada em 18 de outubro de 2022 intitulada “Saiba como as redes sociais têm **combatido a desinformação**” tem cunho explicativo, aborda a forma como as redes sociais têm combatido a desinformação. Explica a potência de difusão da desinformação nas redes sociais e quais medidas essas plataformas tomam para enfrentar à desinformação (aplicadas pelo Twitter (atual X), Instagram, *Facebook*, WhatsApp e Telegram). O termo aparece seis vezes, uma no título e o restante no corpo do texto. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Nesse cenário, através das redes sociais, as *“fake news”* ganharam força no período eleitoral, sendo propagadas com maior facilidade por seus usuários, **contribuindo para a desinformação em massa**” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“Em reconhecimento de seu papel, as mídias passaram a adotar medidas de **combate à desinformação durante as eleições**” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“Como reportar uma possível falsa informação? - Para denunciar uma postagem com **suspeita de desinformação** submetendo-a a uma checagem, basta acessar o menu que aparece ao apertar um botão simbolizado com três pontos (...) e clicar em “denunciar tweet” e logo após selecionar o motivo “as informações são enganosas”. A função está disponível tanto no aplicativo como na web” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“Eleições 2022 - A partir de 20 de julho, o feed dos usuários do Twitter passou a contar com novas ferramentas. A plataforma on-line apresenta informações sobre as eleições no Brasil, **visando combater a disseminação de fake news** e a desinformação, por meio de uma seção especial na aba “explorar”, chamada “Eleições 2022”, apenas com assuntos ligados às eleições brasileiras” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“O órgão eleitoral assinou um tratado, que faz parte do **Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação no Ambito da Justiça Eleitoral**, e foi o primeiro a ter um acordo do gênero com o Telegram. Dentre as novidades previstas para o app estão um canal verificado e um chatbot para tiragem de dúvidas dos eleitores” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso).

CE-33 - No dia 19 de outubro de 2022 foi publicada a checagem explicativa “O que foi a Operação Lava Jato, iniciada em 2014 indo até 2021” sobre a Operação Lava-Jato, tema polêmico que rendeu desinformação nas redes sociais e plataformas. A matéria introduz o tema e destrincha-o em tópicos: “O que foi a Operação Lava Jato”; “Fases da operação”; “O esquema e as investigações”; “Resultados e consequências”; “Enfraquecimento e fim da Lava Jato”; “A Lava Jato e o ex-presidente Lula”; “Saída da prisão e anulação das condenações”; “Direitos políticos de Lula foram restituídos” e “Ações penais”. O termo aparece uma vez para indicar os conteúdos desinformativos. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Durante o período das eleições, surgem diversas dúvidas acerca da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e também **conteúdos de desinformação** segundo os quais ele não pode disputar a eleição presidencial deste ano por conta de condenações no âmbito da Operação Lava Jato, o que é mentira” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso).

CE-34 - Em 20 de outubro de 2022 a checagem intitulada “Sinal de 'L' feito por traficantes não é referência a Lula e, sim, saudação de facção do Rio” desmente que o sinal feito por traficantes RJ com a letra “L” com as mãos em vídeo que circula nas redes sociais tenha relação com Lula. O vídeo é reciclado de 2018, quatro anos antes deste período eleitoral. Classificado pelo Comprova como “FALSO”. O termo aparece duas vezes para indicar a prática de disseminar “peças” de desinformação. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“O gesto simboliza a facção criminosa Amigos dos Amigos (A.D.A), segundo especialista consultado pelo Comprova e reportagens sobre o tema. Às vésperas do segundo turno, a **peça de desinformação** tenta criar relação dos criminosos com o presidenciável, embora o vídeo seja de 2018, quatro anos antes deste período eleitoral” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“Por que investigamos: O Comprova investiga conteúdos suspeitos que viralizam na internet relacionados às eleições presidenciais de 2022, à pandemia e a políticas públicas do governo federal. O conteúdo aqui investigado usa imagens de uma reportagem de 2018 para associar falsamente o “L” feito por traficantes ao apoio ao candidato à Presidência da República Lula. A disseminação de **peças de desinformação** é uma prática nociva à democracia, porque a população tem direito de fazer suas escolhas baseadas em conteúdos confiáveis” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso).

CE-35 - Em 21 de outubro de 2022 a checagem explicativa intitulada “O que se sabe sobre o caso Celso Daniel” discorre sobre o assassinato do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel (PT-SP) que aconteceu há mais de 20 anos, mas tem sido assunto recorrente pois é “cheio de contradições”. O tema é introduzido e destrinchado em tópicos: “Quem era Celso Daniel”; “Versão da Polícia Civil”; “Nova denúncia e acusação contra Sombra”; “Suposições sobre crime político”; “Da CPI dos Bingos à Lava Jato”; “Mortes de pessoas relacionadas ao caso”; “A relação do PT, Lula e Celso Daniel”; e “Delação de Marcos Valério”. O termo aparece uma vez indicando que há peças de desinformação sobre o caso. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“O fato é que o caso é cheio de contradições e, diante de divergências e **peças de desinformação** que vêm sendo compartilhadas sobre o assunto, o Comprova usará as hipóteses levantadas pelo Ministério Público e a conclusão da Polícia Civil para ilustrar os acontecimentos que cercam o crime” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso).

CE-36 - Em 22 de outubro de 2022 foi publicada a checagem intitulada “Lula não defendeu o uso de mentiras na política, ao contrário do que sugere post”, e desmente que Lula

tenha defendido que políticos precisam mentir. A desinformação circulou no Kwai. O termo aparece uma vez indicando a peça de desinformação utilizada. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Na sequência (10 minutos e 17 segundos), começa o trecho recortado na **peça de desinformação**. Na versão integral do vídeo, é possível constatar que o petista fazia uma referência ao presidente Bolsonaro antes de realizar o comentário” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso).

CE-37 - Publicado em 27 de outubro de 2022 a checagem intitulada “Público não vaiou Bolsonaro em show de Gustavo Lima em Aracaju, ao contrário do que mostra vídeo” é sobre ser falso o vídeo que mostra show de Gustavo Lima com o áudio da plateia xingando o presidente e candidato à reeleição Jair Bolsonaro (PL). O vídeo circulou no Tiktok. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“No contexto das eleições no Brasil, muitos **conteúdos de desinformação** envolvendo os dois candidatos à Presidência, Bolsonaro e Lula (PT), estão circulando, prejudicando a escolha do eleitor, que deve ser feita com base em informações verdadeiras” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“Outras checagens sobre o tema: A **peça de desinformação** sobre o cancelamento de shows de Lima também foi verificada pelo Correio Braziliense e pelo Estado de Minas. Outros conteúdos envolvendo a eleição foram checados pelo Comprova, como o que mentia ao dizer o aplicativo do TSE não permite denúncias contra o PT e o também falso que dizia que Janja e um cantor teriam incitado a morte de Bolsonaro em música e que o jogador Vini Jr criticou o presidente no Twitter” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso).

O termo aparece indicando a interferência da desinformação no contexto eleitoral. Durante as eleições presidenciais brasileiras houve muito conteúdo de desinformação envolvendo os dois candidatos à presidência (Bolsonaro e Lula), prejudicando a escolha do eleitor que deve ser feita com base em informação verdadeira e de qualidade. E também relacionado a outras checagens semelhantes.

CE-38 - A checagem publicada em 28 de outubro de 2022 intitulada “É falso que aplicativo do TSE não permita denúncias contra o PT” desmente conteúdos falsos sobre o aplicativo de disque-denúncia do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não aceitar queixas contra o Partido dos Trabalhadores (PT). O conteúdo foi publicado no Twitter (atual X), e o

Comprova checkou e classificou o conteúdo como “FALSO”. O termo aparece uma vez apenas para indicar a checagem de outras desinformações. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Outras checagens sobre o tema: A **peça de desinformação** verificada já foi desmentida pelo TSE em setembro e, nesta semana, pelas agências de checagem de fatos Lupa e AFP Checamos, e pelos sites de notícias O Antagonista e Yahoo News. Sobre publicações envolvendo denúncias no processo eleitoral, o Comprova já mostrou que o presidente do TSE, Alexandre de Moraes, não disse que vai mandar prender eleitor que reclamar das urnas, que queixas sobre urnas devem ser registradas com o presidente da mesa, não em aplicativo do TSE e que vídeo faz apologia ao crime ao incentivar os eleitores a escreverem o próprio voto no caderno de assinaturas da seção eleitoral” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso).

CE-39 - Em 30 de outubro de 2022, a checagem “Bolsonaro não disse que vai acabar com 13º e hora extra, ao contrário do que afirma vídeo” checa a veracidade do vídeo publicado no Tiktok que mostra Jair Bolsonaro (PL) durante entrevista dizendo que vai acabar com o 13º e com a hora extra. O Comprova classificou o conteúdo como “FALSO”. O termo aparece na justificativa do porque o conteúdo foi investigado, relacionado a conteúdos falsos envolvendo os candidatos à presidência. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“(…) No contexto das eleições no Brasil, muitos **conteúdos de desinformação** envolvendo os dois candidatos à Presidência, Bolsonaro e Lula, estão circulando, prejudicando a escolha do eleitor, que deve ser feita com base em informações verdadeiras” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso).

Descrição e análises iniciais - ARTIGOS

CE-40 - Publicado em 25 de maio de 2022, o artigo “Regras da campanha eleitoral e consequências **das campanhas de desinformação**” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso), narra sobre a nova legislação referente às campanhas eleitorais, explicando o que pode e o que não pode, e tem como objetivo evitar a circulação de notícias falsas. O termo “desinformação” aparece apenas no título, mas no corpo do texto aparecem outras expressões como “notícias falsas”, apontando que autores desse tipo de mensagem serão punidos. Enfoca as regras e consequências penais do descumprimento. Autor: não identificado (Da redação).

CE-41 - Em 23 de junho de 2022 o artigo intitulado “Cresce o debate sobre desinformação”, tem cunho de educação midiática, visto que discorre sobre o aumento da

desinformação nos ambientes digitais, informações e reflexões sobre necessidade de práticas de enfrentamento e verificação de conteúdo. Autor: não identificado (Da redação). O termo aparece cinco vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: Título;

“O debate sobre a **disseminação crescente de desinformação pela internet** torna-se objeto de discussão entre especialistas do mundo todo, que procuram não apenas identificar as causas e a proporção do fenômeno, como também buscar meios para evitar que a internet seja **propagadora de desinformação**, como tem ocorrido cada vez mais, por toda a parte” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“Para Katya Vogt, da OnG internacional Irex (que trabalhou no projeto Learn to Discern L2D – Aprender a discernir), “informações manipuladoras – ou a **notória família da desinformação** (no inglês, dis-, mis- e mal-information) –, desde a ansiedade pelo ‘like’ até a propaganda computacional, ameaçam a democracia, corroem a confiança nas instituições públicas e polarizam comunidades e sociedades” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso);

“Os especialistas ainda estão em busca de respostas. Certamente esse será um tema em constante debate, pois as implicações da **disseminação da desinformação** têm efeitos no dia a dia, com o que as pessoas fazem e decidem” (Correio do Estado, 2022, grifo nosso).

Descrição e análises iniciais - COLUNAS

CE-42 - A coluna publicada em 17 de outubro de 2022 intitulada “Desinformação de segunda geração” utiliza o termo apenas no título. O subtítulo tem tom irônico e aparece relacionado “Ministro Ricardo Lewandowski (STF e TSE) inaugura o 'fake conclusion', sobre vídeos verdadeiros que podem ser mal interpretados e por isso precisam ser censurados”. No decorrer dos assuntos tratados, nenhum volta-se à temática. Coluna repostada, de autoria de Cláudio Humberto, jornalista, colunista e editor-chefe do Diário do Poder.

CE-43 - Publicada em 24 de outubro de 2022 intitulada "O antídoto para a desinformação é mais informação" seguido do subtítulo “Procurador-geral da República, Augusto Aras, ao pedir a suspensão dos novos poderes de censura do TSE”. Mais uma vez o termo é utilizado apenas no título, e não há argumentação nem aprofundamento sobre a questão no corpo do texto. Coluna repostada, de autoria de Cláudio Humberto, jornalista, colunista e editor-chefe do Diário do Poder.

CORREIO DO ESTADO – 2023

Foram localizados 46 textos jornalísticos. São **oito notícias, uma reportagem, dois artigos e 35 checagens de fatos**. As notícias estão distribuídas nas editorias “Política” (3), “Brasil” (3) e “Cidades” (2). A reportagem está na editoria “Cidades”. Com relação às checagens, localizadas nas editorias Cidades (20), Política (16) e Economia (3); todas são do tema política ou atravessam a questão de alguma forma.

Descrição e análises iniciais – NOTÍCIAS

CE-44 - Publicada em 31 de março de 2023, a notícia “Três anos e 11.025 mortes depois, covid segue alvo de desinformação” marca a data de três anos do primeiro registro de óbito em decorrência da Covid-19 em Mato Grosso do Sul. O termo aparece quatro vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: Título;

“**Desinformação** - Em Campo Grande, a superintendente de Vigilância em Saúde, Veruska Lahdo, durante entrevista ao Correio do Estado, discorre que foram mais de 4.600 vidas perdidas em decorrência da Covid na Capital. Ela atribui parte dos óbitos à **desinformação** e às ondas de fake news que se intensificaram durante os picos da Covid-19 na Capital. Para Veruska, muitos óbitos poderiam ter sido evitados se a adesão vacinal fosse maior” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Veruska lembra que não apenas as vacinas contra o coronavírus estão em baixa, mas que, com a **desinformação**, algumas doenças até então extintas estão voltando, ocasionado pela não vacinação infantil” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece como tópico dentro da notícia que contextualiza a discussão sobre a partir da citação direta da superintendente de Vigilância em Saúde, Veruska Lahdo, que atribui parte dos óbitos decorrentes da Covid-19 à desinformação e às ondas de *fake news* que se intensificaram durante os picos da Covid-19 na Capital. A superintendente ainda argumenta que óbitos poderiam ter sido evitados se a adesão vacinal fosse maior, e alerta que não apenas as vacinas contra o coronavírus estão em baixa, mas que, com a desinformação, algumas doenças até então extintas estão voltando, ocasionadas pela não vacinação infantil.

CE-45 - Em 8 de maio de 2023, a notícia “PF investiga "braço direito" de Bolsonaro por lavagem de dinheiro”, aborda a investigação da Polícia Federal (PF) sobre a origem do dinheiro apreendido na casa do tenente-coronel do Exército Mauro Cid, ex-ajudante de ordens

do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), na Operação Venire. O termo aparece quatro vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“A PF afirma que Mauro Cid participou deste e de "outros eventos também destinados à **difusão de notícias promotoras de desinformação** da população", incluindo a live em que Bolsonaro associou a vacina contra a covid-19 com o vírus da aids” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece em citação direta da nota da PF, indicando que Mauro Cid participou de disseminação de desinformação durante a Covid-19 associando a vacina ao vírus da Aids. Ou seja, é uma matéria que se refere às consequências de propagar desinformação.

CE-46 - Publicada em 15 de junho de 2023, a notícia “Moraes determina que Monark preste depoimento à PF” é repostada da Agência Brasil e refere-se a decisão judicial que o influenciador digital Bruno Monteiro Aiub, conhecido como Monark, preste depoimento à Polícia Federal (PF) no prazo de cinco dias, pois o relatório comprovou que YouTuber publicou conteúdo comprovadamente falso e incitador contra o Estado. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“A decisão de Moraes foi motivada por um relatório produzido pela assessoria de **enfrentamento à desinformação** do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Na petição enviada ao Supremo, o tribunal eleitoral informou sobre a publicação de um vídeo de Monark na rede social Rumble, no dia 5 de junho” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece para indicar que a decisão foi motivada por um relatório produzido pela assessoria de enfrentamento à desinformação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Além de ter os perfis bloqueados, Monark está proibido de publicar e compartilhar notícias falsas. O termo acompanha uma situação de consequência judicial/penal para propagadores.

CE-47 - A notícia publicada em 6 de julho de 2023 intitulada “Relator da reforma tributária zera alíquota da cesta básica e aponta **desinformação** sobre o tema” discorre sobre o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) que zerou a alíquota de imposto sobre a cesta básica na nova versão de seu parecer. O termo aparece três vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: Título;

“O relator da reforma tributária, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), zerou a

alíquota de imposto sobre a cesta básica na nova versão de seu parecer, apresentada na noite desta quarta-feira, 5. No plenário da Câmara, o deputado disse que a mudança foi feita para acabar com o que **chamou de "desinformação"** sobre o tema” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

"Para **acabar com a desinformação**, estamos criando na emenda constitucional a Cesta Básica Nacional de Alimentos. E essa cesta básica tem alíquota zero, é o que estamos colocando no texto, para que ninguém fique inventando alíquota e fique dizendo que a gente vai pesar a mão sobre o pobre", disse Aguinaldo (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece na citação direta da fonte, o relator da reforma tributária, Aguinaldo Ribeiro, relativo às emendas constitucionais criadas para “acabar com a desinformação" sobre o tema. Por mais que o título e o lead levem a crer que o foco será a desinformação sobre o tema, isso não ocorre e é narrado de forma superficial.

CE-48 - Em 12 de setembro de 2023, a notícia “Pessoas mais escolarizadas acreditam menos em teorias conspiratórias” discorre sobre o relatório da Education at a Glance 2023, que expõe dados que pessoas com maior nível de escolaridade tendem a acreditar menos em teorias conspiratórias. A notícia relata sobre estudos que comprovam a importância da educação perante a crença em conteúdos falsos. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“No Brasil, o **combate à desinformação** também vem sendo discutido. No âmbito nacional, está sendo elaborada uma política nacional de educação midiática, que, de forma geral, inclui um conjunto de habilidades para analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos. A chamada Estratégia Brasileira de Educação Midiática está sendo discutida na Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República, que realizou recentemente uma consulta pública para definir as principais diretrizes dessa política” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Além do **aspecto da desinformação**, os dados do Education at a Glance mostram que, quanto maior o nível de escolaridade, mais as pessoas tendem a se engajar civicamente. Aproximadamente 25% das pessoas com ensino superior fazem trabalhos voluntários em organizações sem fins lucrativos. Entre aquelas que não concluíram o ensino médio, a porcentagem cai para menos de 12%. Cerca de 10% das pessoas com ensino superior participam de manifestações públicas e em torno da metade, 6%, daqueles com ensino médio incompleto o fazem” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo vem acompanhado de reflexões e abordagem crítica sobre o tema, demonstrando que o processo educativo é essencial para o desenvolvimento de pensamento

crítico sobre os conteúdos consumidos nas plataformas digitais.

CE-49 - Publicada em 23 de setembro de 2023, a notícia intitulada “Pesquisadores defendem Brasil protagonista na ‘diplomacia das vacinas’” é repostada da Agência Brasil e trata sobre a opção geopolítica de afastar o Brasil de fóruns multilaterais. A queda nas coberturas vacinais e a propagação de desinformação por órgãos oficiais retiraram o protagonismo do país no campo das imunizações e saúde global. O termo aparece três vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Nos últimos anos, a opção geopolítica de afastar o Brasil de fóruns multilaterais, a queda nas coberturas vacinais e até a **propagação de desinformação por órgãos oficiais** retiraram o protagonismo do país no campo das imunizações e da saúde global” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Mais tarde, já em 2022, a médica estava entre os especialistas que tiveram dados pessoais vazados em grupos bolsonaristas após participar de uma audiência pública sobre vacinação pediátrica contra a covid-19, promovida pelo Ministério da Saúde. A pasta convidou e deu espaço equivalente a especialistas em imunização e militantes antivacinas, que **usaram o evento para propagar desinformação**” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Precisamos lembrar sempre do que aconteceu no Brasil nos últimos anos. Não podemos esquecer que **entidades oficiais, páginas e perfis de governo divulgaram desinformação sobre a covid-19** e, inclusive, notícias falsas sobre a covid-19. Sabemos que agentes do Estado intencionalmente defenderam a ideia falsa de que poderia haver imunidade de rebanho por contágio e, com isso, expuseram a população brasileira a risco, e tivemos morte, adoecimento e sofrimento que poderiam ser evitados. Precisamos ter memória, precisamos buscar a verdade e defender a justiça e a reparação para que nunca mais algo desse tipo aconteça no Brasil” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo “desinformação” aparece relacionado à propagação de desinformação de Covid-19 pelo próprio governo (Bolsonaro) e como isso impactou diretamente as pessoas e a saúde pública, e ao fato do movimento antivacina ter tido espaço para se manifestar. Também aparece na citação direta da Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade da Universidade de São Paulo (USP), Deisy Ventura, que reforça a responsabilidade do governo perante a disseminação de desinformação sobre a Covid-19. O texto trata a questão de forma crítica, e aponta a propagação de desinformação por órgãos oficiais como motivo para as quedas nas coberturas vacinais, que retiraram o protagonismo do país no campo das imunizações e saúde global e deram espaço para movimentos antivacina.

CE-50 - Em 25 de setembro de 2023 foi publicada a notícia “Combate a *fake news* motiva discurso de ódio ao jornalismo, diz Rosa Weber”, também repostada da Agência Brasil sobre a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Rosa Weber, ter dito que por atuar na “linha de frente contra a desinformação”, o jornalismo tornou-se “alvo constante da rede de ódio no Brasil”. A afirmação foi feita durante o seminário “Liberdade de Imprensa: Onde Estamos e para Onde Vamos”, em 25 de setembro de 2023, na sede da CNJ em Brasília. O termo aparece cinco vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Rosa Weber, disse hoje (25) que, por atuar na “**linha de frente contra a desinformação**”, o jornalismo tornou-se “alvo constante da rede de ódio no Brasil”. A afirmação foi feita durante o seminário Liberdade de Imprensa: Onde Estamos e para Onde Vamos, na sede da CNJ em Brasília” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Situando-se na **linha de frente contra a desinformação**, a imprensa livre e os profissionais do jornalismo na defesa da transparência e da verdade são alvos constantes da rede de ódio no Brasil. De acordo com o relatório Monitoramento de Ataques a Jornalistas no Brasil da Abrají [Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo], em 2022 foram registrados 557 casos de agressões a jornalistas em nosso país. Dos casos reportados, 145 envolvem violência de gênero contra mulheres jornalistas” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Rosa Weber acrescentou que o otimismo inicial com o surgimento de um “estado público global de comunicação, por meio da internet”, acabou por dar lugar ao “desalento ocasionado pela ocupação desse espaço naturalmente democrático por **agentes do ódio e da desinformação**”, e que esses grupos estariam determinados a manipular o pensamento individual e coletivo, de modo a desacreditar as instituições políticas, fomentar a discórdia, incitar a violência, instigar todas as formas de discriminação social” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Desafio - Nesse sentido, a ministra acrescentou que **não existe uma teoria capaz de solucionar por si só a questão da desinformação**. ‘Não há resposta simples para enfrentar a escala, o alcance e a frequência da propagação de desinformação nas redes de comunicação, especialmente contra a imprensa e os agentes de verificação da veracidade de tais notícias’” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece em citações diretas da Ministra Rosa Weber, que relaciona o jornalismo à “linha de frente contra a desinformação”, colocando-o como agente de enfrentamento ao fenômeno, e como consequência tornou-se “alvo constante da rede de ódio

no Brasil”. Refere-se ao espaço de ódio que as plataformas digitais formaram, e que não existe teoria capaz de solucionar o problema. Ressalta a importância do jornalismo nesse papel de enfrentamento, numa tentativa de conscientização.

CE-51 - A notícia publicada em 14 de novembro de 2023, intitulada “Advogados eleitoralistas de MS alertam para os riscos de nova ferramenta do X”, discorre sobre a avaliação dos advogados eleitoralistas de Mato Grosso do Sul perante o sistema colaborativo de verificação de informações, batizado de “Notas da Comunidade” no X (antigo Twitter). O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Segundo advogados eleitoralistas de Mato Grosso do Sul ouvidos pelo Correio do Estado, a prática permitiu nos últimos meses a **veiculação de desinformação** e mensagens enviesadas, o que abriu uma nova frente de preocupação para as próximas eleições e deve desafiar a Justiça Eleitoral do Brasil, pois há risco de propagação de notícias falsas” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece relacionado à perspectiva dos advogados sobre a possibilidade de desinformação na nova ferramenta, e notícias falsas na citação direta do advogado Benedicto Arthur de Figueiredo Neto, demonstrando preocupação com a questão.

Descrição e análises iniciais - REPORTAGEM

CE-52 - Em 23 de setembro de 2023, foi publicada a reportagem “Infoxicação: consumo desenfreado de informações pode acarretar transtornos mentais”, que aborda o compartilhamento de dados cada vez maior e como isso aumenta a frequência de sobrecarga mental pelo excesso de informações, a chamada de infoxicação - intoxicação mental por excesso de informação que pode dar “pane” em nossa mente. A matéria discorre sobre como esse excesso pode prejudicar a saúde mental. O termo aparece uma vez na citação direta da psicóloga Francisca Flávia Costa. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Este consumo ocorre, em grande parte, porque muitas pessoas têm **medo da desinformação**, de ficar para trás, não estar por dentro dos assuntos do momento ou atualizado de tudo” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

A reportagem tem cunho de educação midiática, pois explica conceitos e dinâmicas do

ambiente midiático digital e informacional. Explica sobre o consumo desenfreado de informações gera diversos sintomas negativos no cérebro e dá dicas para evitar a infociação.

Descrição e análises iniciais - CHECAGENS

CE-53 - A checagem de 22 de julho de 2023 intitulada “Governo da Flórida não declarou vacina contra a covid-19 uma arma biológica” verifica um post enganoso que afirma que o estado da Flórida, nos Estados Unidos, declarou que as vacinas mRNA contra a covid-19 são armas biológicas. O conteúdo apresenta características típicas de peças de desinformação, como caráter vago e alarmista. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Comitê do Partido Republicano em Brevard condena vacina em carta. A notícia, cujo sentido foi distorcido pela **peça de desinformação**, foi apresentada por telejornal da WPEC, emissora afiliada à CBS, em 13 de julho. Conforme a reportagem, a ideia de que a vacina mRNA contra a covid-19 é uma “arma biológica” é defendida em carta por líderes do Partido Republicano do Condado de Brevard” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“O que podemos aprender com esta verificação: O conteúdo apresenta características típicas de **peças de desinformação**, como caráter vago e alarmista. Repare que o post enganoso usa termos como “bio-arma” e ILEGAL, em letras maiúsculas, e cita a proibição da administração de “qualquer vacina” mRNA a “qualquer pessoa” no estado” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece relacionado a ‘peças de desinformação’ referente a uma notícia verdadeira que teve seu sentido distorcido em um post, e depois na parte do aprendizado perante a verificação.

CE-54 - Na checagem publicada em 03 de agosto de 2023 intitulada “Post faz falsa equivalência entre decisões de Alexandre de Moraes para sugerir preferência por Lula” verifica que é enganosa a montagem que usa duas manchetes da CNN Brasil para levantar suspeitas sobre prazos distintos fixados pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes em decisões envolvendo os governos Lula (PT) e Bolsonaro (PL). O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Como verificamos: O primeiro passo foi conferir as duas reportagens da

CNN Brasil citadas pela **peça de desinformação** (1 e 2). Depois, com a informação de que ambas as decisões de Moraes foram tomadas no âmbito da ADPF 976, o Comprova consultou a jurisprudência e entrou em contato com o STF e com o autor da publicação. Por fim, conversou com o doutor em Direito Processual Penal e professor de Direito da PUCRS Aury Lopes Júnior” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Outras checagens sobre o tema: Os ministros do STF, assim como decisões do órgão, são alvos frequentes de **peças de desinformação**” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece relacionado às análises da ‘peça’ de desinformação e ao fato dos ministros do STF serem alvos frequentes de ‘peças’ de desinformação’.

CE-55 - Em 6 de agosto de 2023 foi publicada a checagem “O que é o Real Digital e como irá funcionar a versão eletrônica da moeda brasileira” de cunho explicativo sobre o projeto da moeda digital brasileira, o chamado Real Digital. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Por que explicamos: O Comprova Explica esclarece temas importantes para que a população compreenda assuntos em discussão nas redes sociais que podem **gerar desinformação**” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece na justificativa do porque o Comprova realizou essa explicação, pois pode ‘gerar’ desinformação.

CE-56 - Em 8 de agosto de 2023 a checagem publicada “Cacique Raoni mora em Mato Grosso e não há evidências de que ele tenha imóvel em Paris” refere-se a um post enganoso que cita que o cacique Raoni tem um apartamento em Paris. O termo aparece três vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“É enganoso o post que cita que o cacique Raoni tem um apartamento em Paris. **A desinformação foi publicada** como reação a críticas feitas por ele à política indigenista de Jair Bolsonaro (PL) e é disseminada desde o final de 2019, quando um vídeo sobre venda de ouro em Gana foi distorcido para acusar Raoni de negociar terras por meio de uma ONG para construir mansão” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Na época, agências de checagem como Estadão Verifica e Lupa já mostravam que a suposta ligação de Raoni à filmagem em Gana era explorada em **peças de desinformação**” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“O que podemos aprender com esta verificação: Representantes **indígenas e ambientalistas costumam ser alvos frequentes de desinformação**, como forma de rebater suas críticas sobre a política de combate aos crimes ambientais e outros fatores que prejudicam os povos indígenas e seus territórios” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece na explicação do contexto em que a desinformação foi publicada, e no adendo de que indígenas e ambientalistas são alvos frequentes do fenômeno.

CE-57 - Em 10 de agosto de 2023 a checagem “Entenda as variantes que podem reduzir o valor do Bolsa Família” tem cunho explicativo e discorre sobre o Programa Bolsa Família do governo federal, tema que costuma ser alvo de desinformação. O termo aparece cinco vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“O Programa Bolsa Família do governo federal **costuma ser alvo de desinformação** e, recentemente, um vídeo dizendo que o repasse de R\$ 600 seria uma “mentira do presidente Lula” viralizou. Diferentemente do que sugere a postagem, o programa permanece com o valor mínimo de R\$ 600” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Comprova Explica: O Programa Bolsa Família é **recorrentemente alvo de peças de desinformação nas redes sociais**. Muitas delas afirmam que o governo federal cortou beneficiários aleatoriamente ou reduziu o valor de maneira deliberada” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Por que explicamos: O Comprova Explica tem a função de esclarecer temas importantes para que a população compreenda assuntos em discussão nas redes sociais que podem **gerar desinformação**” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Falar sobre as regras do Bolsa Família, bem como sobre as variantes que podem acarretar na redução do valor repassado mensalmente às famílias, é importante diante dos **casos de desinformação** em torno do tema. Como informado, os casos especificados neste material, em que há redução do benefício, são previstos pelas regras do programa” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Outras checagens sobre o tema: **Peças de desinformação** associadas ao governo Lula e ao Bolsa Família são frequentemente checadas pelo Comprova, como vídeo que mente ao afirmar que mães chefes de família teriam sido proibidas de receber Bolsa Família” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo é usado na explicação que o tema é alvo de desinformação frequentemente, na justificativa do porque fizeram a investigação, da importância da contextualização e por fim em ‘outras checagens’.

CE-58 - Em 11 de agosto de 2023 a checagem intitulada “Autorização da ozonioterapia no país está condicionada à aprovação da Anvisa” checam a veracidade de posts que acusam o governo federal de negacionista por ter sancionado uma lei que autoriza a ozonioterapia no país. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Por que explicamos: O Comprova Explica tem a função de esclarecer temas em discussão nas redes sociais e que são **alvos de desinformação**” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Conteúdos sobre tratamentos e procedimentos médicos costumam ser **alvos de desinformação** e são verificados pelo Comprova. Recentemente, a iniciativa verificou que a OMS não admitiu que bebês de mães vacinadas estão nascendo com problemas no coração, que as vacinas não têm vírus e fungos ‘do câncer’ e que o Ministério da Saúde não proibiu vacinas contra a covid-19” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece na justificativa do porque o conteúdo foi analisado, e que também faz parte dos conteúdos que costumam ser alvos de desinformação. Recentemente, a iniciativa verificou que a OMS não admitiu que bebês de mães vacinadas estão nascendo com problemas no coração, que as vacinas não têm vírus e fungos ‘do câncer’ e que o Ministério da Saúde não proibiu vacinas contra a covid-19.

CE-59 - A checagem publicada em 15 de agosto de 2023 intitulada “Taxa sobre energia solar foi sancionada no governo de Bolsonaro, não de Lula” é sobre a lei que reajusta a conta de luz dos usuários de energia solar, conhecida como “taxação do sol”, foi sancionada em 2022 pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL), após aprovação do Congresso Nacional, e não pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), como leva a crer uma postagem viral no TikTok. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“O que podemos aprender com esta verificação: A reprodução do vídeo com cortes de uma reportagem do SBT e uma entrevista do presidente Lula descontextualizadas foi utilizada com o objetivo de **induzir internautas à desinformação por meio das redes sociais**” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo é relacionado a induzir as pessoas à desinformação no ambiente das redes digitais. O conteúdo desinformativo utiliza a chamada de uma reportagem veiculada pelo SBT News em 22 de julho deste ano, disponível na conta do jornal no YouTube. A matéria não afirma que a lei foi aprovada no atual governo. O que podemos aprender com esta verificação:

A reprodução do vídeo com cortes de uma reportagem do SBT e uma entrevista do presidente Lula descontextualizadas foi utilizada com o objetivo de induzir internautas à desinformação por meio das redes sociais.

CE-60 - Em 19 de agosto de 2023 a checagem intitulada “Não há registro de desabastecimento de diesel no Brasil” verifica um post sobre os postos de combustíveis que estão recebendo diesel no país, diferentemente do que afirmam posts nas redes sociais. O termo aparece quatro vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são

“O que diz o responsável pela publicação: Gustavo Gayer, autor de um dos posts que viralizou e que já teve outros **conteúdos de desinformação** verificados pelo Comprova (alguns deles: 1, 2, 3, 4 e 5), foi procurado, mas não respondeu até a publicação deste texto” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“O que podemos aprender com esta verificação: O vídeo verificado tem o título “Caos a (sic) vista” e daí já tiramos a primeira dica, uma vez que é comum que **conteúdos com desinformação** utilizem chamadas alarmistas. Então, ao se deparar com postagens assim, eleve seu nível de ceticismo e busque outras fontes de informação e veículos de imprensa da sua confiança” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Outras checagens sobre o tema: A Petrobras e sua política de preços são constantemente **alvo de desinformação**. O Comprova já verificou, por exemplo, ser falso que Lula tenha reconduzido Nestor Cerveró a cargo na empresa, que vídeo mente ao tentar ligar filho do petista a Petrobras e a aumento de combustíveis e que é enganoso post afirmando que a “Petrobras não é mais do Brasil”. Contra esse tipo de desinformação, o projeto publicou, neste ano, na seção Comprova Explica, detalhes sobre a política de preços adotada pela Petrobras” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece relacionado a ‘conteúdos’ e ‘alvos’ de desinformação. O texto deixa uma reflexão no tópico ‘O que podemos aprender com esta verificação: O vídeo verificado tem o título “Caos a (sic) vista” e daí já tiramos a primeira dica, uma vez que é comum que conteúdos com desinformação utilizem chamadas alarmistas. Então, ao se deparar com postagens assim, eleve seu nível de ceticismo e busque outras fontes de informação e veículos de imprensa da sua confiança’.

CE-61 - Em 2 de setembro de 2023 a checagem intitulada “Publicação engana ao comparar dados de empregos de Lula e Dilma com Bolsonaro” verifica a postagem enganosa que o governo do ex-presidente Bolsonaro gerou mais empregos que os governos Lula e Dilma juntos. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Outras checagens sobre o tema: Durante o debate presidencial da TV Globo em 2022, uma fala de Lula criticando a metodologia estabelecida pelo novo Caged foi utilizada em **peças de desinformação** para afirmar que o então candidato à presidência iria acabar com o Microempreendedor Individual (MEI). A verificação dessas publicações foi feita pelo Aos Fatos e pelo Comprova” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece no último tópico do texto, que indica outras checagens do mesmo tema, relacionadas a ‘peças’ de desinformação. Também aparece o termo “desinformadores” na explicação da tática utilizada de mesclar dados verdadeiros com falsos:

“O que podemos aprender com esta verificação: Uma **tática muito utilizada por desinformadores** é a de mesclar dados verdadeiros com outros falsos para tentar dar credibilidade ao conteúdo. A comparação na publicação também suprime a mudança na metodologia do Novo Caged, levando a conclusões equivocadas. Ao encontrar esse tipo de postagem, busque por informações nos canais oficiais e em veículos jornalísticos de confiança” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

CE-62 - Publicada em 02 de setembro de 2023 a checagem “Lula se encontrou com liderança religiosa da Nigéria, não com 'feiticeiro'” verifica que é enganoso o vídeo que afirma que o presidente Lula convidou “feiticeiro” para fazer “magia negra” no Palácio do Planalto. A checagem indica que imagens de líderes religiosos de matriz africana são utilizadas de forma enganosa para reforçar atos de intolerância religiosa. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Fundada em 2021 no Rio de Janeiro, a empresa tem como CEO Carolina Maíra Moraes. Em 24 de março, ela postou no Instagram um vídeo do encontro entre Lula e o rei de Ifé, utilizado **pelas peças de desinformação**. O Comprova entrou em contato com a The African Pride, mas não obteve resposta até a publicação da checagem” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“O que podemos aprender com esta verificação: É comum que vídeos com legendas que **mudam o contexto sejam usados para desinformação**. Para isso, usam afirmações exageradas ou enganosas voltadas para causar revolta em grupos específicos e promover rejeição a certos temas. Imagens de líderes religiosos de matriz africana são utilizadas de forma enganosa para reforçar atos de intolerância religiosa” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece relacionado a ‘peças’ de desinformação, e no tópico sobre a aprendizagem tirada da checagem, indicando a tática de ‘vídeos com legenda que mudança o

contexto’. Termina com um alerta/orientação: “Sempre desconfie quando o autor da publicação fizer uma acusação sem informar a data da gravação ou o contexto. Faça uma busca no Google por palavras-chave relacionadas ao tema e procure se informar em sites de órgãos oficiais ou em veículos de comunicação de sua confiança”.

CE-63 - Em 3 de setembro de 23 a checagem intitulada “Entenda como funciona a lista de espera por transplante de órgão no Brasil” é de cunho explicativo, e buscou explicar sobre o caso do transplante de coração do apresentador Faustão e como funciona o sistema de saúde nesse aspecto. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Por que explicamos: O Comprova Explica esclarece temas importantes para que a população compreenda assuntos em discussão nas redes sociais que **podem gerar desinformação**. Ao tratar de uma celebridade brasileira, como é o caso do Faustão, passando por uma situação delicada, o assunto rapidamente viraliza nas redes sociais” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Outras checagens sobre o tema: Com a repercussão do quadro médico do Faustão, outras agências de checagem e veículos de comunicação, como o portal G1, produziram reportagens explicativas sobre o sistema de transplante brasileiro. Tratamentos e procedimentos médicos **costumam ser alvos de desinformação** e são verificados com frequência pelo Comprova. Recentemente, na seção Comprova Explica, o projeto mostrou que autorização da ozonioterapia no país está condicionada à aprovação da Anvisa” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece na justificativa do porque tal conteúdo foi analisado, e depois no tópico de ‘Outras checagens’ relacionado a temas que são ‘alvos’ frequentes de desinformação.

CE-64 - A checagem publicada em 15 de setembro de 2023 intitulada “É enganoso que o Brasil fará empréstimo à Argentina enquanto bloqueia recursos da saúde e educação” é referente a posts enganosos que divulgam conteúdos com críticas a supostos empréstimos que o Brasil iria fazer à Argentina. O termo aparece uma vez relacionado a ‘peças’ (de conteúdos falsos) disseminados na internet. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“De acordo com o governo brasileiro, **peças de desinformação** na internet têm colaborado para disseminar informações falsas sobre possíveis acordos com a Argentina. Uma delas envolve também a cadeia leiteira do Sul do país” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

CE-65 - Em 15 de setembro de 2023 a checagem “Entenda a mobilização dos prefeitos em defesa do Fundo de Participação dos Municípios” é de cunho explicativo e discorre sobre o dia 30 de agosto, em que prefeituras de 16 estados aderiram à mobilização “Sem FPM Não Dá”. Na ocasião, algumas gestões decretaram ponto facultativo e suspenderam serviços não essenciais, enquanto outras realizaram protestos. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“**Contra a desinformação**, a seção Comprova Explica traz detalhes sobre a mobilização dos prefeitos e a motivação por trás do protesto” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Outras checagens sobre o tema: O Estadão Verifica também produziu um conteúdo explicativo sobre o assunto. O Comprova Explica já esclareceu outros temas **alvo de desinformação**. Recentemente, mostrou que autorização da ozonioterapia no país está condicionada à aprovação da Anvisa, explicou como variantes podem reduzir o valor do Bolsa Família e detalhou como irá funcionar a versão eletrônica da moeda brasileira” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece no posicionamento do Comprova ‘contra a desinformação’, e também ao final no tópico ‘Outras checagens’ relacionado a outros temas ‘alvos’ do fenômeno.

CE-66 - A checagem publicada em 16 de setembro de 2023 intitulada “É verídica nota fiscal com imposto de R\$ 31,45 sobre produto de R\$ 3,15” verifica que é verídica a nota fiscal que circula nas redes sociais em que uma pessoa que fez a compra de um produto importado de R\$ 3,15 terá de pagar R\$ 31,45 de imposto. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Outras checagens sobre o tema: Importações e exportações brasileiras costumam ser **alvo de postagens contendo desinformação** e já foram verificadas pelo Comprova. Recentemente, o projeto mostrou que tuíte engana ao responsabilizar o governo federal por importação de laticínios e que imposto para taxar compras em sites internacionais como Shein e Shopee existe desde 1999” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

Embora a checagem seja extensa e cumpra a dupla função de verificar e explicar sobre o processo de taxação, o termo apenas relacionado à outras checagens sobre o mesmo tema.

CE-67 - Em 16 de setembro de 2023 a publicação da checagem “Brasil cai em ranking

de democracias desde 2016; houve leve melhora em 2023” discorre sobre o Brasil não ocupar posição baixa no ranking internacional de democracias do Instituto V-Dem, da Universidade de Gotemburgo, na Suécia, porque haveria censura e presos políticos no país depois da eleição de 2022 como alegam publicações nas redes sociais. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Outras checagens sobre o tema: Ações do governo Lula costumam ser **alvos de desinformação** e já foram analisadas pelo Comprova. Recentemente, o projeto verificou que governo federal usa casos de joias como estratégia de comunicação e que Globo e CNN não têm relação, que publicação engana ao comparar dados de empregos de Lula e Dilma com Bolsonaro e que Lula se encontrou com liderança religiosa da Nigéria em evento de igualdade racial, não com ‘feiticeiro’ (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece ao final relacionado a outras checagens sobre o tema considerado ‘alvo’ de desinformação.

CE-68 - Publicada em 17 de setembro de 2023 é outra checagem “STF não alterou lei sobre reforma agrária pondo fim à propriedade privada” envolvendo declaração falsa e alarmista do deputado federal Gustavo Gayer (PL-GO) que afirma que um suposto “novo entendimento” do STF põe fim à propriedade privada no Brasil. O conteúdo foi publicado no YouTube, Instagram e Twitter. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“O que podemos aprender com esta verificação: Fazendo alegações enganosas a partir de frases de impacto como a de que “O STF acabou com a propriedade privada”, o desinformador, além de gerar uma interpretação errada sobre um fato concreto, provoca medo no leitor. **A desinformação é agravada** pelo fato de que decisões judiciais muitas vezes são escritas de maneira pouco acessível à população. Assim, o desinformador, ao comentá-las, pode transmitir uma versão distorcida dos fatos” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece relacionado à aprendizagem que se pode tirar da verificação, explicando que a desinformação é agravada pela dificuldade de entendimento das decisões judiciais, do qual o desinformador se aproveita para distorcer os fatos.

CE-69 - A checagem publicada em 27 de setembro de 2023 intitulada “Polarização **intensifica desinformação** sobre transposição do São Francisco; entenda” é de cunho explicativo sobre a “paternidade” e o funcionamento daquela que é considerada a maior obra

de infraestrutura hídrica do Brasil. O termo aparece onze vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: Título;

“A partir da transição entre os governos de Jair Bolsonaro (PL) e de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o tema passou a ser um dos mais problemáticos no **cenário da desinformação**” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Conteúdo analisado: A transposição do São Francisco é alvo frequente de boatos e informações enganosas nas redes sociais pelo menos desde 2019. A partir da transição entre os governos de Jair Bolsonaro (PL) e de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o tema **passou a ser um dos mais problemáticos no cenário da desinformação**” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Diante do tamanho, da complexidade e do impacto social e político, a transposição é alvo de disputas e, como consequência, tema frequente de **desinformação**” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Em abril deste ano, o Comprova explicou detalhes do projeto. Agora, este Comprova Explica traz mais detalhes sobre o **cenário de desinformação** que cerca a transposição e a importância política e social da obra” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Como verificamos: Buscamos no Google informações sobre a transposição do São Francisco, além dos tipos de conteúdo desinformativos que têm circulado pelas redes a respeito do tema. Também mapeamos os pontos da obra que já foram **alvo de alguma desinformação** e reunimos checagens sobre o assunto de agências como Estadão Verifica, Lupa, Aos Fatos, Fato ou Fake (g1), Reuters e do próprio Comprova” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“**Caminhos da desinformação**” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“A polarização em torno da obra mencionada por Luciana Santana é justamente o que faz com que, **nos últimos anos, a transposição do São Francisco tenha sido alvo de tanta desinformação**” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“**Utilizar a desinformação em relação à transposição tem relação com você garantir, abarcar uma posição política contra ou a favor de algum adversário político.** Isso fica muito evidente com relação a dizer quem é o responsável pela obra, qual a porcentagem da obra foi finalizada ou quem finalizou” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Por que explicamos: O Comprova Explica esclarece temas importantes para que a população compreenda assuntos em discussão nas redes sociais que podem **gerar desinformação**” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Outras checagens sobre o tema: **Alvos frequentes de desinformação** nas redes sociais, temas envolvendo a Transposição do São Francisco já foram checados por diversas agências como Estadão Verifica, Lupa, Aos Fatos, Reuters, Fato ou Fake e UOL Confere” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece durante todo o decorrer da checagem. O título e o subtítulo utilizam o termo dando ênfase para a questão e explicam que a partir da transição entre os governos Bolsonaro (PL) e Lula (PT), o tema passou a ser um dos mais problemáticos no cenário da desinformação e da polarização. Aparece no tópico de explicação do conteúdo analisado, indicando que o tema passou a ser um dos mais problemáticos no ‘cenário da desinformação’. Relaciona o fenômeno também ao fato de ser um assunto complexo, de impacto social e político. Também aparece indicando que o objetivo é “detalhar sobre o cenário de desinformação” acerca do tema pela importância da obra. Aparece também no tópico sobre como foi realizada a verificação. E também em tópico dentro do texto “Caminhos da desinformação”, explicam as ‘vantagens’ de utilizar esse tipo de desinformação no campo político. Aparece na justificativa e ao final relacionado às ‘outras checagens’ sobre o tema.

CE-70 - Em 29 de setembro de 2023 a checagem intitulada “Lula não instituiu banheiro unissex nas escolas; resolução de conselho não é impositiva” verifica postagens que têm circulado nas redes sociais afirmando que a Resolução nº 2, de 19 de setembro de 2023, do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+m ligado ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), seria de autoria do governo Lula e que o presidente teria decretado a instalação de banheiros unissex em escolas. A checagem desmente e explica sobre a resolução. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Outras checagens sobre o tema: Na última semana, boatos.org, Agência Lupa e Aos Fatos também publicaram verificações de conteúdos sobre a resolução. Outras resoluções de conselhos já foram **alvo de desinformação**. Em agosto, recomendações da Resolução nº 715 do Conselho Nacional de Saúde foram interpretadas de maneira equivocada e enganaram sobre aspectos relacionados ao candomblé e à “mudança de sexo” para menores de idade” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece ao final relacionado a ‘outras checagens’ sobre o tema que também são alvo de desinformação.

CE-71 - No dia 29 de setembro de 2023 a checagem intitulada “Entenda o que é o marco temporal e o que muda com a decisão do STF” é de cunho explicativo e discorre sobre

o Supremo Tribunal Federal (STF) ter invalidado o marco temporal¹⁸. O termo aparece quatro vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Conteúdo analisado: Tema que pode influenciar diretamente a vida de indígenas e proprietários de terras, a tese do marco temporal está em discussão no STF e no Congresso, e pode ser **objeto de desinformação nas redes**” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Com o objetivo de **prevenir desinformação** sobre o tema, este Comprova Explica apresenta o histórico e os principais pontos do marco temporal, analisa os efeitos da decisão do STF, e o futuro das demarcações dos territórios indígenas no país” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Por que explicamos: O Comprova Explica esclarece temas relevantes para a população e que têm **potencial de gerar desinformação** nas redes sociais. A luta contra o marco temporal é uma das principais pautas defendidas pelas comunidades indígenas nos últimos anos. As questões sobre direito à terra no Brasil, assim como as decisões de grande repercussão do STF, **constantemente são alvos de desinformação**” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece na explicação do conteúdo analisado, indicando que o tema pode ser ‘objeto’ de desinformação nas redes. Também aparece no objetivo relacionado a ‘prevenir’ e por fim na justificativa do porque tal conteúdo foi analisado, relacionado a ser um tema com ‘potencial de gerar’ desinformação por ser um tema ‘alvo’ de tal fenômeno dentro do contexto polarizado brasileiro, nesse exemplo representado pelos indígenas e ruralistas.

CE-72 - Em 5 de outubro de 2023 a checagem intitulada “CDC não falsificou dados nem admitiu que 99% das mortes por Covid nos EUA foram por outras causas” discorre sobre o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos não ter falsificado os dados de morte por covid-19 para convencer a população a se vacinar. O termo aparece uma vez, indicando a origem da ‘peça’ de desinformação. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: “A **peça de desinformação** usa como base uma afirmação incorreta publicada pelo Daily Mail em 28 de agosto, mas que foi corrigida no dia seguinte” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

CE-73 - A checagem publicada em 11 de outubro de 2023 intitulada “É falso que triplamente vacinados contra a covid-19 tenham desenvolvido Aids” confirma ser falso que o

¹⁸ Tese que sustenta que os povos indígenas só teriam direito à demarcação das terras que estivessem habitadas por eles em 1988, data de promulgação da Constituição Federal.

governo canadense tenha admitido que pessoas que já tomaram três doses da vacina de covid-19 tenham desenvolvido Aids. A legenda afirma que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) teria avisado sobre a relação entre a covid-19 e a Aids e questiona: “será que daria pra lascar um processo naqueles comunistas e genocidas da cpml do circo?”. O termo aparece quatro vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Alguns dos gráficos usados no **material de desinformação** apresentam dados corretos sobre vacinados no Canadá. Os números mostrados não revelam qualquer relação com casos de Aids ou imunodeficiência adquirida” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Buscamos pelo site britânico The Exposé, para encontrar o conteúdo original, traduzido pelo Tribuna Nacional. Pesquisamos no Google por explicações oficiais e médicas sobre o vírus da Aids, além de outros momentos em que **peças de desinformação** envolvendo vacinas de covid-19 e Aids viralizaram” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“A suposta relação entre a vacina e a doença teve uma sobrevida em fevereiro de 2023, quando **peças de desinformação** começaram a circular dizendo que o governo alemão teria anunciado que “um número alarmante” de vacinados contra a covid-19 estariam desenvolvendo a síndrome de imunodeficiência adquirida” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“O que podemos aprender com esta verificação: Uma das táticas mais comuns de **peças de desinformação** é a utilização de dados reais utilizados de forma distorcida para corroborar uma informação falsa” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece relacionado ao processo de verificação e o que se pode aprender com a checagem, vem acompanhado de ‘peças’ de desinformação.

CE-74 - Publicada em 13 de outubro de 2023 a checagem “Estudo não mostra que vacina da Pfizer modifica o código genético e que causará epidemias” discorre sobre a falsa alegação de um médico de que um estudo sueco feito com a vacina da Pfizer tenha revelado que o imunizante modifica o código genético e que isso possa causar futuras epidemias de doenças autoimunes, câncer e infertilidade. O conteúdo investigado é um vídeo do médico Alessandro Loiola publicado no *Facebook* e Telegram, que afirma citando um estudo, que vacinas vão causar, no futuro, “epidemia de doença cardiovascular, epidemia de doença autoimune, epidemia de câncer, e isso se daqui a uma ou duas gerações a gente não tiver uma epidemia de infertilidade junto, entre outras coisas” ao mudar o código genético das pessoas. O termo aparece uma vez, referente ao tópico que discorre sobre o que podemos aprender com a verificação, que aponta que a vacina de Covid-19 é alvo de desinformação frequente.

A(s) unidade(s) de registro e contexto são: “O que podemos aprender com esta verificação: O post verificado lança dúvidas sobre a segurança das vacinas contra a covid-19, que são **alvo frequente de desinformação**” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

CE-75 - Publicada em 14 de outubro de 2023 a checagem “Famílias retiradas de São Félix do Xingu ocupavam território indígena de forma irregular” verifica um vídeo que circula no TikTok que afirma que governo federal estaria expulsando famílias que vivem há mais de 50 anos no território indígena Apyterewa, no município de São Félix do Xingu. O texto contextualiza e explica a questão. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Outras checagens sobre o tema: O território de São Félix do Xingu é alvo de disputa de terras e tornou-se **objeto de desinformação** em vídeos compartilhados nas redes sociais. O Estadão Verifica desmentiu o boato de que o presidente Lula teria fazendas na região. Com relação à demarcação de terras indígenas, o Comprova Explica detalhou o que é o Marco Temporal e o que está em risco para os povos originários” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece no tópico referente às outras checagens sobre o tema e explica que se tornou ‘objeto’ de desinformação.

CE-76 - A checagem publicada em 14 de outubro de 2023 intitulada “Brasil doou R\$ 25 milhões à Autoridade Palestina para ajuda humanitária, e não ao Hamas” discorre sobre não ser verdade que o presidente Lula doou R\$ 25 milhões ao grupo terrorista palestino Hamas, em 2010, durante seu segundo mandato. O termo aparece quatro vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“**A desinformação já foi desmentida** por agências de checagem e voltou a circular após os atentados terroristas do Hamas contra Israel, em 7 de outubro. O governo federal também publicou uma nota negando o financiamento ao grupo” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Alcance da publicação: O Comprova investiga os conteúdos suspeitos com maior alcance nas redes sociais. No X, são dezenas de posts que **disseminam essa desinformação**. O Comprova compilou quatro, que chegaram a 101,5 mil visualizações em conjunto” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“O texto do projeto de lei **alvo de desinformação** é categórico ao classificar a ANP como ‘único representante legítimo do povo palestino’: O principal

destinatário dos recursos doados será a Autoridade Nacional Palestina, na qualidade de único representante legítimo do povo palestino” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Outras checagens sobre o tema: A suposta doação já foi verificada por G1, UOL Confere, Aos Fatos e Estadão Verifica. O envio de recursos do Brasil para o exterior é constantemente **alvo de desinformação**” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece para indicar que outras agências também já desmentiram tal conteúdo. Aparece também referente ao alcance da publicação, e que a PL foi ‘alvo’ de desinformação, além de aparecer no tópico de ‘outras checagens’ também.

CE-77 - Em 18 de outubro de 2023 foi publicada a checagem “Protesto de garimpeiros na Bahia não foi motivado por falta de água, nem tem relação com governo” sobre ser falso que um vídeo compartilhado nas redes sociais mostrando, supostamente, um protesto no Nordeste do Brasil por conta da falta de água na região”. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Ele também passa a falsa impressão de que estaria participando do protesto, já que usa, por diversas vezes, o termo “nós”. Como foi possível verificar, os vídeos de viés político publicados por ele em sua conta no TikTok são de apoio a Jair Bolsonaro (PL) – muitos deles, inclusive, inflando a participação do ex-presidente no Projeto de Integração do rio São Francisco, **obra constantemente alvo de desinformação**” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Outras checagens sobre o tema: O **fornecimento de água no Nordeste é tema recorrente de desinformação** em posts compartilhados nas redes sociais. O Comprova já realizou verificações relacionadas ao andamento das obras da transposição do Rio São Francisco, explicou o funcionamento do processo de captação e bombeamento de água para estados do Brasil e mostrou que o governo federal não bloqueou água na região. Também mostrou que **a polarização intensifica a desinformação sobre o tema**” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece na análise da verificação retomando o caso do rio São Francisco, e depois no tópico ‘Outras checagens’ indicando que o tema é recorrente em conteúdos desinformativos, e também o relaciona à polarização.

CE-78 - Em 18 de outubro de 2023 foi publicada a checagem “Post de deputado engana sobre eficácia de vacinas ao usar dados imprecisos e fora de contexto” sobre um post no X do deputado federal Osmar Terra (MDB-RS) usa dados incompletos e imprecisos para

sugerir de maneira enganosa que as vacinas contra a covid-19 não são eficazes. O termo aparece uma vez no tópico ‘Outras checagens’ relacionado a ‘peças’ de desinformação. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Outras checagens sobre o tema: Desde o início da pandemia, Osmar Terra é autor recorrente de **peças de desinformação** sobre a eficácia de vacinas e as estratégias de combate à transmissão do coronavírus reconhecidas como efetivas pela comunidade científica, como o distanciamento social” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

CE-79 - A checagem publicada em 19 de outubro de 2023 intitulada “Vídeo de hidrelétrica transbordando é antigo e não tem relação com desligamento de bombas d'água” discorre sobre um vídeo que viralizou no TikTok engana ao associar suposta ação do governo Lula (PT) em bloquear as águas do rio São Francisco com seca no Nordeste. O termo aparece três vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“O que podemos aprender com esta verificação: A **desinformação emerge de fontes que, por vezes, desmerecem a credibilidade dos veículos tradicionais** de imprensa. É importante ficar em alerta diante de afirmações como “veja o que o jornalismo não mostra”” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Uma **característica comum da desinformação** é o uso de acontecimentos verdadeiros para estabelecer relações inadequadas que enganam e induzem leitores a interpretações erradas dos fatos” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Outras checagens sobre o tema: Recorrentemente, a transposição do São Francisco é **alvo de desinformação**. Há menos de um mês, o Comprova explicou como a polarização intensifica a desinformação sobre a transposição do São Francisco, bem como já mostrou o porquê do assunto gerar dúvidas” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece no tópico que discorre sobre o que é possível aprender com a checagem, alertando que é comum a desinformação emergir de fontes que desmerecem a credibilidade da imprensa. Também aparece relacionado a uma explicação de características da desinformação, e por fim no tópico ‘Outras checagens’ referente a tema ‘alvo’.

CE-80 - Em 27 de outubro de 2023 a checagem intitulada “Entenda as acusações de antissemitismo contra Roger Waters e o uso de uniforme em shows” discorre sobre o músico britânico Roger Waters, acusado de antissemitismo. O artista diz se opor, na verdade, às

violações que entende serem cometidas por Israel contra palestinos. Nos shows, o músico costuma vestir um uniforme alusivo à SS, a tropa de Hitler, quando interpreta o que diz ser um demagogo fascista desequilibrado, personagem presente na iconografia do Pink Floyd, do qual era integrante, desde os anos 1980. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: “Outras checagens sobre o tema: Com a escalada do conflito entre o grupo extremista Hamas e Israel, começaram a surgir diversas **peças de desinformação** envolvendo a posição do Brasil na guerra” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

CE-81 - Publicada em 28 de outubro de 2023 a checagem intitulada “Lei que instituiu pau de arara como manifestação cultural não permite retorno do uso dos veículos” discorre sobre a lei sancionada pelo presidente Lula em agosto de 2023 reconheceu a tradição do uso do pau de arara em romarias religiosas como manifestação cultural e imaterial do Brasil. O termo aparece quatro vezes para indicar que os temas discutidos são ‘peças’ e ‘alvos’ frequentes de desinformação. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“O tema é comum em **peças de desinformação**. O Comprova já investigou vídeo que citava 20 operações que supostamente teriam sido financiadas pelo BNDES entre os anos de 2009 e 2014 (durante os governos petistas de Lula e Dilma Rousseff)” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“O fornecimento de água no Nordeste do país também tem sido um **tema recorrente de desinformação** em posts compartilhados nas redes sociais. No vídeo alvo desta checagem, o autor cita, sem dar detalhes, que “cortaram a água” do povo nordestino” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“O Comprova já demonstrou, por exemplo, como é o funcionamento do processo de captação e bombeamento de água para estados do Brasil e que o governo federal não bloqueou água na região. Também mostrou que a polarização **intensifica a desinformação** sobre a transposição do Rio São Francisco, a maior obra de infraestrutura hídrica do Brasil, que atende estados nordestinos” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Outras checagens sobre o tema: O conteúdo contextualizado pelo Comprova também já foi checado pelo Boatos.org, que mostrou ser falsa a volta do uso do pau de arara como meio de transporte. O governo federal e suas políticas são, constantemente, **alvos de desinformação**” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

CE-82 - A checagem publicada em 2 de novembro de 2023 intitulada “Aprovada pela Anvisa, vacina contra a dengue está em análise de comissão técnica do SUS” discorre sobre o ex-ministro da Saúde Marcelo Queiroga que afirma em vídeo publicado nas redes sociais X e

Instagram que o governo do presidente Lula não quer ofertar vacinas contra a dengue ao povo brasileiro. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Outras checagens sobre o tema: Vacinas são **foco frequente de desinformação**. O Comprova já investigou diversas alegações sobre esse assunto. Recentemente, mostramos que estudo não mostra que vacina da Pfizer modifica o código genético e que causará epidemias, que post de deputado engana sobre eficácia de vacinas ao usar dados imprecisos e fora de contexto e que governo da Flórida não declarou vacina contra a covid-19 uma arma biológica, ao contrário do que diz post” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

CE-83 - A publicação do dia 3 de novembro de 2023 da checagem intitulada “Governo federal não comprou tapete de R\$ 4 milhões; peça faz parte do acervo do Senado” discute sobre uma publicação falsa circulante no X e no Telegram engana ao afirmar que o governo federal está adquirindo um tapete de R\$ 4 milhões. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Misturar fatos verídicos e informações inventadas é uma prática comum de perfis que **costumam disseminar desinformação**” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Outras checagens sobre o tema: O governo federal e suas políticas são, constantemente, **alvos de desinformação**. O Comprova já verificou que a apreensão de R\$ 3,2 milhões pela PF em sacos de lixo não tem relação com governo Lula; que a lei que instituiu pau de arara como manifestação cultural não permite retorno do uso dos veículos; e que o vice-presidente, Geraldo Alckmin, não sugeriu acabar com Bolsa Família” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece nos tópicos sobre a aprendizagem advinda com a checagem e outras checagens semelhantes, e refere-se à prática de misturar fatos verdadeiros e falsos e a ‘alvos’.

CE-84 - A checagem publicada em 8 de novembro de 2023 intitulada “Entenda a proposta do MDA para transferência de terras de devedores para a reforma agrária” discorre sobre um vídeo publicado no Instagram pelo deputado estadual do MT Gilberto Cattani (PL) que sugere que agricultores com dívidas no Banco do Brasil e em outras instituições financeiras estatais terão terras tomadas e entregues ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). O termo aparece três vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Durante a visita, Teixeira fez o discurso do qual foi retirado o trecho vinculado à **peça de desinformação**” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“O que podemos aprender com esta verificação: Informações descontextualizadas ou em tons alarmistas são frequentemente compartilhadas com o objetivo de causar pânico ou medo entre produtores rurais e agricultores, especialmente quando envolve a temática reforma agrária. No caso desta verificação, a **peça de desinformação** envolveu uma proposta do MDA ainda em construção e sem previsão para lançamento” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Outras checagens sobre o tema: A questão dos conflitos fundiários e a atuação do MST são **constantemente temas de desinformação** nas redes sociais” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece nos tópicos sobre a aprendizagem advinda com a checagem e outras checagens semelhantes, e refere-se à ‘peças’ de desinformação e alerta que a atuação do MST é alvo constante de desinformação.

CE-85 - Em 10 de novembro de 2023 foi publicada a checagem “Terminal do mesário não mostra votos de eleitores; TSE esclareceu o boato” que verifica ser falso o vídeo que aponta uma suposta fraude nas eleições presidenciais de 2022 e sugere que o terminal do mesário teria registrado dois votos do mesmo eleitor, sendo um para cada candidato. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“O perfil oficial do TSE no X respondeu à postagem investigada com um texto publicado na época em que a **desinformação** começou a circular. Também procuramos informações sobre o funcionamento do terminal do mesário e da urna eletrônica e buscamos outras checagens sobre o tema” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“O que podemos aprender com esta verificação: É comum em **peças de desinformação** o uso de linguagem em tom alarmante como se estivesse diante de uma denúncia grave. Também desconfie de vídeos compartilhados sem a indicação de autoria ou local da gravação” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

CE-86 - A publicação em 13 de novembro de 2023 da checagem “Vídeo confunde treinamento de militares brasileiros com suposta invasão de soldados venezuelanos” aborda publicações enganosas que afirmam que soldados venezuelanos estariam invadindo o Brasil em busca de refugiados da Venezuela. O termo aparece uma vez relacionado às peças que foram desmentidas pela checagem. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: “As **peças de**

desinformação não refletem a realidade e recorrem a gravações de tais treinamentos para afirmar que seriam venezuelanos, construindo uma narrativa inventada” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

CE-87 - Em 18 de novembro de 2023 a checagem intitulada “Entenda por que não há pagamento de 13ª parcela no Bolsa Família” é de cunho explicativo e desmente as falsas publicações nas redes sociais que alegam que Lula cortou uma 13ª parcela do pagamento dos beneficiários do Bolsa Família. O termo aparece quatro vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“O Programa Bolsa Família é alvo frequente de **peças de desinformação** nas redes sociais. Muitas delas afirmam que o governo federal cortou beneficiários aleatoriamente ou reduziu o valor de maneira deliberada” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Comprova Explica: O Programa Bolsa Família é **alvo frequente de peças de desinformação** nas redes sociais. Muitas delas afirmam que o governo federal cortou beneficiários aleatoriamente ou reduziu o valor de maneira deliberada” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Devido à nova **onda de desinformação** sobre o tema, sobre o pagamento de uma 13ª parcela do benefício, o Comprova Explica detalha como são os pagamentos do novo programa” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Por que explicamos: O Comprova Explica tem a função de esclarecer temas importantes para que a população compreenda assuntos em discussão nas redes sociais que podem **gerar desinformação**” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

Descrição e análises iniciais - ARTIGOS

CE-88 - O artigo publicado em 26 de junho de 2023, intitulado “PL das *Fake News* e sua urgência nacional” discute sobre a urgência da “PL das *Fake News*” (PL 2630), no qual o autor explica o significado e objetivo do projeto de lei e dá exemplos de outros países democráticos que aplicaram legislação semelhante. O texto fala sobre economia de atenção, poder e interesse das big techs e suas infra estruturas que favorecem a circulação de discursos extremistas, de ódio e desinformação. Autor: Clóvis Teixeira Filho, doutor em ciências da comunicação pela Universidade de São Paulo. O termo aparece quatro vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Embora seu apelido não ajude, pois **reforça opositores a disseminarem desinformação**, a iniciativa se torna cada vez mais urgente, ante os efeitos do mundo digital no nosso cotidiano” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Embora seu apelido não ajude, pois **reforça opositores a disseminarem desinformação, a iniciativa se torna cada vez mais urgente**, ante os efeitos do mundo digital no nosso cotidiano” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O artigo busca desmistificar as falácias sobre a PL, ensinando sobre seus objetivos e argumentando a seu favor. O termo aparece na frase que explica que o termo ‘*fake news*’ utilizado como ‘apelido’ da PL, acaba enfraquecendo ainda mais pois permite que opositores disseminem mais desinformação.

CE-89 - O artigo publicado em 27 de outubro de 2023, intitulado “Ética ao compartilhar notícias: o papel da sociedade e dos jornalistas no combate à **desinformação**”, discorre sobre a proliferação de desinformação nos ambientes digitais, as consequências da desintermediação do jornalismo, o advento das plataformas digitais junto ao aprimoramento da inteligência artificial, as mudanças que esse cenário causa e a responsabilidade da sociedade e do jornalismo nesse contexto de enfrentamento à desinformação. Autoras: Cris Moraes E Cláudia Pittao. O termo aparece quatro vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: Título;

“Vivemos em uma época de **proliferação de fake news e desinformação**. Se anteriormente os jornalistas eram os grandes protagonistas da transmissão de notícias, esse cenário mudou radicalmente com o advento das redes sociais e dos aplicativos de comunicação” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Sendo assim, o jornalista profissional se torna ainda mais importante nesse novo contexto. A melhor forma de **combater desinformação e fake news** é com informação confiável, produzida e divulgada com responsabilidade e integridade” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso);

“Se todos os indivíduos têm responsabilidade moral pelo **combate à desinformação**, a do jornalista é potencializada pela responsabilidade decorrente de sua posição e formação” (Correio do Estado, 2023, grifo nosso).

O termo aparece na contextualização da época ‘de proliferação’ de desinformação, e relacionado a formas de combate. O texto explica sobre os estragos causados pela circulação de conteúdos falsos e a necessidade de combate à desinformação com criticidade.

6.2 Campo Grande News

CAMPO GRANDE NEWS - 2020

Foram localizados **47 itens jornalísticos** que contém o termo “desinformação”, sendo uma duplicada, que foi excluída da amostra. Portanto, **totalizam-se 46 itens**, sendo 21 notícias, 20 artigos (reproduções de textos redigidos por pesquisadores e especialistas) e 5 colunas. As notícias estão distribuídas nas editorias Interior (1), Lado B/Faz bem! (1), Educação e Tecnologia (2), Meio Ambiente (2), Comportamento (2), Cidades (4), Capital (4) e Política (5).

Descrição e análises iniciais - NOTÍCIAS

CGN-1 - A notícia publicada em 13 de janeiro de 2020, intitulada “No rastro das palavras, algoritmos da UFMS começam a identificar *fake news*”, é sobre a desinformação e a divulgação do projeto (criação de uma ferramenta de enfrentamento à desinformação desenvolvida por professores de computação da UFMS para identificar conteúdo enganoso). Ou seja, divulga uma ferramenta de combate. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“A **propagação de notícias falsas com intuito de desinformação** é algo que acontece há vários séculos na história. Por exemplo, notícias falsas eram bastante comuns nas duas guerras mundiais, para tentar enganar os adversários. O que acontece hoje é que esses conteúdos se tornaram mais conhecidos e propagados devido à facilidade de criação e divulgação”, comenta” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo aparece uma vez na explicação do professor Bruno Magalhães Nogueira, sobre as origens da estratégia da desinformação e como a Internet e as plataformas digitais permitem a ampla circulação desses conteúdos. Termos correlatos também são utilizados como “*fake news*” e sua tradução “notícias falsas” como sinônimo de desinformação.

CGN-2 - Publicada em 30 de janeiro de 2020, a notícia “Se depender da mãe faixa preta em judô, Guilherme já vai nascer crossfiteiro”, tem como tema esporte e saúde durante a gravidez, e fala sobre a experiência de uma mãe, Danielle Perete, que treina durante a gestação. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

"O palpite é uma constante na vida da gente, não é? Se eu tivesse parado de treinar iam me criticar, treinando também. Então o que eu busco fazer é assimilar, até para não ficar chateada, o que vejo que é informação de qualidade, eu pego. O que vier com **preconceito e desinformação**, deixo entrar por um ouvido e sair pelo outro", desabafa. "Minha rotina não vai mudar e os profissionais que me acompanham, médica, fisioterapeuta, doula e educadores físicos, são muito qualificados" (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo aparece na citação direta da fonte, a mãe Danielle Perete, que demonstra incômodo com pessoas que dão palpites sobre sua decisão baseados em desinformação e indicando que ignora tais comentários. Nesse sentido, observa-se que o termo "desinformação" passa a ser usado no cotidiano para designar incômodos e problemas, e não mais apenas em contextos de disputas discursivas políticas.

CGN-3 - A notícia publicada em 27 de fevereiro de 2020, intitulada "Em Maracaju, solidariedade fez chinês comprar 2 mil máscaras para doação", discorre sobre um morador (não identificado) de Maracaju que se comoveu com a população carente em meio a pandemia de Covid-19, comprou máscaras e distribuiu. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

"Coronavírus - A chegada dessa nova variação de coronavírus tem espalhado **pânico e desinformação** em todo o mundo e desde ontem, também em Mato Grosso do Sul e no Brasil, primeiro país da América Latina com casos confirmados" (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo aparece uma vez para indicar que a nova variante do coronavírus "tem espalhado pânico e desinformação em todo o mundo desde ontem". O foco da matéria não é a desinformação, aparece de maneira informativa para alertar que junto à nova variante, surgem mais desinformações.

CGN-4 - Em 28 de fevereiro de 2020, a notícia "Alerta: espalhar *fake news* sobre coronavírus pode render processo" informa e divulga as novas medidas judiciais para quem espalhar "*fake news*". O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

"**Desinformação** - A secretária-adjunta explica que combater a **desinformação** "demanda esforços ainda maiores" da equipe que trabalha para "organizar o sistema". "Estamos de olho, monitorando, mas uma das formas de controlar isso [disseminação de *fake news*] é fazer exatamente

disponibilizar o máximo de informação possível, desmistificar. Temos uma equipe de profissionais de saúde, que são os nossos porta-vozes da boa informação, nossos jornalistas para facilitar o caminho. Nossa melhor arma por enquanto é usar os canais sérios de comunicação” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo aparece como tópico no texto relacionado ao ‘combate’ à desinformação. A notícia diz respeito especificamente sobre consequências de desinformação sobre Covid-19 para propagadores. Portanto, o termo é utilizado em um contexto legislativo, envolvendo as consequências judiciais de propagar desinformação. São utilizados termos correlatos como “*fake news*”, “informações incorretas”, “mentiras” e “notícias e mensagens falsas”. O texto ainda alerta que a propagação de desinformação é um “desserviço para a saúde pública. O pânico leva ao caos e prejudica a organização da assistência aos pacientes”. É perceptível a intensa preocupação com o fenômeno na matéria, que busca informar e orientar sobre fontes confiáveis de informação e reforça que enfrentar a desinformação não é tarefa fácil e necessita de ação conjunta de diferentes áreas de atuação.

CGN-5 - A notícia publicada em 13 de março de 2020, intitulada “Sobe para dez o número de casos suspeitos de coronavírus na Capital”, é informativa sobre o número de casos suspeitos de coronavírus e a necessidade de orientação para evitar desinformação. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Reunião - Nesta sexta (13), na Sesau, servidores se reuniram com o titular da pasta, José Mauro Filho, que passou **orientações sobre atendimento aos pacientes, a fim de evitar alarde ou desinformação**” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo aparece apenas no último parágrafo, demonstra preocupação com a desinformação e explica a estratégia da Secretaria de Saúde (Sesau) de formalizar um método de orientação uniforme para ser passado aos pacientes com o objetivo de evitar o problema da desinformação. O foco da matéria não é a desinformação, embora a notícia seja composta por entrevistas com profissionais da saúde locais que buscam orientar a população.

CGN-6 - A notícia publicada em 18 de março de 2020, intitulada “Professor enfrenta o isolamento e *fake news* contra coronavírus: “é difícil””, narra o caso do professor Hemerson Pistori, que não conseguiu fazer o exame de coronavírus por falta de orientação. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Desde segunda-feira (16), o professor de Engenharia da Computação, Hemerson Pistori, começou a sentir dor no corpo e teve febre de 37,8°C. Adotou o autoisolamento e tenta fazer o exame para novo coronavírus (Covid-19), mas **enfrenta desinformação alheia e fake news pelo caminho**” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo é usado como obstáculo para o professor de Engenharia da Computação, Hemerson Pistori na busca por orientação e diagnóstico da Covid-19. São usados também termos correlatos como “*fake news*” e “informações equivocadas” para designar a questão. O professor também critica a disseminação de desinformação nas redes sociais e a postura de autoridades que minimizem a propagação do coronavírus pelo mundo.

CGN-7 - Publicada em 11 de abril de 2020, a notícia “UFMS cria canal para responder dúvidas sobre o coronavírus” é sobre o canal criado pela UFMS para responder dúvidas sobre o coronavírus, respondidos por profissionais ligados ao Programa de Pós Graduação em Doenças Infecciosas e Parasitárias da instituição. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Objetivo é **combater a desinformação**, as “*fake news*” e auxiliar a comunidade no combate ao novo vírus” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso);

“Em nota, a instituição informou que o objetivo do novo canal de comunicação é ajudar a **combater a “desinformação”**, além de auxiliar a comunidade no combate ao novo vírus” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo aparece relacionado ao ‘combate’. A notícia é curta e tem como foco o enfrentamento à desinformação no sentido de divulgar o canal criado pela UFMS, explica o objetivo e deixa o link disponível.

CGN-8 - Publicada em 27 de abril de 2020, a notícia intitulada “Guardas fiscalizam o dobro de estabelecimentos comerciais no domingo” discorre sobre a fiscalização pelas ruas de Campo Grande da Guarda Civil Metropolitana que notificou 30 estabelecimentos e 79 pessoas que descumpriam o toque de recolher em Campo Grande. O termo aparece uma vez, usado como problema que surge como motivo para a situação. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Conforme foi reportado pelo Campo Grande News, a Guarda Civil Metropolitana apresenta diversas dificuldades para que a população fique em casa, **principalmente por desinformação ou desrespeito** em relação ao decreto” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

CGN-9 - A notícia publicada em 31 de maio de 2020, intitulada “Acesso à internet é exclusivo no celular para 59% no Brasil”, é sobre a sobre a pesquisa TIC Domicílios de 2020 aponta que 58% dos brasileiros acessaram a internet em 2019 exclusivamente pelo celular, na qual se desenvolve o argumento que **esse tipo de acesso pode favorecer o consumo de desinformação**, pois muitas vezes limita o usuário. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“As pessoas ficam reféns dos serviços grátis. Isso afunila para certas aplicações que fazem acordos com operadoras. Há uma concentração na informação muito restrita a certas aplicações, como WhatsApp. Tem problema que não consegue verificar a informação e não tem acesso livre, para que você escolha o que você está consumindo”, pondera, em referência ao problema da **profusão de desinformação** nas redes sociais” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo é usado para explicar que quando se acessa a internet exclusivamente pelo celular a possibilidade de consumir desinformação aumenta, visto a alta circulação de conteúdo falso nas plataformas digitais. O pesquisador do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Unicamp e da Rede de Pesquisas em Vigilância, Tecnologia e Sociedade (Lavits), Rafael Evangelista, indica o problema da dependência desse uso, pois isso afunila para certas aplicações que fazem acordos com operadoras com pacote que limita o uso de dados, o que impossibilita verificar a informação em outras plataformas e sites.

CGN-10 - A notícia publicada em 26 de junho de 2020, intitulada “PF prende blogueiro bolsonarista em MS por suspeita de plano para fugir do País”, informa sobre a prisão de Oswaldo Eustáquio Filho feita pela Polícia Federal em Campo Grande, blogueiro, ativista da hidroxicloroquina, de rupturas institucionais e, portanto, um dos alvos de inquérito no STF. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“O segredo é o **combate à desinformação** da mídia, comércio aberto, ao menos na cidade de Pedro Juan Caballero, onde estou, e claro, sopa paraguaia”, diz o post de pouco antes do meio-dia desta sexta-feira. De acordo com a Folha, porém, ele foi preso na Capital” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo é usado para indicar que Oswaldo, em suas publicações nas redes sociais, minimizava os efeitos da pandemia de Covid-19 e, que cabia à mídia combater a desinformação. A notícia tem foco nas consequências judiciais de propagar desinformação. Eustáquio já era alvo de inquérito do STF por financiamento e organização de atos antidemocráticos para a volta da ditadura militar e fechamento do Congresso Nacional e STF. Essa matéria permite analisar a possibilidade de subversão da lógica do discurso do combate a desinformação, visto que Eustáquio é abertamente ‘ativista’ da hidroxicloroquina, tratamentos precoces e comércio aberto na época da Covid-19 e ao mesmo tempo cobra o combate à desinformação por parte da mídia.

CGN-11 - A notícia publicada em 8 de julho de 2020, intitulada “Eu vejo gente pensando que não tem pandemia”, diz Mandetta à Capital”, discorre sobre o discurso de Henrique Mandetta (DEM) feito em live no Instagram, o qual evitou criticar as políticas locais de saúde, mas foi claro ao dizer que “em Campo Grande eu ainda vejo gente pensando que não vai ter pandemia”. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Para ele, junto “à pior pandemia do século”, **a desinformação**, a descrença na ciência e as fake news são o mal da época. Mandetta, demitido do cargo após entrar em conflito com Jair Bolsonaro (sem partido) sobre o enfrentamento da crise sanitária, demonstrou preocupação com o que chamou de “vida normal” no dia-a-dia da cidade” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo aparece no relato sobre o discurso de Mandetta, que demonstra preocupação e relaciona a questão ao negacionismo científico e alega ser “o mal da época”.

CGN-12 - Publicada em 11 de julho de 2020, a notícia “Pedagogo é o 1º surdo de MS a conquistar doutorado” discorre sobre a história do pedagogo Adriano Gianotto, o primeiro surdo a defender uma tese de doutorado do Mato Grosso do Sul, onde o termo “desinformação” aparece como barreira enfrentada durante a sua trajetória acadêmica. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“De acordo com o novo doutor, a principal barreira enfrentada durante a trajetória acadêmica é a mesma que muitos surdos enfrentam no dia a dia: a **invisibilidade e desinformação** da sociedade sobre o cotidiano de pessoas surdas. “Eu já fui muito invisível no meio acadêmico, tive obstáculos das pessoas não me verem como capaz, das pessoas não acreditarem e tudo isso

eu mostro dentro da minha pesquisa, como isso ocorre”, conta” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo é usado no contexto do cotidiano estudantil para indicar, junto à invisibilidade, que é um obstáculo na carreira acadêmica de pessoas com deficiência.

CGN-13 - A notícia publicada em 25 de agosto de 2020, intitulada “Defensor da cloroquina no tratamento da covid, pastor vai parar em CTI”, é sobre o pastor Gladiston Amorim, mais conhecido como pastor Dinho, do Ministério Atos de Justiça, de Campo Grande, precisou ser internado em CTI (Centro de Tratamento Intensivo), cinco dias após gravar vídeo elogiando a cloroquina e o tratamento precoce contra a covid-19. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Para o pastor, o uso de medicamentos no início dos sintomas deveria ser mais difundido. “O grande problema dessa doença é a **desinformação**, a polarização ideológica e o interesse econômico de muitos. Infelizmente, a mídia tradicional tem falado de covid e de mortes gerando pânico na população. Insiste exclusivamente no isolamento e é negacionista quando ao tratamento precoce” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo é usado pelo pastor Gladiston Amorim, defensor da cloroquina, comércio aberto, e acusa a mídia de ser negacionista quanto ao ‘tratamento precoce’ e ser alarmista ao divulgar o número de óbitos diários. O pastor trata a desinformação e a polarização política como principal problema da Covid-10. O acontecimento demonstra a possibilidade da subversão da lógica do discurso do combate à desinformação voltado a interesses particulares. É cientificamente comprovado a ineficácia da hidroxicloroquina¹⁹ e a inexistência de tratamentos precoces, portanto, o pastor se configura como um propagador de desinformação, mas incorpora frases e explicações usadas no enfrentamento à desinformação para se defender e acusa a mídia de ser “negacionista”.

CGN-14 - A notícia publicada em 22 de setembro de 2020, intitulada “Na ONU, Bolsonaro defende governo e rebate críticas à gestão ambiental”, é referente ao discurso gravado para a Assembleia-Geral da ONU, o presidente Jair Bolsonaro rebateu críticas sobre

¹⁹<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2024-01/estudo-estima-17-mil-mortes-por-tratamento-de-covid-19-com-cloroquina>

a forma como o governo lida com a questão ambiental. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“O presidente afirmou que o País é vítima de "uma das mais brutais **campanhas de desinformação** sobre a Amazônia e Pantanal” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso);

“Em discurso gravado para Assembleia-Geral da ONU, o presidente Jair Bolsonaro rebateu críticas sobre a forma como o governa lida com a questão ambiental. O chefe do Executivo brasileiro afirmou que o País é vítima de ‘uma das mais brutais **campanhas de desinformação** sobre a Amazônia e o Pantanal’” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo aparece de forma semelhante à notícia anterior, usado como defesa do ex-presidente Bolsonaro que se coloca como vítima de ‘campanhas’ de desinformação.

CGN-15 - Publicada em 22 de setembro de 2020, a notícia “Juiz manda retirar publicação por "*fake news*" na pré-campanha em Costa Rica” discorre sobre o juiz eleitoral, Francisco Soliman, ter mandado retirar uma publicação no *Facebook*, pela prática de “*fake news*” na pré-campanha da cidade de Costa Rica. É a primeira decisão por notícia falsa nas eleições municipais, em Mato Grosso do Sul. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Implica em **prática de desinformação**, em benefício dos pré-candidatos aos cargos de prefeito Cléverson Alves (PP). Sendo uma tentativa de conferir aparência a uma pesquisa eleitoral inexistente e, com isso, confundir os eleitores e induzi-los em erro” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso);

“O magistrado ainda citou que as pesquisas eleitorais possuem regras e devem ser registradas no TSE (Tribunal Superior Eleitoral). “A **desinformação tem o propósito de confundir** ou induzir ao erro. Trata-se de prática perniciosa e que, infelizmente, tornou-se corriqueira no mundo atual”, completou Soliman (Campo Grande News, 2020, grifo nosso)”.

O termo é tratado como crime passível de punição judicial, pois trata-se de algo que tem propósito malicioso e prejudica processos eleitorais. O foco da matéria são as consequências judiciais de disseminar conteúdo falso em contexto eleitoral. A notícia usa o termo “*fake news*” de forma correlata a desinformação, pontua que é a primeira decisão judicial por propagar conteúdo falso em Mato Grosso do Sul.

CGN-16 - A notícia publicada em 23 de setembro de 2020, intitulada “Força Nacional vai ajudar a controlar incêndio no Mato Grosso”, é sobre o governo que enviou 43 bombeiros da Força Nacional de Segurança Pública, dez viaturas, um helicóptero e dois micro-ônibus para auxiliar no combate aos incêndios no Mato Grosso. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Em discurso feito na abertura da Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), nesta terça-feira, 22, o presidente Jair Bolsonaro disse, ao tratar das queimadas no Pantanal e na Amazônia, que seu governo é vítima de ‘uma das mais **brutais campanhas de desinformação**’” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo aparece novamente relacionado ao discurso do ex-presidente Bolsonaro sobre as queimadas, referente a “campanhas” de desinformação. Convida o leitor a observar a possibilidade de incorporação de discurso vítima de desinformação.

CGN-17 - Publicada em 25 de setembro de 2020, a notícia “*Fake news* e compra de votos continuam no foco da Justiça Eleitoral de MS” é referente aos casos de *fake news* e compra de votos continuam sendo as principais preocupações da Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul para as eleições municipais. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“O fake news sem dúvida é uma preocupação, por isso estamos desenvolvendo um trabalho neste sentido, **para que não haja desinformação** e notícia falsa aos eleitores. Existe atividade de conscientização para que a eleição seja mais tranquila”, descreveu o juiz eleitoral, Daniel Castro, que representou o TRE-MS (Tribunal Regional Eleitoral de MS), em evento promovido pelo Sebrae” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo é usado na citação direta do juiz eleitoral Daniel Castro, declarando que o fenômeno é uma preocupação e que trabalhos são desenvolvidos para que ‘não haja’ desinformação. A notícia é curta e tem como foco a preocupação da Justiça Eleitoral com a disseminação de conteúdos falsos em período eleitoral. É usado o termo correlato “*fake news*” e sua tradução “notícias falsas” como sinônimo de desinformação, mas pelo contexto da matéria é nítido que o objetivo é tentar coibir qualquer forma de conteúdo falso.

CGN-18 - A notícia publicada em 20 de outubro de 2020, intitulada “Candidato a vereador convoca “vanzeiros” para transporte na Capital”, discorre sobre um áudio que circulou em grupos do WhatsApp que mostra o candidato a vereador em Campo Grande e representante do transporte escolar rural, Renato Gomes (MDB), convocando os “vanzeiros” do interior para trabalhar na Capital - serviço irregular, e o transporte coletivo feito por vans ainda não está em vigor na Capital. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Procurado pelo Campo Grande News, Renato **admitiu desinformação** sobre o assunto. Ele disse que mandou o áudio acreditando que veículos do interior poderiam trabalhar na Capital” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo aparece para indicar que o vereador admitiu a desinformação, mas aqui o termo não aparenta designar uma desinformação politicamente motivada e com intenção de prejudicar, mas sim um erro de entendimento, uma confusão entre as informações das datas do decreto e do início do projeto. Nesse sentido, percebe-se como o termo “desinformação” passa a integrar o cotidiano e ser usado com mais frequência e de forma popular pelas pessoas (mas não deixa de ser um erro de conceito).

CGN-19 - Publicada em 29 de outubro de 2020, a notícia “WhatsApp bane 256 contas por disparos nas campanhas” sobre o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que, em parceria com o WhatsApp, recebeu, em um mês, 1020 denúncias de disparos de mensagens em massa com características de conteúdo eleitoral, prática proibida na campanha deste ano pela Justiça Eleitoral. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“As denúncias envolvem 720 contas ativas do aplicativo, das quais 256 foram banidas (35%). O **conteúdo de desinformação** encontrado na campanha deste ano se refere, principalmente, a notícias falsas sobre urnas eletrônicas e mentiras que já circulavam em 2018 e retornaram agora na plataforma como “*fake news* recicladas” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso);

“O TSE está comprometido em reprimir comportamentos inautênticos, não busca reprimir manifestação legítima que tenha pequenos erros ou informações incorretas. Nosso foco não é na mensagem, mas no comportamento”, disse a secretária-geral do TSE, Aline Osório. Ela avalia que a **desinformação vinculada** às eleições municipais está, momentaneamente, “sob controle” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo é usado para indicar a consequência judicial: contas banidas do aplicativo. A matéria informa que o conteúdo de desinformação encontrado na campanha deste ano se refere, principalmente, a notícias falsas sobre urnas eletrônicas que circularam em 2018, o qual a matéria denominou de "*fake news* recicladas". O texto demonstra a necessidade de medidas judiciais para coibir a disseminação de desinformação, trata como problema que interfere no processo eleitoral, pontua que há conteúdos enganosos “reciclados” de anos anteriores principalmente sobre a confiabilidade da urna eletrônica. O foco da notícia é o perigo que representa para a democracia o alto número de disparos de mensagens (falsas) em massa com características de conteúdo eleitoral durante o mês de outubro (1020 denúncias).

CGN-20 - A notícia publicada em 11 de novembro de 2020, intitulada “Número de crianças que dão à luz em MS supera ao de pedidos para aborto legal”, discorre sobre o número de meninas com menos de 14 anos que dão à luz em Mato Grosso do Sul supera o de pedidos de interrupção da gravidez. A matéria investiga a razão desse número. Algumas respostas encontradas na apuração indicam que está relacionado a ‘ausência de informação, demora em descobrir a gestação, logística e até crenças religiosas estão entre alguns dos motivos’. A matéria apresenta dados oficiais dos últimos anos com os números de ocorrências e procedimentos realizados a fim de contextualizar a situação. São entrevistadas a coordenadora do Nudeca (Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente), da Defensoria Pública, Débora de Souza Paulino, e a advogada Caroline Fernandes Nunes, que levam o direito a não se concretizar na prática. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“**Desinformação**, demora e conservadorismo – A coordenadora do Nudeca, da Defensoria Pública de MS, Débora de Souza Paulino, lembra que a demora em descobrir a gravidez em crianças pode impedir a realização do aborto legal, mesmo quando isto possa ser de interesse dos familiares” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo aparece no tópico dentro do texto “Desinformação, demora e conservadorismo”. O argumento é que a ausência de orientação e informação sobre os processos e direitos estão ligados a esses pontos e aos números apresentados. (Não aparenta ser desinformação motivada, mas sim falta dela, junto a argumentos com forte apelo às crenças religiosas). Depois, a questão é relacionada ao machismo estrutural, que ajuda a

explica a discrepância entre o número de abortos legais realizados e o de estupros envolvendo crianças e adolescentes.

CGN-21 - A notícia publicada em 14 de novembro de 2020, intitulada “Barroso diz que circulação de *'fake news'* durante eleições foi 'mínima'”, indica que o presidente do TSE, ministro Barroso, afirmou que a circulação de peças de desinformação foi ‘mínima’ durante as eleições municipais deste ano. O termo aparece quatro vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministro Luis Roberto Barroso, afirmou nesta sexta, 13, que **a circulação de peças de desinformação (*'fake news'*) foi ‘mínima’** durante as eleições municipais deste ano. A declaração foi dita durante a manhã durante evento na Corte Eleitoral. Mais tarde, durante evento da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP), o ministro afirmou que medidas contra *fake news* não configura ‘censura’, e sim combate a ações ‘criminosas’” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso);

“Barroso classificou a baixa incidência de *fake news* às parcerias fechadas pelo TSE com agências de checagem e as plataformas digitais, como *Facebook*, *Twitter* e o *Google*. Segundo o ministro, as mídias sociais conseguiram derrubar diversas contas que apresentavam comportamento inautêntico, o que contribuiu para a pouca circulação de **campanhas de desinformação**” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso);

“Quando nós estamos falando de notícias falsas, ou **campanhas de desinformação**, nós não estamos falando de uma opinião manifestada por uma pessoa, por mais absurda que seja’, afirmou. ‘Nós estamos falando de comportamentos, de pessoas que se articulam para difundir uma mentira. Não é uma opinião, e sim uma atitude criminosa, de articulação, para difundir uma falsidade que irá prejudicar alguém ou vai produzir um resultado injusto em alguma situação, inclusive nos processos eleitorais’” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso);

“O ministro destacou ainda que medidas para coibir **campanhas de desinformação** não impedem a circulação de opinião ou a defesa de suas crenças nas redes. “Mas se você estiver conclamando as pessoas para articular um atentado a alguém, nenhum critério civilizado vai considerar isso liberdade de expressão” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo aparece nas citações diretas do ministro Barroso, relacionadas à ‘baixa circulação de campanhas’ de desinformação. A matéria tem foco nas motivações (agências de checagem de fatos e as parcerias com as plataformas digitais para remover conteúdo enganoso) para, na perspectiva do ministro Barroso, a circulação de desinformação ter sido

baixa nas eleições municipais. São usados termos de forma correlata à desinformação como “*fake news*” e sua tradução “notícias falsas” e “notícias fraudulentas”.

Descrição e análises iniciais - ARTIGOS

CGN-22 - O artigo publicado em 23 de fevereiro de 2020, intitulado “Saúde não se acessa pela prisão”, argumenta contra medidas punitivas drásticas para pessoas que se recusam a tomar vacinas, e defende que “prisão não resolve”, e o que poderia ‘resolver é informação o de qualidade, indicando que a desinformação é o problema’. Autora: Lígia Ziggotti de Oliveira é advogada com ênfase em Direito das Famílias, é mestra e doutora em Direito (UFPR). Professora da Escola de Direito e Ciências Sociais da Universidade Positivo. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Do mesmo sintoma antidemocrático padece um Estado cujas pretensões de prender só disparam. Os mais sérios estudos em segurança pública têm sido incisivos no sentido de que essa modalidade de resposta é violenta, pouco efetiva e custosa. Por isso, da pergunta sobre a pertinência de possível previsão de pena de até um ano de prisão para genitores que não vacinam os seus filhos, é possível se livrar com facilidade: não é razoável a criminalização. Que se explorem medidas punitivas menos drásticas, como o empecilho de matrícula escolar para jovens não-vacinados. **Desinformação, o centro deste debate**, não se resolve do fundo de uma cela” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O artigo cita que a desinformação é o ‘centro do debate’, mas ao mesmo tempo não é o foco desenvolvido no artigo, não argumenta sobre isso. Argumenta, na realidade, contra medidas punitivas drásticas (prisão) para pessoas que se recusam a tomar vacinas, e argumenta de maneira superficial que a solução é informação de qualidade e trabalho íntegro da mídia.

CGN-23 - O artigo publicado em 16 de março de 2020, intitulado “Para matar a sede por informação, Estatística!”, é sobre ciência estatística, e exemplifica um caso onde uma desinformação acarretou prejuízos à empresas privadas e públicas. Autor: Jeanfrank Sartori, mestre em Gestão da Informação, especialista em Inteligência de Negócios e bacharel em Administração. Atua na avaliação institucional do Grupo Positivo, em Curitiba (PR). O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Afinal, só existe uma coisa pior do que não ter informação: ter informação ruim ou uma **“desinformação”**. Um estudo publicado na Harvard Business Review estimou que, somente nos Estados Unidos, o prejuízo causado à economia por dados de baixa qualidade é de US\$ 3 trilhões, o equivalente a cerca de 16% do PIB anual daquele país ou 4% da produção mundial de riqueza em um ano” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso);

“Nas empresas, a sede por informações é tão grande que, por vezes, se bebe cegamente tudo o que aparece pela frente em termos de dados. Mas o gestor prudente deve ter em mente que, antes de tudo, é preciso verificar se o que tem em sua frente é água e não veneno, informação e não **desinformação**. Para isso, nada melhor que a Estatística” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo aparece para exemplificar como ‘conteúdos de baixa qualidade’ acarretam prejuízos às empresas privadas e públicas e alerta o perigo de se consumir como verdade todo conteúdo visto nas plataformas digitais, e incentiva a necessidade de verificação de dados.

CGN-24 - A publicação de 2 de abril de 2020 intitulada “No fogo cruzado da **desinformação**, empresas violam leis trabalhistas” traz o termo da desinformação apenas no título, não explica a desinformação causada por empresas e sua relação com as leis trabalhistas. O título incentiva a acreditar que será desenvolvido algum argumento sobre o contexto do problema apontado, mas não acontece. Autora: Priscila Arraes Reino (*), advogada especialista em direito previdenciário e direito do trabalho, coordenadora adjunta do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário por MS, vice-presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas de MS, primeira secretária da Comissão da Advocacia Trabalhista da OAB/MS, e palestrante.

CGN-25 - O artigo publicado em 28 de abril de 2020, intitulado “Como a ciência responde à pandemia”, é explicativo sobre o fazer científico, explica sobre processos de averiguação e testes. Autor: Maurício Antônio Lopes, pesquisador da Embrapa. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Acontece que, para cada ampliação do nosso conhecimento também existe um "isto é o que não sabemos", pois nenhum estudo consegue abarcar todas as dimensões de um problema. É por isso que, ao depararmos com estudos cujas conclusões aparentemente se chocam, é prudente não assumir de pronto que alguém está errado. Os espaços onde a ciência atua podem ser vastos e multifacetados, e uma análise mais cuidadosa poderá indicar que diferentes grupos de pesquisadores centraram esforços em partes diferentes dessa realidade maior, daí a razão de muitas aparentes incongruências, que podem levar a **análises precipitadas ou desinformação**, que se amplificam

causando desnecessária confusão e perplexidade” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo aparece relacionado à ‘análises precipitadas’, argumentando que a ciência precisa de um determinado tempo para acontecer, não existem respostas rápidas para problemas complexos, e defende que ao acelerar o processo, pode gerar desinformação.

CGN-26 - Publicado em 30 de abril de 2020, o artigo intitulado “Coronavírus e as mudanças nas relações de trabalho” discorre sobre as mudanças que ocorreram nas formas e relações de trabalho durante a pandemia de Covid-19. Autores: Márcia Bandini é docente do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas na Universidade Estadual de Campinas; Sérgio de Lucca é professor do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas na Universidade Estadual de Campinas e discute a saúde do trabalhar frente à pandemia do coronavírus. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Na perspectiva da saúde pública, estamos aprendendo sobre uma nova doença e suas formas de prevenção e tratamento. Medidas restritivas importantes têm sido adotadas em todo o mundo, incluindo no Brasil. Muitos acreditam que o coronavírus é o “vilão” da vez, mas, talvez, a **desinformação, o individualismo, o desgoverno e os interesses do mercado sejam ainda mais virulentos**” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso);

“A **desinformação é uma moeda de duas faces, a do pânico e da negação**. É a primeira vez que enfrentamos uma pandemia com uso de redes sociais e, como temos visto, comunicar mais não é, necessariamente, comunicar melhor. Precisamos desenvolver estratégias mais inclusivas, para além das classes sociais com acesso a lenços e máscaras descartáveis ou álcool gel. Precisamos considerar as desigualdades sociais e os mais vulneráveis” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo é usado como “vilão da vez” junto a outros problemas como individualismo, desgoverno, negação, pânico e interesses do mercado. Tece a crítica de que comunicar mais (proporcionado pelas plataformas digitais), não é comunicar melhor.

CGN-27 - O artigo também publicado em 30 de abril de 2020 de título “O poder da desinformação: *Fake News*, desonestidade intelectual e pós-verdade” debate exatamente o que propõe o título. Define conceitos como “notícias falsas”, “pós-verdade” e “desonestidade

intelectual”. Argumenta que a desinformação e a mentira sempre existiram na história, mas a Internet foi revolucionária para os meios de comunicação. Autor: Marco Aurélio de Oliveira Rocha é diretor-tesoureiro da OAB/MS. O termo aparece seis vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: Título;

“*Fake News* (notícias falsas) consistem na **disseminação deliberada de desinformação** ou boatos via jornal impresso, televisão, rádio e, especialmente, Internet (Sites e redes sociais). Este tipo de notícia é escrito e publicado com a intenção propositada de enganar ou ludibriar, muitas vezes com manchetes sensacionalistas, exageradas ou evidentemente falsas” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso);

“A Internet se tornou um poderoso instrumento para quem intencionalmente divulga notícias falsas, as chamadas *Fake News*. A palavra *misinformation* (que significa **desinformação**, ou informação errada) foi escolhida como a palavra do ano de 2018 pelo site Dictionary. Nos dois anos anteriores, o Collins Dictionary elegeu a expressão *Fake News*” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso);

“A **desinformação proporcionada pelas notícias falsas** ou *Fake News* influencia perniciosamente uma grande parcela da população, sendo a prática inadmissível, em situações dramáticas, como no caso da pandemia de Covid-19” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso);

“A **desinformação** se combate com a busca de informação fidedigna. Conferir, contestar, não perder a capacidade de indignação. A verdade, como o sol que elimina a escuridão da ignorância, está disponível a quem quiser persegui-la e, uma vez alcançada, difundi-la para que prevaleça. Verdade e bem são sinônimos. Assim como mentira e mal. A escolha é nossa” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso);

“Tramita no Congresso Nacional a CPMI das *Fake News*. Contudo, por mais exitosas que sejam as investigações, o resultado não será satisfatório, uma vez que não há **tipificação penal específica para a prática da desinformação**” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

Cunho de educação midiática. O termo perpassa todo o texto. É usado na definição de termos e conceitos, discorre sobre efeitos negativos da desinformação, especulações de formas de combate e a necessidade de haver uma tipificação penal específica para tal prática de propagar mentiras. O artigo tem como foco justamente os problemas complexos desencadeados pela desinformação, pós-verdade e desonestidade intelectual. São usados termos correlatos como “*fake news*” e a tradução “notícias falsas” juntamente ao conceito de opinião pública e a capacidade das plataformas digitais de manipulá-la. Pontua sobre o papel da Internet nesse contexto como canal de propagação de conteúdo falso, e apela para o

argumento de que a população tem papel ativo de se manter a suspeita sobre o que se consome no ambiente digital.

CGN-28 - Publicado em 5 de maio de 2020, o artigo intitulado “Informação em tempo de coronavírus” discorre sobre o consumo de informação no contexto (des)informacional das plataformas digitais em meio a pandemia de Covid-19. O texto traz exemplos de como a desinformação pode tornar-se configuração pragmática. O autor argumenta que em tempos de crise sanitária, informação é saúde. Autor: Bruno Lara é jornalista da UnBTV. Está cursando pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Episódios desse tipo relevam, inclusive e lamentavelmente, um impulso de anticivilização e de falta de solidariedade, compaixão e empatia. Revelam, também, **a desinformação sobre o vírus**: o que é, como se propaga, os riscos, a cura etc. Portanto, o bem informar é uma responsabilidade do Estado, das organizações em geral e de cada pessoa para com a democracia, a civilização, a humanidade, a cultura, conosco mesmos” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo aparece relacionado aos episódios de efeitos pragmáticos da desinformação. O texto utiliza termos correlatos como “*fake news*” e “conteúdos falsos/duvidosos”. A matéria tece uma crítica aos perfis individuais de figuras públicas e políticas, ‘influencers’ costumam ter mais influência do que muitas organizações tradicionais de comunicação. O autor também atribui responsabilidade à falta de comunicação pública do governo federal E finaliza com o apelo “Há uma máxima na Ciência da Informação de que “informação é o que transforma estruturas”. Informação é como o poder. O espaço comunicativo vai ser ocupado. Melhor que o seja pela informação séria, íntegra, bem intencionada e tratada”.

CGN-29 - O artigo publicado em 14 de maio de 2020, intitulado “É urgente tratar a desinformação”, aborda a urgência de tratar a desinformação - e os desinformados - durante a pandemia de Covid-19. Reflete sobre as divergências entre autoridades políticas e suas estratégias e ações falhas de comunicação. Indica ainda uma questão reflexiva sobre a “desinformação politicamente motivada promovida por alguns grupos” que prejudica os esforços por proteger setores da sociedade. Autor: Wladimir Ganzelevitch Gramacho é mestre e doutor em Ciência Política, coordenador do Centro de Pesquisa em Comunicação Política e Saúde Pública (CPS), professor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília e,

atualmente, pesquisador visitante na Western University, no Canadá. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: Título;

“Além disso, **a desinformação politicamente motivada promovida por alguns grupos** tende a prejudicar muito os esforços por proteger setores da sociedade que poderiam manter uma atitude mais cooperativa se estivessem mais bem informados. É difícil enfrentar campanhas desinformacionais orientadas por objetivos políticos com iniciativas de comunicação pública. Até porque a separação entre ações de Estado e de governo inexistem nessa área” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo aparece relacionado à desinformação ‘politicamente motivada’ para referir-se ao fenômeno. Argumenta sobre a necessidade de identificar e cuidar dos desinformados sobre a Covid-19, e critica a falta de organização comunicacional no cenário de crise sanitária do ex-governo Bolsonaro e instituições.

CGN-30 - O artigo publicado em 24 de maio de 2020, intitulado “Infodemia: a pandemia de desinformação” tem cunho de educação midiática, pois explica, contextualiza e define o termo “infodemia”. Apresenta exemplos de desinformação que circulam junto ao excesso de conteúdo nas redes e os efeitos na população de medo e ansiedade e dá dicas de como minimizar os efeitos. Autor: Rodrigo Silva é biólogo, doutor em Ciências e coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do Centro Universitário Internacional Uninter. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: Título;

“O termo “infodemia” significa epidemia de informações falsas. As pesquisadoras Emma Spiro e Kate Starbird, da Universidade de Washington (Seattle/EUA), estão **investigando como a desinformação** está se espalhando durante a pandemia da Covid-19 e como os conhecimentos científicos influenciam as percepções públicas” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo aparece na definição de infodemia, e o texto argumenta que o tema ‘pandemia e coronavírus’ nas plataformas digitais está cercado por teorias conspiracionistas. A conclusão do artigo oferece dicas de como minimizar os efeitos da infodemia de forma ativa:

“Primeiramente, refletir criticamente sobre a informação e, sempre que possível, checar a sua veracidade. Você também pode avaliar qual o grau de contribuição que aquela informação terá na vida das pessoas que você pretende compartilhar, ou seja, será que elas já sabem aquilo? É algo novo e

que realmente trará algum benefício? Por fim, ter bom senso! Afinal, o que mais precisamos nesse momento são união e solidariedade” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

CGN-31 - Publicado em 28 de maio de 2020, o artigo intitulado “Do acesso aberto à ciência à caixa de Pandora” se desdobra sobre a manipulação de informações que “atestaram” eficácia da hidroxicloroquina em pessoas contaminadas com Covid-19, e alerta para desinformação advinda da própria “ciência”. Autor: Peter Schulz foi professor do Instituto de Física "Gleb Wataghin" (IFGW) da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) durante 20 anos. Atualmente é professor titular da Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp, em Limeira. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“É importante observar também a tendência a falácias Argumentum ad hominem nesse movimento todo. O trabalho publicado em 22 de maio não ficou imune. Em algum lugar nas redes aparece uma reportagem que anuncia conflitos de interesse de três de seus autores, pois estariam associados à promoção de outro medicamento, a ivermectina. Sim, três dos autores tornaram público um estudo dizendo que esse medicamento parece apresentar potencial favorável no combate à Covid-19, mas ressaltam que estudos clínicos controlados seriam ainda necessários. Este texto é questionado no trialsite, ainda sem resposta. No artigo da The Lancet, porém, os possíveis conflitos de interesse são declarados para escrutínio público. Mas falta um detalhe: não se encontram as datas de submissão e aceitação do artigo, que deveriam estar lá, como usual em outras revistas, o que, aliás, foi um dos elementos suspeitos encontrados no artigo que abriu a caixa de Pandora. **Não se pode deixar pontas soltas para falácias usadas na desinformação e construção de teorias de conspiração**, como descritas na análise publicada no portal da revista Nature ontem (27 de maio)” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso);

“A cada nova polêmica, a atenção a outros estudos, que se somam às evidências de ineficácia/risco desses remédios, **é desviada e a desinformação grassa e é compartilhada**. Uma vez aberta a caixa de Pandora todo cuidado e rigor são poucos. Não deveria ser difícil, pois, afinal, cuidado e rigor caracterizam a ciência. Também deveria ser o nosso comportamento nas redes sociais: chequem as datas das matérias jornalísticas compartilhadas como novidades, redobrem a atenção a compartilhamentos sem comentários de quem compartilha, comentem e contextualizem sempre o que achem interessante” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo aparece nas conclusões do artigo em tom crítico apontando que esse tipo de comportamento quando se faz ciência permite a disseminação de desinformação, e que depois de propagada é difícil contrapô-la, ainda mais em contextos de crise. Ainda alerta que a postura dos cidadãos nas plataformas digitais deveria ser de mais cautela, análise e atenção. Discute o caso do microbiologista francês Dider Raoult que realizou investigações

tendenciosas e antiéticas do ponto de vista científico para justificar o uso do medicamento da hidroxicloroquina como tratamento para Covid-19, o que interessou o público do movimento antivacina e propagadores de desinformação (e favoreceu a indústria farmacêutica que vende o remédio, além de ter sido argumento “científico” usado por políticos antivacina).

CGN-32 - O artigo publicado em 24 de junho de 2020, intitulado “Notícias falsas, grupos organizados e regulação” tem cunho de educação midiática e argumenta de forma favorável à regulação das plataformas digitais para coibir notícias falsas disparadas por grupos organizados no ambiente digital. Autor: Eduardo Faria Silva, coordenador da Escola de Direito e Ciências Sociais e professor do Mestrado em Direito. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“A técnica utilizada é sofisticada e pensada por profissionais qualificados quando se fala em **desinformação difundida de forma estruturada** e com recursos financeiros. As notícias falsas sob um tema específico são pensadas para atingir diferentes públicos e por distintos canais como *Facebook*, *Youtube*, *Twitter*, *WhatsApp*, navegando por narrativas que transitam – a depender do destinatário – entre o coloquial e o culto. Muitas vezes partem de um senso comum, alternando na narrativa fatos reais com mentiras” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo aparece relacionado à técnica utilizada por propagadores de desinformação. O artigo discorre sobre o Projeto de Lei nº 1.429/2020 dos deputados federais Felipe Rigoni (PSB/ES) e Tabata Amaral (PDT/SP) e argumenta de maneira objetiva que não se trata de censura, pelo contrário, busca coibir justamente a falta de compromisso com a veracidade da informação e suas consequências. O texto usa termos correlatos como “*fake news*” e a tradução “notícias falsas”.

CGN-33 - O artigo publicado em 25 de julho de 2020, intitulado “As leis que fazem o brasileiro enxergar mal”, faz uma crítica aos médicos que propagam desinformação com relação à saúde visual dos indivíduos e atrapalham o trabalho de Optometrista, profissional que cuida da saúde visual e cuidados com os olhos e ciência que estuda o ato visual. Autor: Fabio Meger é advogado do Conselho Regional de Óptica e Optometria do Estado do Paraná (CROO-PR). O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“A liberdade profissional do Optometrista vem sendo reconhecida por decisões monocráticas e colegiadas de Juízes e Tribunais Estaduais e

Federais de vários estados e regiões, havendo ainda aqueles que optam pela reserva de mercado guiados muitas vezes pela **desinformação propagada pelos médicos**” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo é citado para indicar e alertar que há médicos que propagam desinformação sobre o tema, mas o foco do artigo não é a desinformação. Não há problematização, nem desenvolvimento do argumento envolvendo o termo.

CGN-34 - Publicado em 10 de agosto de 2020, o artigo intitulado “Comunicação nos tempos da pandemia” destaca como a crise sanitária preencheu as mídias com temas de saúde, ao mesmo tempo, surgiram “pseudoespecialistas” opinando sobre infectologia e saúde pública, proliferando desinformação. Autor: Tarcisio Eloy Pessoa de Barros Filho é diretor da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP) e presidente do Conselho Deliberativo do Hospital das Clínicas da FMUSP. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Mas além de ter causado uma grave crise sanitária, a covid-19 também afetou os meios de comunicação com o aumento da presença de temas da saúde na mídia. Ao mesmo tempo, **nunca houve tanta desinformação** a esse respeito. Palavras raramente usadas pela população passaram a fazer parte de qualquer roda de conversa, em qualquer esquina – antes limitadas a discutir o resultado de futebol, o comportamento do árbitro, o sofrimento da mocinha da novela ou o eliminado da semana do BBB” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo aparece relacionado ao alto número de desinformação. Discorre também sobre como a Covid-19 afetou a cobertura nos meios de comunicação tradicionais e digitais, e ao mesmo tempo, estava repleto de desinformação principalmente em plataformas digitais e conteúdos sensacionalistas. Utiliza termos correlatos à desinformação como “informações distorcidas”, “meias-verdades”, “teorias da conspiração”, “charlatanismo”, “pseudociência” e “*fake news*” para designar conteúdos que levam insegurança à população. Em conclusão, argumenta que em cenários de crise a comunicação efetiva, clara e padronizada é fundamental, e que a concordância entre todos os setores da sociedade é essencial para passar pela crise.

CGN-35 - O artigo publicado em 28 de agosto de 2020, intitulado “Coronavírus: banalização da vida-morte ou desinformação” faz críticas e reflete as motivações para o descumprimento das regras na quarentena. Autores: Bruno Massayuki Makimoto Monteiro é acadêmico de Medicina da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e José

Carlos Souza é PhD em Saúde Mental, psiquiatra, docente do curso de Medicina da UEMS. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: Título;

“Ao responder à pergunta do título do artigo se isso é banalização da vida-morte ou **desinformação**, poderia se dito que é um pouco dos dois, mas isso é resultado da piora ou do desenvolvimento de alguns problemas emocionais, que grande parte da população está tendo como recidivados ou mesmo desencadeados na atualidade. Porém, a maioria não os admite; por conta disso, há um aumento progressivo destes transtornos, comprometendo mais ainda os relacionamentos sociais. Podem-se ser trazidos mais argumentos, além desses levantados, para explicarem tais posicionamentos; todavia, o grande número de mortos nacional 116 mil (OLIVEIRA; BORGES; BEDINELLI, 2020), e aqui de novo se enfatiza propositalmente, e mundial cerca de 820 mil (Johns Hopkins University and Medicine, 2020) já é autoexplicativo por si” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo aparece na retomada da pergunta do título. Cria expectativa de argumentação em cima da questão, mas não ocorre. O foco se mantém no fato das pessoas não aderirem ao isolamento, sem articular com a questão da desinformação.

CGN-36 - Publicado em 5 de setembro de 2020 o artigo “Deus? Reflexões sobre a fé em tempos de pandemia” é extenso e tem tom reflexivo sobre a crise de saúde sanitária de Covid-19 e a fé. Também trata das contradições de informação e orientação entre governo e entidades. Autor: Waldenyr Caldas é professor titular da Escola de Comunicações e Artes da USP. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Mas, não é uma “gripezinha” como disse nosso presidente que, logo depois de seu pronunciamento, também foi contaminado e constatou na prática, por experiência própria, seu erro de avaliação desse terrível inimigo público. As autoridades mundiais das organizações de saúde não se entendem, se contradizem, e a ressonância disso nos países é a **desinformação** acerca de um procedimento mais eficiente. Todos devem lembrar que, no início da pandemia, as instruções das autoridades era para que não usássemos máscaras. Depois de poucas semanas o aconselhamento era usar máscaras” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo aparece para pontuar que a contradição entre autoridades mundiais das organizações de saúde tem como resultado a desinformação, o que prejudica o controle e resolução do problema.

CGN-37 - O artigo publicado em 25 de setembro de 2020, intitulado “A defesa do jornalismo e o interesse público” argumenta sobre a importância do jornalismo profissional,

colocando-o como instrumento essencial da democracia e da informação confiável (quando realizado de forma ética) em momentos desafiadores como a Covid-19, sendo uma ferramenta de enfrentamento à desinformação exacerbada. Autor: Basilio Sartor é jornalista, doutor em Comunicação e Informação e professor do Departamento de Comunicação da UFRGS. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Robert Park disse que as notícias estão para a sociedade assim como os sentidos estão para o indivíduo: trata-se de uma forma de conhecimento que permite ao público orientar-se no mundo social. Na mesma direção, Daniel Cornu observou que a informação jornalística serve para reduzir a incerteza do indivíduo acerca do ambiente. Da notícia sobre previsão do tempo para saber se é preciso levar o guarda-chuva ao sair de casa até a reportagem sobre a covid-19 para conhecer formas adequadas de prevenção da doença, a informação permite tomar decisões e agir com mais segurança. Lorenzo Gomis lembrou que a **desinformação** também reduz a incerteza do indivíduo, levando-o à ação; faz isso, porém, contra o próprio indivíduo, que, desinformado, é capaz de agir contra seus interesses, **em benefício de quem promove a desinformação**” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo aparece relacionado à importância do jornalismo no contexto de desordem informacional, e argumenta que assim como a informação, a desinformação também dá sensação de certeza a quem acredita. Nesse sentido, aparece também relacionado ao modo como a desinformação beneficia quem a promove em detrimento do cidadão.

CGN-38 - Publicado em 25 de outubro de 2020 o artigo “Quantas vidas vale um clique?” tem cunho de educação midiática e tece uma crítica construtiva ao jornalismo tradicional ao apontar que o sensacionalismo, principalmente em um momento de crise sanitária global aguda, pode contribuir para o cenário desinformativo, prejudicando toda sociedade, inclusive a si mesmo na sua perda de credibilidade. Autor: Daniel Bargieri é professor do Instituto de Ciências Biomédicas da USP (Universidade de São Paulo), e Helder Nakaya é professor da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“É urgente abriremos um debate sério sobre ética e responsabilidade da imprensa na divulgação de notícias científicas e sanitárias. Especialmente em momentos como esse, **quando a desinformação** pode significar muitas mortes” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo aparece relacionado ao debate de ética e responsabilidade da imprensa, na argumentação de que a desinformação pode ter efeito pragmático e gerar mortes em um contexto de crise sanitária como a Covid-19.

CGN-39 - O artigo publicado em 4 de novembro de 2020 intitulado “A geopolítica da vacina” é interdisciplinar entre geopolítica e saúde, e discute sobre a corrida da produção da vacina contra Covid-19 entre os países, e como deste cenário emergiram campanhas de desinformação com mentiras simples, mas também textos absurdos. Autor: João Alfredo Lopes Nyegray é advogado, formado em Relações Internacionais e especialista em Negócios Internacionais. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“É nesse contexto que emergiram as *fake news* sobre a vacina de Oxford. Fotos, memes, vídeos e toda uma **campanha de desinformação** apontam que a vacina britânica transformaria as pessoas em macacos (!?!), e esses absurdos estão sendo direcionados justamente nos mercados onde os russos estão tentando vender a sua vacina, como Brasil e Índia. Tem-se aqui uma tentativa de jogar sobre os demais a desconfiança que a Sputnik V atraiu sobre si” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo aparece para indicar que há um contexto que delinea o surgimento de desinformação sobre a vacina e seus efeitos ligados a preconceitos e outras questões, o que se reflete em desconfiança na população.

CGN-40 - Publicado em 10 de novembro de 2020, o artigo intitulado “Mais cortes na CT&I: você já defendeu a ciência hoje?” É referente aos cortes de recursos financeiros à fundos da ciência durante a pandemia de Covid-19 pelo governo federal e relaciona com como isso possibilita que mais desinformação circule em um momento que pedia exatamente o inverso: mais investimento. Autor: Ergon Cugler é pesquisador do Grupo de Estudos em Tecnologia e Inovações na Gestão Pública (Getip) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Assim, a provocação está em construir uma mobilização contínua de valorização da ciência, da divulgação e da popularização científica em nosso cotidiano, envolvendo organizações, associações e principalmente a sociedade como um todo na discussão dos rumos e desafios do que é público e comum da pólis. Até porque, se mesmo em meio à pandemia nos deparamos com ainda mais cortes e com **tamanha desinformação** negacionista circulando para legitimar tal desmonte, o que restará se não nos

colocarmos diariamente no papel de defesa da ciência brasileira?” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso)

O termo aparece relacionado aos cortes na ciência durante a pandemia de Covid-19 pelo ex-governo de Bolsonaro para indicar ‘tamanho desinformação negacionista’. A matéria é explicativa e argumentativa, tem tom crítico de ativismo pró ciência e educação e critica os cortes de valores nas bolsas e projetos científicos num momento de crise sanitária de Covid-19, relacionando-o ao aumento de desinformação e ao movimento negacionista.

CGN-41 - O artigo publicado em 19 de novembro de 2020 intitulado “A temperatura corporal na pandemia: medir ou não medir?” Tece uma crítica sobre a forma como a aferição de temperatura era feita nos estabelecimentos, apontando que poderia gerar desinformação. Autor: Claudia Roberta de Castro Moreno - graduação em Biologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1986), Mestrado em Saúde Pública (1993) e Doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (1998). Profa. Associada e Chefe do Departamento de Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“A tomada de temperatura como vem sendo realizada pode gerar **confusão e desinformação**, pois se o aparelho registra uma temperatura considerada “normal” a pessoa sente que não está com a doença e todos ao redor sentem o mesmo. Para que a tomada de temperatura seja, de fato, uma medida de redução do contágio, é preciso que alguns fatores sejam levados em consideração” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O artigo não tem como foco a desinformação, mas sim reflexão sobre a forma como a tomada de temperatura estava sendo realizada poder gerar desinformação.

Descrição e análises iniciais - COLUNAS

CGN-42 - Em 24 de janeiro de 2020, a coluna intitulada “Piscina chama atenção em casa de ex-diretor de presídio” é das autoras Ângela Kempfer e Rosana Siqueira. As autoras utilizam o termo uma vez, para indicar que o réu estava em “estado de desinformação” dos fatos. Ou seja, sem nenhuma informação. Uso incorreto. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Fora do ar - Alguns juízes criminais mandavam desligar o sistema de vídeo depois do interrogatório do acusado. Para a OAB/MS, esse tipo de comportamento prejudicava a ampla defesa do réu “que era jogado em um estado de **total desinformação** dos fatos para ser interrogado”, argumento o presidente da Comissão, Tiago Bunning” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

CGN-43 - A coluna publicada em 31 de janeiro de 2020, “Futebol para pequeno círculo das ondas do rádio”, da autora Reinaldo Rosa, utiliza o termo uma vez e indica que a desinformação atua na televisão de forma a cativar eleitores em:

“**PATERNALISMO EM ALTA** – Sempre. **Desinformação** televisiva cativa eleitores longe da realidade do dia a dia. Luciano Huck, pela primeira vez, ultrapassa o presidente Jair Bolsonaro em ranking de popularidade nas redes sociais. Informa a Folha de São Paulo. A odiada” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

CGN-44 - Publicada em 24 de fevereiro de 2020, a coluna intitulada “O reverso das histórias mais popular” escrita por Mário Sérgio Lorenzetto utiliza o termo uma vez em:

“Muito do que aprendemos na escola está errado. A história contada por muitos está eivada de **desinformação**. Manipulações grosseiras vem sendo cometidas. Vejamos o que de fato aconteceu em alguns momentos importantes do nosso passado” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

A coluna diz que a escola ensinou errado e que há desinformação e manipulação no que foi ensinando. Discorre sobre as origens do carnaval, a guerra de canudos, e a história do Lampião.

CGN-45 - A coluna publicada em 20 de março de 2020 intitulada “Mandetta: uma estrela que sobe!”, escrita por Manoel Afonso, utiliza o termo uma vez em:

CONFIRA: “(...)...Existe muito a se conhecer sobre a China e os chineses. Assim como comem cachorros, produzem excelentes vinhos...Um país que tira milhões de pessoas da pobreza, mas que mantém o desafio da desigualdade...**Tanto a desinformação** a respeito do vírus quanto o próprio desinteresse sobre o vírus são sintomáticos de uma era de pobreza informacional no âmbito intercultural. Só falamos do vírus de forma egoísta: quando o risco e o pânico batem em nossa porta...” (Rosana Pinheiro Machado, do The Intercept Brasil)” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

A coluna usa o termo para indicar que há desinformação sobre o vírus da Covid-19 de forma sintomática em uma era de pobreza informacional.

CGN-46 - A coluna publicada em 3 de junho de 2020, de título “Pior: ladrão de shampoo ou político corrupto?”, é redigida por Manoel Afonso, que utiliza o termo em:

FAKE NEWS: Após aprovado por 44 senadores o **projeto do Fake News que visa combater a desinformação** precisa ser aprovado na Câmara, o que não será fácil. O temor é que o rastreamento de mensagens traga prejuízos aos movimentos sociais e principalmente aos jornalistas, configurando uma espécie de censura. O Governo já antecipa; é contra - inclusive deixando no ar que se aprovado poderá vetá-lo. Mas para os especialistas, a proposta promove uma inversão do princípio de inocência e enxerga todos os usuários como potenciais suspeitos. Daí, ele poderá sofrer reparos” (Campo Grande News, 2020, grifo nosso).

O termo aparece para indicar que foi aprovado por senadores o projeto “do” *fake news* que visa combater o fenômeno, que considera um desafio, argumentando que isso pode se voltar contra movimentos sociais e jornalistas, beirando a censura.

CAMPO GRANDE NEWS - 2021

Foram localizados 41 itens jornalísticos que contém o termo “desinformação”, sendo uma duplicada, que foi excluída da amostra. Portanto, totalizam-se 40 matérias, sendo 19 notícias, 17 artigos (reproduções de textos redigidos por pesquisadores e especialistas) e 4 colunas. As notícias estão distribuídas nas editorias Direto das Ruas (1), Lado B (1), Educação e Tecnologia (2), Comportamento (2), Cidades (4), Capital (4), e Política (4).

Descrição e análises iniciais – NOTÍCIAS

CGN-47 - A notícia publicada em 25 de janeiro de 2021, intitulada “CDL terá de pagar R\$ 8 mil por formatura feita na calçada”, discorre sobre uma escola de idiomas de Campo Grande que conseguiu na Justiça indenização por danos morais após cerimônia de formatura acontecer do lado de fora do local contratado para sediar o evento e não no auditório. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“A autora comprovou que esteve no local em duas oportunidades, inclusive, com intuito de assinar o contrato, mas em **decorrência de alguma desinformação** ou confusão entre os funcionários da empresa, não houve a abertura do salão para a realização do evento de formatura, sendo inconteste a caracterização do ilícito e o dever de reparação moral” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

Utiliza o termo para designar que houve uma confusão ou um mal entendido entre as informações passadas. Infere-se que não houve intenção de enganar ou prejudicar, não foi motivada.

CGN-48 - Publicada em 10 de fevereiro de 2021, a notícia “A vida feliz de um campo-grandense que vende maconha no Canadá”, discorre sobre a história do campo-grandense Renan Petri, que é gerente de uma loja que vende cannabis e produtos derivados. O termo aparece uma vez, relacionado ao conservadorismo e ao estigma sobre o tema. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Cannabis ainda é um tabu para os meus pais que são muito conservadores e preferiram que eu fizesse outra coisa. Infelizmente **ainda existe muita desinformação e estigma** no que diz respeito a cannabis, uma planta maravilhosa que vem sendo cultivada e consumida há milhares de anos em

todas as partes do mundo. Vale lembrar que a influência religiosa e política dificulta ainda mais o diálogo sobre o tema” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

CGN-49 - A notícia publicada em 15 de fevereiro de 2021 intitulada “Megavazamento: saiba como proteger seus dados pessoais no ambiente virtual” tem cunho de orientação ao informar para a população formas de manter a segurança dos dados no ambiente digital. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Para saber se uma informação ou promoção é verdadeira, leia a notícia/anúncio (não apenas o título!), cheque a fonte e a autoria, busque pela empresa/autor ou pelo título da notícia em ferramentas de busca, como Google, e em sites de **combate à desinformação**. Você também pode destrinchar os eventos citados na informação e checá-los individualmente e, se for imagens, faça uma busca reversa por ela no Google Imagens” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O termo aparece relacionado a sites de ‘combate’ à desinformação. A notícia tem cunho explicativo, educativo e instrutivo. Visa orientar como proteger dados pessoais nos ambientes digitais, e ensina formas de checagens e verificação de conteúdos consumidos diariamente nas plataformas digitais. Aparece o termo correlato “*fake news*”.

CGN-50 - Publicada em 26 de fevereiro de 2021, a notícia “Casa da Saúde diz que menino está sem receber insulina por atraso em papelada” explica que o medicamento para controle de diabetes não estava liberado por haver atraso na documentação a ser apresentada pela família. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“A Secretaria reforçou que qualquer tipo de medicamento só é repassado após solicitação da Sesau (Secretaria Municipal de Saúde) à Casa da Saúde, via CEI ou CEM (Centro Especializado Municipal). Depois é necessário acompanhar a situação junto ao município, para que **não ocorra nenhuma desinformação**” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O termo aparece ao final da matéria na orientação da Sesau com o objetivo de evitar o fenômeno. Aparece não estar se referindo à desinformação motivada, mas sim a erro de entendimento, desencontro de informação.

CGN-51 - Publicada em 22 de março de 2021, a notícia intitulada “Na periferia, comerciante deu “jeitinho” para continuar funcionando” discorre sobre locais periféricos de Campo Grande que burlaram o decreto restritivo referente ao isolamento social derivado da

pandemia de Covid-19. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“**Por desinformação ou necessidade**, comerciantes da periferia deram um “jeitinho” de burlar o decreto restritivo, em vigor a partir desta segunda-feira, em Campo Grande. Apesar do flagrante, os estabelecimentos verificados pela reportagem do Campo Grande News tentaram, de alguma forma, restringir a circulação de pessoas e evitar aglomerações” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O termo aparece como problema que motiva determinada ação, no caso como justificativa do porque os comerciantes burlam as medidas restritivas da Covid-19.

CGN-52 - A notícia publicada em 4 de abril de 2021, intitulada “Para bibliotecárias de MS, ausência dos leitores é o pior “silêncio””, discorre sobre o trabalho de bibliotecário, as dificuldades enfrentadas durante a pandemia, e as alternativas encontradas pelas profissionais. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Foi assim que, junto a uma amiga, acabou criando o perfil no Instagram @biblioconnect, uma forma de conectar profissionais e interessados em biblioteconomia. “Tivemos a oportunidade de fazer **lives e conteúdos sobre desinformação, fake news**, o fazer bibliotecário na pandemia e muito mais. Desse modo, dávamos esperança aos colegas e passávamos a imagem que o bibliotecário está longe de estar apenas atrás do balcão” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O termo indica uma das temáticas abordadas no “ao vivo” realizado pelo no Instagram pela dupla de bibliotecárias. A matéria explica a saída encontrada pela bibliotecária para cumprir seu papel na disseminação de informação de qualidade com objetivo de engajar os cidadãos no enfrentamento ao fenômeno.

CGN-53 - Publicada em 7 de abril de 2021, a notícia intitulada “Cerca de 13 mil vacinas poderão ser remanejadas em MS” aborda o fato de o governo de Mato Grosso do Sul remanejar cerca de 13 mil doses de vacina destinadas a grupos em terras indígenas demarcadas, no qual o secretário estadual de Saúde informou que esses imunizantes estavam represados em polos indígenas, já que uma parcela desses grupos se recusou a tomar. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Recusa - Em meados de março, o mesmo movimento foi feito em aldeias de Mato Grosso do Sul, o que gerou críticas por parte de conselhos

indigenistas, que **alegaram haver desinformação** e práticas inadequadas por parte das autoridades sanitárias. Isso fez com que parte desses grupos se recusasse a serem imunizados” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O termo aparece como motivação para alguns indígenas se recusarem a tomar a vacina (de acordo com a apuração, o caso relembra a revolta da vacina que ocorreu em 1904). A matéria é curta e não desenvolve quais seriam as desinformações.

CGN-54 - A notícia publicada em 17 de abril de 2021, intitulada “Professores criticam enquete da cloroquina em apostila da REME”, é referente a perguntas que alguns professores consideraram tendenciosas na apostila de educação do estado/município. A matéria apura o acontecimento e entrevista os dois lados (Secretária da Educação e os professores). O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Na opinião deles, atividade de Língua Portuguesa para alunos do 9º ano **incentiva a desinformação**” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso);

“O Campo Grande News foi procurado por professores contrariados com o viés ‘ideológico’ do material distribuído, na opinião deles. “Fiquei incomodado com a temática do texto, achei desnecessária”, afirmou um deles, sob condição de preservação do nome. Para ele, tratar desse tema como conteúdo escolar e pedir pesquisa de “a favor/contra” aos alunos incentiva a **‘desinformação em meio ao esforço** de convencer as pessoas a se proteger da doença e não usar remédios de eficácia não comprovada” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O termo aparece no subtítulo e depois no texto para indicar a perspectiva dos professores de que haviam perguntas tendenciosas e de “incentivo à desinformação”, o que é um problema visto que o período foi marcado por movimento antivacina e anticiência.

CGN-55 - A notícia publicada em 18 de maio de 2021, intitulada “Perdi minha melhor amiga porque ela não acreditava na covid”, relata a história de Priscila* que perdeu a melhor amiga para a Covid-19, pois a mesma não acreditava e não se cuidava em relação ao vírus. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Ela lembra que chegou a se afastar de pessoas que **propagam desinformação** sobre os casos, mas não vai desistir. “Esse fim de semana passando correndo atrás de uma medicação para o tio de uma amiga que está internado com covid. Não tem a medicação no SUS, nas distribuidoras, está faltando a nível nacional. Como chegamos a esse ponto?”, questiona. ‘É algo tão surreal que me deixa com raiva. Mas eu trabalho todos os dias para não

me alimentar esse tipo de sentimento. A raiva cega. Informação liberta”
(Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O termo indica que a mulher se afastou de propagadores de desinformação. É uma notícia que se desdobra sobre efeitos reais da desinformação, tem tom de conscientização. É usado o termo “mentiras” de forma correlata à desinformação, e conta a história de uma mulher que perdeu sua melhor amiga para a Covid-19 e a desinformação.

CGN-56 - A notícia publicada em 22 de julho de 2021, intitulada “Fábio Trad pede convocação imediata de Braga Netto à CCJ da Câmara”, é sobre o deputado Fábio Trad ter protocolado na Comissão de Constituição e Justiça requerimento para a convocação imediata do ministro da Defesa, Braga Netto, para que esclareça a "grave ameaça de golpe" feita por ele. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Nota Oficial - O general Walter Souza Braga Netto, em nota oficial lida hoje, se referiu ao assunto como "mais uma **desinformação** que gera instabilidade entre os poderes". Ele acredita "que todo cidadão deseja a maior transparência e legitimidade no processo de escolha de seus representantes no Executivo e no Legislativo em todas as instâncias”
(Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

Utiliza o termo como um problema que traz instabilidade entre os poderes na nota oficial de resposta de Braga Netto ao defender a discussão sobre o voto eletrônico auditável por meio de comprovante impresso.

CGN-57 - Publicada em 8 de agosto de 2021, a notícia intitulada “Curta de Mato Grosso do Sul sobre saúde mental é exibida até na Índia” discorre sobre a atriz e cineasta sul-mato-grossense Tatiany Furuse que produziu um curta-metragem que fala sobre transtornos mentais, preconceito, desinformação e as consequências dessa ignorância. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“A atriz e cineasta sul-mato-grossense Tatiany Furuse resolveu produzir um curta-metragem que fala sobre transtornos mentais, **preconceito, desinformação e as consequências dessa ignorância**” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O termo indica que o tema do curta, transtornos mentais, é cerceado por desinformação, preconceito e consequências dessa ignorância. A notícia demonstra que o

tema da desinformação também passa a ser retratado em obras artísticas locais de Mato Grosso do Sul.

CGN-58 - A notícia publicada em 15 de agosto de 2021 intitulada “Mortes por covid-19 de pessoas vacinadas são raras, diz especialista” é repostada da Agência Brasil, e têm tópicos acrescentados pelos jornalistas do Campo Grande News, sobre a eficácia e segurança da vacina e o problema da desinformação que atravessa e atrapalha o processo de vacinação. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“A morte do ator Tarcísio Meira na última quinta-feira (12), por complicações da covid-19, reacendeu o debate sobre a eficácia da vacinação para controlar a pandemia. Aos 85 anos, o ator estava completamente imunizado desde abril, quando tomou a segunda dose da CoronaVac. O episódio gerou nova **onda de desinformação nas redes sociais**, com falsas narrativas de que "não adianta tomar vacina". A Agência Brasil conversou com especialistas que foram taxativas na defesa da imunização em massa como a principal estratégia para que o país saia da crise sanitária” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O termo aparece uma única vez para alertar sobre a alta circulação de conteúdos falsos nas redes sociais sobre a vacinação de Covid-19. A notícia apresenta informações, dados e entrevista com a médica Isabella Ballalai, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm) com o objetivo de contrapor as mentiras.

CGN-59 - Publicada em 26 de agosto de 2021 a notícia intitulada “Menino de 3 anos morre em questão de horas e gera onda de desinformação” discorre sobre a morte repentina de um menino de 3 anos, em Campo Grande. Conforme a apuração, a causa da morte ainda é mistério. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: Título;

“A morte trágica e repentina de um menino de 3 anos, na noite dessa quarta-feira (25), em Campo Grande, causou alvoroço em grupos de WhatsApp e o **compartilhamento de muita desinformação**. Como um dos sintomas da criança foi insuficiência respiratória, a primeira suspeita levantada foi de que a covid-19 havia levado o garoto” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

A notícia tem como gancho o desconhecimento da causa da morte de uma criança ter gerado desinformação no aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp. Não aprofunda a questão, mas demonstra como o fenômeno se entrincheira nas situações cotidianas e ocupa as plataformas digitais da comunidade de forma rápida.

CGN-60 - A notícia publicada em 12 de setembro de 2021 intitulada “Decisão sobre MP que altera Marco Civil da Internet sai esta semana no Senado” é sobre a decisão da Consultoria Legislativa do Senado a MP 1.068/2021, assinada por Jair Bolsonaro (sem partido), que altera o Marco Civil da Internet (Lei 12.965, de 2014) para limitar a remoção de conteúdos abusivos publicados nas redes sociais. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Tebet afirmou que enquanto a MP estiver em vigor, a internet estará aberta para **campanhas de ódio e desinformação** com temas que podem ir dos ataques à democracia à desinformação sobre covid, vacinação e tratamento precoce, por exemplo” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O termo aparece relacionado a “campanhas de ódio na internet”. A notícia demonstra preocupação com o fenômeno por parte de Simone Tebet, que em sua citação discorda da MP que altera o Marco Civil da Internet, no qual argumenta que a mesma influencia campanhas de ódio e desinformação nas redes.

CGN-61 - Publicada em 17 de setembro de 2021, a notícia “Em MS, Toffoli diz que Brasil sofre com "campanhas de desinformação”” discorre sobre a comemoração dos dez anos de fundação do Coje (Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral) com o lançamento de um livro sobre o assunto e a presença do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), José Antônio Dias Toffoli. O termo aparece quatro vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: Título;

“Convidado por ser o responsável pela implantação das ouvidorias, o ministro disse que ouvir a população é importante e que o País vive uma “era da pós-verdade”, com "**campanhas de desinformação** e ataques às entidades democráticas” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso);

“Ele comparou o protesto nos EUA ao momento político do Brasil. “Existe a emergência de movimentos sectaristas e foi preciso que a democracia defendesse a própria democracia. Movimentos antidemocráticos e golpistas de 7 de setembro **apostam na desinformação** e na memória curta das pessoas” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso);

“Toffoli disse ainda que é importante que as ouvidorias se unam para combater e **esclarecer a desinformação**. ‘Não podemos permitir que o ódio domine as instituições, pois o fim do diálogo é suicídio de uma nação’” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O termo aparece relacionado a ‘campanhas’ de desinformação’, a datas que golpistas ‘apostam’ na desinformação e a necessidade de ‘combate’. A notícia discorre sobre o quão prejudicial é a desinformação e a pós-verdade, que atacam a democracia constantemente. Alerta para a necessidade de enfrentamento aos fenômenos no contexto brasileiro.

CGN-62 - A notícia publicada em 26 de outubro de 2021 intitulada “*Instagram e Facebook* vão inserir rótulos em postagens sobre eleições” é informativa sobre o funcionamento das redes sociais no período eleitoral no sentido de combate à desinformação. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“O *Facebook* anunciou nesta terça-feira (26) que, a partir das próximas semanas, vai inserir rótulos em postagens sobre eleições com redirecionamento de usuários para a página da Justiça Eleitoral na internet. A medida também valerá para o *Instagram*, rede social que pertence ao conglomerado controlado pelo *Facebook*. A novidade faz parte de um trabalho conjunto com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para combater **desinformação** e ameaças à integridade do processo eleitoral” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso);

“A integridade das eleições é uma prioridade para nós e temos trabalhado nos últimos anos com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no Brasil para proteger o processo democrático, identificando e agindo contra ameaças e ajudando as pessoas a terem acesso a informações confiáveis sobre a votação. Como parte do nosso trabalho com o TSE para a eleição presidencial de 2022, iremos direcionar as pessoas usando o *Facebook* e o *Instagram* no Brasil para informações oficiais sobre o sistema de votação e artigos rebatendo **desinformação** sobre o processo eleitoral”, diz o comunicado” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O termo aparece relacionado a ‘combate’. A matéria divulga de forma descritiva e explicativa acerca das mudanças realizadas nas plataformas digitais *Instagram* e *Facebook* que tem o objetivo de combater à desinformação que circula pelos ambientes e punir perfis propagadores de desinformação com a perspectiva de diminuir o conteúdo falso nas eleições.

CGN-63 - A notícia publicada em 2 de novembro de 2021 intitulada “Pesquisa aponta que 17% tomaram cloroquina e ivermectina como prevenção” discorre sobre os dados que os alunos da turma sul-mato-grossense do curso de especialização intermediário do EpiSUS (Epidemiologia Aplicada aos Serviços do SUS - Sistema Único de Saúde) encontraram em Campo Grande apontando que 17% dos entrevistados responderam que tomaram medicamentos como forma de prevenir a covid-19, ou seja, o uso de tratamentos precoces

(falsos) durante a Covid-19. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Desinformação - Quanto às principais formas de transmissão, a pesquisa revela também certo grau de desconhecimento dos entrevistados nos bairros Panamá e Popular. Uma porcentagem de 6% respondeu não saber ou que a transmissão ocorria por formas que não estavam no questionário, como ‘pegar friagem’ e ‘sujeira em casa’” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O termo aparece como tópico dentro do texto. A notícia tem cunho educativo e o foco não é a desinformação em si, mas desdobramentos sobre os números encontrados em uma pesquisa que indicam o perigo do nível de desconhecimento da população sobre a Covid-19.

CGN-64 - Publicada em 23 de dezembro de 2021, a notícia intitulada “Covid-19: boletim da Fiocruz aponta desafios para o próximo ano” é repostada da Agência Brasil, e discorre sobre os desafios perante o surgimento de novas variantes coronavírus, apagão de dados e a politização das medidas de enfrentamento da pandemia, relacionado ao documento que aponta a preocupação dos cientistas com o retorno das atividades de forma presencial. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: **“Desinformação e novas variantes podem dificultar** controle da doença” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O termo aparece apenas no subtítulo, e designa um obstáculo para controle da Covid-19. A matéria é extensa, narrativa, informativa e com tom reflexivo sobre os desafios envolvendo a saúde pública e a vacinação nos próximos anos pela crescente do movimento antivacina e negacionismo científico. O termo *‘fake news’* é usada de forma correlata.

CGN-65 - Publicada em 30 de dezembro de 2021 a notícia “Lei municipal institui e Campo Grande terá mês de combate às *‘fake news’*” discorre sobre a lei 6.761 (municipal) que institui o "Mês de Conscientização, Orientação e Combate às *Fake News*", a ser realizado todo mês de outubro. A data entrará para o calendário oficial do município, onde serão realizados eventos com intuito de combater a prática de desinformação, como palestras, debates, rodas de conversa e ações educativas em locais estratégicos e de fácil acesso à população. É uma matéria que tem o objetivo informar e divulgar sobre um projeto que visa enfrentar. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: “Segundo o órgão, a data entrará para o calendário oficial do município, onde serão realizados eventos

com intuito de combater à **prática de desinformação**” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

Descrição e análises iniciais - ARTIGOS

Assim como indicado no ano anterior (2020), todos os artigos são de cunho científico, apresentam abordagens críticas e tom reflexivo. São reproduções de artigos redigidos por pesquisadores e especialistas, estruturados de forma semelhante, introdução, delimitação de contexto e dados de pesquisas que desenvolvem as discussões atravessadas pelo fenômeno da desinformação contemporânea, apontada como questão problemática, perigosa e que está no centro dos debates.

CGN-66 - O artigo publicado em 9 de janeiro de 2021, intitulado “Os “media” e a política brasileira”, é voltado à educação midiática, relacionado à profusão de informações contraditórias e falsas que atrapalham a sociedade, criticando a mídia e a política brasileira. Autor: Waldenyr Caldas é professor titular da Escola de Comunicações e Artes da USP. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“A “Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet” objetiva, entre outras coisas, exatamente o **combate à desinformação**, bem como estimular e aumentar a transparência na internet, evitando assim que sejamos ludibriados pelo discurso tolo de um impostor mal intencionado. Estão previstas sanções aos cidadãos que descumprirem a lei. Se é com base no jogo da mentira, da desinformação e do charlatanismo que os impostores triunfam sobre as pessoas de boa-fé, logo, logo, terão que ficar mais atentos a esse procedimento espúrio. A lei ainda que tardia, será muito bem-vinda” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O termo aparece relacionado ao ‘combate’. O artigo trata sobre a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, que objetiva aumentar a transparência nas plataformas digitais com a criação de determinadas regras. O texto indica que estão previstas sanções aos cidadãos que descumprirem a lei, e tece uma crítica aos propagadores de desinformação.

CGN-67 - Publicado em 27 de janeiro de 2021, o artigo intitulado “Vacina da Covid-19: O que leva tantas pessoas a duvidarem da ciência?” tem cunho informativo e reflexivo sobre a crescente descrença na ciência, faz desdobramentos sobre negacionismo científico,

conspiracionismo e movimentos antivacina, pincelando sobre alguns aspectos de educação midiática. Autor: Gustavo Pagotto é Doutor em Química pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). O termo aparece três vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Este fenômeno pode ser explicado através da agnotologia, que é o estudo da **propagação intencional da desinformação** para fins políticos e comerciais para dar legitimidade a uma determinada agenda de poder ou tirar o foco de algo. Ou seja, quando o líder de um país faz declarações sem embasamento científico a respeito da pandemia e da vacinação e seus efeitos, sua estratégia política fica evidente e, naturalmente, parte da população se sente confusa e não sabe como agir” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).;

“No entanto, vidas humanas valem mais do que disputas de poder. A politização do vírus e da vacina coloca toda a população brasileira em meio a um cabo de guerra ideológico que vem fazendo mais vítimas a cada dia. É preciso refutar o negacionismo científico como política de Estado, combatendo com **veemência discursos que criam caos, desinformação e medo**” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).;

“Quando é possível observar tão nitidamente quanto agora - com mais de 210 mil vidas perdidas - os resultados **catastróficos gerados pela desinformação** e inépcia, também fica evidente o quanto a ciência e tecnologia são fundamentais” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O termo é utilizado na definição de agnotologia²⁰; argumenta com preocupação aparente sobre a ação de grupos coordenados nas redes sociais que disseminam desinformação, e que quando o presidente faz declarações antivacina e anticiência “sua estratégia política fica evidente” e a “população se sente confusa e não sabe como agir”. Relaciona o termo ao negacionismo científico e manifesta a necessidade de combate a esses fenômenos desinformativos a fim de evitar resultados catastróficos na população. O artigo é sucinto e aponta as motivações para as pessoas duvidarem da ciência de forma crítica.

CGN-68 - O artigo publicado em 22 de fevereiro de 2021, intitulado “A perseverança de ideias: vida em Marte, Teoria da Relatividade e Cloroquina”, é extenso e discorre sobre as desinformações que se espalham pelo mundo desde o início da história da humanidade até chegar na cloroquina, desdobrando sobre os efeitos e consequências reais na população, explicando e exemplificando como pessoas de credibilidade, como cientistas, também podem

²⁰ Estudo da propagação intencional da desinformação para fins políticos e comerciais para dar legitimidade a uma determinada agenda de poder ou tirar o foco de algo (conforme o artigo de Gustavo Pagotto é Doutor em Química pela Universidade Estadual Paulista).

propagar a desinformação. Autor: Peter Schulz foi professor do Instituto de Física "Gleb Wataghin" (IFGW) da Unicamp durante 20 anos. Atualmente é professor titular da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Unicamp, em Limeira. O termo aparece três vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“De fato, a autoria da teoria foi desmentida por Campbell em cartas (a propagação da teoria continuou por uns anos, sendo sempre desmentida pelo astrônomo) [II]. Trata-se, portanto, da mais pura **desinformação**/*fake News*, como tão bem conhecemos hoje” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso);

“A história acima foi encontrada e costurada um pouco por acaso, refere-se a um tema bem distinto dos grandes problemas que enfrentamos no momento, além de distante no tempo. Mas talvez ajude a entender como cientistas podem propagar **desinformação**, como a **desinformação** viraliza e como ideias em ciência são desenvolvidas aos poucos, debatidas e verificadas. O caso da suposta vida inteligente em Marte, foi, digamos, inofensivo, e gerou pelo menos um clássico de ficção científica. Exemplos atuais são bem mais sombrios” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso);

“[...] No entanto, atenção: segundo a Web of Science, temos 62 meta-análises de hidroxicloroquina publicadas em 2020. A maioria chega à mesma conclusão: o remédio é ineficaz, quando não também inseguro. Mas algumas meta-análises são ambíguas nas suas conclusões e, assim, continuam a alimentar a **desinformação**. Precisaríamos de uma meta-análise de meta-análises? Alguns autores, referindo-se a questões anteriores à atual pandemia sugerem exatamente isso. Jop de Vrieze no portal Sciencemag adverte [VII]: “Meta-análises são reconhecidas para encerrar debates científicos. Muitas vezes, no entanto, causam apenas mais controvérsia”. E Mark Sigman, entre outros, aponta a necessidade de meta-meta-análises [VIII], discutindo o impacto de escolhas subjetivas nos estudos que deveriam ser objetivos” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O uso do termo aparece relacionado a elaboração do argumento sobre como a desinformação pode ser propagada a partir da ciência, e reforça que o processo científico envolve tempo, debate e muita verificação.

CGN-69 - O artigo publicado em 17 de março de 2021, intitulado “A situação em 2021”, reflete sobre as consequências econômicas negativas do coronavírus e o quanto a classe política do Brasil, subordinada a interesses externos, contribui para reduzi-lo a simples entreposto de produtos. E como isso atravessa as outras esferas nacionais. Autor: Benedicto Ismael Camargo Dutra é graduado pela Faculdade de Economia e Administração da USP. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“A ansiedade do século 21 vai avançando. O momento é muito grave, pois muitas pessoas estão dominadas pela confusão, e não é para menos; mentiras, **desinformações**, atitudes impulsivas, os seres humanos se esqueceram da prometida colheita de tudo que semearam com pensamentos, palavras e ações. Cada ser humano tem de se ocupar com a preservação da saúde para manter o corpo forte e resistente. Não fumar, não abusar das bebidas, cuidar da boa alimentação, ter higiene física e mental, respeitar as leis naturais, buscar ser sadio de corpo e alma e o autoaprimoramento, enfim se esforçar para se tornar um ser humano autêntico. Mas o que tem sido oferecido às novas gerações?” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O termo aparece no plural, utilizado para referir-se ao momento que classifica como “muito grave”, pois é um momento dominado pela confusão (mentiras, desinformação).

CGN-70 - O artigo publicado em 4 de abril de 2021, intitulado “Lockdown de almas?” Tem tom reflexivo sobre os efeitos negativos na saúde mental do isolamento social por causa da pandemia. Autora: Enildes Corrêa é administradora, terapeuta, professora de Yoga e orientadora de práticas de meditação e respiração consciente com formação na Índia. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Nos descaminhos da inconsciência, da **desinformação** e da ignorância, milhares de pessoas em nosso país (atualmente, após um ano da pandemia, um dos mais assolados pela covid-19 no mundo) se transformaram em velozes vetores de transmissão da doença e, conseqüentemente, de risco de morte e de dor” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso);

“Na contramão da vida, as *fake news* estão por aí a **espalhar desinformação**, ao negar a gravidade da covid-19, além de desestimular a população a tomar a vacina e a se proteger com o uso de máscaras” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O termo aparece como uma das causas da transmissão veloz da Covid-19, usa o termo correlato “*fake news*” e apontam que estão na contramão da vida.

CGN-71 - Publicado em 20 de abril de 2021, o artigo intitulado “Atuação bibliotecária na pandemia de covid-19 em um cenário de desinformação” discorre sobre as dificuldades do trabalho dos bibliotecários durante a pandemia, o papel educativo e informativo dos bibliotecários durante a pandemia de Covid-19, relacionando-o com o **papel de enfrentamento à desinformação**. Autoras: Shirlei Galarça Salort é bibliotecária na FAMED/HCPA da UFRGS e mestre em Educação. Dirce Maria Santin é bibliotecária no

ICBS e pós-doutoranda do PPGEdu/UFRGS. - O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: Título;

“Somando-se a isso, presenciamos uma enormidade de informações sobre o vírus, a doença e suas formas de tratamento, ocasionando uma infodemia, além de grande quantidade de *fake news* (informações falsas) e/ou distorcidas, feitas para enganar, o que **caracteriza o fenômeno da desinformação**” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O termo aparece no título para contextualizar o pano de fundo da Covid-19: um cenário de desinformação. No texto, utiliza o conceito relacionado a infodemia, e posteriormente indica que os bibliotecários têm um papel de enfrentamento a fenômenos alienadores, voltado à produção e ao compartilhamento da informação.

CGN-72 - A publicação do artigo em 29 de abril de 2021, intitulado “Sobre a pandemia: falta lógica e sobra polarização” e como sugere o título, discute a polarização no Brasil e como o fenômeno interfere de forma negativa em contextos de crises, como a Covid-19. Autor: Fábio Augusto Reis Gomes é professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da USP. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Aqueles que não levam a doença a sério e que fazem propaganda de soluções que não funcionam acabam induzindo a população a um comportamento que amplia a gravidade da pandemia. São esses mesmos que depois reclamam das medidas restritivas. Ora, se não houvesse tanta **desinformação** e tantas instruções equivocadas, a chance de a população adotar medidas simples e eficazes aumentaria e, com isso, seria reduzida a gravidade da pandemia. Neste caso, não seria necessário recorrer a medidas mais restritivas. Falta lógica!” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O termo é utilizado na argumentação de que há muita desinformação sobre o tema, e que as pessoas desinformam e pioram o cenário da doença são as mesmas que depois reclamam de medidas restritivas mais severas. Explicita de forma crítica a problematização da polarização política e como o fenômeno da desinformação se relaciona com isso.

CGN-73 - Publicado em 28 de junho de 2021, o artigo “Nós não estamos no momento de escolher vacinas contra a Covid-19” discorre sobre o período em que as vacinas foram liberadas para aplicar na população, e argumenta que as pessoas, por causa de desinformação,

queriam escolher a vacina que iriam tomar. Autor: Luiz Carlos Dias é professor titular do Instituto de Química da Unicamp, membro titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico e membro da Força-Tarefa da UNICAMP no combate à Covid-19. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“O Brasil precisa de milhões de doses de todas as vacinas aprovadas pela Anvisa, vacinação rápida, vigilância epidemiológica para testar e isolar infectados e seus contatos, vigilância genômica para detectar as possíveis variantes de atenção surgindo, uma campanha nacional de esclarecimento para orientar a população sobre a importância de uma alta adesão às vacinas, sobre a manutenção do uso de máscaras, distanciamento físico e hábitos de higiene e defendendo todas as vacinas. Se não querem ajudar, creio que é bem melhor ficarem quietos e deixar que a comunidade científica, profissionais da área de saúde e jornalistas do bem ajudem a esclarecer a população, como, aliás, estamos fazendo desde o início da pandemia. Tanto o Ministério da Saúde como seus interlocutores e alguns políticos, quando não atrapalham, certamente já ajudam. Se não querem fazer comunicação para esclarecer a sociedade, que pelo menos não tragam mais **desinformação**” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O termo aparece em uma crítica feita à postura do governo perante a vacinação contra a Covid-19, com um apelo para não disseminarem mais desinformação - ajuda muito quem não atrapalha. Artigo explicativo e argumentativo, apresenta conteúdos falsos sobre a produção das vacinas produzidas e contrapõe com informação de qualidade e dados verídicos.

CGN-74 - Publicado em 6 de junho de 2021, o artigo “Vacinas aplicadas fora do prazo de validade?” debate sobre a suposta aplicação de vacinas vencidas, consequências e o que é possível fazer. O texto é apelativo no sentido de frisar que o momento necessita de equilíbrio e informação confiável. Autor: Luiz Carlos Dias é Professor Titular do Instituto de Química da Unicamp, membro titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico e membro da Força-Tarefa da UNICAMP no combate à Covid-19. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Essa matéria na Folha, sendo confirmada ou não a veracidade do levantamento, causou pânico na população. Não precisava ser assim. Eu não teria divulgado sem confirmar antes, com as secretarias estaduais e municipais de saúde, se de fato, essas doses foram aplicadas com prazo de validade vencido. Eu respeito o trabalho jornalístico, mas espero que os autores da matéria tenham feito contato com as secretarias municipais, pois o

momento pede equilíbrio e já há muita **desinformação**. Tomara que esta questão seja esclarecida o mais rapidamente possível e não cause mais prejuízos. Fato é que esta matéria não trouxe nenhum tipo de benefícios, não ajudou em nada na adesão da população à campanha de vacinação em massa” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O termo aparece para indicar que há muita desinformação no contexto da vacinação contra Covid-19 e que isso causa pânico e medo na população. Nesse sentido, faz uma crítica construtiva ao trabalho jornalístico sobre checar as informações e evitar divulgar informações com títulos sensacionalistas, que causam pânico e não ajudam em nada.

CGN-75 - Publicado em 17 de agosto de 2021, o artigo “Pessoas idosas vacinadas e infectadas? A culpa não é das vacinas” é crítico sobre o tema da vacinação de Covid-19, expõe problemáticas da desinformação e o discute de forma reflexiva, com informações verídicas contrapondo desinformações. Autor: Luiz Carlos Dias é Professor Titular do Instituto de Química da Unicamp, membro titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico e membro da Força-Tarefa da UNICAMP no combate à Covid-19. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Se as pessoas vacinadas, principalmente os mais idosos estão sendo infectados e, em alguns casos, vindo a óbito, não é por culpa das vacinas. Elas são ótimas e são as grandes estrelas no combate à pandemia. O vírus continua circulando e novas variantes estão surgindo e isso se deve à total falta de combate efetivo à pandemia por parte de quem deveria liderar a nação. As vacinas lutam contra o vírus, contra a **desinformação**, contra as *fake news*, contra quem está preocupado com reeleição, contra a falta de campanhas de esclarecimento da sociedade, contra os inúmeros e constantes ataques de políticos negacionistas à ciência, às próprias vacinas, às medidas não farmacológicas, como o uso de máscaras, o distanciamento físico e as medidas de lockdown e de restrição de movimento” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso);

“Nós não podemos deixar que esses episódios raros de pessoas vacinadas vindo a óbito gerem ondas de espalhamento de **desinformação** e narrativas falsas de que "não adianta tomar vacina". Se nós tirarmos as vacinas, vamos colocar o que mesmo no lugar? E nós estamos observando no mundo que as pessoas mais afetadas pela variante Delta do vírus (originalmente detectada na Índia) são as pessoas não vacinadas. Há uma pandemia entre os não vacinados” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O termo é usado em tom reflexivo e de apelo no primeiro parágrafo em que aparece, de forma metafórica, aponta que as vacinas ‘lutam’ não só contra o vírus, mas também contra

os diversos formatos de desinformação. Aparece associado a disseminação desses conteúdos também.

CGN-76 - O artigo publicado em 3 de setembro de 2021, intitulado “Um pesadelo chamado Brasil” discorre sobre os demais problemas do Brasil em meio a crise de saúde pública (Covid-19), como educação, meio ambiente e economia. Autor: Isaac Roitman é professor emérito da Universidade de Brasília, pesquisador emérito do CNPq, membro da Academia Brasileira de Ciências e do Movimento 2022-2030. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Atritos, alguns fabricados, abalam a harmonia dos pilares da democracia. O embate entre os Poderes aponta para uma desagregação no país. A educação e a saúde em frangalhos. **A desinformação constante** é um grande aliado da ignorância. O desenvolvimento da Ciência e Tecnologia no rumo do retrocesso. Caminhamos rapidamente para sermos um país periférico e colonizado. O desencanto dos jovens, ao pensarem no futuro no Brasil e no mundo, é um atestado de retrocesso da humanidade” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O artigo trata de forma ampla (e superficial) diversos problemas que atingem o Brasil, no qual o termo é utilizado como “aliado da ignorância”, sinônimo de algo que prejudica e atravessa todas as áreas, como ciência, educação, meio ambiente, economia e cultura.

CGN-77 - O artigo publicado em 7 de setembro de 2021, intitulado “Impactos da covid-19 em pacientes pediátricos de risco” como sugere o título, o texto discorre sobre os impactos problemáticos da Covid-19 em pacientes pediátricos de risco, como as crianças com câncer. Autora: Liane Esteves Daudt é médica e atua como professora do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da UFRGS. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“O coronavírus entrou para a História como uma das grandes pandemias da humanidade. O impacto social, econômico e humanitário continua e, provavelmente, permanecerá incalculável. O desconhecimento ou a formulação de hipóteses baseadas em histórias prévias, como observamos no comportamento diverso de pacientes com anemia falciforme durante a pandemia de H1N1 e agora com a covid-19, podem levar a conclusões **errôneas, à desinformação** e, conseqüentemente, à piora do manejo de saúde de nossa população. É essencial, portanto, o conhecimento de dados objetivos demonstrados por pesquisa científica séria e ética para a criação e implementação de medidas baseadas na realidade e, assim, mitigar os efeitos deletérios deste momento” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O termo aparece relacionado ao desconhecimento ou a formulação de hipóteses baseadas em histórias prévias que podem levar a conclusões **errôneas, à desinformação** e, conseqüentemente, à piora do manejo de saúde de nossa população.

CGN-78 - O artigo publicado em 24 de setembro de 2021, intitulado “Os perigos da poluição informacional” tem cunho de educação midiática, relativo à poluição informacional advinda das tecnologias digitais e as dificuldades que isso acarreta. Autor: Eros Moreira de Carvalho é professor associado do departamento de Filosofia da UFRGS. O termo aparece seis vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“As novas tecnologias digitais não ampliaram apenas o acesso à informação, mas também e sobretudo o acesso à **desinformação**. Assim como a poluição sonora dos centros urbanos torna quase impossível discriminar os sons das coisas, a poluição informacional limita a nossa capacidade de adquirir nova informação na medida em que não conseguimos mais discriminá-la do excesso de **desinformação** que polui o ambiente; é como procurar uma agulha no palheiro. Se antes podíamos confiar em algumas poucas fontes de informação e conhecimento, agora temos de distinguir, entre uma infinidade de fontes, quais são confiáveis e quais não são. Como fazê-lo se as próprias informações sobre quais fontes são e quais fontes não são confiáveis também se encontram misturadas com **desinformação** sobre o que é e o que não é confiável? Não é uma tarefa impossível, mas tornou-se muito mais difícil manter-se como um agente epistêmico responsável” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso);

“Neste caso, cria-se um obstáculo para que o leigo aprenda do perito **inundando a opinião pública com desinformação** que ataca a credibilidade da comunidade científica. A situação é ainda mais drástica porque os leigos avaliam a credibilidade do cientista a partir de um estereótipo do que é a boa conduta científica” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso);

“A capacidade do leigo de aprender com o perito é muito precária. Ela pode ser **facilmente abalada por desinformação**, tanto **desinformação que tira proveito da sua imagem equivocada** do que deveria ser a boa conduta científica quanto **desinformação que tira proveito dos seus valores mais arraigados**” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O artigo é extenso e tem cunho de educação midiática. Discorre sobre a poluição informacional e como a desinformação se manifesta nesse contexto. O termo aparece inicialmente para explicar que as novas tecnologias deram mais acesso a conteúdo - verídicos e falsos, e como o excesso de conteúdo (poluição informacional) atrapalha e torna difícil o reconhecimento daquilo que é verdadeiro ou falso. Também pontua utilizando o termo que a

mente pode ser facilmente abalada por desinformação, e que é uma estratégia que tira proveito dos nossos valores arraigados.

CGN-79 - O artigo publicado em 26 de outubro de 2021, intitulado “Reflexões sobre a pandemia. Está mesmo acabando?” tem tom reflexivo, composto de vários tópicos sobre a pandemia, inclusive, as desinformações sobre o assunto. Autor: Luiz Carlos Dias é Professor Titular do Instituto de Química da Unicamp, membro titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico e membro da Força-Tarefa da UNICAMP no combate à Covid-19. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Essa *fake news* irresponsável e criminosa foi espalhada inicialmente por dois sites ingleses especializados em teorias da conspiração e em disseminar mentiras e **desinformação**. Não existe nenhum relatório oficial ou estudo científico de qualquer fonte do governo do Reino Unido a respeito. Antiga, essa *fake news* repugnante está sendo requeitada e reaproveitada pelos grupos de extrema direita e pelos adeptos do movimento antivacinas. O Comitê de HIV/AIDS da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) se pronunciou através de nota em que afirma que “não se conhece nenhuma relação entre qualquer vacina contra a covid-19 e o desenvolvimento de síndrome da imunodeficiência adquirida e em que repudia qualquer notícia falsa que mencione esta associação inexistente” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso);

“[...] São vários os atores envolvidos, incluindo pseudocientistas e médicos que não seguem a ciência, mas que usam seus valores de autoridade científica com o objetivo de propagar conteúdos com **desinformação**. Há também os pseudojornalistas, ex-atletas, líderes religiosos e políticos que fazem o mesmo, mas se aproveitando de serem figuras públicas para defender narrativas mentirosas através de pactos e acordos escusos para difundir tratamentos sem eficácia, atendendo a uma agenda política, financeira ou religiosa e espalhando notícias falsas ou com uso enviesado de dados, que supostamente confirmam seus argumentos. E vamos deixar claro aqui que os medicamentos do kit covid foram exaustivamente testados e não mostraram eficácia, então eles não servem no tratamento da covid-19. Isso sem falar em alguns Conselhos Federais e planos de saúde privados com muitos interesses políticos e financeiros...” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O uso do termo indica o posicionamento do autor ao indicar que a desinformação sobre a vacinação transmitir AIDS é criminosa e prejudica a sociedade incentivando movimentos antivacina e negacionismo científico. O artigo apresenta posicionamento crítico e reflexivo sobre as expectativas do fim da pandemia de Covid-19 e a gravidade das desinformações sobre Covid-19. O texto dedica espaço para discutir sobre a desinformação, e

contrapõe conteúdos enganosos com informações verídicas. O texto utiliza termos correlatos como “*fake news*” e “mentiras”. Aponta também que há uma ação orquestrada e organizada de perseguição e ataque as pessoas que defendem a vacina e se posicionam contra a farsa do kit covid usado no tratamento precoce. Ademais, também pontua sobre figuras públicas que propagam essas desinformações e pioram ainda mais o cenário.

CGN-80 - Publicado em 26 de novembro de 2021, o artigo intitulado “Ataques contra as vacinas para covid-19 são notícias assassinas” é crítico sobre as desinformações que circularam sobre a Covid-19, os grupos coordenados que espalham informações falsas e as consequências problemáticas (e fatais) disso para a sociedade e para a saúde dos cidadãos. Autor: Luiz Carlos Dias é Professor Titular do Instituto de Química da Unicamp, membro titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico e membro da Força-Tarefa da UNICAMP no combate à Covid-19. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“E todas as mentiras que eles defendem, claro, não têm qualquer evidência científica. É puro charlatanismo, são teorias delirantes, opiniões pessoais, achismos. Eles se agarraram a essa bandeira política que defende o kit covid usado no tratamento precoce desde o início da pandemia e não vão largar essa causa. Eles já desistiram das cloroquinas, mas não da ivermectina. Eles são organizados, têm muito financiamento e são muitos interesses escusos por trás, interesses políticos, religiosos e financeiros. Aí eles arrebatam pseudocientistas, alguns médicos charlatães que não seguem a ciência, jornalistas, líderes políticos, religiosos e alguns ex-atletas que não entendem nada de ciência para fazer crescer um movimento anticiência, antivacinas e negacionista que espalha **desinformação** e mentiras assassinas” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso);

“Eles não vão desistir e vão continuar espalhando **desinformação** sobre as vacinas, pois eles vivem e se alimentam de *fake News*, eles dormem e acordam pensando nas próximas mentiras assassinas que vão criar. Por isso, precisamos continuar combatendo com firmeza esse movimento, que usa a criatividade para o mal. Eles são escrotos, mas nós vamos vencer o vírus e os aliados dele” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O termo aparece relacionado a ‘anticiência, antivacina e negacionismo’, e também a propagadores que ‘espalham’ desinformação. O artigo tem posicionamento crítico e enfrentamento à desinformação, visto que apresenta a problemática e conteúdos falsos sobre a vacina e em seguida as contrapõe com informações verídicas e tom reflexivo/crítico e convida a população a se engajar em ação de combate a desinformação. Explica brevemente como grupos organizados que financiam desinformações sobre a Covid-19 (kit Covid, cloroquina,

ivermectina) se utilizam de desinformação, teorias conspiracionistas e opiniões pessoais por interesses políticos, religiosos e financeiros.

CGN-81 - Publicado em 7 de dezembro de 2021, o artigo intitulado “A pandemia e a inflação” aborda a questão econômica da inflação brasileira na pandemia. Autor: Benedicto Ismael Camargo Dutra é graduado pela Faculdade de Economia e Administração da USP. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“O que está causando uma inusitada inflação mundial? A secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, disse no programa televisivo Face The Nation, da CBS: “A pandemia está dando as cartas na economia e na inflação”. Dois fatores gerados pela Covid-19: a injeção de dinheiro e as travas no suprimento de componentes que estrangulam a produção. É um acontecimento econômico diferente e os esforços para conter a pandemia devem ser coordenados, mas ela traz incertezas pela forma acelerada como se alastrou e pelo desconhecimento da ciência para tratar da nova patologia. Não menos importantes são as **disputas políticas pelo poder e desinformações** que têm impedido esforços unificados no combate à doença” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O artigo trata sobre os efeitos da pandemia na inflação brasileira e as consequências, na qual o termo aparece no plural e é utilizado para apontar que disputas políticas por poder, cercadas por desinformação, são obstáculos que impedem o combate à Covid-19.

CGN-82 - Publicado em 24 de dezembro de 2021, o artigo intitulado “O papel da liderança na construção de um ambiente de trabalho saudável” como sugere o título, é sobre a saúde mental no ambiente corporativo e o papel do líder nessa construção. Autor: Jorge Santos Carneiro (especialidade não informada). O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Todo mundo em algum momento da vida vai sentir ansiedade, é natural e saudável -- uma resposta do inconsciente que nos protege de perigos. Mas ela passa a ser um mal quando começa a atrapalhar a rotina. E por que não falamos sobre isso? Nas empresas, uma das razões é o culto à produtividade e o medo de dizer que não está bem. Ainda sobra **desinformação** e silêncio, muito silêncio. Silêncio que é fruto de estruturas organizacionais carentes de canais com essa finalidade. Se o colaborador está insatisfeito com o vale alimentação ele pode reclamar com o seu superior direto e/ou com o departamento de Recursos Humanos. Agora, se ele não está desempenhando bem uma função porque tem alguma fobia, onde pedir ajuda?” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O termo aparece para indicar que ‘sobra’ desinformação sobre o tema. O título do artigo sugere de forma clara o tema tratado, no qual utiliza o termo em forma de crítica sobre o culto à produtividade, que acarreta no medo de dizer que não está bem no trabalho, e que sobra desinformação e silêncio sobre a questão. Ou seja, uma espécie de tensão, medo e insegurança.

Descrição e análises iniciais - COLUNAS

CGN-83 - Publicada em 26 de janeiro de 2021, a coluna intitulada “A cloroquina foi parar nos grotões, onde campeia a desinformação”. O autor é Mário Sérgio Lorenzetto. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“E a cloroquina, quem diria, foi parar nos grotões - Em setembro de 2020, 110 milhões de mg de cloroquina estavam sendo devolvidas ao governo federal por secretarias estaduais. Os principais Estados brasileiros passaram a checar as pesquisas e se negar a enganar suas populações. Só nos grotões, naquelas regiões **onde a desinformação** campeia o medicamento era recebido. Também há dois Estados, dentre os mais ricos, onde o fanatismo aceitou a cloroquina” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

O termo aparece relacionado a regiões em que a desinformação circula com maior frequência e interfere nas decisões dos cidadãos. A coluna faz uma relação crítica sobre o medicamento da hidroxicloroquina foi mais usada em regiões em que a circulação de desinformação e o fanatismo político estavam em alta na pandemia d Covid-19.

CGN-84 - A coluna “Há ciência em um churrasco ou no cafezinho”, publicada em 17 de março de 2021, utiliza o termo uma vez, crítica o negacionismo científico, argumenta sobre os prejuízos acarretados e incentiva desenvolver pensamento crítico nos cidadãos afim de diminuir a propagação de desinformação. O autor é Mário Sérgio Lorenzetto. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“A ciência vem sendo maltratada. Negacionismo, achismo, falta de investimento: ela tem precisado lutar pelo que antes era óbvio pois vivemos em um momento em que fatos que eram inquestionáveis são questionados. Os prejuízos desse desapego pela ciência são sentidos duramente nos dias atuais e amplificados pelas redes sociais. Que remédio há para o negacionismo, essa doença do espírito humano? Quanto mais pessoas aprenderem a pensar criticamente, menos gente propagará a **desinformação**” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

CGN-85 - A coluna publicada em 3 de abril de 2021, intitulada “Ainda tem dúvida sobre os prazos de reembolsos de viagem?”, utiliza o termo uma vez. O autor é Paulo Nonato de Souza. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“A vida moderna exige ficar atento a tudo que anda acontecendo, mas a gente é invadido diariamente por tantas informações sobre a pandemia que acaba se perdendo entre o que é importante e o que é **desinformação**”, desabafa o campo-grandense Carlos Henrique Alves, que tenta remarcar um pacote em família para passar uma semana em Salvador. “Com as novas regras terei mais tranquilidade para decidir quando quero a remarcação, talvez em fevereiro de 2022 quando todo mundo já terá sido vacinado”, acredita” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

A coluna é curta e visa tirar dúvidas sobre reembolso de viagens, o termo aparece para designar o excesso de conteúdo e a dificuldade de analisar a veracidade de tudo que se consome diariamente na Internet.

CGN-86 - Publicada em 5 de agosto de 2021, a coluna intitulada “Urna eletrônica ou voto impresso? Entenda o debate incendiário” utiliza o termo uma vez, indicando que há desinformação no debate sobre voto impresso e explica a proposta. O autor é Mário Sérgio Lorenzetto. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Não é levar o voto impresso para casa - **Há muita desinformação** nesse debate. Muitos estão pensando que passariam a levar o voto impresso para casa. Isso é impensável, facilitaria a checagem da venda de votos. A proposta do bolsonarismo é acoplar uma impressora à urna eletrônica. Assim que o eleitor confirmasse seus votos, a urna imprimiria um papelzinho. A pessoa enxergaria esse papel através de uma janelinha, daria o OK e esse papelzinho cairia em uma urna física, um saco lacrado. Se o resultado da eleição for questionado, o saco pode ser aberto e contabilizado. Seria feita uma contagem manual” (Campo Grande News, 2021, grifo nosso).

CAMPO GRANDE NEWS – 2022

Foram localizados **47 itens jornalísticos** que contém o termo “desinformação” pelo menos uma vez no Campo Grande News durante o ano de 2022. Do total, 31 são notícias, 13 são artigos (reproduções de textos redigidos por pesquisadores e especialistas), 1 coluna e 2 enquetes. Política (16), Cidades (7), Educação e Tecnologia (3), Capital (1), Momento Saúde Bucal (1), Comportamento (1), Economia (1), Interior (1).

Descrição e análises iniciais - NOTÍCIAS

CGN-87 - A notícia publicada em 9 de janeiro de 2022, intitulada “Eleições 2022: confira as regras para propaganda eleitoral”, tem cunho explicativo e descritivo sobre as novas regras da propaganda eleitoral. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: “Tais condutas já eram vedadas e coibidas pela Justiça Eleitoral, mas a nova resolução prevê a responsabilização penal mais severa de quem espalhar **desinformação**” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso). O termo aparece para indicar que a responsabilização penal para quem propagar desinformação será mais severa. Ou seja, trata-se de consequências judiciais a pessoas que propagarem desinformação sobre as eleições presidenciais.

CGN-88 - Publicada em 25 de janeiro de 2022, a notícia “Contra *fake news*, MPF pode pedir suspensão do Telegram no Brasil” marca o início de uma problemática envolvendo o aplicativo de mensagens instantâneas Telegram e a comissão de inquérito do MPF (Ministério Público Federal) de São Paulo que investigam a propagação de desinformação e *fake news*. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Procuradores que compõem a comissão de inquérito do MPF (Ministério Público Federal) de São Paulo, que investiga a **propagação de desinformação** e *fake news*, não descartam a possibilidade de solicitar suspensões temporárias do aplicativo de mensagens Telegram, no Brasil” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O termo aparece relacionado a investigação de propagadores de desinformação está ocorrendo e que se o criador do aplicativo, o programador russo Pavel Durov, não dialogar com o presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, há possibilidade de solicitar suspensões temporárias do aplicativo de mensagens Telegram, no Brasil”. O texto indica que o aplicativo

ganhou popularidade entre grupos conservadores, que passaram a utilizá-lo com mais frequência para compartilhar desinformação, principalmente a partir das eleições de 2018. Trata-se de propagadores envolvendo plataformas digitais e consequências judiciais.

CGN-89 - A notícia publicada em 10 de fevereiro de 2022, intitulada “Defensoria lança campanha contra desinformação nas redes sociais”, divulga o lançamento de uma **campanha contra desinformação** em Mato Grosso do Sul. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são, além do título:

“Como parte do aniversário de 40 anos, a Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul lançou na quarta-feira (9) uma campanha contra **desinformação**, fenômeno que vem ganhando força nos últimos anos, impulsionado pelo desenvolvimento de novas tecnologias e baixo letramento informacional da população” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O artigo tem como objetivo divulgar o projeto e a ação (campanha) que visa enfrentar à desinformação em Mato Grosso do Sul e envolver os cidadãos neste engajamento. O termo aparece para indicar o objetivo e é pontual ao explicar que se trata de um fenômeno impulsionado pelas novas tecnologias e baixo letramento informacional da população. A ação ocorrerá através de postagens informativas nas redes sociais da própria Defensoria e tem como objetivo ajudar a diferenciar um conteúdo de qualidade dos demais que circulam na internet e tem como uma das principais consequências afetar a democracia. Citação direta interessante da defensora pública Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira.

CGN-90 - A notícia publicada em 15 de fevereiro de 2022, intitulada “TSE formaliza acordo com 8 redes sociais para combater desinformação”, é referente a formalização da parceria entre o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e as oito redes sociais com o objetivo de combater à desinformação sobre o processo eleitoral deste ano. O termo aparece três vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são, além do título:

“O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) formalizou hoje (15) a parceria com oito redes sociais com o objetivo de **combater a desinformação** sobre o processo eleitoral deste ano. A iniciativa, que já vinha sendo anunciada e ocorreu em anos anteriores, foi firmada em cerimônia virtual” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“O Twitter, por sua vez, demonstrou postura mais cautelosa. “Não dependemos apenas de decisões binárias de remoção e ou exclusão de conteúdo, pois sabemos que oferecer a pessoas o contexto adequado é

também uma ferramenta eficaz e importante para **combater a desinformação**”, disse Daniele Kleiner Fontes, chefe de políticas públicas da plataforma” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

A notícia tem foco em divulgar e explicar a parceria entre o TSE e oito redes sociais, na qual o termo aparece no objetivo proposto pela parceria de combater à desinformação sobre o processo eleitoral deste ano.

CGN-91 - A notícia publicada em 17 de fevereiro de 2022, intitulada “Acelerar ritmo de vacinação infantil pode salvar vidas, mostra estudo”, é repostada da Agência Brasil, e discorre sobre acelerar o ritmo da vacinação infantil para 1 milhão de doses aplicadas por dia poderia aumentar o impacto da proteção coletiva e salvar mais vidas até abril, afirma uma nota técnica elaborada pelo Grupo de Modelagem da Dinâmica de Transmissão do SARS-CoV-2, que reúne pesquisadores de diversas instituições e recebe apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“**Desinformação** - A pesquisadora esclarece que a vacinação de uma faixa etária específica, como a das crianças, tem o potencial de salvar vidas de todas as idades porque pessoas imunizadas transmitem menos o vírus quando são infectadas” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“Apesar de os benefícios da vacinação serem amplamente divulgados pela comunidade científica, ela avalia que há um cenário de muita **desinformação** circulando principalmente nas redes sociais” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

Matéria extensa, desenvolve uma argumentação pró vacinação infantil, na qual o termo aparece como tópico no texto a fim de explicar a importância da vacinação em crianças e adolescentes. Também faz uma crítica - mesmo produzindo conteúdos de qualidade e colocando-os para circular, a desinformação que circula nas redes sociais atrapalha.

CGN-92 - Publicada em 18 de março de 2022, a notícia intitulada “Fundador do Telegram pede desculpas ao STF após bloqueio da rede”, discorre sobre a manifestação do fundador do Telegram, Pavel Durov, sobre a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes que determinou o bloqueio do aplicativo. Durov informou que vai nomear um representante legal para o Brasil e pediu que o STF reconsidere a decisão de suspensão. "Peço desculpas a Suprema Corte brasileira pela nossa negligência.

Definitivamente, poderíamos ter feito um trabalho melhor", disse. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Em fevereiro, Moraes havia determinado que o aplicativo de mensagens fizesse o bloqueio de perfis acusados de disseminar **desinformação**, no entanto, o STF não conseguiu intimar a representação no Brasil da empresa responsável pelo aplicativo” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O termo aparece num contexto legislativo de consequências judiciais por permitir a propagação de desinformação no aplicativo. Refere-se a consequências do problema entre o STF e o Telegram (que teve o aplicativo bloqueado).

CGN-93 - A notícia publicada em 19 de março de 2022, intitulada “Telegram atende parcialmente decisão e STF dá 24h para resolver pendências”, discute sobre o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes ter determinado que o Telegram cumpra, em até 24 horas, uma lista de determinações judiciais emitidas pelo STF e ainda pendentes. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“A lista de pendências, segundo Moraes, inclui: indicar à Justiça um representante oficial do Telegram no Brasil (pessoa física ou jurídica); informar ao STF, "imediate e obrigatoriamente", as providências adotadas pelo Telegram para "o combate à **desinformação** e à divulgação de notícias fraudulentas, incluindo os termos de uso e as punições previstas para os usuários que incorrerem nas mencionadas condutas"; excluir imediatamente os links no canal oficial de Jair Bolsonaro, no Telegram, que permitem baixar documentos de um inquérito sigiloso e não concluído da Polícia Federal (veja detalhes abaixo) e bloquear o canal "Claudio Lessa", fornecer os dados cadastrais da conta ao STF e preservar a íntegra do conteúdo veiculado nesse espaço” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O termo aparece na lista de pendências que tem como objetivo o combate à desinformação. A notícia segue a sequência de acontecimentos envolvendo o problema do Telegram e STF, e discorre sobre combate e consequências judiciais de permitir a divulgação de desinformação nas plataformas digitais no Brasil.

CGN-94 - Publicada em 21 de março de 2022, a notícia intitulada “Após suspeita de bomba, PM descobre que caixa misteriosa tinha confete de festa” discorre sobre um acontecimento de Ponta Porã, que teve um estabelecimento fechado após proprietária de uma loja receber uma encomenda sem remetente e suspeitar ser uma bomba. Após equipes especialistas em explosivos isolaram a área e analisam o conteúdo da caixa, foi constatado

que na caixa havia apenas confetes de festas. Segundo as informações, o dono da encomenda - que é da família - não avisou sobre o produto que iria chegar no local através do Correios. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Em nota, a Polícia Militar informou que o pacote foi comprado pela filha da proprietária da loja, que não avisou a família sobre a aquisição. “Houve mal entendido e **desinformação**, peço desculpas pelo mal entendido”, explicou a proprietária (não identificada)” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O termo é usado relacionado a ‘mal entendido’. É possível inferir um erro de uso de conceituação por parte da proprietária em citação direta. Aparenta se tratar de um mal entendido, e não uma desinformação motivada. Demonstra como o termo adentrou o cotidiano dos cidadãos e passa a ser utilizado no dia a dia.

CGN-95 - A notícia publicada em 23 de março de 2022, intitulada “Programa de incentivos garante 6 mil empregos e investimentos de R\$ 900 milhões”, discorre sobre um programa que gera empregos, conforme o lead da matéria “Retrato dos últimos cinco anos mostra que o Codecon (Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico) aprovou, por meio do Prodes (Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Econômico e Social), incentivos para Campo Grande garantir 6.356 postos de trabalhos diretos e assegurar investimento privado de R\$ 900 milhões. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Titular da Sidagro (Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Econômico e Agronegócio), Rodrigo Terra avalia que o episódio repercutiu diante da **desinformação** sobre o processo para buscar benefícios, que é aberto a todas as empresas e segue critérios técnicos. Contudo, tudo depende de que o empresário leve sua proposta ao Poder Executivo” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O termo aparece para indicar que o episódio repercutiu diante da desinformação. Na realidade, pela leitura e análise da notícia, trata-se de falta de informação, e não uma desinformação motivada, afinal em nenhum momento é pontuado quais foram as desinformações sobre o processo. Uso errado do conceito.

CGN-96 - Publicada em 29 de março de 2022, a notícia “Prefeitura retira de análise mais de 20 projetos de doação de terrenos” indica que a prefeitura de Campo Grande retirou

de análise mais de 20 projetos de lei relativos ao Prodes (Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Econômico e Social). O anúncio foi feito pelo vice-líder do prefeito na Câmara Municipal, Sandro Benites (Patriota). O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“A matéria foi criticada pela oposição na Câmara, e para Terra, o episódio repercutiu diante da **desinformação** sobre o processo para buscar benefícios, que é aberto a todas as empresas e segue critérios técnicos. Contudo, tudo depende de que o empresário leve sua proposta ao Poder Executivo” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

A notícia é referente a mesma questão tratada na matéria anterior e utiliza o mesmo parágrafo indicando que o episódio repercutiu diante da desinformação.

CGN-97 - Publicada em 14 de abril de 2022, a notícia “Novidade do WhatsApp, "comunidades" permitirão subgrupos dentro de grupos” discorre sobre a dinâmica da nova função do WhatsApp “comunidades”, que vai permitir a criação de vários subgrupos dentro de um grupo principal. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Só depois das eleições - Em outros países do mundo o lançamento das novas funcionalidades está previsto para as próximas semanas, entretanto, no Brasil as funções só devem ser implementadas após as eleições. Isso porque, por aqui, após decisão tomada em conjunto com o Tribunal Superior Eleitoral em janeiro, a Meta optou por não realizar “mudanças significativas” em seu mensageiro antes do período eleitoral. A medida seria uma maneira de **evitar o aumento da desinformação**, conforme ocorreu em 2018 quando notícias falsas foram amplamente compartilhadas por grupos conservadores de extrema direita” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O termo aparece relacionado a evitar o aumento de desinformação durante as eleições presidenciais. A notícia é curta e explicativa sobre a decisão judicial que objetiva evitar o aumento de desinformação durante o período eleitoral.

CGN-98 - A notícia publicada em 28 de abril de 2022, intitulada “Orkut anuncia retorno de cara nova e já faz cadastro de usuários”, discorre sobre o retorno da rede social Orkut. No antigo endereço, o www.orkut.com, o comunicado avisa que a equipe voltará, mas de cara nova e deixa espaço para o cadastramento de pessoas interessadas. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Os administradores aproveitam a fase de pós-venda do Twitter, que dividiu opiniões, para debater as redes sociais. "Trabalhamos muito para tornar o orkut.com uma comunidade onde o ódio e a **desinformação** não fossem tolerados. Trabalhamos muito para tornar o orkut.com uma comunidade onde você pudesse conhecer pessoas reais que compartilhavam seus interesses, não apenas pessoas que curtiram e comentaram suas fotos” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

A notícia divulga que a rede social Orkut voltará, na qual o termo aparece indicando que os administradores buscam uma comunidade digital onde ódio e desinformação não sejam tolerados. Ou seja, objetivam evitar o fenômeno.

CGN-99 - Publicada em 17 de maio de 2022, a notícia “Após bloqueio, TSE e Telegram fecham acordo de combate a *fake news* nas eleições” discute sobre o acordo entre TSE e Telegram para combater *fake news*. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a rede social de troca de mensagens instantâneas Telegram assinaram hoje (17) um acordo para combater a propagação de notícias falsas por meio da plataforma. Com a medida, será aberto um canal para o recebimento de denúncias e para a divulgação de informações oficiais sobre as eleições. O acordo vai vigorar até 31 de dezembro. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Está prevista a adoção de uma ferramenta para marcar conteúdos considerados *desinformativos*. Pelas cláusulas, o Telegram também fará uma investigação interna para apurar a violação das políticas da plataforma” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“Em março, o Telegram também aderiu ao **Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação** da Justiça Eleitoral” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

Desfecho da problemática envolvendo o Telegram e o STF, na qual o termo aparece referente a uma nova ferramenta no aplicativo que permite marcar conteúdos de desinformação e aderência ao programa enfrentamento à desinformação.

CGN-100 - A notícia publicada em 16 de junho de 2022, intitulada “TRE faz debate sobre combate à desinformação nas Eleições 2022” discorre sobre o evento on-line realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul realizará na quinta-feira (dia 23) o evento online “TRE-MS e o **Enfrentamento à Desinformação nas Eleições 2022**”. A live será às 16h e contará com a participação de Elder Maia Goltzman, mestre em Direito e servidor da Justiça Eleitoral do Pará” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“O palestrante é autor do livro "Liberdade de expressão e **desinformação** em contextos eleitorais". O encontro será transmitido pelo canal do TRE-MS no YouTube e trará breve contextualização sobre desinformação, *fake news* e processo eleitoral” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O termo aparece relacionado ao conteúdo da live referente ao enfrentamento à desinformação nas eleições presidenciais de 2022.

CGN-101 - Publicada em 6 de julho de 2022, a notícia intitulada “OMS: vacinação infantil tem a maior queda contínua dos últimos 30 anos” é sobre a queda contínua da vacinação infantil. Em todo o mundo, após dois anos de pandemia, foi registrada a maior queda contínua nas vacinações infantis dos últimos 30 anos, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Dados divulgados hoje (15) mostram que 25 milhões de crianças estão com as vacinas atrasadas. O Brasil está entre os dez países no mundo com a maior quantidade de crianças com a vacinação atrasada. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“A queda na vacinação infantil deve-se, de acordo com o estudo, a muitos fatores, incluindo um número crescente de crianças que vivem em ambientes de conflito e de vulnerabilidade, onde o acesso à imunização é muitas vezes desafiador. As organizações apontam ainda como motivos para a queda, o aumento da **desinformação** e desafios relacionados à covid-19, como interrupções de serviços e da cadeia de suprimentos, desvio de recursos para resposta à pandemia e medidas de prevenção que limitavam o acesso e a disponibilidade do serviço de imunização” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“Além disso, recomendam que combatam a **desinformação** e aumentem a aceitação de vacinas, particularmente entre as comunidades vulneráveis; fortaleçam o investimento em atenção primária à saúde e aumentem o investimento em pesquisas para desenvolver e melhorar vacinas e serviços de imunização” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O termo aparece como motivo para a queda na cobertura vacinal e a necessidade de combate ao movimento antivacina e a desinformação. O final faz um apelo para que os cidadãos combatam a desinformação a fim de ajudar a saúde pública.

CGN-102 - A notícia publicada em 18 de julho de 2022, intitulada “Advogado é denunciado ao MPF por sorteio de armas durante live”, como sugere o título, é sobre o advogado Marcos Pollon, denunciado por sorteio de armas durante uma live no Youtube. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Sobre ele - O advogado foi escolhido para a disputa de uma vaga na Câmara Federal nas eleições deste ano em Mato Grosso do Sul, pelo PL. Em nota, o movimento Proarmas nega a realização do sorteio e diz que "Pollon é comumente perseguido e **alvo de desinformação** por trabalhar a favor da liberdade do povo brasileiro” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O termo aparece para indicar o posicionamento do movimento pró arma em defesa de Pollon, considerando-o alguém que trabalha pela ‘liberdade’ do povo brasileiro e, portanto, é ‘alvo’ de desinformação. Considera-se que a situação faz parte do tema de política visto que o discurso pró-armas faz parte do espectro político de direita no Brasil.

CGN-103 - Publicada em 28 de julho de 2022, a notícia “Ministro do TSE chega amanhã em Campo Grande para palestra sobre eleições” discorre sobre uma palestra feita pelo ministro do TSE Carlos Bastide Horbach e pelo advogado e juiz do TRE/MS (Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul), Daniel Castro. A notícia é curta e visa divulgar uma ação de combate à desinformação. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Na ocasião será abordado sobre as reflexões em relação as eleições de 2022 frente à realidade contemporânea, como as principais alterações na jurisprudência e na lei eleitoral, **o combate à desinformação** e a importância da justiça eleitoral” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O termo aparece para indicar um dos temas abordados na palestra realizada pelo ministro do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Carlos Bastide Horbach e pelo advogado e juiz do TRE/MS (Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul), Daniel Castro.

CGN-104 - Publicada em 28 de agosto de 2022, a notícia “Desempenho de Simone e "amizade" de candidatas de MS marcam debate” discorre sobre o debate presidencial com foco nas candidatas do MS. Conforme a notícia, ataque à jornalista, troca de ofensas entre Lula (PT) e Jair Bolsonaro (PL) e a postura amigável entre as parlamentares de MS e candidatas à presidência, Simone Tebet e Soraya Thronicke (União Brasil). Esses pontos

marcaram o primeiro debate das eleições de 2022 entre os candidatos à presidência da República. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“A cobertura vacinal está despencando nos últimos anos. Em que medida que a **desinformação** difundida pelo presidente pode ter agravado a pandemia de covid?”, perguntou Vera a Ciro. Em seu comentário, Bolsonaro insinuou que a jornalista deveria “ter alguma paixão” por ele” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O termo aparece para designar o ‘maior momento de tensão do debate’, aparecendo na pergunta feita pela jornalista Vera Magalhães à Ciro Gomes (PDT) sobre as desinformações difundidas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro durante a pandemia de Covid-19.

CGN-105 - A notícia publicada em 27 de setembro de 2022, intitulada “Pessoas com Alzheimer também precisam de dentista”, é sobre o dia 21 de setembro é o dia Mundial da Doença de Alzheimer, uma iniciativa global da OMS que objetiva aumentar a tão necessária conscientização e o texto reforça a necessidade de levar as pessoas com a doença ao dentista. O termo aparece uma vez para indicar que a conscientização é necessária para eliminar a desinformação que circunda a temática. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“E falando nisso, dia 21 de setembro é o dia Mundial da Doença de Alzheimer, uma iniciativa global da OMS que objetiva aumentar a tão necessária conscientização e diminuir ou eliminar o estigma e a **desinformação** que ainda envolvem a demência” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

CGN-106 - Publicada em 29 de setembro de 2022, a notícia “TSE disponibiliza aplicativos para serviços e consulta de resultados” é dedicada a divulgar o aplicativo para consultar os resultados das eleições. Faltando três dias para o 1º turno das eleições gerais no Brasil, que ocorre no próximo domingo (2), a população brasileira tem à disposição uma série de aplicativos que podem auxiliar na obtenção de informações e acesso a diversos serviços. Eles podem ser usados durante e após as eleições e ajudam a dar mais transparência a todo o processo eleitoral. Os apps da Justiça Eleitoral são gratuitos e estão disponíveis nas principais lojas de aplicativo de smartphones e tablets. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Alerta de **Desinformação** - Por fim, o TSE ainda mantém o **Sistema de Alerta de Desinformação Contra as Eleições**, em que é possível comunicar

à Justiça Eleitoral o recebimento de notícias falsas, descontextualizadas ou manipuladas sobre as eleições ou o sistema eletrônico de votação” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“As denúncias coletadas são repassadas às plataformas digitais e às agências de checagem para que promovam uma rápida **contenção das consequências nocivas da desinformação**. Dependendo da gravidade, os casos também podem ser encaminhados ao Ministério Público Eleitoral e demais autoridades, para a adoção das medidas legais cabíveis” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O termo aparece no tópico “Alerta de desinformação” que indica o funcionamento do Sistema de Alerta de Desinformação Contra as Eleições ainda está funcionando e que podem ser enviadas denúncias com o objetivo de conter a desinformação e se necessário tomar medidas legais cabíveis aos propagadores. O foco da notícia é informar sobre o aplicativo disponibilizado pelo TSE para serviços e consulta de resultados das eleições 2022.

CGN-107 - A notícia publicada 2 de outubro de 2022, intitulada “Confira guia de informações para votar neste domingo”, divulga informações sobre os horários, locais, o que precisa levar e mudanças de regras na votação. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“*Fake News* - Tão importante quanto saber todas essas orientações para votar é lembrar que não há espaço para *fake news* numa eleição. Não compartilhe mensagens se você não tem absoluta certeza de que seja verdade, independentemente de quem tenha mandado. O TSE e várias agências de checagem parceiras vêm desmentindo mensagens e vídeos com **desinformação**. É só dar uma passada na página Fato ou Boato e conferir” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O texto dedica um tópico de parágrafo único, e utiliza o termo (e o termo correlato ‘*Fake news*’) em tom de alerta para que não sejam repassadas informações das quais não se tem absoluta certeza, e indica agências de checagens parceiras.

CGN-108 - Publicada em 8 de outubro de 2022, a notícia “Após forte onda de *fake news*, Justiça Eleitoral reforça checagem de informações” aponta que o número de denúncias sobre informações falsas que circulam nas redes sociais e aplicativos de mensagens subiu de 50 para 800 no canal Tira-Dúvidas do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), segundo informou o próprio órgão ao anunciar reforço na checagem das fakes news que ganharam ainda mais força no segundo turno dessas eleições. Portanto, a ferramenta disponibilizada pela Justiça

Eleitoral passa a contar com um grupo de checadores para averiguar se o conteúdo repassado é verdade ou mentira. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Denúncia – Caso de fato a informação seja mentirosa, é possível usar o mesmo canal para denunciar o conteúdo pelo Sistema de Alerta de **Desinformação**. Também é possível denunciar números de telefone suspeito de disparo de mensagens em massa” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“As denúncias são repassadas às plataformas digitais parceiras da Corte Eleitoral no **Programa de Enfrentamento à Desinformação** para avaliação sobre se elas representam violações a seus termos de serviço. Os relatos recebidos também poderão ser encaminhados ao Ministério Público Eleitoral e demais autoridades para adoção das medidas legais cabíveis” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

A notícia é curta, informativa e instrutiva e tem como tema a desinformação e a checagem de fatos no contexto eleitoral. Indica o aumento exponencial de denúncias, a criação de um grupo de checadores para averiguar se o conteúdo repassado é verdade ou mentira na ferramenta disponibilizada pela Justiça Eleitoral e indica como adicionar o canal à agenda do celular e instrui o passo a passo de como realizar a denúncia de conteúdos falsos além de divulgar e indicar Agências de Checagens brasileiras para verificação de fatos.

CGN-109 - A notícia publicada em 11 de outubro de 2022, intitulada “TSE reabre curso a quase 28 mil mesários para o 2º turno em MS”, tem foco na reabertura do curso pelo TSE com conteúdo para os mesários que atuarão no segundo turno das eleições. O material de reforço é para garantir que todos exerçam a função com tranquilidade e segurança, conforme o órgão. A matéria também faz também a divulgação do aplicativo que tem dicas para enfrentar a desinformação. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“No aplicativo, ainda podem ser encontradas orientações sobre fluxo de votação; procedimentos a serem adotados na seção eleitoral; checklist de início e de encerramento dos trabalhos; dicas de como **combater a desinformação**; medidas sanitárias para a prevenção do contágio pelo coronavírus; quiz para testar conhecimentos; e soluções para possíveis problemas que podem ocorrer durante a votação” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O termo aparece como um dos conteúdos encontrados no aplicativo “Mesários” em ‘dicas’ de como combater a desinformação.

CGN-110 - A notícia publicada em 17 de outubro de 2022, intitulada “Eleitor pode denunciar direto ao TSE disparos de notícias falsas”, divulga instruções para denunciar informações falsas no Sistema de Alerta, canal que possibilita o envio de denúncias sobre o processo eleitoral. O termo aparece três vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Na página é possível acessar cinco janelas que abrangem diferentes temas: **desinformação** sobre candidatos ou partidos (incluindo pesquisas manipulados e propaganda irregular); **desinformação** sobre a Justiça Eleitoral, urnas eletrônicas ou contagem de votos; discurso de ódio em material eleitoral; incitação à violência contra membros, servidores ou patrimônio da Justiça Eleitoral e, por fim, mensagens não solicitadas com conteúdo eleitoral no WhatsApp” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“Denúncia – Caso de fato a informação seja mentirosa, é possível usar o mesmo canal para denunciar o conteúdo pelo Sistema de Alerta de **Desinformação**. Também é possível denunciar números de telefone suspeito de disparo de mensagens em massa” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“As denúncias são repassadas às plataformas digitais parceiras da Corte Eleitoral no Programa de Enfrentamento à **Desinformação** para avaliação sobre se elas representam violações a seus termos de serviço” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O termo aparece relacionado às sessões disponíveis no site referente a desinformação, e formas de fazer a denúncia. A matéria é curta e tem como objetivo explicar sobre como os eleitores podem denunciar ao TSE disparos de notícias falsas, indicando as especificidades e categorias da página de denúncias e como as denúncias são repassadas e analisadas.

CGN-111 - A notícia publicada em 20 de outubro de 2022, intitulada “Justiça Eleitoral diz que eleição de 2022 é a maior dos últimos 90 anos” é referente ao número alto de pessoas que podem votar nas eleições de 2022. E, para tanto, quanto maior, mais disputada, por isso o TSE aprovou nesta quinta-feira (20), por unanimidade, resolução que dá celeridade aos processos que visam o combate às informações falsas. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Segurança – Quanto maior, mais disputada, por isso o TSE aprovou nesta quinta-feira (20), por unanimidade, resolução que dá celeridade aos processos que visam o combate às informações falsas. A norma estabelece que, após decisão colegiada que determine a retirada de conteúdo **desinformativo**, a própria presidência do TSE poderá determinar a extensão

de tal decisão a conteúdos idênticos republicados” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“Caso haja descumprimento a multa pode chegar a R\$ 100 mil por hora. A medida, segundo o presidente da Corte, ministro Alexandre de Moraes, se faz necessária diante do aumento de fakes news neste pleito. ‘Houve um aumento de 1.671% no volume de denúncias de **desinformação** encaminhadas às plataformas digitais em comparação com as Eleições 2020” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso)..

O termo aparece no tópico “Segurança” na qual indica que processos que visam combater a desinformação falsa com a retirada desses conteúdos podendo haver multa para as plataformas que se recusarem. Aparece também na citação direta do ministro Alexandre de Moraes indicando o aumento de denúncias de desinformação comparado ao ano de 2020.

CGN-112 - Publicada em 26 de outubro de 2022, a notícia “*Facebook* terá de derrubar perfil de missionário ou pagar R\$ 100 mil por hora” discorre sobre um propagador de desinformação - Aldo Padilha de Paula, que se autodeclara missionário - usa as redes sociais para atacar o candidato a governador do Estado, Eduardo Riedel, e já descumpriu ordens judiciais referentes a outras duas ações ocasionadas pelo mesmo motivo. Além da multa e da desativação das contas do missionário, o juiz determinou que o *Facebook* impeça que o mesmo consiga criar novas contas. Para isso a empresa será informada do CPF e números telefônicos atrelados ao pastor. Reincidente – Existem outros dois processos em que Aldo é acusado de promover desinformação através de publicações anônimas, em nenhuma delas ele atendeu aos chamados da Justiça Eleitoral”. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Reincidente – Existem outros dois processos em que Aldo é **acusado de promover desinformação** através de publicações anônimas, em nenhuma delas ele atendeu aos chamados da Justiça Eleitoral” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O termo aparece no tópico “Reincidente”, indicando que existem outros dois processos em que Aldo é acusado de promover desinformação. A notícia tem como foco as consequências de desinformar nas plataformas digitais, discorre sobre o caso de Aldo Padilha de Paula, que se autodeclara missionário, e usa as redes sociais para atacar o candidato a governador do Estado, Eduardo Riedel. Aldo propagou na internet acusações descontextualizadas e que atingem a integridade do processo eleitoral estadual. O juiz do

caso, José Eduardo Chemin Cury, declarou evidente intenção difamatória e caluniosa, sem trazer comprovação, imputando condutas criminosas ao candidato Riedel, além da capacidade de "viralizar" a informação inverídica. Além da multa e da desativação das contas do missionário, o juiz determinou que o *Facebook* impeça que o mesmo consiga criar novas contas.

CGN-113 - A notícia publicada em 29 de outubro de 2022, “Além da fake news, assédio eleitoral manchou eleições, avalia presidente do TRE” indica que as urnas eletrônicas ficaram sob forte ataque de informações falsas, mesmo sem provas. O presidente do TRE-MS (Tribunal Regional Eleitoral), desembargador Paschoal Carmello Leandro, defende a lisura do processo eleitoral, que chega ao fim neste domingo (dia 30) de segundo turno. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“As Eleições 2022 são marcadas pela difusão de *fake news*. O desembargador destaca que o **combate à desinformação** foi coordenado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral)” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O termo aparece indicando que as eleições de 2022 foram marcadas pela difusão de conteúdo falso, e o termo correlato “*fake news*” aparece outras vezes no texto sempre na linha de problema nas eleições. O foco da notícia está nas problemáticas que atravessaram o processo eleitoral, sendo uma delas a desinformação.

CGN-114 - Publicada em 4 de novembro de 2022, a notícia “Presidente da Fenaj defende jornalismo local para temas urgentes” discorre sobre o discurso da presidente da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), Samira de Castro, esteve em Campo Grande e realizou uma palestra na qual defendeu a “velha fórmula do jornalismo para combater a desinformação”. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Em entrevista ao Campo Grande News, ela defendeu a velha fórmula do jornalismo para **combater a desinformação**. “As pessoas precisam saber o que está acontecendo no local onde elas moram, na rua que moram, sua cidade, bairro, no seu Estado. Precisam saber dos seus temas urgentes. Por exemplo: Por que uma escola não tá funcionando? Por que a merenda é só bolacha e leite? Por que o transporte público não tá passando ou a coleta de lixo não funciona? É isso que o cidadão quer. Se não vamos estar concorrendo com o tia do zap” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“Samira acredita que a profissão sofre com erros causados por diversas situações. Como a desregulamentação da imprensa, a queda do diploma desde 2009, a ascensão das redes sociais e tecnologias de comunicação que permite a qualquer pessoa dizer o que quiser e criar a **desinformação** em massa” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O termo aparece na citação direta da presidente da Fenaj, Samira de Castro, em entrevista ao Campo Grande News, ao defender a ‘velha fórmula’ do jornalismo para combater a desinformação e o direito à informação de qualidade sobre as coisas que acontecem em âmbito local de interesse público. A notícia tem como foco a defesa do jornalismo local como agente de combate à desinformação, e apresenta informações e reflexões valiosas para a discussão sobre desinformação. Samira aponta que a desregulamentação da imprensa, a queda do diploma desde 2009, a ascensão das redes sociais e tecnologias de comunicação, e o aumento da violência contra a imprensa são situações que dificultam o fazer jornalístico de qualidade. O texto ainda argumenta sobre a necessidade de resgatar a credibilidade e o trabalho da imprensa, e de investimento em educação midiática.

CGN-115 - A notícia publicada em 26 de novembro de 2022, intitulada “Cobertura vacinal é a menor registrada desde 1996”, discorre sobre as “coberturas mais baixas dos últimos 26 anos, a vacinação geral no Brasil apresenta níveis que não chegaram a 90% entre 2020 e 2021, o que não ocorria com os principais imunizantes desde 1996.” O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Outros problemas elencados são a disseminação em massa de notícias falsas (*fake news*), ou disseminação de **desinformação**. Diante desse quadro, a Sesau tenta fazer um trabalho de busca ativa, com acompanhamento dos registros de vacinação – o que, infelizmente, ocorre de forma lenta – ou buscando aqueles que estão com a caderneta desatualizada até mesmo através da matrícula escolar, já que para isso, é preciso que os pais apresentem a caderneta na escola” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O termo aparece como problema e relaciona as ações feitas pela Sesau para tentar aumentar a cobertura vacinal. A notícia discorre sobre a problematização da baixa cobertura vacinal, na qual o termo é citado como um dos motivos que causaram a queda vacinal. O termo “*fake news*” também é utilizado.

CGN-116 - Publicada em 25 de dezembro de 2022, a notícia intitulada “Inca estima

que Brasil deve registrar 220 mil casos de câncer de pele” discorre sobre o número de casos de câncer de pele no Brasil. Matéria explicativa, com dados e contexto. O termo aparece uma vez como motivo e causa para tal na citação direta da oncologista. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“A oncologista do Centro de Tratamento Oncológico Juliana Nicolau explica sobre a doença: O câncer de pele é de fato uma doença negligenciada pela população embora seja o tipo de câncer mais comum no mundo. E **o motivo disso é a desinformação**, é o fato de as pessoas não saberem que pode ser uma doença grave, que pode ter uma evolução desfavorável, podendo inclusive levar ao óbito. Existe ainda uma falsa crença de que fototipos mais elevados, que são pessoas com uma coloração de pele mais escura, são imunes contra a radiação solar, são imunes contra o aparecimento do câncer de pele” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

CGN-117 - A notícia publicada em 29 de dezembro de 2022, intitulada “Tabu, desinformação causa baixa adesão da vacina contra HPV” discute sobre a baixa na vacinação de HPV, apenas 7% do público alvo da vacina contra o HPV (Papilomavírus Humano) de Campo Grande foi imunizado até o momento neste ano. O percentual é o mesmo registrado no mesmo período do ano passado, conforme o levantamento da Sesau (Secretaria Municipal de Saúde). O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: Título;

“Outro fator comprovado por um estudo recente da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) mostrou que a **principal causa** da falta de vacina da faixa etária indicada **é a desinformação**. “Questionaram os adolescentes o porquê não se vacinaram? Era a falta de informação. Eles não sabiam que precisavam da vacina” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O termo aparece como um dos motivos que causa a baixa adesão. A notícia é sobre a baixa adesão à vacina de HPV que contextualiza a situação no âmbito local de Mato Grosso do Sul. São indicados conteúdos falsos que circundam sobre o assunto, que são contrapostos com entrevistas de profissionais da saúde locais de Campo Grande.

Descrição e análises iniciais - ARTIGOS

CGN-118 - Publicado em 14 de janeiro de 2022, o artigo “Um casal, seu laboratório e os vírus da floresta à luz de velas” é sobre a valorização das vacinas, “graças às vacinas, não estamos mais correndo sem sair do lugar. No entanto, enquanto alguns já anunciavam o fim da pandemia, acendeu-se um sinal vermelho ante a última variante do vírus. Autor: Peter

Schulz é professor titular da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Unicamp. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Juntamente com a pandemia de Covid-10 surgiu uma **pandemia de desinformação** com suas próprias ondas: contra as medidas não farmacológicas, a favor de falsos medicamentos, movimentos antivacinas e, agora, contra a vacinação de crianças. O antídoto, que nem sempre funciona e ao qual tantos parecem imunes, é a informação, que, não raro, virou uma infodemia, mas isso é outra história” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O termo indica que junto a Covid-19 surgiu uma “pandemia” de desinformação, usando uma metáfora para designar que o fenômeno se comporta como um vírus: se espalha rapidamente, prejudica e adoece toda a sociedade. Reforça desinformações que tiveram forte aceitação de uma parte da população, como o uso de remédios sem eficiência contra o vírus, contra medidas restritivas e antivacina, até chegar nos conteúdos falsos sobre a vacinação infantil contra a Covid-19.

CGN-119 - Publicado em 16 de janeiro de 2022, o artigo intitulado “Pandemia e infodemia: crises e desafios para o diálogo entre ciência e sociedade” tem cunho de educação midiática e explica sobre o conceito e desdobramentos da infodemia, os problemas desencadeados pelo fenômeno e os desafios que a sociedade atual enfrenta. Autor: Leandro Giatti, professor da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP. O termo aparece nove vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“A infodemia é um efeito colateral dos benefícios propiciados pela conectividade digital e consiste em um excessivo volume de **(des)informação** não aferida que circula rapidamente a respeito de um problema, fazendo com que sua resolução seja dificultada. Direto ao “x” da questão: a forma como **desinformação**, fakenews e teorias conspiratórias estão sendo disseminadas certamente está dificultando para que governos e sociedade se organizem para enfrentar a crise. A infodemia está degradando a já não tão exemplar relação entre ciência e sociedade” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“A velocidade de disseminação de informações falsas, o uso seletivo de verdades parciais e o próprio uso político deste contexto infodêmico estão colocando **desinformação em pé de igualdade com o conhecimento científico consolidado**. Este contexto não apenas abala a relação ciência e sociedade, como também promove rupturas, polarização e forte antagonismo dentre os mais distintos atores sociais, colegas de trabalho, amigos, familiares” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“Este potencial de divisivo tem caracterizado estratégia política no Brasil de hoje. No livro *Os Engenheiros do Caos*, de 2019, o autor Giuliano Da Empoli descreve como políticos de extrema direita vêm se beneficiando do potencial das redes digitais, explorando conectividade a partir de projetos radicais e lealdade constituída estrategicamente pela manipulação de emoções. Neste contexto, a disseminação de informações absurdas se consolida como um vetor de coesão mais eficiente do que informações qualificadas. Assim, vemos a exacerbação do papel da **desinformação** e a armadilha oferecida pelo mau uso da tecnologia” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“Novas epidemias ou pandemias sempre são acompanhadas de algum grau de **desinformação**, medo e credices infundadas. Mas o que vemos hoje é um novo patamar para disseminação, onde não apenas a **desinformação** veicula muito rápido, ela também se acredita em redes de confiança e lealdade, colocando-se de maneira totalmente indevida em comparação com o conhecimento científico qualificado e assertivo” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“Mas, claro, esse diálogo não pode se concretizar com o uso indevido, manipulativo e desonesto da **desinformação**. O deletério uso político da infodemia conduz a uma sobreposição de fatores negativos que exacerbam a crise. Sua forma de causar rupturas e antagonismo é contraproducente e destrutiva, levando ao que podemos considerar como uma falha sistêmica – várias crises operando sinergicamente e se potencializando. No caso da covid-19, isso certamente se traduz em centenas de milhares de mortes evitáveis” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“É fundamental conhecer melhor e encontrar meios para conter a infodemia e seus efeitos negativos. A organização mundial da saúde, por exemplo, vem propondo o desenvolvimento de alternativas de infovigilância para o caso de **desinformação** associada a epidemias. Importante também é que plataformas digitais assumam postura mais responsável quanto aos conteúdos veiculados e que sociedade e poder público sejam mais conscientes, interativos e proativos nesse sentido. Torna-se necessário responsabilizar pessoas que produzem e veiculam **desinformação** deliberadamente ou sob interesses escusos. É preciso reconhecer que aquilo que acontece no mundo virtual pode causar (e causa!) consequências no mundo real” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O artigo desdobra-se sobre a infodemia durante a pandemia de Covid-19, os problemas e desafios enfrentados para que o diálogo entre ciência e sociedade ocorra. Considera-se que tem cunho de educação midiática, pois explica conceitos que ficam muitas vezes retidos em discussões acadêmicas sobre mídia, informação e ambiente digital. Usa termos que se aproximam da desinformação como “*fake news*” e “teorias conspiratórias” para indicar que esses fenômenos atrapalham o enfrentamento de crises. Argumenta sobre a alta velocidade em que conteúdos falsos se disseminam, e que o uso político desses instrumentos de desinformação coloca o conhecimento científico consolidado em segundo plano, explicando que as consequências são as rupturas e polarização entre os diversos atores sociais,

colegas de trabalho, amigos e familiares. Enfraquece a democracia. Apresenta o livro “Engenheiros do Caos” de Giuliano da Empoli (2019). O artigo chega às conclusões finais indicando a necessidade de ressignificação do papel da ciência, reforçando como é destrutivo o uso político da infodemia. e que propagadores devem ser responsabilizados.

CGN-120 - O artigo publicado em 30 de janeiro de 2022, intitulado “Vacinação de crianças: é preciso criar uma onda de empatia para contagiar o país”, discorre sobre a importância e necessidade de vacinação infantil contra Covid-19. Autor: Luiz Carlos Dias é Professor Titular do Instituto de Química da Unicamp, membro titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico e membro da Força-Tarefa da UNICAMP no combate à Covid-19. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Não caia nas *fake news* espalhadas nas redes sociais pelos negacionistas e ativistas antivacina. Esses negacionistas representam o gabinete do ódio, que espalha *fake news* e **desinformação** que mata. O atraso em vacinar nossas crianças é uma negação absolutamente inacreditável e inaceitável da ciência. As campanhas para desacreditar as vacinas, que estão salvando milhões de vidas, são criminosas” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O termo aparece em forma de apelo para que as pessoas não acreditem em conteúdos negacionistas, antivacina, *fake news* e desinformação nas redes sociais, e que isso é um ato criminoso que leva a morte. O artigo tem como foco principal informar sobre a necessidade da vacinação infantil contra a Covid-19, pois o movimento antivacina não atinge só os adultos, mas os filhos e crianças que estão sob cuidado de ativistas anticavina.

CGN-121 - Publicado em 31 de janeiro de 2022, o artigo intitulado “A pandemia e a humanidade” tem tom reflexivo sobre o ano de 2020, que para o autor, trouxe o pior e o melhor da humanidade, pois vimos situações de extremo egoísmo, como, por exemplo, a corrida aos mercados no início da pandemia, gerando uma grande especulação nos preços. Autor: André Marcos é especialista em História do Brasil e Gestão Escolar. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“O ano de 2020 trouxe o pior e o melhor da humanidade, pois vimos situações de extremo egoísmo, como, por exemplo, a corrida aos mercados no início da pandemia, gerando uma grande especulação nos preços. Por outro lado, também vimos muitas pessoas tentando ajudar as outras

compartilhando produtos e, em alguns casos, com ajuda financeira. Pesquisadores do mundo inteiro uniram forças para encontrar uma vacina num prazo nunca antes visto. Infelizmente, também vimos líderes mundiais “remarem” contra o processo, desdenhando do isolamento social, criticando as pesquisas científicas e propagando as mais variadas **desinformações** [...]” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“O ano de 2021 começou cheio de esperanças, pois a vacina foi desenvolvida por vários laboratórios diferentes e com o grande desafio de vacinar toda a população em tempo recorde. É claro que a **campanha de desinformação** continuou, mas pude ver que neste ano houve grande diminuição de “*fake news*”. A minha impressão é que as pessoas, de maneira geral, se convenceram que a ciência e as pesquisas eram realmente o único remédio contra a pandemia. Nas escolas, vivemos a realidade do ensino híbrido – alunos via on-line e presencial –, o que nos obrigou a adaptarmos nossas aulas para as duas modalidades, ao mesmo tempo. Novos desafios que acredito, conseguimos superar com maestria. Estamos fechando 2021 com mais de 60% da população vacinada e a expectativa é que em 2022, se não houver nenhuma outra surpresa da natureza, a situação das escolas e da sociedade em geral, comece a se normalizar. Mas, como historiador, me pergunto: qual é a normalidade para a sociedade?” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O termo aparece relacionado a ‘propagação’ e ‘campanhas’ de desinformação. O artigo reflete sobre as consequências da pandemia de Covid-19 utiliza o termo para indicar que em contraposição com pesquisadores do mundo todo que uniram forças para encontrar uma vacina, em 2020 alguns líderes mundiais foram contra esse processo, tornando-se propagadores de desinformação, e em 2021 as campanhas de desinformação continuaram, mas para o autor, diminuíram. Usa o termo correlato “*fake news*”.

CGN-122 - O artigo publicado em 3 de março de 2022, intitulada “Cobertura da mídia: guerra na Ucrânia eclipsa pandemia”, relata que “nos últimos e perturbadores dias, o noticiário sobre a guerra movida contra a Ucrânia pela Rússia tem ocupado, com razão, quase todos os espaços da mídia, relegando a pandemia de Covid-19 a menções secundárias, quando ela ainda é uma presença muito grave entre nós, com média móvel de mortalidade na casa de 500 pessoas por dia no Brasil”. Autor: Iran Coelho das Neves é presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul. O termo aparece uma vez para designar que uma das causas da vacinação infantil ser baixa é a desinformação. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Em fins de fevereiro, nada menos que 32,9 milhões de brasileiros estavam em atraso com a dose de reforço contra a Covid. Enquanto isso, a vacinação infantil está em patamar muito aquém das expectativas, fruto, **em boa parte,**

da desinformação. Apenas 20% das crianças de 5 a 11 anos tinham sido imunizadas até o último dia do mês passado” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

CGN-123 - Publicado em 5 de março de 2022, o artigo “*Fake news no Facebook: Desinformação 2 x 1 Correção*” do autor: Wladimir Ganzelevitch Gramacho é mestre e doutor em Ciência Política. Atualmente é coordenador do Centro de Pesquisa em Comunicação Política e Saúde Pública (CPS), professor adjunto da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília e, atualmente, pesquisador visitante na Western University, no Canadá. O termo aparece nove vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“O principal resultado mostra que a polarização é assimétrica. Os grupos e páginas de direita foram responsáveis por cerca de 93% do compartilhamento de informações falsas, enquanto 54% do compartilhamento de checagem de informações vieram de grupos e páginas de esquerda (contra 29% vindos de grupos e páginas de direita). Entre os grupos e páginas que compartilham tanto a **desinformação** quanto a checagem, 90% são de direita, mas há muito mais postagens (quase o dobro) nos grupos e páginas de direita que **apenas publicam desinformação**. Além disso, estudos anteriores já indicaram que a publicação de informação checada, nesses grupos, é utilizada principalmente como alvo de críticas e piadas” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“Outras conclusões do trabalho que merecem destaque são: entre as páginas e grupos que compartilharam tanto a **desinformação** quanto a checagem, as publicações do 1º tipo foram muito mais frequentes (média de 10,6 postagens ante 2,04). Em média, cada link de **desinformação** foi postado duas vezes mais pelos grupos e páginas que só postam **desinformação**, em comparação com a postagem de links de *fact-checking* pelos grupos e páginas que só postam conteúdo de checagem (e não de desinformação) no *Facebook*. Ou seja, a capacidade de postagem dos grupos dedicados a **desinformar** é o dobro da capacidade de postagem dos grupos interessados em publicar correções. Já nos grupos e páginas que publicam tanto conteúdo **desinformativo** quanto conteúdo de checagem, cada link de *fact-checking* foi compartilhado 3,17 vezes, enquanto cada link de desinformação foi compartilhado 20,94 vezes” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“Os links com a **desinformação** desmentida circularam em menos de 8% dos grupos e páginas do *Facebook* que compartilharam as notícias falsas. Além disso, postagens com conteúdo falso foram 3 vezes mais compartilhadas nessa rede social que as publicações de *fact-checking*” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“A **desinformação** sobre a covid-19 circulou 4 vezes mais em páginas e grupos religiosos que postagens de checagem de informação, o que mostra a vinculação entre esse segmento social e conteúdo político de direita” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“As páginas e os grupos que mais compartilham **desinformação** em geral estão bastante conectados entre si, valendo-se dos mesmos links e conteúdos **desinformativos**, em contraste com a maior heterogeneidade de páginas e grupos que mais compartilham conteúdo de checagem” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“Apesar de limitações da pesquisa, como o fato de ela se debruçar apenas sobre alguns tipos de páginas e grupos do *Facebook*, os resultados do trabalho indicam que ainda há muito a ser feito para **combater a desinformação** que circula nas redes sociais. O fato de ela servir a propósitos político-ideológicos ajuda a fomentar a coesão de um grupo em torno de um discurso pré-fabricado, sugerindo que a circulação de *fact-checking* nesses clusters sirva apenas como mais um objeto de ataque, e não como contraponto sincero” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O artigo é extenso e tem como foco principal a tentativa de combate à desinformação por parte das plataformas digitais. O termo aparece em praticamente todo corpo do texto. Na argumentação com base em pesquisas que apontam aspectos do compartilhamento de desinformações entre a polarização esquerda-direita brasileira e compara a quantidade de compartilhamentos entre checagens e desinformação, que demonstra que esta última é compartilhada consideravelmente mais vezes. A desinformação desmentida chega a apenas 8% dos grupos e páginas do *Facebook*. Perto das conclusões o artigo aponta que ‘há muito a ser feito para combater a desinformação’, e que em grupos e espaços em que se reina conteúdos falsos, a checagem de fatos não é usada e nem vista como contraponto sincero.

CGN-124 - O artigo publicado em 11 de março de 2022, intitulado “A cobertura vacinal infantil deve aumentar” é sobre vacinação infantil. Autor: Luiz Carlos Dias é Professor Titular do Instituto de Química da Unicamp, membro titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico e membro da Força-Tarefa da UNICAMP no combate à Covid-19. O termo aparece quatro vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Episódios de sabotagens à vacinação contra a Covid-19 no Brasil - São muitas as razões para os baixos níveis de vacinação infantil até o momento. Nós nunca tivemos uma campanha nos veículos de comunicação em massa e nas várias mídias, defendendo a vacinação infantil protagonizada pelo MS. Estratégias de comunicação em massa, com informações claras e objetivas têm um papel fundamental e deveriam ser uma política de Estado. Mas infelizmente, hoje estamos expostos a uma política de governo anticiência e o Brasil vive uma séria crise de gestão. Os negacionistas estão ocupando muito espaço nas redes sociais, **espalhando a praga da desinformação, que mata**” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“Conseguimos combater muitos dos embustes criados pelo movimento antivacinas, mas é **difícil lutar contra a desinformação** proveniente de membros dos órgãos oficiais do Palácio do Planalto, como o MS” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“O Senado Federal sediou no dia 14/02/2022, uma sessão de pesadelo com desfile de mentiras e muita **desinformação sobre as vacinas** contra a Covid-19. Alguns políticos e médicos anticiência, afirmaram, sem apresentar qualquer evidência científica, que as vacinas contra a Covid-19 podem causar câncer. Eles também divulgaram informações falsas, sem comprovação científica, colocando em dúvida a eficácia e a segurança das vacinas contra a Covid-19. Foi mais um show de horrores e de trapagens promovido à luz do dia, para agradar as bases negacionistas, com a participação de alguns dos maiores mentirosos do país, que espalham *fake News* e mentiras assassinas impunemente. Mais um enorme desserviço para a saúde e segurança da população brasileira, tudo em nome da liberdade de expressão” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“Hoje nós temos um leque de boas vacinas, seguras e efetivas contra a Covid-19, mas infelizmente **não temos vacinas contra o vírus da desinformação** e das *fake News*, tampouco contra a ignorância e a estupidez humana. É urgente derrotar o discurso negacionista antivacinas, que mata” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O termo aparece relacionado a negacionismo, perigo e circulação nas redes sociais. O artigo é extenso e discorre sobre a necessidade de se aumentar a cobertura vacinal, argumentando sobre as motivações de números tão baixos. A desinformação aparece como uma dessas causas, o termo aparece caracterizado como “praga” da desinformação e afirma que espalhar desinformação sobre a vacinação pode levar a morte. O texto ainda aponta a problemática de médicos anticiência terem amplo lugar de fala do planalto para disseminar conteúdo falso sobre as vacinas. Outros termos correlatos como “*fake news*” e “mentira” também são usados. A conclusão é reflexiva ao apontar que não há vacina contra a desinformação, e, portanto, é urgente derrotar o discurso negacionista e antivacina.

CGN-125 - Publicado em 22 de abril de 2022, o artigo intitulado “Apenas a OMS pode decretar o fim da pandemia!” é sobre o fim da pandemia, o termo relacionado a máquina de produção de desinformação que tem interesses financeiros. Autor: Luiz Carlos Dias é Professor Titular do Instituto de Química da Unicamp, membro titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico e membro da Força-Tarefa da UNICAMP no combate à Covid-19. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Definitivamente, charlatanismo e trapaça não têm limites no Brasil e o discurso negacionista dos picaretas antivacinas e defensores do kit Covid virou um discurso de poder. E essa **máquina de produção de desinformação** vai continuar defendendo o kit Covid, pois são muitos os interesses financeiros e os dividendos políticos. Isso parece o que psicólogos chamam de efeito da verdade ilusória: uma mentira contada mil vezes, não vira verdade, apenas parece confiável para algumas pessoas em virtude da intensa repetição” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O artigo é argumentativo sobre o fim da pandemia ainda não ter sido decretado, informando sobre o status do que se tinha de informação até o momento. Nesse sentido, o termo aparece relacionado a farsa do Kit Covid, do qual argumenta que são mentiras que dão lucro às indústrias farmacêuticas que produzem os medicamentos que compõe o kit. Também relaciona o termo a charlatanismo, negacionismo e antivacina, indicando que os mesmos viraram discursos de poder, e que há uma máquina de produção de desinformação que não vai parar pois há interesses financeiros e políticos por trás.

CGN-126 - Publicado em 25 de maio de 2022, o artigo “Com a mudança das estações, fique atento com às *fake news*” discorre sobre a confirmação da continuidade do fenômeno La Niña para 2022 trouxe um prognóstico de alerta para o período de outono e inverno. Autores: Éder Comunello, Carlos Ricardo Fietz e Danilton Luiz Flumignan são pesquisadores; Christiane R. Congro Comas é jornalista. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Finalmente, fique atento e faça a sua parte. Vivemos um tempo em que estamos cercados de *fake news* e **desinformação**. Assim, é muito importante estudar, pesquisar e estar bem informado. Verifique se a informação que você recebeu é de fato verdadeira, antes de compartilhar com outras pessoas. Você é responsável pelo que você compartilha” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O termo aparece para indicar o contexto em que nos inserimos “cercado de desinformação”. O artigo tem foco na desinformação. Contudo, o termo mais usado para referir-se ao problema é “*fake news*”. O texto argumenta que o terreno fértil para as *fake news* cresceu, e cita dois formatos de desinformação recicladas que surgem todos os anos da mesma forma e mesmo assim tem pessoas que acreditam. Também faz uma lista com dicas de como evitar propagar desinformação, como checar a fonte, verificar a data de publicação, ficar atento a títulos alarmistas e imagens absurdas, e verificar o autor de cada texto consumido. ‘Desinformação’ aparece para indicar que nosso contexto é cercado por conteúdos e que os

cidadãos devem fazer sua parte ao pesquisar, estudar e verificar as informações que recebe. Coloca responsabilidade e ação no receptor.

CGN-127 - O artigo publicado em 13 de julho de 2022, intitulada “Brasil se sai bem no ranking global da desinformação” discorre Artigo sobre o ranking de desinformação global e a posição do Brasil. Autor: Wladimir Ganzelevitch Gramacho é doutor em Ciência Política, coordenador do Centro de Pesquisa em Comunicação Política e Saúde Pública (CPS) e professor Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. O termo aparece sete vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são, além do título:

“Não há dúvidas de que a circulação de **desinformação** é um **problema sério no Brasil**. Com razão, instituições e indivíduos têm se preocupado, por exemplo, em conter a influência de informações falsas na decisão das pessoas em se vacinar e na discussão sobre as eleições deste ano. Mas um estudo global (íntegra – 3MB) sugere que, por mais grave que esse problema seja por aqui, os brasileiros parecem ter um nível de discernimento maior que cidadãos de outros 15 países diante dessas desinformações” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“Sob a coordenação de dois dos principais **pesquisadores sobre desinformação** em todo o mundo –Gordon Pennycook (Universidade da Regina, Canadá) e David Rand (MIT, Estados Unidos) –, o estudo entrevistou mais de 33 mil pessoas em 16 países de 6 continentes durante o primeiro semestre de 2021. O objetivo do trabalho era descrever as características individuais mais associadas ao compartilhamento de **desinformações** e identificar as estratégias mais eficientes para enfrentar esse problema” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“Ainda que não tivesse o propósito de estabelecer propriamente um ranking global de habilidades individuais em discernir **desinformações**, o estudo revelou dados positivos sobre o Brasil. Uma das tarefas solicitadas aos participantes da pesquisa era indicar se compartilhariam ou não diversas mensagens, entre as quais havia algumas informações verdadeiras e outras falsas” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“Por outro lado, em muitos países, algumas características estiveram associadas à **menor capacidade de discernimento de desinformações**. Indivíduos que declaram pertencer a minorias étnicas, que são de famílias de baixa renda e que têm perfil mais conservador tendem a ter maior dificuldade de separar notícias falsas das verdadeiras” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso);

“Ao investigar as **estratégias para enfrentar a desinformação**, o estudo mostrou que um simples convite para que alguns participantes classificassem uma notícia como verdadeira ou falsa fez com que eles fossem mais criteriosos no compartilhamento de notícias, em comparação com os demais participantes que não haviam recebido o convite. Esse resultado tem se repetido em diversas pesquisas e sugere que – de tempos em tempos – é

importante estimular as pessoas a refletirem sobre a veracidade do conteúdo que circula na internet. Essa medida simples **tende a reduzir o volume de circulação de desinformações**” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O termo aparece relacionado a problema, pesquisa, falta de habilidade de discernimento, e enfrentamento à desinformação. O artigo argumenta que a desinformação é comprovadamente um problema em nosso país, mas que de acordo com o ranking global, não está entre os piores. A afirmação é baseada em uma pesquisa feita por Gordon Pennycook (Universidade da Regina, Canadá) e David Rand (MIT, Estados Unidos), que tinha o objetivo de descrever as características individuais mais associadas ao compartilhamento de desinformações e identificar as estratégias mais eficientes para enfrentar esse problema. Desenvolve o restante do texto baseado nos resultados da pesquisa, que explica a importância de estimular as pessoas a refletirem sobre a veracidade do conteúdo que circula na internet na redução do volume de circulação de desinformações.

CGN-128 - Publicado em 19 de agosto de 2022, o artigo intitulado “Pessoas com deficiência: inclusão enfrenta barreiras” discute a realidade de pessoas com deficiência. Autor: Iran Coelho das Neves é presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul. O termo aparece uma vez como uma barreira à inclusão de pessoas com deficiência que alimenta preconceito social. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Contudo, a grande barreira a ser transposta é mesmo a do preconceito social alimentado pela **desinformação** ou ignorância quanto ao potencial produtivo, intelectual e humano de pessoas com deficiência” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

CGN-129 - Publicado em 6 de outubro de 2022, o artigo “Os médicos e as mídias sociais” tem tom crítico sobre médicos que propagam desinformação. Autora: Miriana Basso Gomes é mestrandia no Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde: Cardiologia e Ciências Cardiovasculares da UFRGS. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Antigamente as pessoas ficavam famosas por serem especiais. Atualmente elas são consideradas especiais simplesmente por serem famosas, independentemente do motivo. Por isso não se deve acreditar numa celebridade quando ela oferece para compra uma pílula milagrosa da qual não encontramos registro na Anvisa ou sobre a qual não há publicação séria em periódico. Esse tipo de problema não acontece só no Brasil. Recentemente foi publicado um artigo na revista New England Journal of

Medicine com o título “Médicos espalhando **desinformação** nas mídias sociais – As respostas certas e erradas ainda existem na medicina?”. Essa publicação cita problemas dos médicos com as mídias e toda a exposição da classe agravada pela pandemia da covid-19” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O artigo tem como foco a problematização do exercício da medicina, a exposição disso nas plataformas digitais, e a nova perspectiva de que ser bom, significa ter números altos nas redes sociais. Nesse sentido, o termo aparece no título de um artigo publicado na revista *New England Journal of Medicine* sobre médicos espalharem desinformação, e o problema da exposição na rede da classe agravada pela Covid-19.

CGN-130 - O artigo publicado em 25 de novembro de 2022, intitulado “Orlas urbanas: que paisagens fazemos durar?”, discorre sobre a história do planejamento urbano das orlas de Porto Alegre e refletir sobre os conflitos envolvidos sobre o desejo de cidade e sobre o desejo de paisagem, relacionando as lógicas neoliberais de apagamento e autorização discursiva que perpassam cidades mundo afora. Autora: Gianluca Perseu é arquiteto e urbanista, especialista em Gestão de Projetos e Obras (UniRitter) e mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo PROPUR/UFRGS. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Na proliferação de imagens urbanas que consagram certas versões de realidade e modos de vida em detrimento de outros. Na produção de **desinformação** e indiferença com a crescente crise de nossos ecossistemas. Nas desapropriações truculentas de comunidades historicamente marginalizadas” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

O termo aparece em um parágrafo que argumenta que os projetos de orlas urbanas estão ligados a lógicas neoliberais de apagamento de povos originários de seus territórios.

Descrição e análises iniciais - COLUNA

CGN-131 - Publicada em 18 de agosto de 2022, intitulada “Candidatos já levam “puxões de orelha” públicos do TRE”, das autoras Anahi Zurutuza e Jéssica Benitez. Utilizam o termo uma vez referente ao enfrentamento à desinformação. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Com o início da propaganda eleitoral, haverá a necessidade da firme

atuação pelos órgãos de fiscalização no combate à prática de ilícitos eleitorais, **notadamente contra a desinformação**, as notícias falsas ou fraudulentas”, informou o MP na divulgação sobre o encontro” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

A coluna tem tom informativo, e o foco é divulgar o início da campanha de combate à desinformação e a necessidade de fiscalização durante o período eleitoral.

Descrição e análises iniciais - ENQUETE

CGN-132 - 23 de setembro de 2022 - “Você acredita em notícias que recebe pelo Whatsapp? Participe da enquete”. A enquete é justamente uma pesquisa feita pelo jornal sobre a crença em conteúdos recebidos pelo WhatsApp. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: “Em época de eleições, o aplicativo auxilia na divulgação das notícias sobre os candidatos aos cargos de 2022. O próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem um assistente virtual para **combater à desinformação no** Whatsapp” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

CGN-133 - 24 de setembro de 2022 - “Apenas 10% dos leitores dizem acreditar em notícias que recebem pelo WhatsApp”, é o resultado da enquete anterior feita pelo Campo Grande News. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: “O próprio TSE (Tribunal Superior Eleitoral) tem um assistente virtual para **combater a desinformação** no WhatsApp” (Campo Grande News, 2022, grifo nosso).

CAMPO GRANDE NEWS - 2023

Foram localizados **50 itens jornalísticos** que contém o termo “desinformação”. Do total, 21 são notícias, 23 são artigos (reproduções de textos redigidos por pesquisadores e especialistas), 5 colunas e 1 enquete. As notícias estão distribuídas nas editoriais Cidades (9), Capital (5), Política (4), Educação e Tecnologia (1), Comportamento (1) e Labo B (1).

Descrição e análises iniciais - NOTÍCIAS

CGN-134 - A notícia publicada em 11 de janeiro de 2023, intitulada “Onda de furtos em residências aumenta procura por seguros”, discorre sobre a onda de furtos em residências de Campo Grande fez com que a procura por seguros aumentasse. O serviço serve para ajudar os moradores a terem uma precaução contra os prejuízos deixados pelo ladrão. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“A seguradora Portal do Pantanal também notou aumento de 10% na procura, segundo o corretor do local, Clovis José Miguel. “Agora, os clientes estão procurando mais por seguro contra roubo. A procura é por cliente que já é cativo da corretora. Na verdade, há bastante **desinformação** sobre o preço do seguro, porque às vezes deixam de procurar achando que é caro, mas não é” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O termo aparece como **motivação** para que as pessoas deixem de comprar seguro contra roubos baseado em uma falsa impressão do valor de investimento, de acordo com a citação direta do corretor Clovis. Entende-se como um uso errado do conceito, pois aparenta tratar de falta de informação, e não de desinformação motivada. Nesse sentido, percebe-se o uso da palavra em contextos cotidianos.

CGN-135 - Publicada em 13 de janeiro de 2023, a notícia intitulada “Procurador de MS é citado em representação criminal do MPF contra ex-presidente” discorre sobre o Procurador de Mato Grosso do Sul, Felipe Marcelo Gimenez, citado em representação criminal do MPF (Ministério Público Federal) encaminhada ao Procurador-Geral da República, Augusto Aras. O ministério pede punição pela prática do crime de incitação, previsto no Código Penal que podem ter levado aos atos extremistas contra os três poderes em Brasília. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Para os procuradores que representam contra o ex-presidente, “a posição de proeminência de Bolsonaro sobre uma porção expressiva da população (até decorrente do cargo que até outro dia exercia) confere a palavras um peso fundamental de endosso às **campanhas de desinformação** que, por sua vez, nesse momento em que vivemos, movem atos antidemocráticos graves e violentos” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O foco não é a desinformação, mas o uso do termo é feito para indicar que o ex-presidente Jair Bolsonaro, com suas palavras, fez campanhas de desinformação sobre fraude nas urnas eletrônicas que incentivaram e desencadearam os ataques antidemocráticos e violentos após o resultado das eleições em 2022.

CGN-136 - A notícia publicada em 16 de janeiro de 2023, intitulada “Maiores de 60 anos são os que mais precisam de "lições" contra *fake news*”, é reflexiva sobre o século 21 e a modernidade trouxeram um boom de informações, produtores de conteúdos, mídias em alta e também as *fake news*, distribuídas principalmente entre idosos. Porém, para combater as notícias falsas, a educação midiática pode ser um dos caminhos. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“O que são *fake news* - A professora esclarece ainda que as notícias falsas são criadas para tirar o foco de um problema real. “Outro motivo da notícia falsa é promover um candidato político e prejudicar um outro. O **grande número de desinformação** acaba confundindo as pessoas por conta do excesso. Isso de grande número de informações falsas circulando serve como estratégia para descartar os meios de informação oficial” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O termo aparece na explicação do que são “*fake news*”, na qual o conceito não é definido exatamente como propõe a ciência, mas aparenta ser uma forma de tornar mais compreensível a questão. Portanto, são usados termos correlatos como ‘informação falsa’, ‘*fake news*’ e sua tradução ‘notícia falsa’. O foco da matéria é a circulação de conteúdos falsos, como isso atinge a terceira idade e sugestões de como identificar e combater tais conteúdos. A notícia explica as motivações de idosos serem mais vulneráveis a informações falsas e a importância da educação midiática nesse contexto.

CGN-137 - Publicada em 28 de março de 2023, a notícia intitulada “Redes sociais negam omissão em audiência que debate regulação da internet” discorre sobre quando os membros do Executivo e ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) se reuniram pela defesa de regulamentar as redes sociais com a justificativa de remover conteúdos

considerados antidemocráticos e que abrangem discurso de ódio, a audiência ampliou o debate sobre as políticas das plataformas e a necessidade de ordens judiciais de remoção prejudicial. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Vice-presidente do STF, Luiz Roberto Barroso lembrou que o desafio do Marco Civil é enfrentar este fenômeno sem afetar a liberdade de expressão, considerada direito fundamental e essencial para a democracia. “A **desinformação**, discursos de ódio, assassinatos de reputações e teorias da conspiração que circulam nas redes se tornaram sérias ameaças, fomentando a polarização e a intolerância, em última análise gerando violência” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O termo aparece indicando o fenômeno como ameaça à democracia ligado a discurso de ódio, teorias da conspiração, polarização e violência. O termo ‘notícia falsa’ também é utilizado. O foco é o debate sobre regulação das redes sociais.

CGN-138 - Publicada em 29 de março de 2023, a notícia intitulada “Toffoli defende autorregulação para combater ataques pela internet” discorre sobre o discurso do ministro Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal) ter defendido a autorregulação das redes sociais como uma das medidas para combater a disseminação de ataques contra a democracia e discursos de ódio. O ministro acompanhou, no período da manhã, o segundo dia da audiência pública realizada pela Corte para debater regras do Marco Civil da Internet sobre a retirada de conteúdos ofensivos das redes sociais. O termo aparece uma vez indicando a responsabilidade das plataformas digitais em remover conteúdos desinformativos e agressivos. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Ações do Supremo - A audiência pública foi convocada por Toffoli e Fux, relatores de ações que tratam da responsabilidade de provedores na remoção de conteúdos com **desinformação**, disseminação de discurso de ódio de forma extrajudicial, sem determinação expressa pela Justiça” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

CGN-139 - Publicada em 7 de abril de 2023, a notícia intitulada “Autoridades esperam retomar alto índice de vacinação em 2023” discorre sobre a convocação feita pelo secretário estadual de Saúde, Maurício Simões, a população de Mato Grosso do Sul a buscar os postos de saúde e colocar as vacinas em dia, em especial a vacinação infantil. O apelo foi feito durante evento da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), onde foi ressaltada a importância em retomar os índices de imunização de outros anos. O termo aparece uma vez. A(s)

unidade(s) de registro e contexto são:

“Ele acredita que o poder público precisa estimular a vacinação, fazer a população ter confiança nos imunizantes, que são comprovados cientificamente. “É preciso que as pessoas não duvidem, que tenham a confiança que perderam durante os últimos anos de **desinformação**” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O foco da notícia não é a desinformação, mas sim as expectativas para a retomada de alto índice de vacinação. Nesse sentido, o termo aparece na citação direta do pesquisador José Cássio, que indica a necessidade de fazer com que as pessoas acreditem e confiem novamente no benefício da vacinação, que foi perdida ‘nos últimos anos de desinformação’, fazendo referência aos anos anteriores que desde 2020 vem numa alta do movimento antivacina.

CGN-140 - A notícia publicada em 16 de abril de 2023, intitulada “MS e mais oito Estados apresentaram plano de combate a ameaças nas escolas”, discorre sobre o estado de Mato Grosso do Sul estar entre os nove Estados do Brasil que apresentaram plano para combater ameaças à comunidade escolar, segundo levantamento da Agência Brasil. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“O Ceará tem investido em ações de inteligência contra **desinformação** e perfis que espalham ameaças e Pará informou que vai enviar à Assembleia Legislativa do estado um projeto de lei (PL) para instituir o Programa Escola Segura e criar o Núcleo de Segurança Pública e Proteção Escola” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O termo aparece para indicar um investimento do estado do Ceará em ações de inteligência contra à desinformação e os propagadores.

CGN-141 - Publicada em 21 de abril de 2023, a notícia intitulada “Em Caminhada da Conscientização, pais pedem autonomia para os filhos” é sobre pais e mães que foram às ruas pedir por mais inclusão e autonomia para os filhos na tradicional Caminhada da Conscientização, realizada pela Associação Juliano Varela, em comemoração ao Dia Internacional da Síndrome de Down. Ação reuniu cerca de mil pessoas e teve apresentação da banda Down Rítmica durante o percurso. O termo aparece uma vez para indicar que a desinformação é o principal motivo da falta de inclusão e preconceito. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Ana Lúcia relata que a **desinformação é o principal motivo** da falta de inclusão e cita que às vezes percebe que as pessoas têm medo de se aproximar do filho. Ela sente falta de mais campanhas e eventos, como a caminhada, por parte do poder público” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

CGN-142 - A notícia publicada em 21 de abril de 2023 intitulada “Apoio, estímulo e inclusão une famílias de pessoas com síndrome de Down” discorre sobre as famílias que se reuniram em comemoração à 3ª Edição da Confraternização do Dia Internacional da Síndrome de Down. A passarela iluminada e a presença de um DJ ambientaram a noite, com desfile em Campo Grande. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“A síndrome de Down já foi cercada por muitos **preconceitos e desinformação**. Com a possibilidade de explorar as redes sociais, algumas mães veem a oportunidade de falar mais sobre o assunto” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

A notícia não tem como foco a desinformação, o termo aparece para apontar que a síndrome é cercada de preconceito e desinformação (não é possível saber se se trata de informações falsas a respeito, estigmas ou falta de informação).

CGN-143 - Publicada em 25 de abril de 2023, a notícia intitulada “Estudo mostra que Brasil está abaixo da meta de vacinação contra HPV” discorre sobre um estudo da Fundação do Câncer, divulgado para marcar o Dia Mundial da Prevenção do Câncer de Colo do Útero (dia 26 de abril), e revela que todas as capitais e regiões brasileiras estão com a vacinação contra o HPV (Papilomavírus humano) abaixo da meta estabelecida pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“**Desinformação** - Flávia Corrêa chamou a atenção para o fato de que há ainda muita **desinformação** sobre a vacina contra o HPV. Muitos pais ignoram que a vacina previne contra o câncer de colo do útero e não incita o início da vida sexual antes do tempo. Outros não sabem qual é a faixa etária em que os filhos devem se vacinar” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

A notícia não tem como foco principal a desinformação, mas o tema atravessa a questão como motivo para uma baixa adesão vacinal contra HPV. O termo aparece como tópico no texto dedicado a explicar a situação.

CGN-144 - A notícia publicada em 10 de maio de 2023, intitulada “Telegram apaga mensagem contra PL das *Fake News*”, discorre sobre o Telegram ter apagado a mensagem enviada em massa aos usuários da plataforma digital no país, que era contrário à aprovação do Projeto de Lei 2.630, conhecido como PL das *Fake News*, que tramita no Congresso Nacional para propor medidas de enfrentamento à divulgação de conteúdos falsos e à violência digital. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Por determinação do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, a empresa Telegram comunica: A mensagem anterior do Telegram caracterizou **FLAGRANTE e ILÍCITA DESINFORMAÇÃO** atentatória ao Congresso Nacional, ao Poder Judiciário, ao Estado de Direito e à Democracia Brasileira, pois, fraudulentamente, distorceu a discussão e os debates sobre a regulação dos provedores de redes sociais e de serviços de mensageria privada (PL 2630), na tentativa de induzir e instigar os usuários a coagir os parlamentares” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Os representantes do Telegram no Brasil devem ser ouvidos pela Polícia Federal, no prazo de 48 horas, a partir da determinação judicial, pois, o disparo em massa da mensagem pode ser entendido como abuso de poder econômico e **prática de desinformação por parte de milícias digitais** nas redes sociais, segundo Moraes” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O foco da notícia é a desinformação. Trata-se de uma mensagem enviada pelo Telegram aos usuários desinformativa sobre o PL das *Fake News*, distorcendo o objetivo do PL e instigando os usuários contra o parlamento. O termo é relacionado a ação de milícias digitais nas redes sociais.

CGN-145 - Publicada em 12 de maio de 2023, a notícia intitulada “Moraes abre inquérito contra dirigentes do Google e do Telegram” discorre sobre o início do inquérito para apurar a conduta de dirigentes do Google e do Telegram em relação ao projeto de lei para **combater à desinformação** nas redes sociais. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu hoje (12) abrir inquérito para apurar a conduta de dirigentes do Google e do Telegram em relação ao projeto de lei para **combater a**

desinformação nas redes sociais (PL 2.630/2020)” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Segundo o presidente da Câmara, as empresas que operam as redes sociais utilizam "**campanha de desinformação**" e provocam a sobrecarga nos sistemas de tecnologia da informação da Câmara ao fomentar que os usuários pressionem os deputados por meio de link que remete ao portal da Casa na internet” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O termo aparece relacionado à ‘campanhas e ‘combate’. O foco do artigo são as consequências judiciais de propagar desinformação. É relacionado ao Telegram e o texto desinformativo enviado aos usuários sobre a PL das *Fake News*.

CGN-146 - A notícia publicada em 18 de maio de 2023, intitulada “*Fake news* sobre vacinas disseminam temor entre famílias, diz pesquisa”, é repostada da Agência Brasil e discorre sobre o medo de possíveis efeitos adversos e falta de confiança nas vacinas são os principais motivos que levam pais e responsáveis a negligenciar a vacinação de crianças e adolescentes. É o que demonstra pesquisa apresentada pela Sociedade Brasileira de Pediatria e pelo Instituto Questão de Ciência. Outras alegações comumente ouvidas em consultórios são o esquecimento, a falta de vacinas no serviço público e o preço das doses nos serviços privados. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Muitas dúvidas e afirmações falsas baseadas em **desinformação** têm chegado até os pediatras. Entre as principais estão frases como ‘Minha filha não precisa da vacina para HPV, pois ainda não iniciou a vida sexual’; ‘Vacina para HPV pode gerar efeitos neurológicos graves’; e ainda ‘A doença por rotavírus é leve em crianças’”, destacou a Sociedade Brasileira de Pediatria, por meio de nota” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O foco da matéria é a desinformação. Discorre sobre a insegurança da população perante a vacinação e a conseqüente negligência da falta de vacinação em crianças e adolescentes. O termo correlato *‘fake news’* é utilizado. O texto apresenta pesquisas nacionais que ‘indicam influência relevante de informações não confiáveis ou *fake news* sobre o comportamento das famílias’ e como as redes sociais ampliam ainda mais a disseminação de desinformação sobre o assunto.

CGN-147 - Publicada em 1 de junho de 2023, a notícia intitulada “Para fortalecer cultura astronômica, grupo faz observação do céu noturno” divulga o evento na Casa da Ciência e da Cultura de Campo Grande realiza a ação Observação do céu noturno, no dia 2 de

junho, das 17h30 às 20h30, no estacionamento do teatro Glauce Rocha. O evento é gratuito e aberto ao público. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Para a coordenadora-geral da Casa da Ciência e da Cultura de Campo Grande, Isabela Porto Cavalcante, o intuito é divulgar a astronomia ao público em geral, aproximando o conhecimento científico das pessoas de uma forma lúdica. “O desenvolvimento de uma sociedade se faz por meio da ciência, e nos dias de hoje essa necessidade é ainda maior, pela **onda de desinformação e anti-cientificismo** de parte da população. Esperamos, assim contribuir sempre para a popularização da ciência, tão necessária no Brasil e no mundo” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O termo aparece para indicar que o intuito de divulgar as atividades científicas da UFMS é exatamente incentivar a perspectiva de que a sociedade se desenvolve a partir da ciência, contrapondo à desinformação e ao negacionismo científico.

CGN-148 - A notícia publicada em 9 de junho de 2023, intitulada “Cobrado por fiéis, bispo diz para ignorarem igreja que casa padres”, discorre que durante a celebração da missa de Corpus Christi na Praça do Rádio Clube, o arcebispo de Campo Grande, Dimas Lara Barbosa, aproveitou o momento final do sermão para esclarecer uma “polêmica” que surgiu entre os fiéis. Dom Dimas revelou estar sendo cobrado a se posicionar e explicou que a Igreja Católica Apostólica do Brasil, que permite o casamento de padres, nada tem a ver com a Igreja Católica Apostólica Romana. Durante o sermão, o bispo puxou a orelha dos “leitores de título”. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Devido aos comentários e **disseminação de desinformação** sobre o assunto, o arcebispo também enfatizou a importância de se aprofundar antes de tirar conclusões, destacando que o primeiro parágrafo da reportagem já trazia a explicação sobre qual igreja estava sendo mencionada” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O termo aparece relacionado à “disseminação”. O foco da matéria é desmentir desinformações sobre determinado assunto envolvendo a igreja católica e supostas igrejas que ‘casam padres’ que circularam nas redes sociais, com comentários hostis de fiéis. O arcebispo de Campo Grande, Dimas Lara Barbosa, que desmentiu as questões, ainda fez uma crítica aos ‘leitores de títulos’, pedindo que as pessoas pesquisassem mais antes de supor situações.

CGN-149 - Publicada em 17 de junho de 2023, a notícia intitulada “Prefeitura avalia

tirar pediatras de 2 postos de saúde na madrugada” discute a possibilidade da prefeitura de Campo Grande pode deixar dois CRSs (Centros Regionais de Saúde) sem pediatras durante a madrugada. As unidades são do Aero Rancho, bairro mais populoso da cidade, e do Tiradentes. A Sesau (Secretaria Municipal de Saúde) informou que essa é uma proposta e adota o termo remanejar. Já o Sindicato dos Médicos critica a possibilidade. Para cortar gastos, a administração municipal também deve reduzir o total de clínicos e pediatras no período noturno. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Como mencionado, a proposta está em discussão e não houve deliberação em relação a implementação de maneira efetiva. Desta forma, a informação de que esta mudança passaria a vigorar em julho é equivocada, tendo tal publicação cunho político e com objetivo único de **propagar a desinformação**. Todas as medidas têm sido tomadas para assegurar uma melhor assistência à população” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O termo aparece relacionado a ‘propagar’. O assunto gerou desinformação e, portanto, está esclarecendo.

CGN-150 - A notícia publicada em 27 de junho de 2023, intitulada “Professores de MS lotam Assembleia para defender liberdade de ensinar”, discorre sobre o plenário da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul ter ficado lotada de professores, que ocuparam o espaço para pedir respeito à liberdade profissional do ensino em sala de aula, assegurados pela Constituição Federal e pela LDB (Lei de Diretrizes Básicas da Educação). O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“**Desinformação** - Representante da classe na Assembleia, o deputado Pedro Kemp (PT) afirmou que os professores estão com medo de "desenvolver certos conteúdos porque têm alunos sendo orientados para gravar e denunciar os professores” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Além disso, afirma que há uma **desinformação** muito grande sobre o trabalho do professor. "O professor de História tem que desenvolver o conteúdo e é interpretado como se estivesse fazendo política. Mas a disciplina dele exige que fale de política, história, sociologia, da sociedade", exemplifica” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O foco da matéria não é a desinformação. Contudo, o termo aparece em tópico dentro do texto para indicar que há desinformação sobre o trabalho dos professores (assunto que também é alvo frequente de desinformação, na qual os professores são apontados como

‘doutrinadores’ por ensinar), e se desenvolve a partir dessa problemática, principalmente em torno da matéria de história.

CGN-151 - Publicada em 8 de agosto de 2023, a notícia intitulada “Riedel está entre os 7 maiores alvos de *fake news* no país, aponta levantamento” discorre sobre o Governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel (PSDB) aparecer entre os sete maiores alvos de *fake news* no Brasil, de acordo com levantamento realizado por coletivo de veículos de imprensa. O termo aparece quatro vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“A pesquisa foi realizada no âmbito da investigação "Mercenários Digitais", que busca rastrear a rede de **desinformação** na América Latina. O projeto é feito em uma aliança entre os veículos brasileiros Uol e Agência Pública, além de 18 veículos latino-americanos e quatro organizações especializadas em investigação digital, sob a liderança do Clip (Centro Latino-americano de Investigação Jornalística)” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Vítimas da **desinformação** - Alvos mais frequentes identificados são o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com 112 desinformadores, seguido pelo STF, com 46, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), com 14, e o PT (Partido dos Trabalhadores), com 6” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Bolsonaro foi o terceiro alvo, vítima de 14 publicações. A lista de punidos por **desinformação** contra o ex-presidente inclui o próprio Lula, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, o deputado federal André Janones (Avante-MG) e o PT” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“O levantamento contabilizou 314 disseminadores de **desinformação**, sendo 270 pessoas físicas e 44 pessoas jurídicas e órgãos do governo. Nessas decisões, constam sanções que incluem cassação de mandato, ordem de busca e apreensão, retirada de conteúdo falso das redes sociais, bloqueio de contas bancárias e de perfis, além de desmonetização de canais no YouTube e multas” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O termo aparece relacionado a investigação que busca ‘redes’ de desinformação, a ‘vítimas’, ‘punição’ e ‘disseminadores’. O foco da matéria é a pesquisa sobre políticos brasileiros alvos de desinformação, na qual o atual governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, ocupou o 7º lugar. O objetivo é rastrear redes de comunicação na América Latina. O termo aparece para apontar os objetivos, as vítimas, punições e propagadores.

CGN-152 - A notícia publicada em 9 de agosto de 2023 intitulada “Ameaçada de morte, mulher cacique fala de medo e desinformação” discorre sobre a ação promovida pela Deam (Delegacia de Atendimento à Mulher) na Aldeia Água Bonita, em Campo Grande, para

debater as violências sofridas pelas mulheres indígenas e sensibilizá-las da importância da denúncia. O termo aparece uma vez no título. Embora a notícia tenha um tema relevante, o termo só aparece no título, e não é desenvolvido nem apontado o problema envolvendo a desinformação, nem de quais conteúdos se tratava. É utilizado também no corpo do texto “falta de informação”, o que leva a reflexão se a palavra desinformação está ligada a conteúdos intencionais ou a um erro de conceito que quer representar ausência de informação.

CGN-153 - Publicada em 16 de setembro de 2023, a notícia intitulada “Em dia de campanha nacional, pais levam filhos para vacinar na Praça Ary Coelho”, divulgação, a Praça Ary Coelho foi um dos principais pontos de vacinação do "Dia D" em Campo Grande. Durante a ação, autoridades reforçaram a importância da imunização de crianças e adolescentes de até 15 anos. Além disso, adultos também foram contemplados com a vacinação contra a gripe e a covid-19. O termo aparece uma vez como motivação para a queda da cobertura vacinal, além de outras razões e reforça a necessidade de divulgar informação de qualidade. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Além da **desinformação**, Eder aponta que diversos fatores que contribuíram com a queda nas coberturas vacinais. “Nós temos agora uma geração que cresceu sem ver paralisia infantil, sem ver sarampo. Eu sou filho de pais que viveram isso e viam a importância na vacinação. Passei isso para os meus filhos, mas muitos não viram não conhecem, não sentem ou não sentiram o medo da doença. Então nós também precisamos comunicar para as pessoas sobre o risco que essas doenças representam” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

CGN-154 - Publicada em 1 de novembro de 2023, a notícia intitulada “Para aumentar cobertura, calendário digital de vacinação é lançado no País” divulga sobre o Ministério da Saúde oferecer mais uma ferramenta que ajuda a manter a caderneta de vacinação atualizada, o calendário digital está disponível para download no site do governo. A iniciativa é do Movimento Nacional pela Vacinação, lançado em fevereiro pelo Governo Federal, a fim de retomar as altas coberturas vacinais no país. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“De acordo com a ministra da Saúde, Nísia Trindade, a população pode atualizar a caderneta gratuitamente nas mais de 38 mil salas de vacinação disponíveis no país. “A ciência voltou, **o combate à desinformação** voltou e a retomada das altas coberturas vacinais é tema prioritário do nosso governo. Quanto mais pessoas de uma comunidade estão protegidas, menor é a chance de uma doença se propagar” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O termo aparece no último parágrafo na citação direta da Ministra da Saúde Nísia Trindade, indicando que o combate à desinformação objetiva a alta na cobertura vacinal.

Descrição e análises iniciais - ARTIGOS

CGN-155 - Publicado em 3 de janeiro de 2023, o artigo intitulado “Quantas mentiras a democracia suporta?” é crítico sobre as desinformações que circulam no Brasil atrapalhando a democracia, conforme o primeiro parágrafo “Enquanto cada um de nós sonha com um Brasil menos desigual, nos deparamos com notícias falsas que saltam das redes sociais e vão desde supostos “desvios de trilhões de reais”, até “fechamento de igrejas”, além de mentiras sobre “fraudes nas urnas” e tantos outros absurdos que colocam temas como a geração de emprego e renda, o direito à educação e à saúde e o combate à fome em segundo plano no País”. Autor: Ergon Cugler é pós-graduando na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da USP e pesquisador do CNPq. O termo aparece sete vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Em outubro de 2020, escrevi em um artigo no Jornal da USP se “ainda sabemos o que é real em meio a tanta **desinformação?**”. No texto, que entrou para o Caderno do Aluno das escolas do Estado de São Paulo, provoqueei que enquanto 73% dos brasileiros acreditaram em pelo menos uma notícia falsa sobre a pandemia da covid-19, com o avanço das chamadas *deep fakes* (vídeos manipulados e editados), a **desinformação** poderia correr ainda mais e convencer cidadãos desavisados com tamanha sofisticação” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Narrativa & **desinformação** - Avançam os estudos sobre a **desinformação**. Como exemplo, os autores Fallis e Zattar apontam que:

- 1) Toda **desinformação** é uma informação, ou seja, não é a mera ausência de informação, ou sobre uma informação parcial e incipiente; além disso,
- 2) tal **desinformação** é uma informação enganosa, que leva ao equívoco; e, por fim,
- 3) esta informação enganosa tem como objetivo induzir ao erro e maliciosamente conduzir o receptor ao engano. Em resumo, é uma informação com o objetivo de enganar” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Criam-se conflitos, ambiguidades e isso ainda se soma ao mantra de uma suposta imparcialidade política em determinados debates mais técnicos, afastando mais ainda a sociedade da discussão política. Até porque fica mais fácil manter a **desinformação** como prática quando um cidadão não tem acesso à discussão real da sociedade, restando apenas a abstração de teorias da conspiração resumidas a montagens polêmicas e notícias falsas” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O foco do artigo é a desinformação e tece uma crítica frente aos efeitos negativos na democracia brasileira. Faz pontuações relevantes, como o excesso de conteúdo falso nas redes sociais que “vão desde supostos “desvios de trilhões de reais”, até “fechamento de igrejas”, além de mentiras sobre “fraudes nas urnas” e tantos outros absurdos que colocam temas como a geração de emprego e renda, o direito à educação e à saúde e o combate à fome em segundo plano no País”. No texto, o termo vem acompanhado de números de pesquisa que indicam o alto consumo de desinformação no país, usa o termo “mentira” também para se referir ao fenômeno e explica que “longe de precisar de edições sofisticadas, avançam nas redes sociais conteúdos até que verdadeiros, mas que são retirados de contexto, sendo ainda mais difícil de se desmentir e defender a verdade” referente a conteúdos enganosos, reforçando a importância do contexto na hora de verificar determinado fato. O artigo traz as definições dos pesquisadores Fallis e Zattar, e de Wardle e Derakhshan sobre desinformação, autores também utilizados na presente dissertação, e como isso se desdobra em problemas reais em países democráticos. Conclui o raciocínio relatando que enfrentar a ‘mentira’ é um desafio ‘emergente, multidimensional e transdisciplinar’.

CGN-156 - O artigo publicado em 11 de janeiro de 2023, intitulado “Era uma vez ciência e encantamento”, reflete acerca da história da ciência e seu processo “encantador” de construção, e a importância de estender essa visão para quem está fora desse processo, a fim de valorizá-lo. Autor: Peter Schulz foi professor do Instituto de Física "Gleb Wataghin" (IFGW) da Unicamp durante 20 anos. Atualmente é professor titular da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Unicamp, em Limeira. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“O caso de amor vai além, como a autora do artigo publicado na The Atlantic aponta. Artigos publicados em periódicos acadêmicos dedicam-se a entender cientificamente como seria viver na Terra Média. Esse enamoramento sugere que também no nosso século ciência e encantamento podem se entrelaçar. Talvez seja hora de passar isso para a comunicação científica. A luta contra as *fake news* e **desinformação** precisa continuar, mas não podemos esquecer o encantamento com a ciência” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O artigo não tem como foco a desinformação, mas sim a ciência. Nesse sentido, o termo aparece para designar que o enfrentamento à desinformação tem que continuar, mas que também é importante restabelecer o encantamento e respeito pelo fazer científico.

CGN-157 - Publicado em 26 de janeiro de 2023, o artigo intitulado “Um manifesto contra a **desinformação**” faz uma reflexão sobre como a desinformação ameaça regimes democráticos. Autor: Erich Vinicius de Paula é professor associado da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. O termo aparece cinco vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“O viés de confirmação, assim como outros vieses cognitivos, explica porque é tão rara a mudança de opinião em relação a convicções fortes apenas a partir da exposição de fatos. E é sobre este pano de fundo que o fenômeno da **desinformação**, que aqui definiremos como a disseminação de informações incorretas, vem se tornando uma das principais ameaças para os modos de vida em sociedade construídos nos últimos séculos” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Regimes democráticos são mais frequentes em sociedades mais livres e igualitárias, enquanto regimes autocráticos são mais comuns em sociedades violentas e desiguais. Sejam quais forem os protagonistas destas escolhas, elas são construídas a partir de percepções sobre fatos e informações. E é aí que voltamos ao risco que a **desinformação** representa, não apenas para a formação de opiniões individuais, mas para nosso modo de vida em sociedade” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“A luta contra a **desinformação** se tornou, portanto, uma das lutas mais relevantes de nosso tempo, já que suas consequências podem ser ainda mais devastadoras e rápidas do que grandes ameaças contemporâneas como o aquecimento global ou pandemias ainda por vir” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Argumentos como “isso a Globo não mostra”, ou de que grandes jornais seriam “agentes do comunismo”, ainda que risíveis, sustentam-se pelo fluxo massivo de **desinformação** sobre mentes prontas a refutar qualquer visão que desafie suas convicções” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“A luta contra este fenômeno é dura, pois a própria culpabilização dos que difundem de forma deliberada a **desinformação** passa a ser colocada como ameaça a liberdades individuais ou propagada como evidência de uma conspiração gigantesca contra aqueles que buscam o bem, contra os quais a quase totalidade das instituições estaria posicionada. E, assim, estabelece-se um círculo vicioso em que a contestação de mentiras cada vez menos verossímeis alimenta a convicção sobre conspirações em escala planetária contra uma verdade que só se sustenta em bolhas cada vez mais fechadas e agressivas” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O artigo é extenso e tem como foco a desinformação, colocando-o como pano de fundo do fenômeno da desinformação (tratado como grave ameaça à sociedade). Problematiza e coloca a desinformação como centro do debate, desdobra-se sobre a ameaça que representa

para a democracia, e como o enfrentamento ao fenômeno é uma das ‘lutas’ mais relevantes da atualidade. Apresenta características do fenômeno, discorre sobre propagadores, disponibiliza informação sobre o tema e deixa uma reflexão ao final do texto.

CGN-158 - O artigo publicado em 15 de fevereiro de 2023, intitulado “*Fake News, mais educação virtual para a checagem de informações*”, tem tom reflexivo e inicia de forma reflexiva ao indagar determinadas questões “Reflita comigo sobre alguns hábitos modernos que talvez você compartilhe com outros milhões de brasileiros. Na rapidez do momento em que você vê uma notícia que chega pelo WhatsApp, no tempo em que você espera um ônibus ou uma consulta, ou naquela olhadinha durante o treino, seria possível identificar se um conteúdo lido ou recebido é verdadeiro?” e “Já detectou que algum site ou aplicativo coletou seus dados pessoais e passou a te bombardear com vídeos e propagandas que te reforçam suas ideias, mesmo que equivocadas?”. Desenvolve a argumentação sobre o problema da desinformação nos ambientes digitais e a necessidade de ações que vão contra tal lógica. Autor: Eric Fernandes de Mello Araújo é professor adjunto no Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Lavras. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Se você disse sim para pelo menos uma das perguntas acima, não se sinta só. O **problema da desinformação** atinge a todos nós e, cedo ou tarde, iremos cometer deslizes. Parte dos deslizes cometidos atingem apenas a nós mesmos, ao reforçar uma opinião errada que se confirma por meio de notícias tendenciosas e falsas” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“O uso de aplicativos para informação pessoal em um contexto no qual as pessoas não se conhecem aumenta potencialmente as chances de **espalhamento de desinformação** em massa. É importante ressaltar que as pessoas que usam grupos no *WhatsApp* e *Facebook* também confiam menos na mídia tradicional, e buscam com mais frequência sites com conteúdo partidário, o que acaba reforçando as famosas bolhas, nas quais o círculo de informações do indivíduo não apresenta nenhuma ideia contraditória, dando a impressão de que o indivíduo está completamente correto em todas as suas ideias e convicções” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O foco do artigo é a desinformação. O texto é extenso, traz perguntas iniciais em tom reflexivo sobre verificação de informações recebidas em plataformas digitais, e indica que a desinformação atingirá a todos os cidadãos em algum momento. O termo correlato ‘*fake news*’ e sua tradução ‘notícias falsas’ também é utilizado para designar o problema. Explica que os conteúdos falsos são construídos para ‘legitimar um ponto de vista ou prejudicar uma

pessoa ou determinado grupo' e causa danos à própria pessoa que interage diariamente com esse tipo de má informação. Problematisa o uso das plataformas digitais e indica que esses meios possibilitam e permitem o consumo de conteúdo falso que vai de encontro com nossas convicções arraigadas numa velocidade rápida.

CGN-159 - Publicado em 19 de fevereiro de 2023, o artigo intitulado “Um projeto nacional-regional de leiturização em suportes gráficos e eletrônicos” é extenso e busca responder às seguintes perguntas: “Começamos por algumas perguntas que não querem calar: por que temos um número tão alto de crianças que não conseguem atingir o nível de leitura suficiente para se tê-la como ferramenta de novas aprendizagens e de exercício da cidadania? Por que as políticas educacionais não alcançam o efeito desejado nesses estritos campos do ensino das bases para a leitura proficiente e para o domínio da matemática? Tais políticas são ineficientes ou se sujeitam à estrutura preexistente da tradição, de tal modo a não se conseguir propor nada além de alguns cursos de “formação continuada”? Seria possível pensar uma política capaz de enfrentar a complexidade que a educação contemporânea demanda, levando em conta os avanços da ciência, das culturas, dos meios e suportes digitais?” Autor: Claudemir Belintane é professor da Faculdade de Educação da USP. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“É importante que se exijam delas densas colaborações em uma campanha nacional de alfabetização e de ensino das bases da matemática – não é possível que vão continuar a vida toda deseducando, sem o menor compromisso com a educação. Talvez, com o tempo, até se possa pensar em um imposto sobre a **desinformação** que essas concessionárias proporcionam cotidianamente – o entretenimento excessivo e repetitivo tem que ser revisto e deve ser limitado – não fazem isso com as drogas?!” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O foco do artigo não é a desinformação, mas sim os níveis de alfabetização dos cidadãos brasileiros, e o termo aparece como sugestão/ideia para cobrar imposto sobre a desinformação proporcionada por concessionárias.

CGN-160 - Publicado em 1 de abril de 2023, o artigo intitulado “Sou mais a gente” discute sobre as redes sociais e a desinformação. Autor: Bruno Lara é jornalista e pesquisador. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“No início das redes sociais havia um otimismo com as enormes possibilidades deste novo recurso digital. É fato que esses instrumentos trouxeram melhorias para as nossas vidas, como facilidade de comunicação e interação, acesso à informação etc. Hoje o nosso olhar sobre as redes não é tão ingênuo. Já amargamos os efeitos colaterais do seu enraizamento na vida social. Um deles é a **desinformação** e, como consequência, um deslocamento da realidade” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O foco do artigo não é a desinformação. O termo aparece na introdução do artigo como contextualização do momento atual referente ao ambiente digital, indicando que as redes sociais têm pontos positivos e negativos sendo um deles a desinformação. Aponta a consequência disso na realidade como ‘deslocamento da realidade’. No desenvolvimento do texto o termo correlato ‘fake news’ é utilizado e o assunto se desdobra a partir da problemática da desinformação nas redes sociais.

CGN-161 - O artigo publicado em 5 de maio de 2023, intitulado “Uso Racional de Medicamentos”, faz reflexões sobre o “Dia Nacional do Uso Racional de Medicamentos (5 de maio), idealizado por estudantes de farmácia em um momento revolucionário no país. Com a Lei nº 9.787/99 foram criados os medicamentos genéricos, buscando ampliar as opções e o consequente acesso a diferentes marcas e preços de medicamentos disponíveis no mercado. Autora: Camila Alves Arede é professora de farmácia na Faculdade UnB Ceilândia. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“[...] A **desinformação** da população em relação ao uso de medicamentos era grande. Assim, o Dia Nacional do Uso Racional de Medicamentos mobilizou estudantes e profissionais farmacêuticos a alertarem a população sobre a automedicação e seus riscos para a saúde” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Na disciplina de Autocuidado, ofertada para idosos pela UniSER - programa de extensão da UnB -, diferentes histórias são compartilhadas sobre o uso inadequado de medicamentos ou sem a correta orientação e a **desinformação** sobre armazenamento e descarte corretos desses produtos. Além disso, não se pode ignorar o uso de produtos ou terapias com falsas promessas e sem comprovação científica e até relatos de apreensão dos fabricantes pela polícia por estarem longe de cumprir a legislação vigente” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O foco do artigo não é a desinformação. O termo aparece para indicar que propósito da data é exatamente levar informação à população desinformada, e que há desinformação sobre armazenamento, uso e descarte de medicamentos.

CGN-162 - Publicado em 10 de maio de 2023, o artigo intitulado “A fase aguda da covid ficou para trás, mas o momento é de reflexão”, como sugere o título, reflete sobre os números de mortos da Covid-19, encerramento de regras sanitárias, importância e números da vacinação e temas semelhante. Autor: Luiz Carlos Dias é Professor Titular do Instituto de Química da Unicamp. O termo aparece quatro vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Durante a pandemia, infelizmente, nós vimos o pior do ser humano. Políticos, alguns jornalistas e órgãos de imprensa, líderes religiosos, ex- atletas disfarçados de jornalistas ligados à mídia de extrema direita, pseudocientistas, alguns médicos, alguns órgãos e conselhos de classe, todos unidos ao movimento antivacina, alimentando uma onda anticência que plantou dúvidas na população e dificultou em demasia o combate efetivo à pandemia, espalhando mentiras, *fake news* e **desinformação**, contribuindo para matar pessoas” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Os negacionistas contribuíram para a morte e o adoecimento de muitas pessoas. Perdemos vidas que não eram para terem sido perdidas, pessoas que foram abandonadas por um governo negacionista. Eu escrevi no Jornal da Unicamp sobre o **processo de desinformação** e disseminação de fake news levado a cabo por órgãos oficiais do governo federal, atentando contra a saúde da população brasileira. E todos os que adotaram um discurso antivacina devem ser colocados na lata de lixo da história” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Mas, mesmo com o sucesso das vacinas ao controlar a pandemia, aquelas pessoas continuam firmes e de plantão no propósito de mentir, muitas delas para defender uma narrativa da extrema direita que **prega desinformação e ódio** com vistas a alimentar seu projeto de poder. Alguns porque têm projetos políticos, outros porque querem só faturar, como esses picaretas e charlatões sem solidariedade que cobram por falsos tratamentos de “detox vacinal” para eliminar os componentes supostamente tóxicos presentes nas vacinas. Vacinas que foram exaustivamente estudadas, que foram aprovadas por agências reguladoras do mundo inteiro e que nos tiraram dessa pandemia” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“E nós vencemos o negacionismo e o movimento antivacina então crescente no Brasil. No entanto, apesar de todo esse esforço, nós derrapamos na vacinação infantil e na aplicação da vacina bivalente. Precisamos continuar essa luta insana **contra a desinformação**. Chega de negacionismo de um desgoverno baseado em mentiras e *fake news*” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O artigo, como o próprio título sugere, é de tom reflexivo sobre a desinformação propagada durante a pandemia de Covid-19 por atores sociais políticos de extrema direita. O texto relaciona a questão ao negacionismo científico, o movimento antivacina e argumenta que os conteúdos falsos e conspiratórios foram disseminados por ‘órgãos oficiais do governo

federal, atentando contra a saúde da população brasileira’ e reforça o papel ativo da extrema direita nesse contexto. Ao final, o termo aparece como necessidade de continuar o combate à desinformação mesmo após os períodos mais difíceis passarem, enaltecendo a atuação do SUS, do Butantan, da Fiocruz, das universidades públicas e da ciência nesse contexto.

CGN-163 - O artigo publicado em 2 de julho de 2023, intitulado “Os reflexos causados pelo uso do ChatGPT”, discute sobre a “moeda de duas faces” do ChatGPT - “A implementação dessas ferramentas é, todavia, uma “moeda de duas faces”. De um lado, o uso de Inteligência Artificial enseja diversos benefícios relacionados à automatização de tarefas repetitivas, a um aumento de produtividade, a possíveis reduções nos custos operacionais, etc. De outro, ela pode acarretar diversos danos, os quais requerem uma atenção maior, uma vez que o ordenamento jurídico no estado em que se encontra não se mostra suficiente para atender à demanda relacionada ao processo de utilização da IA.” A autora também pontua que é nítido que o uso indevido do ChatGPT pode ensejar consequências negativas no que tange, por exemplo, ao processo de aprendizado de estudantes, bem como à formação e ao desenvolvimento de profissionais das mais diversas áreas. Autora: Ana Clara Reolon Maarouf é graduanda em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Ao atender ao comando dado pelo usuário, o ChatGPT não indica as fontes das informações utilizadas, impedindo que os usuários possam atestar a confiabilidade da fonte e a veracidade dos dados – que são, em geral, extraídos de conteúdos disponíveis na web. Decorre daí a maior suscetibilidade de utilização de informações falsas, desatualizadas ou, ainda, incorretas, em razão de serem retiradas de contexto, podendo levar à **disseminação da desinformação**” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O termo aparece relacionado à disseminação. O foco do artigo não é a desinformação em si, mas explica e alerta sobre as possibilidades de desinformação no uso do ChatGPT, problematizando a questão do uso da inteligência artificial para facilitar tarefas.

CGN-164 - Publicado em 10 de julho de 2023, o artigo intitulado “A competência em informação no ensino superior brasileiro” é sobre o acesso às informações e a forma como se lida com elas têm passado por intensas mudanças. Além disso, a emergência de tecnologias que agilizam o fluxo dessas informações causou mudanças já bem conhecidas nos âmbitos social, econômico e cultural. E afunila para o impacto na atuação do bibliotecário, um

profissional cujo objeto de trabalho é a informação. Autora: “Renata Farias Machado é graduada em Biblioteconomia e também possui formação de nível Técnico em Biblioteconomia pelo IFRS – Câmpus Porto Alegre”. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Hoje esse profissional atua em iniciativas para combater a **desinformação** e todos os seus malefícios. Nesse sentido, a competência em informação é fundamental para esses profissionais, pois consiste em um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes voltados para identificar, localizar, avaliar e utilizar eficazmente a informação, sempre com uma perspectiva reflexiva, consciente, crítica e responsável” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“A partir desses resultados e da **emergência da desinformação**, percebe-se a necessidade de abordar esse assunto na formação do bibliotecário de forma a desenvolver, aprimorar e dar subsídios para que esse profissional possa promover a competência em informação entre o público com o qual atua” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O foco do artigo não é a desinformação. O termo aparece para indicar que os profissionais da área da informação hoje têm um papel importante e ativo no combate à desinformação, e indica que o assunto está sendo abordado por isso.

CGN-165 - O artigo publicado em 30 de julho de 2023, intitulado “A Importância da Regulamentação da Inteligência Artificial no Contexto Eleitoral”, traz uma argumentação favorável a regulamentação da IA no Brasil para proteger o processo eleitoral. O texto aponta que a maioria das pessoas entende regulamentação como censura, e o autor diz ser contrário a este pensamento. Autor: Marcelo Senise é socio Fundador da Comunica 360°, Sociólogo e Marketeiro, especialista em comportamento humano e em sistemas emergentes, Big Data e Inteligência Artificial. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Contudo, o uso da IA no contexto eleitoral também apresenta desafios éticos significativos. A manipulação de dados, a privacidade, a **disseminação de desinformação** e a influência algorítmica são questões que podem comprometer a integridade do processo democrático. A falta de transparência nas decisões tomadas pelos algoritmos pode gerar desconfiança e minar a confiança do eleitorado no sistema eleitoral” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Uma regulamentação adequada da IA no contexto eleitoral traz diversos benefícios. Ela pode garantir a transparência das práticas algorítmicas, exigindo a divulgação dos critérios e processos utilizados para tomada de decisões. Além disso, a regulamentação pode promover a proteção dos dados

dos eleitores, prevenir a **disseminação de desinformação** e assegurar igualdade de oportunidades para todos os candidatos. Ao criar um ambiente regulatório confiável, a regulamentação contribui para a integridade e a confiança do eleitorado no sistema eleitoral” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O foco do artigo não é a desinformação em si, mas o fenômeno aparece como um dos desafios éticos advindos com a inteligência artificial, principalmente em períodos eleitorais. O artigo argumenta a favor da regulamentação e explica as razões para tal, indicando uma forma de prevenir a disseminação da desinformação.

CGN-166 - Publicado em 1 de agosto de 2023, o artigo intitulado “O poder da inteligência artificial no cruzamento entre ChatGPT e *deepfakes*” discute o potencial de disseminação de desinformação por parte de inteligências artificiais como o ChatGPT. Autora; Magaly Prado, pesquisadora na Cátedra Oscar Sala, do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP. O termo aparece três vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Após a explosão de dados — matéria-prima de uso indiscriminado — nas últimas décadas, sabemos dos potenciais riscos à democracia ocasionados pela IA. A situação seria agravada pela conjuntura de crise da informação, crescente polarização social e política nas bolhas digitais, vigilância em ascensão e falta de proteção a nossos dados. Além disto, que softwares como o ChatGPT — treinados com big data para encontrar padrões estatísticos e determinar pesos e medidas — são perigosamente sofisticados para a superindústria da **desinformação** é algo pacificado nesta era pós-factual” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Quando do advento das *deepfakes*, imaginávamos que elas seriam o auge da **desinformação**” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Afinal, os dados com que a IA trabalha são, em muitos casos, extraídos da própria internet, acarretando possíveis deformidades intencionais, como ocorrências tendenciosas de todo o leque de **desinformação** e toxicidade. Isto inclui, ainda, narrativas extremistas de todo tipo e seu subsequente uso nocivo por pessoas imprudentes — ou, pior, de má índole —, alimentando erros e espalhando parâmetros que passam a integrar o próprio algoritmo de nossos pensamentos” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O foco do artigo é a desinformação (*deepfakes*) na era da inteligência artificial e os perigos que isso representa para a democracia. Ao considerar que a crença em conteúdo falso já ocorre mesmo com produções de baixa qualidade, com a criação de conteúdos falsos com alto nível de verossimilhança o cenário piora. O termo aparece para indicar que a Inteligência

Artificial oferece potenciais riscos à democracia, agravada pela crise da informação, polarização social e política nas bolhas digitais. O texto ainda traz outras reflexões sobre a inteligência artificial, e argumenta que os dados que a IA utiliza são extraídos da própria internet, o que favorece conteúdos falsos e tóxicos (extremistas, ódio).

CGN-167 - O artigo publicado em 31 de agosto de 2023, intitulado “Nutrição: muito mais que projeto verão”, discute sobre o dia do Nutricionista e os desafios enfrentados pelos profissionais no contexto brasileiro. Autor: Emerson Duarte é nutricionista esportivo em Mato Grosso do Sul. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Dia 31 de agosto, Dia do Nutricionista, seria essa, uma data digna de comemoração? A profissão nutricionista carrega uma missão cada vez mais difícil, de informar com responsabilidade sobre os processos que envolvem uma alimentação adequada. Mas **as barreiras são inúmeras, vão desde a desinformação** corrente nas mídias sociais, passando pelo terrorismo nutricional, até às condições sociais que não garantem o mínimo na mesa de milhares de brasileiros” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O foco do artigo não é a desinformação. O termo aparece no lead relacionado aos desafios enfrentados pelos nutricionistas em uma era que pesquisa e acredita em tudo que está na internet. Indica que desinformação é uma das barreiras enfrentadas.

CGN-168 - Publicado em 11 de setembro de 2023, o artigo intitulado “A importância da educação no combate à desinformação” discorre sobre o combate à desinformação pela perspectiva da educação, o termo aparece sete vezes contando com o título. Autora: Patricia Blanco é formada em Relações Públicas pela Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, com Pós-graduação em Marketing pela ESPM. O termo aparece sete vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: Título;

“A **desinformação** é um problema crescente na sociedade moderna. Com a facilidade de acesso a ferramentas tecnológicas ultramodernas e de fácil aplicação e com a ampla oferta de canais de distribuição de alto impacto – redes sociais, por exemplo –, está cada vez mais fácil espalhar informações falsas e enganosas. O que temos visto nos últimos tempos é uma avalanche de conteúdos fraudulentos de todos os tipos, capazes de gerar consequências graves, como distorção da opinião pública, manipulação de eleições, problemas de saúde pública e até mesmo violência” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Se, por um lado, a ampliação dos espaços de participação é positiva e deve ser comemorada, há também uma faceta negativa nesse movimento: nem todos têm a mesma habilidade para discernir entre verdadeiro e falso, para diferenciar informação factual de opinião, sátira de humor, boato de achismo, nem tiveram tempo ou aprendizados para usar esses novos meios com responsabilidade e consciência. E os desafios não param por aí. A chegada da inteligência artificial (IA) generativa e todas as suas infinitas possibilidades de utilização tornam o combate à **desinformação** cada vez mais árduo e complexo” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“O fato é que não existe uma bala de prata capaz de acabar com o fenômeno da **desinformação**. É preciso ir além da busca por uma solução mágica e atacar o problema de forma holística e multidisciplinar. É necessário avançar em soluções de longo prazo, que preparem o indivíduo não apenas para os desafios atuais, mas também para os que possam surgir no futuro, principalmente com a cada vez maior digitalização da nossa sociedade” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“É neste sentido que a educação midiática se torna não só uma aliada, como também uma das ferramentas mais importantes no combate à **desinformação**. Ao fornecer aos cidadãos as habilidades necessárias para avaliar a informação de forma crítica, diferenciar gêneros textuais e tipos de mídia, avaliar a credibilidade das fontes de informação e identificar os preconceitos na mídia, a educação ajuda a reduzir a vulnerabilidade a conteúdos fraudulentos na medida em que aumenta a capacidade de questionar uma informação antes de acreditar nela ou mesmo de passá-la à frente” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Significa também aprender a utilizar a tecnologia para participar da sociedade de forma ética, promovendo a empatia, reconhecendo e respeitando a diversidade de vozes e combatendo o discurso de ódio e a intolerância. Para além do combate à **desinformação**, esse entendimento ajuda no aproveitamento das oportunidades que o ambiente digital proporciona, visando principalmente ao fortalecimento da autoexpressão, ao protagonismo jovem e ao exercício da cidadania” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“O que precisamos agora é abrir cada vez mais espaço para a educação midiática nos currículos escolares, seguindo o exemplo bem-sucedido da Finlândia, que implementou políticas públicas eficazes para formar midiaticamente crianças e jovens, desenvolvendo neles as habilidades relativas ao pensamento crítico. O país nórdico é hoje o campeão, pela sexta vez consecutiva, em resiliência à **desinformação e ao fenômeno da pós-verdade**, segundo o Media Literacy Index, medido pelo Open Society Institute de Sofia (Bulgária)” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O foco do artigo é o combate à desinformação a partir da perspectiva da educação midiática. O texto é informativo, educativo e reflexivo. O termo aparece, além do título, no lead como um problema inflado pela Internet e as plataformas digitais na sociedade atual, e que a IA dificulta ainda mais a questão. Explica que não há uma solução específica para combater o fenômeno, mas sim diversas ações coordenadas em conjunto. Coloca a educação

mediática como ferramenta essencial no combate à **desinformação**, explicando brevemente o que ela ensina e proporciona de habilidades aos cidadãos.

CGN-169 - O artigo publicado em 14 de setembro de 2023, intitulado “Consciência coletiva em rede para combater a desinformação”, argumenta sobre a necessidade de enfrentamento à desinformação, discorre sobre a tecnologia digital e a distribuição de desinformação nesses ambientes, fomento ao ódio e outros aspectos e atividades nocivas à sociedade”. Autora: Ana Regina Rêgo é professora e pesquisadora da Universidade Federal do Piauí. O termo aparece doze vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: Título;

“A criação da rede mundial de computadores e toda complexidade tecnológica que a envolve e que sofre aperfeiçoamento constante possibilitaram o nascimento de uma cultura virtual compartilhada, que guarda em si tanto potências positivas, disruptivas e transformadoras como possibilidades de exploração humana, mercantilização e **distribuição de desinformação**, fomento ao ódio e outros aspectos e atividades nocivas à sociedade” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Embora neguem intencionalidade em promover **desinformação**, as plataformas têm efetivamente fomentado tal prática em seus espaços, considerando a monetização permitida de conteúdos desinformativos, que muitas vezes carregam também ódio, machismo, racismo e violência, gerando um lastro de nocividade e até mesmo de práticas ilegais. É importante demarcar que, em nossa visada, a **desinformação** para além de um conceito (complexo) é, antes, um fenômeno social coletivo potencializado pelas permissividades adotadas pelas plataformas digitais para produção e circulação de conteúdos de terceiros” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Nesse cenário, as plataformas recomendam tais conteúdos e, ainda, em muitos casos, acatam o impulsionamento da **desinformação**, permitindo que alcancem um público infinitamente maior do que pelo engajamento orgânico que poderiam ter, caso se mantivessem sem a injeção de recursos financeiros” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“A **desinformação** potencializa-se nesse contexto de vida digital, tornando-se sistêmica, permeando em muitos cenários, dominando o maior número de conteúdos em circulação em redes sociais e aplicativos de mensageria. A receptividade social desse tipo de conteúdo se dá com maior potência, tendo em vista que sua composição narrativa convoca afetos positivos e negativos, emoção e opinião, acessando outros regimes de verdade social” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Foi nesse cenário de potencialização do fenômeno da **desinformação**, composto em grande medida por mentiras, pelas famosas *fake-news*, por narrativas de composição morfológica híbrida que mesclam fatos, mentiras e descontextualizações espaciais e temporais dos acontecimentos, que inúmeras iniciativas da academia e da sociedade civil surgiram em todas as

regiões brasileiras com o objetivo de combater as diversas dimensões que compõem o fenômeno” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“A Rede Nacional de Combate à **desinformação** (RNCD) surgiu em setembro de 2020, em plena pandemia e em meio às eleições municipais. Nascida a partir de inquietações nossas, aprofundadas em um pós-doutorado na UFRJ cuja pesquisa resultou também na publicação do livro” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“O monitoramento de mídia que atuou de forma ininterrupta durante o pleito de 2022 é realizado por alguns de nossos parceiros e tem contribuído de forma decisiva para identificar os principais focos e combater a **desinformação** nas plataformas” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Já a pesquisa, por sua vez, é também um campo de atuação privilegiado. Na RNCD estão mais de 30 grupos e núcleos de pesquisa que atuam na tentativa de desvendar o fenômeno da **desinformação**, como também temáticas periféricas” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O foco do artigo é o combate à desinformação. O termo aparece durante todo o artigo, começando com a contextualização da desinformação contemporânea, responsabiliza as plataformas digitais por impulsionar e disseminar conteúdos falsos, e explicando o conceito na práxis. Cita pesquisas e tentativas de monitoramento do fenômeno nas redes e reforça necessidade de enfrentamento.

CGN-170 - Publicado em 14 de setembro de 2023, o artigo intitulado “Ética e interesse público em tempos de infodemia” faz uma reflexão exatamente sobre o que o título sugere. Autor: Marco Schneider é pesquisador do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, professor da Universidade Federal Fluminense. O termo aparece três vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Nossa época é marcada por uma proliferação sem precedentes de **desinformação**, em termos de quantidade, variedade, customização, capilaridade, velocidade, escala e ubiquidade, ao ponto de terem sido cunhados e popularizados nos últimos anos termos como pós-verdade, fake-news e infodemia para designar fatores que se retroalimentam” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Pós-verdade designa uma situação na qual crenças pessoais têm mais peso na formação da opinião pública do que evidências ou argumentos racionais. Fake-news são informações falsas produzidas com aparência de notícias jornalísticas, em geral do tipo sensacionalista, e que circulam principalmente nas mídias digitais. O termo também é empregado, por parte de quem se sente incomodado, para desqualificar notícias jornalísticas que incomodam. **E infodemia é a desinformação em escala pandêmica e com efeitos**

infodêmicos, gerando caos cognitivo em parte substancial da opinião pública. E morte” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Na ética da informação, especialmente na ética jornalística, a questão geral se particulariza na eventual contradição entre três compromissos: com a liberdade de expressão, com a objetividade e com o interesse público. São todos valores dignos de apreço, defesa e promoção. Com muita frequência, formam um trio virtuoso de valores complementares. É o caso do melhor jornalismo. O oposto disso é a propagação infodêmica de fake-news e de outras modalidades de **desinformação**” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O foco do artigo não é a desinformação, mas o tópico perpassa toda a discussão principal (ética da informação/jornalismo e interesse público). O termo aparece para contextualizar nossa época, e relaciona-o aos conceitos de ‘pós-verdade’; *‘fake news’* e ‘infodemia’ (o autor tenta definir sucintamente cada um deles). O autor relaciona também a extrema direita e agentes (como empresários e acionistas das grandes plataformas digitais de comunicação) que possibilitam e patrocinam discursos de ódio, neofascismo, negacionismo científico e revisionismo histórico, e recusam as modalidades de regulação em nome da ‘liberdade de expressão’ (uso da bandeira como escudo para disseminação de mentiras e discurso de ódio). A partir deste ponto, argumenta a necessidade de exercer e pensar eticamente a construção de conteúdo informativo de interesse público. O texto reforça que o espaço é curto para o tamanho extenso do debate/problema.

CGN-171 - O artigo publicado em 7 de outubro de 2023, intitulado “É preciso dizer o óbvio: a crise climática não é *‘fake news’*”, discorre sobre o **negacionismo climático**, define o conceito e escreve exemplos. Autor: Ergon Cugler, pós-graduando na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da USP e pesquisador do CNPq. O termo aparece três vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“É bem provável que se este texto for compartilhado em alguma rede social, virão comentários dizendo que “o aquecimento global é uma invenção das universidades públicas”, ou que “a crise climática é uma teoria de dominação dos globalistas”. No entanto, enquanto nós nos questionamos se ainda sabemos o que é real em meio a tanta **desinformação**, algumas pessoas e comunidades parecem ter cada vez mais certeza sobre as suas próprias “versões dos fatos”. Não à toa, reproduzem diariamente teorias da conspiração e impactam não apenas nas redes, mas também fora delas. Enquanto isso, fica a questão, quem ganha com o avanço do negacionismo climático?” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Sem dar voltas. **Para combater a desinformação e o negacionismo climático, é preciso ir direto ao ponto e dizer em alto e bom som que a crise climática não é fake news.** Mais do que isso, se antes achávamos que era uma questão para as futuras gerações, agora sabemos que se trata de algo do presente e que já vivemos efeitos colaterais” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Em síntese, para lidar com a crise climática e combater o negacionismo, devemos reforçar a educação ambiental e científica para aumentar o engajamento da sociedade e cobrar ações dos países que assinam inúmeros acordos internacionais, mas hesitam em cumpri-los. Além disso, temos de combater a desinformação por meio da promoção de informações confiáveis e baseadas em evidências, agindo mais incisivamente com sanções contra corporações que financiam disputas **(des)informacionais** por interesses comerciais. Há que se exigir que os países cumpram seus compromissos climáticos e implementem políticas eficazes e, então, reconhecer que a crise climática é um problema macrossistêmico, não reduzido apenas a ações individualizadas” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O foco do artigo é justamente discutir o fato de que crises climáticas são alvos constantes de desinformação e negacionismo científico. O texto apresenta exemplos de desinformações e contrapõe com argumentos ao apresentar o conceito de negacionismo científico. É incisivo e escreve a conclusão de forma crítica e apelativa ao apontar e incentivar o ‘combater a desinformação’.

CGN-172 - Publicado em 24 de outubro de 2023, o artigo intitulado “Lei de Alienação Parental sob nova proposta de revogação” discorre sobre a Lei de Alienação Parental estar ameaçada de revogação. Autor: Jorge Trindade é advogado, psicólogo e pós-doutor em Psicologia Forense. O termo aparece uma vez para apontar a possibilidade de desinformação sobre determinadas ideias envolvendo o tema. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Cabe ainda refletir sobre a **possibilidade de desinformação** sobre as ideias de Gardner pelo fato de suas observações estarem inseridas em contexto da separação de casais e dentro sistema adversarial de disputas que se encerra com um vencido e um vencedor. Nessa arena, transitam argumentos descompromissados com a ciência” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

CGN-173 - O artigo publicado em 10 de novembro de 2023, intitulado “Inteligência artificial, jornalismo e desinformação” discute sobre inteligência artificial e sua aplicação no jornalismo. Autor: Herton Escobar é jornalista especializado em Ciência e Meio Ambiente e repórter especial do Jornal da USP. O termo aparece sete vezes. A(s) unidade(s) de registro e

contexto são: Título;

“A IA pode ser usada para automatizar tarefas repetitivas, como a verificação de fatos, a análise de dados e a produção de notícias em grande escala. Além disso, a tecnologia pode ajudar a detectar e corrigir erros e **desinformação**, tornando o jornalismo mais confiável” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Esta ferramenta será a ferramenta mais poderosa para espalhar **desinformação** que já existiu na internet”, disse Gordon Crovitz, codiretor-executivo da NewsGuard, uma empresa que **monitora desinformação** online, em entrevista para uma reportagem sobre o tema no jornal The New York Times. “A elaboração de uma nova narrativa falsa agora pode ser feita numa escala dramática e com muito mais frequência – é como ter agentes de inteligência artificial que contribuem para a **desinformação**” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“ChatGPT - A inteligência artificial está mudando a forma como as pessoas consomem e compartilham informações na internet. Infelizmente, essa tecnologia também pode ser usada para disseminar notícias falsas e **desinformação**” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Os riscos envolvidos na geração e disseminação de notícias falsas são amplos e preocupantes. A **desinformação** pode levar a decisões equivocadas, afetar a opinião pública e até mesmo provocar instabilidade política e social” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

A discussão principal do artigo é a problemática articulação entre inteligência artificial, jornalismo e desinformação. O texto apresenta pontos positivos e negativos da IA no contexto do fazer jornalístico e os debates que circundam a questão. Indica um ponto de reflexão quanto a base de dados do ChatGPT (internet) formada por conteúdos bons, ruins e falsos. Ou seja, a ferramenta pode ser usada para disseminar desinformação.

CGN-174 - Publicado em 22 de novembro de 2023, o artigo intitulado “O desconhecimento é pior que o fogo” discorre sobre os incêndios que ocorrem na região do Pantanal. Autor: Nelson Araújo Filho é Coordenador do Instituto Agwa. O termo aparece uma vez. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“No mais recente episódio de incêndio e ocorrendo em parte da planície pantaneira, assistimos com apreensão as diversas versões que divulgam os grupos de interesses. Os conflitos, seus erros sistemáticos no estágio atual, não estão construindo solução que a preservação do patrimônio natural demanda diariamente. **A desinformação dá cor ao alarde.** A começar pelo fato de que o Pantanal não está sendo consumido por incêndios. Existem focos sim, mas exclusivos de uma parte menor da planície, sem atividade econômica, isolada, desabitada e de difícil acesso (não por coincidência,

ocupada grandemente por reservas públicas e particulares: reino do proibido e o paraíso do fogo). Um pantanal diferente e desconhecido” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O foco do artigo não é a desinformação, mas sim as queimadas do Pantanal. O termo aparece para indicar que a desinformação causa alarde sobre a situação.

CGN-175 - O artigo publicado em 23 de novembro de 2023, intitulado “Nudes, desinformação e *fake news*”, discorre de forma reflexiva sobre o caso ocorrido no início de novembro em que 25 alunas de um colégio no Rio de Janeiro foram vítimas de nudes falsificados. As fotomontagens delas foram difundidas nas redes sociais e o alcance só não foi maior porque um aluno - apenas um - denunciou a manipulação. Autora: Thaís de Mendonça Jorge é professora do Departamento de Jornalismo (FAC) e foi Secretária de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). O termo aparece onze vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são: Título;

“A "brincadeira" ou a manipulação da imagem - no colégio carioca, assim como em outras situações recentes envolvendo pessoas famosas - constitui um ato de fraude: uma categoria particular de informação falsa em formas cada vez mais diversas de **desinformação**, inclusive em formatos de entretenimento como memes visuais” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“O termo “informação incorreta” se refere a informações enganosas criadas ou disseminadas sem intenção manipuladora ou maliciosa. Pode ser a minha tia replicando um vídeo do avanço da maré na praia de Copacabana incrementado com imagens do tsunami na Ásia. Tanto a **desinformação** proposital como a informação incorreta são problemas para a sociedade, porém a **desinformação** é particularmente perigosa pois é elaborada por pessoas, valendo-se de tecnologia automatizada capaz de chegar aos rincões mais distantes deste planeta” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Trata-se de um terreno perigoso e pantanoso porque as falsas notícias divulgadas costumam ser gratuitas: usuários que não podem pagar por jornalismo de qualidade ou que não têm acesso a meios de comunicação independentes são especialmente vulneráveis à **desinformação** e informação incorreta” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Dentro desse ecossistema que evolui com rapidez sem que tenhamos controle, o papel dos jornalistas e dos meios de comunicação é relevante. Estamos em meio a uma guerra. Tão sangrenta quanto a da Ucrânia ou a da Faixa de Gaza. Esta guerra também provoca mortes: só no Brasil foram mais de 700 mil as vítimas da pandemia de Covid-19, parte delas **devido à desinformação**, mentira e ignorância” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“A **desinformação** e a informação incorreta são diferentes do jornalismo de qualidade, que cumpre com a ética e normas profissionais. Ao mesmo tempo, esse fenômeno também é diferentes dos casos de jornalismo ruim. O mau jornalismo inclui, por exemplo, erros contínuos sem correção, derivados de pesquisa e verificação malfeitas ou displicentes” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“O jornalismo precisa se antecipar na denúncia da **desinformação**. Assim como a academia, precisamos ser proativos para revelar tipos de **desinformação**, máquinas de **desinfor-mação** e os meandros delas. Precisamos estudá-las, conhecê-las para poder dominá-las. Isto, somado à educação formal qualificada e à alfabetização midiática, ao capacitar o público a distinguir o que é notícia e **desinformação**, pode prevenir males maiores” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O foco do artigo é a desinformação possibilitada pela inteligência artificial relacionada à manipulação de imagens. Explica que em um ecossistema incontrolável de desinformação, o papel do jornalismo é relevante, mas que há um descrédito nas instituições e ‘na própria existência fora do digital’, argumentando que talvez seja a razão para a naturalização do que é fake - ‘pelo uso do *deepfake*, da inteligência artificial incorporada ao cotidiano. Também discorre a diferença da desinformação e do mal jornalismo, e conclui indicando que precisa haver um trabalho incisivo perante o enfrentamento à desinformação junto à educação formal qualificada e à alfabetização midiática.

CGN-176 - Publicado em 28 de novembro de 2023, o artigo intitulado “*Fake news* e liberdade de expressão” faz desdobramentos sobre a “linha tênue” (não tão tênue assim) que circunda pelo polêmico Projeto de Lei 2.630/2020 que visa a regulação das plataformas digitais. Autor: José Eduardo Campos Faria é professor da Faculdade de Direito da USP. O termo aparece duas vezes. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Em pouco tempo, porém, ficou claro que a democratização do acesso à informação abriu caminho para o **paradoxo da desinformação**, para a manipulação e para o engodo, tanto em decorrência dos abusos cometidos em nome da liberdade de expressão quanto pela própria natureza dos novos espaços públicos” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso);

“Como a liberdade de expressão é um dos pilares da democracia, tentar regular as redes sociais para **combater a desinformação** advinda de *fake news*, como pretende o PL 2630/2020, sempre envolve riscos. Ele tenta conter o poderio econômico das grandes empresas de tecnologia e responsabilizar plataformas como *Facebook*, Google, Telegram e Twitter pela disseminação de conteúdo criminoso” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

O artigo discute sobre a polêmica envolvendo a regulação das plataformas digitais por meio do Projeto de Lei 2.630/2020, mais conhecido como PL das fake news. O termo aparece como contextualização do ambiente digital que abriu portas para a disseminação de desinformação, e para indicar que a tentativa de combate por meio da PL pode envolver riscos, fazendo reflexões de como essa situação atravessa diversos campos, inclusive o jornalismo.

CGN-177 - Publicado em 6 de dezembro de 2023, o artigo intitulado “A crise da OpenAI, a dança das versões e o distanciamento do público” discorre sobre o percurso de “democratização” da OpenAI e argumenta sobre os problemas que isso pode acarretar. Autor: Glauco Arbix é professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. O termo aparece uma vez para indicar que a tecnologia do ChatGPT viabilizou a disseminação de desinformação. A(s) unidade(s) de registro e contexto são:

“Afinal, é bom lembrar, que o Conselho que demitiu Sam Altman deu aval para a liberação do ChatGPT ao público há cerca de um ano, mesmo sabendo que a tecnologia não estava madura e que poderia aumentar – como aumentou – os riscos de formulação de bioprodutos perigosos ou viabilizar uma **enxurrada de desinformação**” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

Descrição e análises iniciais - COLUNAS

CGN-178 - Publicada em 20 de janeiro de 2023, a coluna intitulada “Autoridades são responsáveis pela polarização e **desinformação**” do autor: Mário Sérgio Lorenzetto

“Com tudo que vem ocorrendo, há uma sensação de que os brasileiros são bobos ou estão em transe. Nada mais falso. **Polarização política e informações falsas impactam** a confiança nas autoridades. Novamente, vale para Bolsonaro e Lula. Para 78% "líderes governamentais de meu país estão tentando enganar as pessoas de propósito dizendo coisas que sabem ser falsas ou grosseiramente exageradas". Mas os políticos não estão sós, 74% pensa isso sobre jornalistas e repórteres e 73% sobre líderes empresariais no Brasil. A desconfiança é ampla e gravíssima” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

A coluna tem foco na polarização e desinformação, e atribui culpa às autoridades pelo aumento da desconfiança nas diversas instâncias e instituições.

CGN-179 - Publicada em 17 de março de 2023, a coluna intitulada “Senadora trocou o tereré pelo chimarrão?” do autor: Mário Sérgio Lorenzetto. O termo não é uma desinformação motivada, mas sim um erro jornalístico.

“Virou piada - Não bastasse o vexame dos 5 a 0 para o CRB, a participação do Operário Futebol Clube na Copa do Brasil foi um show de **desinformação**. Além da eterna confusão com o vizinho Mato Grosso, canal de televisão anunciava o time como Operário do Paraná” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

CGN-180 - Publicada em 14 de junho de 2023, a coluna intitulada “Deputado faz post fake em dia de Parada LGBT”, o deputado federal Marcos Pollon (PL), publicou um vídeo que caiu na verificação do Instagram por estar “fora de contexto”, conforme classificou a plataforma. Autoras: Caroline Maldonado, Jackeline Oliveira e Maristela Brunetto. A coluna é crítica frente a disseminação de desinformação. Unidade de registro e contexto:

“Nem aí – O deputado não se importou em **propagar desinformação** e os seguidores também demonstraram não estar preocupados com o alerta do Instagram. Até o fim da tarde de ontem, mais de 48 horas após a publicação, ele havia mantido o post questionando se aquele comportamento não se tratava de “intolerância religiosa”. “Se você reclamar, é homofóbico”, afirmou” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

CGN-181 - Publicada em 2 de outubro de 2023, a coluna intitulada “Riedel, as oito onças e o recado aos pantaneiros”. Discorre sobre um encontro que teve como objetivo discutir o enfrentamento à desinformação. Autores: Silvia Frias e Jhefferson Gamarra.

“Fake zero - O presidente da TCE (Tribunal de Contas do Estado), conselheiro Jerson Domingos, recebeu o presidente da Associação das Emissoras de Rádio e TV de Mato Grosso do Sul, Antônio Alves, **para falar sobre combate à desinformação**. O responsável pela entidade foi pedir apoio para o 1º Mídiacom MS, que em novembro terá como tema "Impactos da desinformação e consumo de mídia em MS" (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

CGN-182 - Publicada em 12 de dezembro de 2023, a coluna intitulada “Em discussão, o Dia da Cerveja em Campo Grande”. O termo aparece uma vez e discorre sobre como a desinformação que circula na Capital de Campo Grande acarreta problemas. Autoras: Jackeline Oliveira e Gabriela Couto. Unidade de registro e contexto:

“Não sei de nada - **É tanta a desinformação na Capital** que, após ler reportagem no Campo Grande News no dia 7, uma senhora foi até a USF (Unidade de Saúde da Família) Nova Bahia em busca da segunda dose da bivalente, mas não conseguiu ser vacinada. Segundo a leitora, até a equipe desconhecia a recomendação. A Sesau garantiu que o problema foi pontual, mas segue sem divulgação à altura da doença” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

Descrição e análises iniciais - ENQUETE

CGN-183 - Publicada em 10 de agosto de 2023, a enquete intitulada “Enquete: 58% dos leitores dizem que não foram vítimas de *fake news*” é referente a um levantamento realizado por um coletivo de veículos de imprensa. O Governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel (PSDB), aparece entre os sete maiores alvos de *fake news* no Brasil. O termo aparece uma vez. Unidade de contexto e análise:

“De acordo com o levantamento, a maioria dos **disseminadores de desinformação** são pessoas físicas, em que foram contabilizadas 270 pessoas de 314 disseminadores. Além disso, foram identificadas 44 pessoas jurídicas e órgãos do governo” (Campo Grande News, 2023, grifo nosso).

A pesquisa demonstra que a maioria dos leitores do Campo Grande News não acham que foram vítimas de conteúdos manipulados. O termo aparece relacionado a propagadores.

7 CAPÍTULO 5 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta pesquisa buscou compreender a perspectiva do conceito de desinformação no jornalismo local sul-mato-grossense a partir da análise de dois portais on-line de notícias de Campo Grande. A análise comparativa dos jornais Correio do Estado (CE) e Campo Grande News (CGN) permite observar características que ajudam a compreender o posicionamento dos portais de notícia de Campo Grande/MS frente à desinformação.

A priori, faz-se necessário a contextualização geral dos anos analisados (2020-2023). Bontcheva e Posetti (2020) indicaram os perigos da infodemia, que contribui para o fenômeno da desinformação, induzindo os cidadãos a se colocarem em risco por ignorarem recomendações científicas. A constatação das pesquisadoras se confirma no ano de 2020, marcado pelo início da pandemia de Covid-19, crise sanitária que abalou o mundo, ocasionou a prática de isolamento social na tentativa de evitar a propagação do vírus e modificou toda a rotina social. Junto ao coronavírus, a infodemia e o vírus da desinformação também se propagou de forma abundante durante o período. No Brasil, também foi ano de eleições municipais. De modo geral, neste ano as matérias desdobram-se principalmente sobre a pandemia. Mesmo com toda agitação da pandemia, a política brasileira também aparece de maneira mais notável, relativa às eleições municipais com ênfase na temática da confiabilidade da urna eletrônica (tema alvo de desinformação).

Em 2021, o cenário pandêmico ainda foi dominante no debate com temas sobre o isolamento social, uso de máscara, reestruturação e adaptação às novas formas de educação e trabalho à distância. O diferencial foi a produção das vacinas e o início do processo de vacinação contra o coronavírus, temas que foram alvos de desinformação constante nas plataformas digitais, cercados por negacionismo científico, teorias conspiratórias e movimentos antivacina. Nesse sentido, pode-se perceber que as matérias demonstram a preocupação com a alta circulação de desinformação principalmente sobre a vacinação e a necessidade de tentar contrapor tal situação. Com as análises foi perceptível que o movimento antivacina e o negacionismo científico ganharam espaço para se manifestarem não só contra a vacina de Covid-19, mas contra todas as outras vacinas já formuladas - sarampo, paralisia infantil, tríplice viral, HPV - que já salvaram milhares de vidas, e outros temas científicos semelhantes. Ademais, embora com menor frequência, o tema da política e das urnas eletrônicas continuaram a aparecer.

Com o controle da doença devido à vacinação contra a Covid-19, o Brasil em 2022 teve como agenda midiática central as eleições presidenciais, marcadas por extrema polarização política representada pelos candidatos Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Em outubro, Lula (PT) vence Bolsonaro (PL) nas eleições presidenciais, causando a indignação de apoiadores de Bolsonaro e fomentando narrativas falsas, acarretando intensa mobilização de apoiadores de Jair Bolsonaro, acampados dia e noite inicialmente em estradas e rodovias, e posteriormente em frente aos quartéis em todo o país. Os manifestantes rogavam às Forças Armadas que dessem início a uma “intervenção militar federal”, com vistas a anular o resultado das eleições, que segundo eles (e contrariando o resultado das urnas), teria sido fraudado. Nesse sentido, percebe-se que os itens jornalísticos de 2022 abarcam principalmente temas de desinformação voltadas às eleições presidenciais e assuntos polarizados em âmbito nacional. As consequências do movimento antivacina também ganharam ênfase ao apontar as baixas na cobertura vacinal em todo país e o aumento de determinadas doenças.

Os dados vão de encontro à lógica apresentada por Soares *et al.* (2019), na qual as disputas discursivas levam a fragmentação no debate, e vincula-se ao processo de polarização política. Como o fenômeno gera grupos com posicionamentos antagônicos, o seu reflexo nas conversações políticas em plataformas tende a gerar usuários que acabam isolados dentro de um grupo. Dessa forma, a ausência do contraditório na discussão pública pode favorecer o fortalecimento de opiniões mais extremas, e com a desinformação o cenário é ainda pior, visto que quando grupos polarizados se baseiam em conteúdos falsos para defender determinada posição, além da argumentação ter ausência de realidade, causa confusão e mina discussões públicas que favorecem os cidadãos.

No último ano analisado (2023) iniciou-se com a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e com a erupção dos efeitos da circulação frenética de desinformação política nas plataformas digitais durante os meses (e anos) anteriores. O ano iniciou-se com pessoas ainda acampadas em frente aos quartéis do Brasil inteiro culminando na invasão aos prédios dos Três Poderes em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023²¹. Estes acontecimentos retomam o que Silva (2021) explica sobre a produção de efeitos de sentido: quando desencadeada pela disseminação em redes sociotécnicas de um formato não-jornalístico de expressão noticiosa (uma “*fake news*”, por exemplo), pode remeter a um processo de reversão para a produção de efeitos de realidade (estes, como configuração

²¹ Terrorismo em Brasília: o dia em que bolsonaristas criminosos depredaram Planalto, Congresso e STF. Disponível em: <<https://acesse.one/YwC6m>>. Acesso em 16 de junho de 2023.

pragmática). Ou seja, o consumo constante e frenético de desinformações sobre a confiabilidade do processo eleitoral e das urnas eletrônicas nas plataformas digitais contribuiu diretamente para a invasão e destruição nos prédios dos Três Poderes.

Os atos antidemocráticos e terroristas destruíram o Palácio do Planalto, o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional, ocasionando a prisão de mais de 1.400 pessoas acusadas de tentativa de golpe de estado. Conforme o relatório da CPI do 8 de janeiro da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, responsabilizou-se 61 pessoas pelos ataques aos prédios do Três Poderes, dentre elas, o ex-presidente Jair Bolsonaro, ex-comandantes do Exército e da Aeronáutica e outros 28 militares, além de citar que houve financiamento de empresários e uma rede formada nas plataformas digitais com incitação aos apoiadores a contestarem o resultado das urnas pedindo intervenção militar. As desinformações circulantes nos grupos bolsonaristas eram de que urnas foram fraudadas, de que o comunismo se instalaria no Brasil após a vitória de Lula, haveria liberação de drogas, as igrejas seriam fechadas, entre outras.

Os temas da política e da saúde de 2023 (nas mesmas temáticas do ano anterior) seguiram em alta, mas com o acréscimo de discussões relacionadas à tecnologia envolvendo o funcionamento das plataformas digitais e a inserção do uso de ferramentas de inteligência artificial no cotidiano popular, como o ChatGPT, e efeitos colaterais como as *deepfakes*.

O período escolhido para compor o *corpus* da análise foi significativo para o debate da desinformação e para a percepção de como o jornalismo local pode se posicionar frente à desinformação. Isso porque permitiu visualizar como o tema é abordado e pautado pela mídia local, quais temáticas são as de maior ocorrência e as ações e projetos que buscam enfrentar a desinformação.

Os temas de repercussão mundial envolvendo a desinformação (como a Covid-19), nacionais (como as eleições presidenciais), e locais (como acontecimentos da capital e do interior do MS), demonstraram a pervasividade e ‘elasticidade’ do termo no jornalismo local. Considera-se pervasivo porque, conforme as análises, se espalha e penetra facilmente em diversas temáticas (política, saúde, educação, cultura, tecnologia, cotidiano, esporte) causando caos, prejuízos, insegurança, medo e atrapalhando o desenvolvimento social. E ‘elástico’ porque a análise dos dados indica que a desinformação alcança desde assuntos mundiais e polêmicos como a Covid-19 e as eleições presidenciais no Brasil, ocupando lugar central e complexo nas discussões, até questões e acontecimentos cotidianos e singulares de Campo Grande e do interior de Mato Grosso do Sul (exemplo ver CGN-2 e CGN-47).

Enquanto poucas matérias explicam a diferença entre desinformação e *fake news*, a maioria trata os dois termos como sinônimos. A partir da argumentação de Prior (2019) sobre a vulgarização do conceito de *'fake news'* fragilizar o jornalismo tradicional (visto que a expressão passa a ser amplamente utilizada por parte de políticos para desqualificar notícias que não os beneficiam), foi possível fazer uma inferência semelhante com a observação do uso do termo desinformação: a incorporação do discurso de enfrentamento à desinformação por propagadores de desinformação. Políticos, figuras públicas e cidadãos que propagam informações falsas se colocam como vítimas de desinformação, e tendem a descredibilizar a mídia tradicional, acusando-a de *'negacionista quanto ao tratamento precoce'* (de Covid-19), por exemplo. Dessa forma, se os políticos utilizam *'fake news'* para desqualificar notícias que não os beneficiam, com o termo guarda-chuva *"desinformação"* que abrange uma série de formatos de conteúdo falso, não parece ser diferente. Há algumas matérias (CGN-10; CGN-13; e CGN-14) que comprovam essa incorporação de discurso envolvendo desinformação pelos próprios propagadores de discursos falsos.

A análise de conteúdo permite perceber que houve um avanço de forma gradual nas discussões envolvendo a desinformação. Isso porque no primeiro ano (2020) as situações são tratadas com certo grau de desconhecimento sobre o fenômeno, medo do impacto que os conteúdos falsos podem ter na vida real, e, portanto, a necessidade de *'combate'*. O segundo (2021) também demonstra certa inércia frente ao avanço do fenômeno e a repetição da necessidade *'urgente'* de *'combate'*. O terceiro (2022) aparece com um perfil diferente, um pouco mais preparado, com conhecimento de mais ferramentas e apoio de projetos colaborativos amplos de enfrentamento à desinformação. Voltado principalmente a temas de política, motivado pelas eleições presidenciais. Observa-se também um movimento inicial de substituição do termo *'combate'* por *'enfrentamento'* à desinformação, tendo este último aparecido com maior frequência a partir desse ano. Conforme as análises, 2022 também foi um ano em que as consequências da desinformação sobre a vacinação começaram a aparecer com mais frequência.

No último ano (2023) as discussões envolvendo a desinformação se apresentaram de forma mais conceituada, contextualizada e com mais argumentos e perspectivas de enfrentamento à desinformação. Os temas seguem ligados à saúde e a política, com consequências práticas da desinformação. O fenômeno da desinformação se insere cada vez mais no debate público e, com a tecnologia, em especial a Inteligência Artificial e as *deepfakes*, o cenário se complexifica ainda mais. Nessa linha, também foram observadas

discussões sobre liberdade de expressão e censura quando o termo desinformação aparece relacionado à regulamentação das plataformas digitais.

Análise comparativa dos portais de notícia Correio do Estado e Campo Grande News

Para cumprir a totalidade do objetivo de compreender o posicionamento da mídia local de Campo Grande/MS frente à desinformação, a análise comparativa de dois meios de comunicação digitais locais (Correio do Estado e Campo Grande News), reconhecem-se nas:

- 1) Frequência de aparição;
- 2) Temáticas encontradas em cada jornal;
- 3) Formas de enfrentamento à desinformação;
- 4) Posicionamento editorial dos veículos analisados quando desmentem conteúdos (incisivo no enfrentamento ou distante e superficial) e;
- 5) Formas como o termo aparece nos itens jornalísticos.

1) FREQUÊNCIA DE APARIÇÃO

Verificou-se que o CGN utilizou o termo com mais frequência do que o CE. O jornal Campo Grande News apresenta uma constância anual de matérias publicadas que contém o termo ‘desinformação’, uma média de 45 matérias por ano. Das 92 notícias publicadas, 54 abordam temáticas de âmbito local.

Já o Correio do Estado apresenta inconstância no número de publicações nos anos analisados. Há uma queda de 70% no número de publicações do primeiro (2020) para o segundo (2021) ano, sendo que em 2020 publicou 10 matérias e, em 2021, três. Do segundo para o terceiro ano (2022), um aumento de dez vezes, somando-se 30 matérias E no último ano, um total de 46 publicações. Foram contabilizadas 89 matérias, sendo apenas 12 de cobertura local. Segue abaixo a Tabela 1 com a comparação da quantidade de publicações anuais dos jornais Correio do Estado e Campo Grande News.

Tabela 1: Número de matérias publicadas nos anos 2020, 2021, 2022 e 2023 pelos jornais Correio do Estado e Campo Grande News.

ANO	CORREIO DO ESTADO	CAMPO GRANDE NEWS
-----	-------------------	-------------------

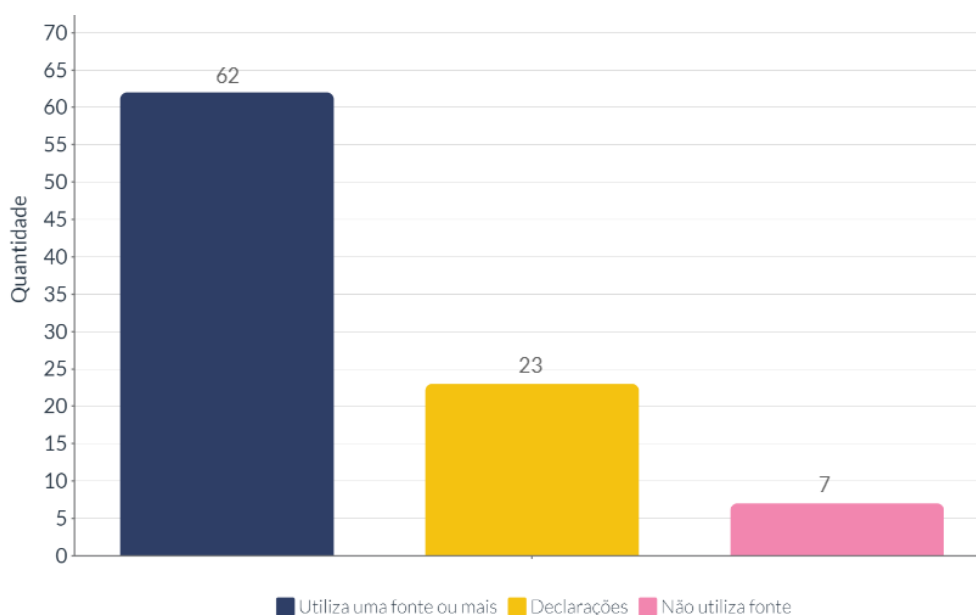
2020	10	46
2021	3	40
2022	30	47
2023	46	50
Total	89	183

Fonte: Elaboração da autora para as finalidades da pesquisa.

2) TEMÁTICAS

O CGN abrange mais temáticas, cobrindo aspectos da política, saúde, educação, tecnologia, pesquisa, esporte, cultura, meio ambiente, comportamento, cobertura do interior do estado e da capital. Com relação às notícias, foi observado que a palavra “desinformação” aparece nas temáticas de saúde, política, educação, tecnologia, ciência, pesquisa, esporte, meio ambiente, e cobertura de acontecimentos do interior do estado e da capital. Há algumas notícias de âmbito nacional, mas a maioria trata de assuntos e acontecimentos locais de Mato Grosso do Sul. A cobertura noticiosa do âmbito local e nacional utiliza fontes de forma abundante. Das 92 notícias, 62 utilizaram uma fonte ou mais, 23 utilizam apenas declarações de fontes, e 7 não utilizam nenhum tipo de fonte. Segue abaixo o Gráfico 1 com as respectivas quantidades:

Gráfico 1: Uso de fontes nas notícias do Campo Grande News.



Fonte: Gráfico de barras elaborado via Visme pela autora para as finalidades da pesquisa.

As notícias buscam elucidar o contexto dos acontecimentos, e demonstra um posicionamento mais crítico contra a desinformação, incentivam o enfrentamento, trazem abordagens críticas, e cunho educativo. São cinco notícias repostadas da Agência Brasil.

Vale pontuar que os artigos e colunas (de ambos os jornais) são gêneros textuais que não utilizam fontes ou declarações. Além disso, abordam sempre temas e situações amplas como: saúde, ciência, política e educação midiática. Com relação aos artigos do CGN, abarcam temas amplos e contextualizados. Os textos são reproduções de textos de pesquisadores e especialistas sobre determinado tema, ou seja, não são redigidos para serem publicados especificamente no Campo Grande News. São disponibilizados na rede em outros sites de informação, e o jornal faz a escolha de republicá-los. A partir da análise dos conteúdos, observa-se que acompanham as agendas de acontecimentos mais amplos, como a Covid-19, vacinação, ciência, política, redes sociais, inteligência artificial, entre outros. Nesse sentido, há uma prevalência das temáticas sobre comunicação, educação midiática, saúde, ciência, política e tecnologia (plataformas digitais e inteligência artificial). Os artigos voltados para comunicação abordam conceitos e discussões envolvendo infodemia, desinformação, *fake news*, plataformas digitais, *deepfakes*, sensacionalismo e importância do jornalismo profissional. Pela definição estabelecida nesta dissertação, esses conteúdos se enquadram como “educação midiática”, e buscam elucidar sobre processos midiáticos, digitais e informacionais da atualidade. Utilizam de dados e informações científicas para argumentação, são críticos e reflexivos.

Há também colunas que apresentam tanto questões mais amplas de âmbito nacional como questões locais do estado de MS. E em menor número, enquetes produzidas pelo jornal (coleta a resposta da audiência sobre determinado assunto e depois publicação do resultado da pesquisa para o público local). Segue abaixo a Tabela 2 com a quantidade de publicações em cada temática do jornal Campo Grande News.

Tabela 2: Quantidade de publicações por temática do Campo Grande News nos anos 2020, 2021, 2022 e 2023.

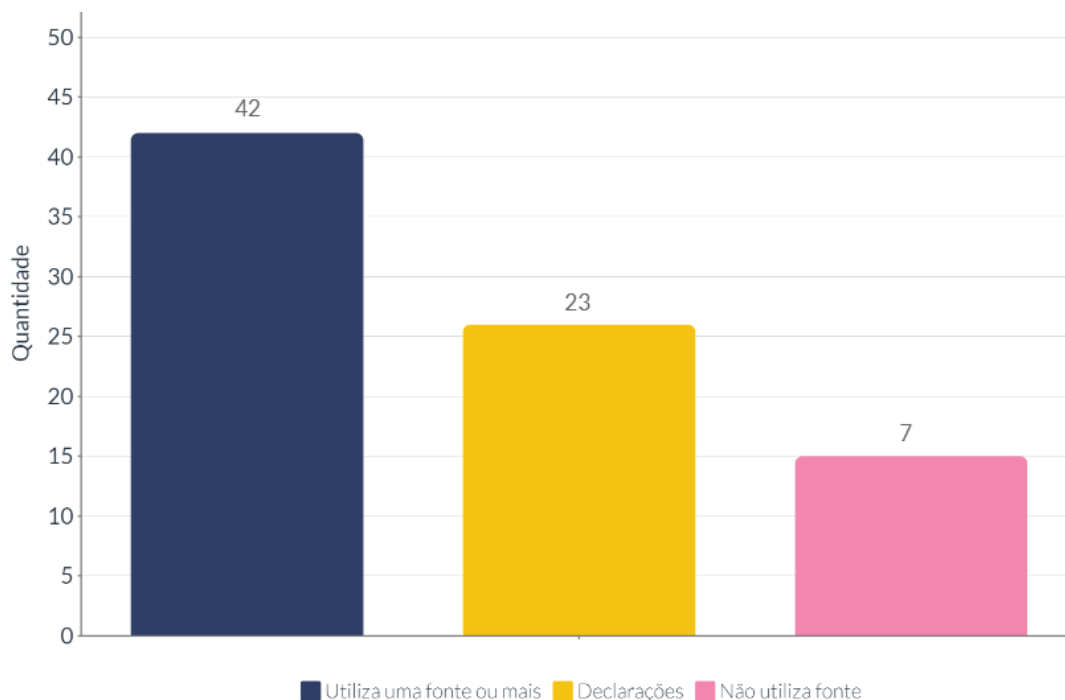
TEMA	QTDE.	PORCENTAGEM
Saúde	59	32,2%
Política	47	25,6%
Educação midiática/Jornalismo	24	13,1%
Educação/Pesquisa	15	8,1%

Judicial	10	5,4%
Tecnologia	9	4,9%
Ciência	9	4,9%
Meio Ambiente	4	2,1%
Cultura/Arte	3	1,6%
Economia	2	1%
Religião	1	0,54%

Fonte: Elaboração da autora para as finalidades da pesquisa.

Por outro lado, o CE faz uma cobertura noticiosa com menos uso de fontes. Dos 83 itens jornalísticos noticiosos, 42 utilizaram uma fonte ou mais, 26 utilizam apenas declarações de fontes, e 15 não utilizam nenhum tipo de fonte. Segue abaixo o Gráfico 2 com as respectivas quantidades:

Gráfico 2: Uso de fontes nas notícias do Correio do Estado.



Fonte: Gráfico de barras elaborado via Visme pela autora para as finalidades da pesquisa.

foca quase exclusivamente na cobertura política de temas que são constantemente alvo de desinformação nas plataformas digitais, sendo 63 matérias de política. Abrange questões polêmicas envolvendo a polarização política, o governo, o presidente Lula (PT) e o ex-

presidente Bolsonaro (PL), Indígenas, garimpeiros, reforma agrária, sindicatos, projetos nacionais, prestação de contas do governo, promessa de candidatos, voltados a saúde principalmente Covid-19 e vacinação, e Operação Lava-Jato são exemplos de temas que aparecem nas matérias encontradas durante o período analisado. Há também, em menor quantidade, um total de 11 matérias que cobrem o tema da saúde, principalmente relativo à Covid-19. O jornal também publica artigos, mas em baixa frequência (4 artigos em 4 anos), e os que contém o termo desinformação são, em maioria, de educação midiática. Segue abaixo a Tabela 3 com a quantidade de publicações em cada temática do jornal Correio do Estado.

Tabela 3: Quantidade de publicações por temática do Correio do Estado nos anos 2020, 2021, 2022 e 2023.

TEMA	QTDE.	PORCENTAGEM
Política	63	70,7%
Saúde	13	14,6%
Educação midiática/Jornalismo	8	8,9%
Tecnologia	2	2,2%
Educação/Pesquisa	2	2,2%
Economia	1	1,1%

Fonte: Elaboração da autora para as finalidades da pesquisa.

3) FORMAS DE ENFRENTAMENTO DIRETO E INDIRETO

Verificou-se que as formas de enfrentamento à desinformação são distintas entre os dois jornais, tanto no modo (forma), como no âmbito (local/nacional). O CE optou pela parceria com um projeto de checagem de fatos (Projeto Comprova) anunciado em 2020 pelo jornal. Nos dois primeiros anos, o termo “desinformação” aparece com baixa frequência e sem aprofundamento, sendo 10 matérias em 2020, e três matérias em 2021. Há 7 matérias em que o termo aparece que na realidade são repostadas do Estadão Conteúdo e 6 da Agência Brasil. No terceiro e quarto anos (2022 e 2023), o termo “desinformação” aparece majoritariamente nas publicações de checagens de fatos. De 76 matérias, 47 são checagens de fatos produzidas pelo Comprova.

Embora a parceria tenha sido anunciada em 2020, as checagens passaram a ser repostadas em 2022. Ou seja, as checagens não são realizadas por jornalistas do CE, e sim por

jornalistas do Projeto Comprova. Nesse sentido, os conteúdos checados são de interesse público de âmbito nacional, e todos os temas de desinformação que atravessam o campo político.

Vale indicar que todas as checagens de fatos seguem a mesma estrutura padrão. São organizadas e estruturadas da seguinte forma: 1) Introdução/lead da checagem; 2) O que está sendo averiguado e por quê; 3) Apresentação do conteúdo investigado; 4) Onde a desinformação foi publicada e em qual(is) plataforma(s) ela está circulando; 5) Como este conteúdo pode ser interpretado de forma errônea; 6) Análise e conclusão da checagem; 7) Contextualização sobre a questão; 8) O que diz o responsável pela publicação; 9) Alcance da desinformação; 10) Como se deu a verificação; 11) Mais informações sobre o tema; 12) O que aprendemos com essa verificação; 13) Por que investigamos e 14) Outras checagens sobre o tema.

Há ‘checagens’ de cunho explicativo, as quais não estão checando um conteúdo específico, mas explicando algum assunto ou acontecimento polêmico, que é alvo frequente de desinformação no cenário político polarizado (como a Operação Lava-Jato). E há checagens de fatos, de cunho verificativo, pois apresentam o conteúdo falso e realizam a checagem e a verificação (etiquetagem) do conteúdo em falso ou verdadeiro, acompanhado de investigação e contextualização.

O CGN opta por uma abordagem e posicionamento diferente frente à desinformação. Exerce o jornalismo de proximidade ao apurar acontecimentos locais envolvendo a desinformação, inclusive com apuração de boatos e conteúdos falsos locais de maneira mais contextualizada. Utiliza fontes locais oficiais e não oficiais como profissionais, pesquisadores e cidadãos que estejam envolvidos e sejam relevantes, a fim de desmistificar questões desinformativas. Além disso, divulga ações e projetos de enfrentamento à desinformação em âmbito local.

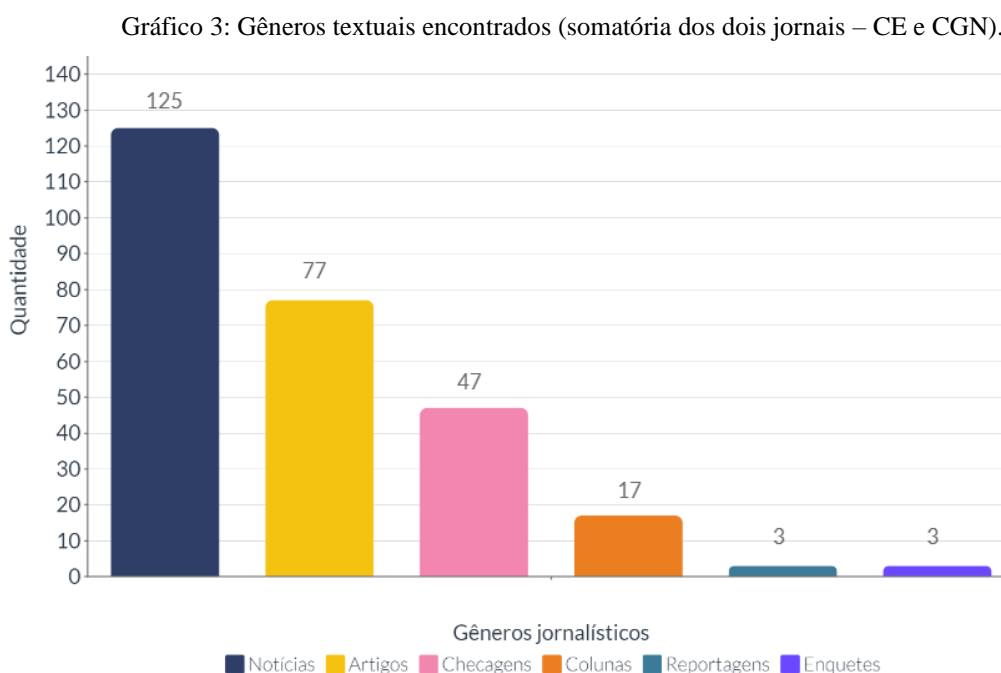
Outra ação de enfrentamento são as reproduções de artigos de cunho científico. São mais extensos que as notícias e tendem a desenvolver parágrafos de argumentação mais elaborados envolvendo o termo “desinformação”. Os autores são pesquisadores, professores de universidades, doutores e especialistas. Todos apresentam cunho científico, argumentações, abordagens críticas e tom reflexivo, tem objetivo de conscientizar e orientar. São estruturados de forma semelhante, contendo introdução, delimitação de contexto e dados de pesquisas que desenvolvem as discussões atravessadas pelo fenômeno da desinformação contemporânea, apontada como questão problemática e complexa, perigosa, que causa

prejuízos à sociedade e que está no ‘centro do debate’. Apesar de os artigos apresentarem argumentações pautadas na ciência, tem uso de linguagem mais próxima do coloquial (tentativa de aproximação com o leitor). Esse padrão se repete nos quatro anos de análise.

Há ainda, em ambos os jornais, o que esta pesquisa considera como enfrentamento indireto, ou seja, a publicação de pesquisas envolvendo temas relevantes e que atravessam a desinformação como por exemplo, a relação entre educação, teorias da conspiração (CE) e os problemas de acesso exclusivo à internet pelo celular (CGN).

4) POSICIONAMENTO

Com relação aos gêneros jornalísticos, no agrupamento total dos dois veículos foram encontrados 178 textos informativos (125 notícias, 3 reportagens, 47 checagens, 3 enquetes) e 94 textos opinativos (77 artigos, 17 colunas). Segue abaixo o Gráfico 3 que representa a divisão de gêneros textuais:



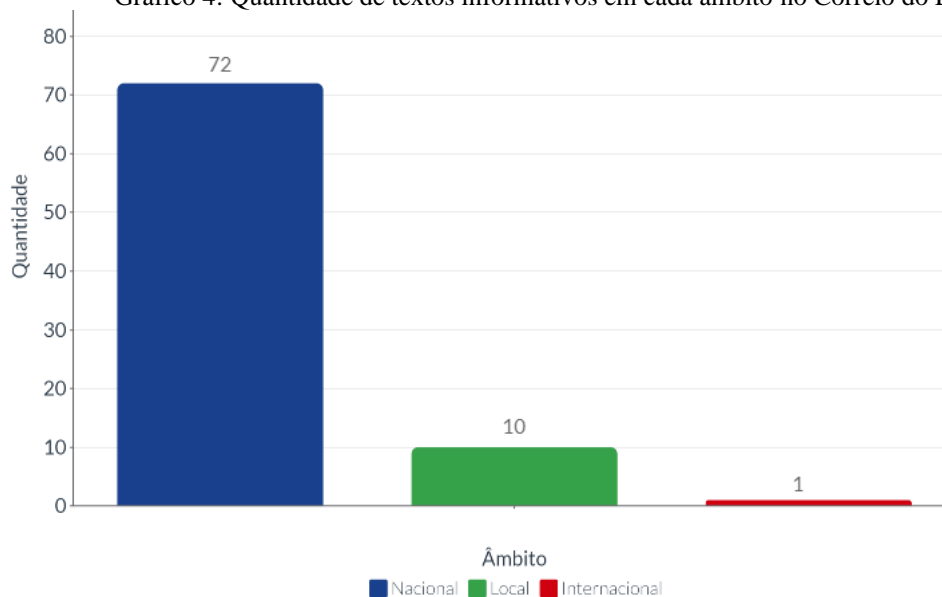
Fonte: Gráfico de barras elaborado via Visme pela autora para as finalidades da pesquisa.

O posicionamento dos veículos analisados quando abordam a desinformação é distinto. Para classificar os itens jornalísticos que apresentam (ou não) posicionamento frente à desinformação, foi levado em consideração as seguintes características: 1) as abordagens rasas e superficiais (sem posicionamento) são aqueles textos jornalísticos escassos de

informação sobre o acontecimento pautado, com pouca (ou nenhuma) consulta à fontes locais, ausência de orientação e instrução de como realizar denúncias (por exemplo, citar que existe canal de denúncia para desinformação, mas não deixar nenhum link ou instrução disponível), e ausência de posicionamento que incentive os cidadãos a consumir conteúdos de alfabetização midiática e se engajar no enfrentamento à desinformação; 2) As abordagens incisivas (com posicionamento) são aquelas que apresentam um texto jornalístico robusto de informações, com apuração e contextualização de acontecimentos locais de interesse público, com diversidade de fontes locais consultadas, presença de orientação e instrução de como agir e realizar denúncias contra a desinformação, e a presença de incentivo aos cidadãos estarem atentos, consumir conteúdos de alfabetização midiática, e enfrentar a desinformação.

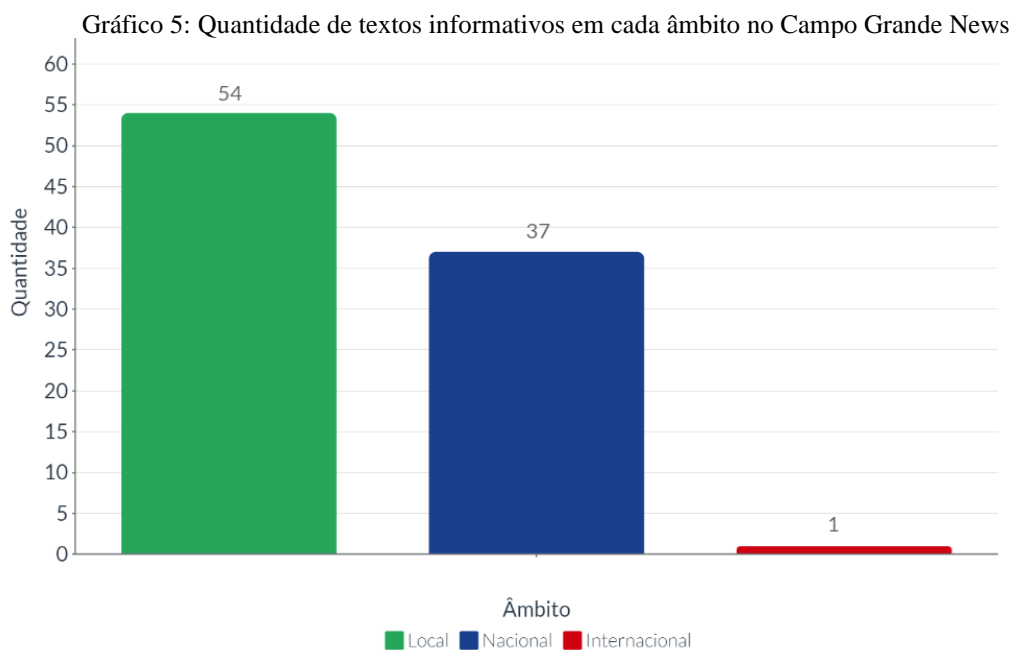
Nesse sentido, o CE demonstra distanciamento e superficialidade ao desmentir conteúdos, não por repostar as checagens do Projeto Comprova, mas pelo fato de que não há mais nada além disso (com exceção de três artigos voltados à educação midiática em quatro anos de análise), e a cobertura de acontecimentos locais é baixa. Percebe-se que houve uma escolha de terceirização do trabalho de checagem de fatos e da função de lidar com conteúdos falsos, visto que o termo aparece mais vezes nas checagens repostadas e em notícias de âmbito nacional também repostadas do Estadão Conteúdo e Agência Brasil do que em matérias redigidas pelos jornalistas do CE. Ou seja, o jornal não se envolve com o tema da desinformação, e conseqüentemente os acontecimentos de âmbito local envolvendo a questão ficam desassistidos por essa mídia. Reforça-se que a crítica não é sobre o trabalho de checagem do Comprova, que cumpre um papel relevante na sociedade atual, mas sim sobre a falta de ação do jornal CE em relação às questões locais e produções próprias. Segue abaixo o Gráfico 4, que indica a quantidade de textos informativos (notícias, reportagens e checagens) em cada âmbito (local, nacional e internacional):

Gráfico 4: Quantidade de textos informativos em cada âmbito no Correio do Estado.



Fonte: Gráfico de barras elaborado via Visme pela autora para as finalidades da pesquisa.

Em contrapartida, o CGN deixa claro seu posicionamento contra a desinformação, reforçando nas matérias jornalísticas o quão prejudicial o fenômeno é, e a necessidade de enfrentamento. É possível perceber as características do jornalismo de proximidade nas matérias do jornal, que abordam acontecimentos e questões locais e, buscam fontes oficiais e não oficiais também locais para desmistificar e contextualizar tais questões, evidenciando os danos reais e práticos da desinformação na sociedade. É possível perceber criticidade frente a desinformação, pois os itens jornalísticos desdobram-se sobre problemas e consequências da desinformação em âmbito local e nacional, além de divulgarem ações, ferramentas e projetos de enfrentamento de âmbito local do estado de Mato Grosso do Sul. Além disso, publica um volume alto de conteúdos que tem cunho educativo, pró-ciência, pró-vacina e consequentemente se coloca claramente contra o negacionismo científico, teorias conspiratórias e a desinformação. Segue abaixo o Gráfico 5, que indica a quantidade de textos informativos (notícias, reportagens, enquete) em cada âmbito (local, nacional e internacional):



Fonte: Gráfico de barras elaborado via Visme pela autora para as finalidades da pesquisa.

Considerando o contexto global da pandemia de Covid-19, a infodemia e o excesso de desinformação, quando o jornal opta por republicar tais artigos, observa-se um posicionamento editorial pró-ciência, pró-vacina, contra negacionismo científico, teorias conspiratórias e movimentos antivacina, assim como contra a desinformação. Considera-se também que os conteúdos abordados são de extrema relevância, visto que a educação midiática visa orientar a população sobre determinados assuntos e procedimentos do campo comunicacional e midiático, por ficarem restritos, muitas vezes nos ambientes acadêmicos.

Para ilustrar essa observação apresenta-se abaixo um fato local noticiado por ambos os jornais com tratamentos opostos. A notícia se enquadra na categoria de consequências judiciais e penais a propagadores de desinformação. A primeira grande diferença pode ser percebida na escolha de palavras que compõem o título.

No CE é intitulada como “Jornalista é preso pela Polícia Federal em Campo Grande”, enquanto no CGN é “PF prende blogueiro bolsonarista em MS por suspeita de plano para fugir do País”. O acontecimento datado em 26 de junho de 2020 diz respeito à prisão de Oswaldo Eustáquio Filho feita pela Polícia Federal. Eustáquio ficou conhecido pelos vídeos que publicava em suas redes sociais em defesa do ex-presidente Bolsonaro, e durante a pandemia, publicou diversos conteúdos se intitulando "ativista" da hidroxiquina, incentivou ‘tratamentos precoces’ e a manter o comércio aberto durante o isolamento social decretado pelas organizações de saúde. Contudo, o homem já era alvo de inquérito do STF

por financiamento e organização de atos antidemocráticos para a volta da ditadura militar e fechamento do Congresso Nacional e STF. O termo aparece de forma semelhante em ambas as matérias, entre aspas que fazem referência às postagens de Eustáquio nas redes sociais, o qual dizia que o combate à pandemia de Covid-19 era simples: “O segredo é o combate à desinformação na mídia e comércio aberto”.

Nesse sentido, observa-se a escolha do CE por utilizar no título a palavra “jornalista”, e mesmo que o homem se considere jornalista, não estava exercendo tal função naquele momento, pelo contrário, estava divulgando desinformação relacionada à Covid-19. Logo, essa escolha sugere que a Polícia Federal está reprimindo o exercício jornalístico, prendendo jornalistas, e não um disseminador de desinformação sobre a pandemia de Covid-19.

Ao contrário do CGN, que escolhe referenciar Eustáquio conforme as ações que ele tinha à época, e da forma que ele mesmo se denominava - um blogueiro bolsonarista - que defendeu as mesmas desinformações e posicionamentos contra a ciência, publicando conteúdos desinformativos diariamente por meio de suas redes sociais, prejudicando o combate à pandemia. Ademais, nota-se que a matéria do Correio do Estado é enxuta e não apura o acontecimento a fundo. Já o CGN busca contextualizar mais o acontecimento, inserindo prints das redes sociais do envolvido e o vídeo que o indivíduo publicou em suas redes.

Vale reforçar que esse tópico demonstra a possibilidade de incorporação do discurso do enfrentamento à desinformação por desinformadores. Afinal, Eustáquio publicava desinformações sobre aspectos da saúde e da política, além de incentivar atos antidemocráticos, e ao mesmo tempo utilizava o discurso de combate à desinformação voltado aos próprios interesses. Segue abaixo a Tabela 4 com a organização dos dados que demonstram o posicionamento de cada jornal analisado:

Tabela 4: Organização dos dados que demonstram o posicionamento de cada jornal analisado de 2020 a 2023.

POSICIONAMENTO	CE	CGN
Itens jornalísticos com posicionamento	14	76
Itens jornalísticos sem posicionamento	14	38
Notícias repostadas de outros sites de informação	14	5
Reprodução de checagens de outras agências	47	0
Reprodução de artigos redigidos por pesquisadores	0	64

Fonte: Elaboração da autora para as finalidades da pesquisa.

5) FORMAS COMO O TERMO “DESINFORMAÇÃO” APARECE NOS ITENS JORNALÍSTICOS

As análises individuais de cada ano (2020; 2021; 2022 e 2023) dos jornais on-line Correio do Estado e Campo Grande News permitem apresentar uma perspectiva de como o termo desinformação aparece nos itens jornalísticos a partir do agrupamento das matérias em categorias de contexto. O material separado resultou em sete agrupamentos de matérias que foram categorizadas em: consequências, problemas, divulgação, enfrentamento, governo, erro de conceito e ausência de argumentação, conforme explicitado e definido na metodologia (ver p. 25).

Correio do Estado 2020 - Considerando o contexto do ano de 2020 com o início da pandemia de Covid-19 e ano de eleições municipais, os temas em que o termo “desinformação” aparece com frequência são saúde (Covid-19) e política (eleições). Vale ressaltar que a palavra “desinformação” foi pesquisada nos anos anteriores (2019, 2018 e 2017) e não foram encontrados resultados nessa busca, nem no site do jornal, e nem pela pesquisa avançada do Google. Logo, conclui-se que foi a partir de 2020 que a temática começou a aparecer e ganhar espaço no jornal. Segue abaixo a tabela 5 que indica a quantidade de itens jornalísticos em cada categoria de contexto:

Tabela 5: Classificação das dez reportagens do jornal Correio do Estado publicadas em 2020 nas categorias de contexto.

CATEGORIAS	QTDE.	SIGLA
Consequências	2	CE-4; CE-6
Divulgação	3	CE-2; CE-3; e CE-7
Valorização/crítica ao jornalismo	1	CE-9
Problema	2	CE-8; CE-10
Enfrentamento	1	CE-1
Governo	1	CE-5
Erro de conceito	0	X
Não desenvolve	0	X

Fonte: Elaboração da autora para as finalidades da pesquisa.

As consequências judiciais e penais para propagadores de desinformação giram em torno de pessoas presas em Campo Grande/MS durante investigações voltadas à desinformação em âmbito local de cunho político. As matérias são curtas e escassas de informação sobre os casos.

As três matérias classificadas em divulgações são sobre 1) o Projeto de Lei 2630, popularmente conhecido como PL das *Fake News*, tema que se tornou alvo de desinformação; 2) a parceria do Correio do Estado com o Projeto Comprova (iniciativa de checagem de fatos); e 3) discurso do ministro Luís Roberto Barroso que justifica a causa da ‘baixa circulação de desinformação’ nas eleições de 2020 como efeito de formas de enfrentamento aplicadas à época.

Duas matérias sobre saúde foram enquadradas na categoria ‘problema’. A primeira sobre a dificuldade para atingir a meta de vacinados em Campo Grande (que tem como motivo a desinformação), e a segunda discorre sobre a Revolta da Vacina em 1904 (e também coloca a desinformação como causa do fato histórico).

Foi encontrada uma única matéria de enfrentamento, com posicionamento incisivo no combate à desinformação, pois teve o intuito de desmentir uma *fake news* que utilizou o *layout* do Correio, simulando ser o jornal. Mesmo após ser vítima da desinformação e tratar os propagadores como criminosos, as outras matérias analisadas demonstram que não há posicionamento direto, nem um aprofundamento nas questões em que o termo aparece, mas um distanciamento da problemática da desinformação.

Há uma matéria sobre o Governo, que enquadra o discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro culpabilizando indígenas e caboclos pelas queimadas do Pantanal e Amazônia, e ao mesmo tempo, coloca seu governo como vítima de “campanhas brutais de desinformação.

Correio do Estado 2021 - Considerando o contexto do ano de 2021 onde há a continuação da pandemia de Covid-19, e início da vacinação contra o vírus, a saúde e o processo de vacinação foram alvo constante de desinformação, principalmente nas plataformas digitais. Entretanto, a frequência de matérias em que o termo “desinformação” aparece teve uma queda de 70% em relação ao ano anterior (2020), quando o jornal publicou apenas três matérias com a temática política, sendo duas delas sobre a confiabilidade das urnas eletrônicas.

Assim como em 2020, observa-se um distanciamento do tema da desinformação pelo jornal Correio do Estado. Isso porque das oito vezes em que o termo aparece distribuído nas

três matérias, seis estão entre aspas exclusivamente em citações diretas das fontes. Tanto em 2020 como em 2021, as matérias de política nacional são repostadas do Estadão Conteúdo. A Tabela 6 indica a quantidade de itens jornalísticos em cada categoria de contexto:

Tabela 6: Classificação das três matérias do jornal Correio do Estado em 2021 nas categorias de contexto.

CATEGORIAS	QTDE.	SIGLA
Consequências	0	X
Divulgação	0	X
Valorização/crítica ao jornalismo	1	CE-11
Problema	2	CE-12; CE-13
Enfrentamento	0	X
Governo	0	X
Erro de conceito	0	X
Não desenvolve	0	X

Fonte: Elaboração da autora para as finalidades da pesquisa.

Em 2021, o termo “desinformação” apareceu apenas em duas categorias. Uma sobre a valorização do jornalismo, porque refere-se a um projeto de lei que objetivava dar prioridade à vacinação contra a Covid-19 para a categoria, pois considerava os profissionais no “front de batalha contra a desinformação”.

Duas notícias foram registradas na categoria ‘Problema’ relacionados à política. Dão ênfase aos discursos dos ministros Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso que discutem sobre as desinformações sobre a urna eletrônica, tratando a criação e propagação de conteúdos falsos como ato criminoso, que atrapalha a democracia e enfraquece as instituições.

Correio do Estado 2022 - Considerando o contexto do ano de 2022, marcado pela alta difusão de desinformação referente às eleições presidenciais e o que se chama popularmente da polarização entre ‘direita e esquerda’, simbolizado pelos candidatos Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a preocupação com a interferência de tal fenômeno no processo eleitoral foi notório. Em outubro, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) venceu as eleições presidenciais, causando a indignação de apoiadores do ex-presidente. Além disso, observou-se que foi um ano de consequências reais das desinformações relacionadas à

vacinação, pois os números da imunizados em todas as faixas etárias caíram consideravelmente.

A frequência de aparição do termo em relação ao ano anterior é um aumento em dez vezes, com um total de 30 matérias publicadas. Além do aumento na frequência em que o termo aparece, as formas de uso também se modificaram. Antes, o termo aparece mais em citações diretas das fontes, com certo distanciamento da questão. Neste ano aparecem com mais contexto, além de ser o primeiro em que as checagens de fatos aparecem em parceria com o Projeto Comprova. O assunto predominante - nas notícias e checagens - se mantém na política. A maioria das matérias é de âmbito nacional, há apenas duas notícias referentes à Campo Grande (uma sobre o governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel e uma sobre a queda da cobertura vacinal). A Tabela 7 indica a quantidade de itens jornalísticos em cada categoria:

Tabela 7: Classificação das 30 matérias do jornal Correio do Estado em 2022 nas categorias de contexto.

CATEGORIAS	QTDE.	SIGLA
Consequências	5	CE-15; CE-16; CE-17; CE-25; CE-40
Divulgação	5	CE-18; CE-19; CE-20; CE-21; CE-22
Valorização/crítica ao jornalismo	0	X
Problema	3	CE-14; CE-23; CE-26
Enfrentamento	13	CE-28 até CE-39; CE-41
Governo	1	CE-27
Erro de conceito	0	X
Não desenvolve	3	CE-24; CE-42; CE-43

Fonte: Elaboração da autora para as finalidades da pesquisa.

Na categoria consequências, no início do ano, de fevereiro à março de 2022, a pauta em que foi feito o uso do termo foi a situação problemática envolvendo o aplicativo de mensagens instantâneas Telegram e o STF, na qual o dono do aplicativo negou aderir ao Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação no Âmbito da Justiça Eleitoral, que visa uma parceria entre Estado e plataformas para evitar desinformação, principalmente relacionado ao processo eleitoral presidencial. Portanto, é um assunto que aborda práticas (aderir ao programa) de enfrentamento à desinformação, consequências judiciais para plataformas que se recusarem, e preocupação em como isso pode afetar as eleições

presidenciais. Outra notícia que se enquadra é a decisão do TSE de negar a suspensão do perfil de dois políticos acusados de disseminar desinformação – André Janones e Carlos Bolsonaro, nomes que evidenciam mais aspectos da polarização. A matéria explica o motivo da decisão e em quais situações se aplica tal pena. Há ainda um artigo que objetiva orientar e informar sobre a legislação referente às campanhas eleitorais a fim de evitar a circulação de desinformação, e elucidar sobre as consequências das campanhas desinformativas para a eleição e a sociedade.

As divulgações contam com três notícias referentes ao Projeto Comprova, cursos e ferramentas lançados para verificação e educação midiática. Há ainda duas matérias, uma que divulga a ferramenta “Como Votar”, da parceria do TSE com a Google visando ‘combater’ desinformação; e outra sobre a palestra do seminário “*Fake news* e liberdade de expressão”, feita pelo ministro Luiz Fux.

Há três itens relacionadas a ‘Problema’, sendo uma sobre a dificuldade de venda de seguros agrícolas; uma de saúde que coloca a desinformação como um dos motivos para a queda da cobertura vacinal em Campo Grande; e uma referente à política local, sobre o discurso do governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, ao apontar que a desinformação (advinda de pesquisas eleitorais mal realizadas) atrapalha o processo eleitoral.

Foi localizado um grupo de matérias que realiza enfrentamento à desinformação. São 12 checagens de fatos, fruto da parceria entre Correio do Estado e Projeto Comprova, onde as checagens realizadas são de conteúdos em nível nacional. Pela análise individual das checagens observa-se que o principal tema verificado é política, relacionado às eleições presidenciais, com foco aos candidatos à presidência, Bolsonaro e Lula (PT), alvos frequentes de desinformação, ao tema das urnas eletrônicas e confiabilidade do processo eleitoral, o que prejudica a escolha do eleitor que passa a tomar decisões com base em conteúdos comprovadamente falsos. Do total, são quatro verificações sobre Bolsonaro e quatro sobre Lula e o PT, somando-se oito das 12 checagens publicadas em 2022. Nas demais checagens são abordados temas polêmicos e frequentes alvos de desinformação como funcionamento dos sindicatos, redes e plataformas digitais, operação Lava Jato (CE-33) e o caso Celso Daniel (CE-35). Há ainda um artigo sobre educação midiática que se enquadra em ‘enfrentamento’, visto que discorre sobre o aumento da desinformação nos ambientes digitais, informações e reflexões sobre necessidade de práticas de enfrentamento e verificação de conteúdo.

Uma única matéria se enquadra na categoria Governo, relacionada à Transição de governo, na qual o presidente eleito Lula indica que a Justiça Eleitoral será acionada para saber sobre a explosão de beneficiários do Auxílio Brasil.

Por fim, uma matéria utiliza o termo, mas além de sucinta, não desenvolve argumentação consistente, na qual ‘especialistas consultados pelo Estadão’ (que não são identificados) tentam fazer uma crítica sobre as mudanças de regras a dez dias da votação. As duas colunas são superficiais, não trazem elementos para o debate e utilizam-se do termo “desinformação” de forma irônica.

Correio do Estado 2023 - Considerando o contexto do ano de 2023, primeiro ano do mandato do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o cenário é semelhante ao do ano anterior, polarizado e com desinformação em abundância nas plataformas digitais sobre temas polêmicos que atravessam a política. Também foi semelhante no sentido de consequências reais das campanhas antivacina discutidas nos anos anteriores (queda da cobertura vacinal e dificuldade de alcançar metas de vacinados). Esse foi o ano com mais matérias publicadas pelo CE. A Tabela 8 apresenta a quantidade de itens jornalísticos em cada categoria:

Tabela 8: Classificação das 46 matérias do jornal Correio do Estado em 2023 nas categorias de contexto.

CATEGORIAS	QTDE.	SIGLA
Consequências	2	CE-45; CE-46
Divulgação	0	X
Valorização/crítica ao jornalismo	2	CE-50; CE-89
Problema	3	CE-44; CE-51
Enfrentamento	38	CE-48; CE-49; CE-52 até CE-88
Governo	1	CE-47
Erro de conceito	0	X
Não desenvolve	0	X

Fonte: Elaboração da autora para as finalidades da pesquisa.

As matérias que envolvem consequências tratam do âmbito político e atores sociais que desinformam nas plataformas sociais (uma sobre o Youtuber Monark e outra sobre o ajudante de ordens do ex-presidente Bolsonaro, Mauro Cid).

A valorização do jornalismo se dá em duas matérias, uma notícia e um artigo. A notícia da Agência Brasil enfoca o discurso de defesa e valorização do jornalismo profissional no cenário de combate à desinformação por parte da ministra Rosa Weber. O artigo é sobre ética, jornalismo e desinformação, na qual o termo aparece para indicar que o contexto atual é de “proliferação de *fake news* e desinformação”, ao mesmo tempo em que os jornalistas perderam o protagonismo na transmissão de notícias com as plataformas digitais. O artigo argumenta a favor do jornalismo profissional como forma de combate ao fenômeno.

‘Problema’ refere-se a uma notícia que coloca a desinformação como causa para o número de mortes por Covid-19 em Campo Grande; e uma notícia que utiliza fontes locais (advogados eleitoralistas) para fazer uma avaliação do sistema colaborativo de verificação de informações da rede social X (antigo Twitter) que pode reforçar a desinformação.

Na categoria ‘enfrentamento’, duas matérias realizam um enfrentamento indireto, uma que divulga uma pesquisa sobre escolarização e teorias conspiratórias, e outra pesquisa que discute sobre a necessidade de retomada do protagonismo do Brasil na vacinação.

Depois, tem-se 35 checagens de fatos que se enquadram como enfrentamento direto à desinformação. Sobre as checagens de fatos, há uma quantidade significativa de uso do termo “desinformação” localizado no tópico “Outras checagens sobre o tema”, que elenca uma lista de outros conteúdos checados do mesmo tópico. Isso permite inferir que a quantidade de conteúdos falsos circulantes nas plataformas é abundante, o que torna difícil (senão impossível) checar todas as peças e conteúdos de desinformação.

Das 35 checagens, 27 são de cunho verificativo e 8 de cunho explicativo. Das 27 checagens com cunho de verificação, seis abordam o tema de saúde, sendo cinco sobre a Covid-19 e a vacinação e uma sobre a vacina contra a dengue.

Sete delas são diretamente sobre o presidente Lula. As 16 checagens restantes são temas frequentemente alvo de desinformação relacionadas ao cenário político, mas que não citam diretamente o presidente Lula, são elas: Indígenas (CE-56); Ozonioterapia (CE-58); Desabastecimento de Diesel no Brasil (CE-60); Relação Brasil-Argentina (CE-64); Mobilização de prefeitos (CE-65); Nota fiscal (CE-66); Reforma agrária (CE-68); São Félix, território indígena (CE-75); Doação de dinheiro do Brasil à Palestina (CE-76); Protesto de garimpeiros Bahia (CE-77); Hidrelétrica desligamento de bombas (CE-79); Pink Floyd, Roger Waters e antissemitismo (CE-80); Pau de arara manifestação popular (CE-81); Terminal mesário, voto (CE-85) e Treinamento militar brasileiro (CE-86).

Os textos explicativos abordaram temas como bolsa família (CE-57; CE-87), SUS e transplante de órgãos (CE-63), posição do Brasil no ranking das democracias (CE-67), transposição do Rio São Francisco (Polarização intensifica desinformação sobre transposição do São Francisco (CE-69); marco temporal (CE-71), e reforma agrária (CE-84).

Ainda na categoria de enfrentamento, tem-se um artigo com cunho de educação midiática - também considerada uma forma de enfrentamento; um sobre a 'PL das *Fake News*', no qual o termo aparece como uma crítica ao 'apelido' dado ao projeto de lei, pois "reforça opositores a disseminarem desinformação" em um cenário que se torna cada vez mais urgente frente aos efeitos do mundo digital no cotidiano e necessidade de 'ficar de olho' nas plataformas que permitem essa circulação em massa. E há ainda uma notícia relacionada ao Governo, que tece críticas à queda da vacinação no Brasil, o qual atribui a culpa a propagação de desinformação pelo ex-governo de Jair Bolsonaro

Por fim, foram registradas as palavras que orbitam (aparecem antes ou depois) do termo desinformação durante os quatro anos (2020-2023), com o objetivo de criar nuvens de palavras a fim de condensar informações-chave. Conforme Vilela, Ribeiro e Batista (2020) as representações gráfico-visual permitem visualizar temas predominantes, facilitando a comunicação de ideias complexas, e simplificando a transmissão de informações. A seguir, serão apresentadas as palavras localizadas, que remetem à sentimentos de medo e insegurança, preocupação com a questão e com a facilidade de propagação, e necessidade de enfrentamento à desinformação: "combate"; "disseminação"; "espalhar"; "evitar"; "pesquisa"; "guerrilha política"; "contrapor"; "campanhas"; "propagadores"; "propagação"; "redes"; "ódio"; "onda"; "difusão"; "penas"; "promove"; "vítima"; "dificuldade"; "jornalismo"; "acelerada"; "tecnologia digital"; "perplexidade"; "problema"; "muita"; "verificar"; "pervasiva"; "atinge"; "compartilhamento"; "esclarecer"; "colaborar"; "Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação"; "teorias conspiratórias"; "populismo autoritário"; "detectar"; "minimizar efeitos"; "produção sistêmica"; "divulgação massiva"; "movimento antivacina"; "sistema"; "peças"; "família da desinformação"; "óbitos"; "doenças"; "enfrentamento"; "governo"; "desafio"; "veiculação"; "medo"; "alvos"; "induzir"; "tática"; "polarização"; "política"; e "prevenir". A figura 3 abaixo é a nuvem de palavras formada com os termos localizados:

Campo Grande News 2020 - Considerando o contexto do ano de 2020 (início da pandemia de Covid-19, e no Brasil, ano de eleições municipais), observou-se a presença de temas voltados ao enfrentamento à desinformação, seja por meio de ferramentas ou de consequências judiciais mais severas à propagadores. A temática da saúde (Covid-19) foi dominante, seguida por política (eleições municipais). Nos artigos, constatou-se que o tema dominante foi a saúde. A Tabela 9 apresenta a quantidade de itens jornalísticos em cada categoria de contexto:

Tabela 9: Classificação das 46 matérias do jornal Campo Grande News em 2020 nas categorias de contexto.

CATEGORIAS	QTDE.	SIGLA
Consequências	6	CGN-4; CGN-10; CGN-15; CGN-17; CGN-19; CGN-33
Divulgação	3	CGN-1; CGN-7; CGN-21
Valorização/crítica ao jornalismo	3	CGN-13; CGN-37; CGN-38
Problema	18	CGN-2; CGN-3; CGN-5; CGN-6; CGN-8; CGN-11; CGN-12; CGN-20; CGN-23; CGN-25; CGN-26; CGN-35; CGN-39; CGN-41; CGN-43; CGN-44; CGN-45; CGN-46
Enfrentamento	8	CGN-9; CGN-27; CGN-28; CGN-29; CGN-30; CGN-31; CGN-32; CGN-34;
Governo	4	CGN-14; CGN-16; CGN-40; CGN-36
Erro de conceito	2	CGN-18; CGN-42
Não desenvolve	2	CGN-22; CGN-24

Fonte: Elaboração da autora para as finalidades da pesquisa.

As consequências apresentam questões de âmbito local e mais amplas também. As que apuram acontecimentos locais são referentes à política e eleições, apresentando atores sociais propagadores de desinformação que foram punidos pela justiça por essa razão. A primeira é uma notícia informativa sobre as consequências de se espalhar desinformação sobre a Covid-19 (processo). Na sequência, uma sobre o ‘blogueiro bolsonarista’ Oswaldo Eustáquio Filho (caso citado em análise anterior); outra sobre um caso jurídico que ocorreu em uma cidade no interior do estado, Costa Rica, de desinformação sobre as eleições; e uma que reforça que o problema das *fake news* está no foco da Justiça eleitoral de MS. As mais amplas, uma notícia sobre uma ação do *WhatsApp* de banir 256 contas propagadoras de desinformação e um artigo que tece uma crítica a médicos que propagam desinformação.

Com relação às divulgações de ferramentas de enfrentamento, duas delas se atém a propostas e ferramentas desenvolvidas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que objetivam enfrentar a desinformação. E a última enquadra o discurso do ministro Luís Roberto Barroso que justifica a causa da ‘baixa circulação de desinformação’ nas eleições de 2020 como efeito de formas de enfrentamento aplicadas à época.

Há um grupo de matérias que compõem a categoria de valorização ou crítica ao jornalismo. Naquele ano, há uma notícia referente a um pastor defensor da cloroquina que foi internado no CTI por Covid-19, na qual o termo aparece entre aspas na citação direta da fonte (o próprio pastor) tecendo uma crítica à ‘mídia alarmista e negacionista quanto ao tratamento precoce’, logo, entende-se como uma crítica à mídia. Vale reforçar que essa matéria demonstra a possibilidade de subversão da lógica e incorporação de discursos envolvendo o enfrentamento à desinformação pelos próprios desinformadores. Afinal, o pastor é publicamente a favor da cloroquina e ao tratamento precoce (comprovadamente não eficaz contra a Covid-19), assim como apoia a abertura do comércio, ao mesmo tempo, utiliza o discurso de combate à desinformação voltado aos próprios interesses, criticando o trabalho jornalístico a partir da sua visão e mundo. Dois artigos que aparecem nessa categoria são: um que defende o jornalismo profissional desdobrando-se sobre a questão do interesse público, e outro que tece uma crítica à mídia sensacionalista que pode trazer problemas à sociedade tanto quanto a desinformação motivada.

São dezoito matérias que se enquadram na categoria Problema. A maioria sobre saúde, seguida da política. São oito notícias, duas matérias sobre a dificuldade de cumprir as regras da quarentena em Campo Grande. Uma notícia sobre uma ação de compra de máscaras que ocorreu no interior do estado na cidade de Maracajú; uma sobre acessibilidade e educação; uma sobre orientações da saúde para evitar problema; uma sobre a desinformação ser uma barreira no tratamento da Covid-19; uma que utiliza o termo num contexto cotidiano sobre ignorar pessoas que opinam com base em desinformação; e uma reportagem elaborada e contextualizada sobre o número de crianças que dão a luz em relação ao número de pedidos de aborto legal.

Ainda na categoria problema, foram contabilizados seis artigos, todos envolvendo ciência e a Covid-19 em algum nível. Os temas de cada um são: a ciência estatística; o processo do fazer científico; o impacto da Covid-19 no trabalho; a dificuldade de cumprir isolamento social e utilizar máscara; a corrida da produção da vacina e um que tece uma crítica ao modo de aferir a temperatura nos estabelecimentos.

Na categoria de enfrentamento, foram encontradas nas abordagens indiretas, uma notícia que divulga uma pesquisa sobre os perigos do acesso à internet exclusivo pelo celular e os números no Brasil; e um artigo que busca elucidar sobre o processo científico, com um claro e objetivo posicionamento pró-ciência e educação. Aparecem seis artigos sobre enfrentamento direto, todos com enfoque em educação midiática. Os temas abordados em cada artigo são: a) conceitos e discussões sobre desinformação, *fake news*, desonestidade intelectual e pós-verdade; b) processos de produção midiática e jornalísticas, desintermediação e comunicação pelas plataformas digitais; c); um sobre a urgência de enfrentar a desinformação; d) explicação do conceito de infodemia e os efeitos do excesso de desinformação durante uma pandemia; e) desdobramentos sobre grupos organizados que disseminam desinformação de forma estruturada e possibilidades de regulação midiática; f) os desafios da comunicação digital em tempos de crise de saúde pública.

As matérias referentes ao Governo, duas notícias - ambas sobre o discurso do ex-presidente Bolsonaro culpabilizando indígenas e caboclos pelas queimadas do Pantanal e Amazônia, ao mesmo tempo, colocam seu governo como vítima de “campanhas brutais de desinformação”. Foram registrados dois artigos, um que se manifesta cientificamente contra os cortes na ciência e educação pelo ex-governo Bolsonaro em um momento de pandemia, e outro que reflete sobre a complexa situação da pandemia, que piora ainda mais pela desinformação ‘vinda do próprio governo’.

Um erro de conceito ocorre na notícia referente aos ‘vanzeiros’, na qual utiliza desinformação como sinônimo de “entendimento errado”. E dois artigos na qual a argumentação sobre o uso do termo não ocorre. Um sobre saúde, que coloca a desinformação como centro do debate, mas não desenvolve o argumento e ainda utiliza uma argumentação superficial e rasa de que a solução é ‘informação de qualidade’. Outro que utiliza o termo como contexto no título, mas não desenvolve nada no corpo do texto sobre a questão.

Campo Grande News 2021 - A pandemia de Covid-19 se estendeu pelo ano de 2021, junto à produção da vacina e início do processo de vacinação contra o coronavírus, temas que foram alvos frequentes de desinformação nas plataformas digitais, principalmente por grupos conspiracionistas, negacionistas e o movimento antivacina. As matérias do Campo Grande News de 2021 demonstram preocupação com a descrença na vacina e realiza um movimento contrário à desinformação envolvendo a vacina. Ademais, o termo foi abordado nas temáticas de saúde (Covid-19 e vacinação), cotidiano, cultura, tecnologia, educação e política. Assim

como no ano anterior, o foco são os acontecimentos locais, há entrevistas com fontes oficiais e não oficiais locais e contextualização dos dados e acontecimentos, o que permite discussões com abordagens mais críticas.

Nos artigos (que seguem o mesmo padrão do ano anterior), as temáticas da saúde, da ciência e da comunicação mantiveram-se em alta. Os autores tratam a desinformação como um problema que atravessa a sociedade de forma profunda, alcançando tanto os debates sociais como os científicos. No contexto da pandemia, se mostra prejudicial e incentiva formas de combate ao vírus. Também defende a vacinação, buscando explicar sobre métodos e testes científicos e a importância da ciência em cenários de crise. Segue abaixo a Tabela 10 que indica a quantidade de itens jornalísticos em cada categoria:

Tabela 10: Classificação das 40 matérias do jornal Campo Grande News em 2021 nas categorias de contexto.

CATEGORIAS	QTDE.	SIGLA
Consequências	3	CGN-55; CGN-56; CGN-83
Divulgação	5	CGN-52; CGN-57; CGN-62; CGN-65; CGN-71;
Valorização/crítica ao jornalismo	1	CGN-74
Problema	16	CGN-48; CGN-50; CGN-51; CGN-53; CGN-54; CGN-59; CGN-69; CGN-70; CGN-72; CGN-76; CGN-77; CGN-81; CGN-82; CGN-84; CGN-85; CGN-86
Enfrentamento	12	CGN-49; CGN-58; CGN-63; CGN-64; CGN-66; CGN-67; CGN-68; CGN-73; CGN-75; CGN-78; CGN-79; CGN-80
Governo	2	CGN-60; CGN-61
Erro de conceito	1	CGN-47
Não desenvolve	0	X

Fonte: Elaboração da autora para as finalidades da pesquisa.

Há duas matérias sobre consequências, uma refere-se à possibilidade de consequência prática da desinformação ao relatar o óbito de uma mulher negacionista por Covid-19, e outra narra uma situação política em que houve desinformação e a consequência foi de ‘instabilidade entre os poderes’.

São cinco itens de divulgação, sendo quatro notícias e um artigo. As notícias divulgam a atuação de bibliotecárias no enfrentamento à desinformação em MS; as mudanças no Instagram e *Facebook* voltadas ao combate a conteúdos falsos; uma obra audiovisual

produzida por uma sul-mato-grossense que vai abordar transtornos mentais e desinformação; e a divulgação da Lei municipal mês de combate às “fake news”. O artigo também discorre sobre a atuação bibliotecária na pandemia de covid-19 em um cenário de desinformação.

Uma crítica construtiva é feita ao jornalismo no artigo CGN-74, que discute justamente uma notícia publicada com esse título (afirmativo) e a seriedade de averiguar a fundo tais afirmações.

O grupo de matérias da categoria Problema apresenta seis notícias. Há uma notícia que aborda o tema tabu, cannabis; uma sobre a dificuldade de cumprir a quarentena em Campo Grande; outra explica sobre vacinas remanejadas em MS; uma sobre educação e apostila das escolas municipais de Campo Grande; e uma sobre o óbito de um menino de 3 anos também na Capital. São sete artigos, dos quais seis abordam a temática da pandemia de Covid-19 e como a política e a polarização atravessam tal problema, e um trata sobre a liderança no ambiente de trabalho.

Na categoria de enfrentamento, encontram-se formas diretas e indiretas que contrapõem a desinformação. São quatro notícias que atuam no enfrentamento indireto, três que divulgam pesquisas voltadas a saúde (Fiocruz e desafios que o movimento antivacina trouxe; uma que explica que as mortes de pessoas vacinadas contra a Covid-19 são raras; e uma pesquisa de âmbito local sobre uso de cloroquina e ivermectina no tratamento precoce), e uma instrutiva sobre segurança digital. São sete artigos, sendo cinco com enfrentamento indireto, no qual todos falam sobre saúde, ciência, Covid-19, desinformação e se posicionam de forma pró ciência e educação; um de educação midiática sobre os processos e produtos midiáticos brasileiros; e um que responde algumas desinformações específicas sobre a pandemia.

São duas matérias sobre o Governo, uma sobre a decisão do MP que altera o Marco Civil da Internet e outra sobre a passagem do ministro Dias Toffoli por Campo Grande, que critica as campanhas de desinformação feitas pelo ex-governo Bolsonaro.

Por fim, encontrou-se um erro de conceito, no qual o termo foi usado em uma situação cotidiana que ocorreu em Campo Grande envolvendo a CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas de MS), que na verdade designa um erro de entendimento ou comunicação, e não uma desinformação politicamente motivada para causar dano.

Enquanto no ano anterior (2020) foi-se discutida a necessidade de enfrentamento à desinformação, no ano de 2021 a discussão se amplia para o incentivo de práticas específicas de enfrentamento, como a verificação de fatos. Entende-se como um desenvolvimento

progressivo da problemática na discussão da opinião pública, que vai desbravando esse ecossistema da desinformação. Ou seja, no primeiro ano, falava-se da necessidade de combate, no segundo fala-se de formas específicas de enfrentamento como a verificação de fatos, demonstrando que o indivíduo pode fazer sua parte também para evitar profusão de informações falsas, fala de forma mais direta com o indivíduo.

Nas notícias o termo “desinformação” aparece para indicar problemas que atingem de forma negativa a sociedade, para apontar a necessidade urgente de “combate à desinformação” e possíveis caminhos/formas de enfrentamento. O termo é associado a palavras que indicam problemas para a população e a necessidade urgente de enfrentamento ao fenômeno com ações educativas e verificação de fatos,

Campo Grande News 2022 - Considerando o contexto do ano de 2022, a temática da desinformação foi relacionada principalmente à política, tecnologias e saúde. Além das eleições presidenciais polarizadas, foi um ano de consequências das campanhas anti vacina citadas nos anos anteriores. As notícias analisadas sobre a saúde continuam a aparecer com tom de preocupação com a desinformação, apontada como algo prejudicial e perigoso para a saúde da população, principalmente pela considerável queda vacinal provocada por campanhas anti vacinação e de negacionismo científico (como foi possível analisar nas notícias de 2020 e 2021). Ademais, a desinformação atravessou também a temática da tecnologia, principalmente as plataformas digitais.

Outra consideração é que o jornal realizou apurações de acontecimentos locais de Campo Grande e construiu notícias com entrevistas a profissionais de Mato Grosso do Sul e contextualização dos dados, o que permite discussões com abordagens mais críticas e com cunho educativo/instrutivo. Segue abaixo a Tabela 11 que indica a quantidade de itens jornalísticos em cada categoria:

Tabela 11: Classificação das 47 matérias do jornal Campo Grande News em 2022 nas categorias de contexto.

CATEGORIAS	QTDE.	SIGLA
Consequências	8	CGN-87; CGN-88; CGN-92; CGN-93; CGN-94; CGN-111; CGN-112; CGN-129
Divulgação	15	CGN-89; CGN-90; CGN-97; CGN-98; CGN-99; CGN-100; CGN-103; CGN-106; CGN-107; CGN-108; CGN-109; CGN-110; CGN-131; CGN-132; CGN-133
Valorização/crítica ao jornalismo	1	CGN-114;

Problema	14	CGN-91; CGN-101; CGN-102; CGN-104; CGN-113; CGN-115; CGN-116; CGN-117; CGN-122; CGN-124; CGN-126; CGN-128; CGN-130
Enfrentamento	6	CGN-118; CGN-119; CGN-120; CGN-123; CGN-125; CGN-127
Governo	1	CGN-121
Erro de conceito	3	CGN-94; CGN-95; CGN-96
Não desenvolve argumentação	0	X

Fonte: Elaboração da autora para as finalidades da pesquisa.

As consequências da desinformação se refletem em oito matérias, sete notícias e um artigo. As notícias são voltadas a política e consequências de propagar desinformação nesse contexto. Ocorreu no período de fevereiro à março de 2022 a situação problemática envolvendo o aplicativo de mensagens instantâneas Telegram e o STF, na qual o dono do aplicativo negou aderir ao Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação no Âmbito da Justiça Eleitoral, que visa uma parceria entre Estado e plataformas para evitar desinformação principalmente relacionado ao processo eleitoral presidencial. Portanto, é um assunto que aborda práticas (aderir ao programa) de enfrentamento à desinformação, consequências judiciais para plataformas que se recusarem, e preocupação em como isso pode afetar as eleições presidenciais. Há outra notícia que demonstra as consequências judiciais de propagar desinformação nas plataformas digitais (para as plataformas, é derrubar perfis de propaguem desinformação em massa). E um artigo que fala sobre médicos que propagam desinformação nas mídias sociais e o impacto disso. Todas são voltadas à política e às eleições presidenciais. Campanhas e acordos envolvendo o enfrentamento à desinformação nas redes sociais, debates e palestras sobre o tema, a criação de aplicativos para conferir informações referentes à eleição, o incentivo e reforço à checagem de fatos, e canais de denúncia compõem as temáticas das matérias.

E há uma notícia de valorização ao jornalismo (local) no contexto da desinformação.

Na categoria Problema encontra-se a maior concentração de matérias do período (12). A temática predominante é saúde, seguida por política. São seis itens entre notícias e artigos sobre vacinação (vacinação infantil, baixa cobertura vacinal de todas as vacinas, vacina de Covid-19, vacina de HPV, vacinação entre a guerra na Ucrânia), e uma matéria sobre câncer de pele. Com relação à política, identifica-se uma matéria sobre o desempenho de Simone Tebet e de Soraya Thronicke no debate presidencial, enquadrando o termo na pergunta de

Vera Magalhães à Ciro, que teve uma reação do ex-presidente Bolsonaro agressiva com a jornalista, e outra sobre as eleições presidenciais terem sido ‘manchadas’ pela desinformação. Ainda na categoria Problema, há ainda um artigo sobre o negacionismo climático, um sobre acessibilidade de pessoas com deficiência, e um que reflete sobre arquitetura neoliberal e apagamento de história e cultura.

Foram identificadas matérias com cunho de enfrentamento direto e indireto. São três artigos de enfrentamento indireto, no sentido de se posicionarem a favor da ciência e da valorização da vacinação. E três artigos de enfrentamento direto pois são considerados de educação midiática (um abrange o âmbito das plataformas digitais, um sobre infodemia, crises e desafios do diálogo da ciência e da sociedade e um sobre a posição do Brasil no ranking da desinformação). Ademais, há um artigo que reflete sobre a pandemia e a humanidade, na qual critica a desinformação propagada pelo ex-governo Bolsonaro durante a pandemia.

Foram identificadas três notícias que utilizam o termo “desinformação” como sinônimo de “falta de informação” e “confusão”. Um aconteceu no interior do estado, em Ponta Porã, em uma situação policial, e dois estão ligados à política local do MS.

Nas notícias o termo “desinformação” está associado a palavras que indicam principalmente o aumento de desinformação em circulação e preocupação como,

Campo Grande News 2023 - Considerando o contexto do ano de 2023 (primeiro ano do mandato do presidente Lula, atos antidemocráticos e terroristas em 8 de janeiro e a ascensão de ferramentas de Inteligência Artificial), o termo apareceu em itens que abordam temas de política, problemas com plataformas digitais, e demonstra estar cada vez mais presente em situações do cotidiano. Aparecem temas como ataques em escolas, educação, ciência, educação midiática, acessibilidade, vacinação, inteligência artificial (chatGPT), *deepfakes*, *fake news*, pós-verdade, teorias da conspiração, negacionismo científico e outros conteúdos e fenômenos que compõem o ecossistema da desinformação. Segue abaixo a Tabela 12 que indica a quantidade de itens jornalísticos em cada categoria:

Tabela 12: Classificação das 50 matérias do jornal Campo Grande News em 2023 nas categorias de contexto.

CATEGORIAS	QTDE.	SIGLA
Consequências	5	CGN-144; CGN-145; CGN-159; CGN-162; CGN-180
Divulgação	6	CGN-136; CGN-137; CGN-138; CGN-140; CGN-147; CGN-181

Valorização/crítica ao jornalismo	2	CGN-170; CGN-173
Problema	19	CGN-134; CGN-139; CGN-141; CGN-142; CGN-143; CGN-146; CGN-148; CGN-150; CGN-153; CGN-154; CGN-160; CGN-163; CGN-167; CGN-171; CGN-174; CGN-177; CGN-179; CGN-182; CGN-183
Enfrentamento	14	CGN-149; CGN-151; CGN-155; CGN-156; CGN-157; CGN-158; CGN-161; CGN-164; CGN-165; CGN-166; CGN-168; CGN-169; CGN-175; CGN-176
Governo	2	CGN-135; CGN-178
Erro de conceito	1	CGN-172
Não desenvolve argumentação	1	CGN-152

Fonte: Elaboração da autora para as finalidades da pesquisa.

As consequências abrangem política e saúde. Duas envolvendo o Telegram (que volta a disseminar desinformação, agora sobre a PL das *fake news* aos usuários) e uma sobre saúde, que discorre sobre as consequências da desinformação no âmbito da saúde e da vacinação.

Há cinco matérias de Divulgação, que abordam temas como redes sociais, regulação da internet e das plataformas, planos de combate a ataques e ameaças nas escolas e divulgação de ações científicas da UFMS.

Em Valorização, tem-se matérias que se desdobram sobre ética, jornalismo e interesse público em tempos de infodemia; Inteligência artificial, e desinformação, com argumentação favorável à importância do jornalismo profissional nesse contexto.

A maioria das matérias se enquadra em Problemas, e perpassam diversos temas, como compra de seguros, religião, tentativa de retomada da vacinação, baixa na vacinação de HPV, acessibilidade e síndrome de Down, manifestação de professores em Campo Grande, usos da inteligência artificial de ChatGPT, nutrição, crise climática, e queimadas no pantanal.

Em sequência no ranking, tem-se a categoria Enfrentamento, com reflexões sobre desinformação e democracia, educação midiática, pró-ciência, posicionamento contra desinformação, checagem de fatos, saúde, regulamentação da inteligência artificial no contexto eleitoral, *deepfakes*, educação e pensamento crítico e liberdade de expressão.

Há uma matéria na categoria Governo referente aos ataques do dia 8 de janeiro de 2023 responsabilizando o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Por fim, foi constatado que há uma notícia em que o termo aparece no título, mas no corpo do texto a palavra não é citada novamente (nem há correlação), portanto, embora a notícia tenha um tema relevante, o termo só aparece no título, e não é desenvolvido, nem

apontado o problema envolvendo a desinformação, nem de quais conteúdos se trata. É utilizado também no corpo do texto “falta de informação”, o que leva a reflexão se a palavra desinformação está ligada a conteúdos intencionais ou a um erro de conceito que quer representar ausência de informação. Foi colocada na categoria de “não desenvolve argumentação”, visto que o termo nem aparece e também não desenvolve a ‘falta de informação’

A Tabela 13 apresenta a quantidade numérica e percentual de itens jornalísticos publicadas pelos dois portais nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 para visualização geral do contexto em cada categoria:

Tabela 13: Quantidade total de matérias publicadas pelo Correio do Estado e Campo Grande News em cada categoria de contexto nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023.

CATEGORIAS	QTDE.	PORCENTAGEM
Enfrentamento	93	34,19%
Problema	76	27,95%
Divulgação	36	13,23%
Consequências	31	11,39%
Governo	12	4,41%
Valorização/crítica ao jornalismo	11	4,04%
Erro de conceito	7	2,57%
Não desenvolve	6	2,20%

Fonte: Elaboração da autora para as finalidades da pesquisa.

Por fim, foram registradas as palavras que orbitam o termo desinformação durante os quatro anos (2020-2023) no Campo Grande News. A seguir, serão apresentadas as palavras localizadas, que remetem à sentimentos de medo, insegurança, caos, preocupação com o problema e consequências, facilidade de propagação e relação com as tecnologias digitais e inteligência artificial, e necessidade de enfrentamento à desinformação e punição aos propagadores: “propagação”; “difusão”; “disseminação”; “negacionismo científico”; “combate”; “pânico”; “medo”; “teorias da conspiração”; “espalhar”; “compartilhar”; “campanhas”; “antivacina”; “Covid-19”; “HPV”; “politicamente motivada”; “redes sociais”; “gabinete do ódio”; “discursos de ódio”; “obstáculo”; “barreira”; “contra”; “confusão”; “polarização”; “preconceitos”; “catastrófico”; “problema”; “morte”; “ansiedade”; “jornalismo”; “intencionalidade”; “ameaças”; “prática”; “onda”; “pós-verdade”; “pós-

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou como a desinformação é pautada na cobertura midiática dos portais on-line de notícias de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Correio do Estado e Campo Grande News, tema que ganhou visibilidade nos últimos anos, principalmente envolvendo acontecimentos na área da saúde pública e da política. Como se observou, a desinformação está cada vez mais presente no debate público, e isso se reflete nas notícias publicadas nos jornais analisados. As plataformas digitais são canais de circulação de desinformação constante, que preocupam as instituições, visto a capacidade de influência que a configuração expressiva do discurso desinformativo tem de se tornar pragmática, prejudicando o desenvolvimento social com consequências irreversíveis (Silva, 2021).

Dada a potencialidade de alcance dos portais de notícia locais analisados (conforme o site de serviços *web analytics* Similar Web, o Correio do Estado tem a média de 1 milhão de acessos mensais, enquanto o Campo Grande News tem a média de 4 milhões de acessos mensais) considera-se que foram encontrados textos jornalísticos relevantes que apresentaram enfrentamento ao problema. No entanto, também tiveram textos jornalísticos que se mostram inertes frente à desinformação, refletido em textos superficiais. Com suporte no referencial teórico apresentado ao longo deste trabalho, observou-se que o tema é tratado e pautado de forma distinta pelos veículos analisados (apesar de os textos demonstrarem, principalmente, preocupação com o problema e necessidade de enfrentamento à desinformação).

Foi possível observar também que a desinformação é pervasiva e elástica, pois trata-se de um fenômeno social coletivo que graças a internet e as plataformas digitais, se espalha e penetra facilmente em diversas temáticas (política, saúde, educação, cultura, tecnologia, cotidiano, esporte) causando caos, prejuízos, insegurança, medo e atrapalhando o desenvolvimento social. Outrossim, a análise dos dados indica que a desinformação alcança desde assuntos mundiais e polêmicos como a Covid-19 e as eleições presidenciais no Brasil, ocupando lugar central e complexo nas discussões, até questões e acontecimentos cotidianos e singulares de Campo Grande e do interior de Mato Grosso do Sul.

A primeira característica distinta observada é a **frequência** de aparição do termo em cada jornal. O Correio do Estado apresenta inconstância no número de publicações nos anos analisados. Foram contabilizadas 89 matérias (entre formatos informativos e opinativos), sendo apenas 12 de cobertura local. Há uma queda de 70% no número de publicações do primeiro (2020) para o segundo (2021) ano, sendo que em 2020 o jornal publicou 10 matérias

e em 2021, apenas três. Em 2022 foram publicadas 30 matérias, já no último ano de análise (2023) foram 46 publicações. O Campo Grande News, por sua vez, utilizou o termo com mais frequência e constância nos anos analisados, com tendência crescente. Foram contabilizadas 183 matérias (entre formatos informativos e opinativos), sendo publicadas 46 matérias em 2020; 40 em 2021; 47 em 2022 e 50 em 2023. A cobertura de acontecimentos locais também é superior, sendo 54 notícias de âmbito local.

Na sequência, verificou-se que houve **temáticas semelhantes e distintas** abordadas nos portais de notícia. A desinformação, com sua pervasividade, perpassa uma gama ampla de assuntos e temas em diferentes graus, se estendendo desde grandes acontecimentos, até os mais específicos e locais. O Campo Grande News tende a acompanhar as agendas midiáticas de cada ano analisado (pandemia de Covid-19, ataques à vacinação, cobertura das eleições presidenciais, inserção da inteligência artificial no cotidiano), e ao mesmo tempo demonstra que o uso do termo se torna cada vez mais popular e se desloca para situações cotidianas (que não representam o real significado do conceito).

Em 2020 e 2021 os assuntos abordados pelo Campo Grande News se concentraram principalmente em saúde, ciência, educação, e educação midiática, relacionados às questões da pandemia de Covid-19 e ao processo de produção da vacina e início da vacinação contra o coronavírus. Nos anos 2022 e 2023, os artigos passam a discutir sobre os efeitos da desinformação na saúde, principalmente a queda da cobertura vacinal de todas as vacinas e a aparição de doenças que não eram vistas há 30 anos. Explora também outros aspectos envolvendo a desinformação, como acessibilidade de pessoas com deficiência, nutrição, arquitetura, política e com maior ênfase assuntos de tecnologia (principalmente plataformas digitais e inteligência artificial). No total (dos quatro anos), foram registradas 32,2% de matérias voltadas à saúde; 25,6% em política; 13,1% em educação midiática, e 8,1% em educação e pesquisa. Em menor quantidade, foram abordados temas como judicial/criminal (5,4%); tecnologia (4,9%); ciência (4,9%), meio ambiente (2,1%); cultura/arte (1,6%); economia (1%) e religião (0,54%).

Em contrapartida, nos dois primeiros anos (2020 e 2021), o jornal Correio do Estado não publicou matérias relacionadas à pandemia de Covid-19, apenas voltadas à política de âmbito nacional. Embora a parceria com o Projeto Comprova tenha sido anunciada em 2020, as checagens passaram a ser repostadas em 2022. Nesse sentido, no terceiro e quarto ano (2022 e 2023) o termo aparece majoritariamente (35 de 46 matérias) nas checagens de fatos, que também tem cunho político de âmbito nacional. Durante os quatro anos, a maioria das

publicações - 70,7% - são sobre política (nacional), seguidos por saúde (14,6%) e abordagens de educação midiática (8,9%). Em menor número, aparecem publicações sobre tecnologia (2,2%), educação e pesquisa (2,2%) e economia (1,1%).

Outra distinção foram as **formas de enfrentamento à desinformação em cada jornal**. O CE firmou parceria com o Projeto Comprova de checagem de fatos, anunciado em 2020 pelo jornal, mas foram localizadas checagens contendo o termo ‘desinformação’ a partir de 2022. As checagens não são realizadas por jornalistas do CE, mas sim por jornalistas do Projeto Comprova, portanto, o trabalho de checagem de fatos é terceirizado pela parceria que possui. A intenção da pesquisa não é minimizar a escolha de posicionamento do CE frente ao enfrentando à desinformação, visto que a produção do Projeto Comprova é transparente, comprometida e exerce um bom serviço checando conteúdos importantes e de impacto público. Contudo, pontua-se que os acontecimentos de âmbito local que envolvem desinformação não são apurados, checados e muito menos divulgados. Ou seja, quando se resgata da parte teórica a função do jornalismo de proximidade para a comunidade local, observa-se que isso não se concretiza no CE.

Em compensação, o CGN opta por uma abordagem de enfrentamento diferente frente à desinformação. Além de exercer o jornalismo de proximidade ao apurar acontecimentos locais envolvendo a desinformação com diversidade de fontes, coloca-se de forma crítica contra tal fenômeno, desdobrando-se sobre os problemas, consequências da desinformação, e incentivando ações, ferramentas e projetos de enfrentamento de âmbito local. Ademais, publica um volume alto de artigos (64 textos de 183) escritos por pesquisadores, de cunho educativo, pró-ciência, e educação midiática, consequentemente se posicionando contra o negacionismo científico, movimento antivacina, teorias conspiratórias e a desinformação.

Com o cumprimento da metodologia foi possível ter uma perspectiva de como cada portal de notícia se **posiciona** frente à desinformação. O Correio do Estado tem um posicionamento voltado principalmente à política nacional, mas pouco explora a temática da desinformação, especialmente em âmbito local. Sua abordagem é superficial, com matérias escassas de informação, pouca consulta a fontes locais, ausência de orientação e instrução (de como realizar denúncias contra a desinformação, por exemplo), ausência de posicionamento crítico, e que incentive os cidadãos a se engajar no enfrentamento a desinformação, além de terceirizar o serviço de checagens, praticamente não explora acontecimentos de âmbito local de Campo Grande envolvendo a desinformação.

O Campo Grande News, por outro lado, apresenta posicionamento mais presente frente à desinformação, pois realiza apurações locais com informações de interesse público, diversidade de fontes locais consultadas, presença de orientação e instrução (de como lidar e realizar denúncias contra a desinformação), divulga iniciativas de enfrentamento locais, e incentiva os cidadãos estarem atentos, consumir conteúdos de alfabetização midiática, e enfrentar à desinformação. Este portal de notícias se alinha aos acontecimentos e assuntos de interesse locais da capital e cidades do interior do estado de Mato Grosso do Sul, abordando diversas temáticas. Não obstante, publica conteúdos de cunho científico, educação midiática. Os textos têm claro posicionamento de valorização da educação e da ciência, buscam explicitar os fazeres científicos e contrapor movimentos antivacina e negacionismo científico. Com relação à comunicação e educação midiática, abordam diversos aspectos midiáticos, digitais e informacionais.

As formas como o termo aparece nos itens jornalísticos dos dois portais de notícia analisados foram reconhecidas a partir das categorias de contexto, que permitem observar uma tentativa de contribuir para o enfrentamento à desinformação, para o avanço do debate, e implementação de políticas de educação midiática. Isso porque a categoria em que o termo mais aparece é “Enfrentamento”, contando com 93 matérias de 272, ou seja, 34,19% dos conteúdos postados enfrentam a desinformação.

A categoria “Problema” ocupa o segundo lugar, com 27,95% das matérias, o que indica a preocupação das instituições com o fenômeno, e atinge de forma negativa toda a sociedade, atrapalhando o desenvolvimento social (como por exemplo, prejudica processos eleitorais, incita violência e indignação, e contribui para a queda da cobertura vacinal e reaparecimento de doenças).

Na sequência, o contexto em que o termo mais aparece é na categoria “Divulgação”, com 13,23% das publicações, o que permitiu observar que atualmente existem diversos projetos, ações propostas e ferramentas de enfrentamento à desinformação, em diferentes frentes e áreas (saúde, política, tecnologia, educacional) em âmbito local e nacional.

Em quarto lugar, a categoria “Consequências” representa 11,39% das matérias. Pelo estudo dos textos, punições judiciais e penais são cada vez mais aplicadas, tanto para o indivíduo como para grandes empresas (principalmente quando há utilização de discurso falso proferido nas plataformas digitais). Ademais, também se demonstra que as consequências negativas da desinformação atingem e perturbam cada vez mais a sociedade.

Em seguida, a categoria “Governo” consta com 4,41% das publicações, representa as matérias que utilizam o termo para acusarem o governo de propagar desinformação, e também o contrário, o governo se utiliza do discurso de vítima da desinformação.

Em quinto lugar, a categoria “Valorização ou crítica ao jornalismo” é composta por 4,04% das matérias, demonstrando que há pouca movimentação em torno de críticas construtivas e defesa do jornalismo profissional.

A categoria “Erro de conceito” é representada por 2,57% das matérias. Apesar de ser uma porcentagem baixa comparada aos outros, permite observar que o termo passa a integrar de forma gradual o cotidiano, e assim como *‘fake news’*, o conceito de desinformação também começa a ser utilizado no senso comum, na maioria das vezes de forma errônea sendo usado como sinônimo de falta de informação, entendimento errado, ou situações que claramente não se tratam de desinformação politicamente motivada para enganar.

Por fim, a categoria em que o termo menos aparece “Ausência de argumentação” engloba 2,20% das matérias totais, demonstrando que foram poucos casos em que o termo foi usado ou sem motivação, ou apenas para chamar atenção dos leitores.

Devido à importância do jornalismo de proximidade no enfrentamento à desinformação para a população local, os jornais Correio do Estado e Campo Grande News no período de 2020 a 2023 apresentam um desenvolvimento gradual de argumentação mais elaborada frente às problemáticas da desinformação. O que nos primeiros dois anos era tratado com tom de desconhecimento e certa inércia frente ao problema, nos últimos dois anos passa a ser tratado não só como problema, mas como crime pelas instituições democráticas, e por diversas fontes entrevistadas, além de um perceptível incentivo a contraposição da desinformação.

No geral, observa-se avanço na discussão sobre as formas de enfrentamento e punições judiciais, e de forma simultânea, o avanço da incorporação do discurso da desinformação por desinformadores e políticos que não se beneficiam com o enfrentamento. Nesse contexto, o jornalismo local, a informação de proximidade e a comunicação transparente são ainda mais fundamentais para a manutenção do regime democrático e do desenvolvimento local. Portanto, faz-se necessário um posicionamento cada vez mais firme e incisivo contra a desinformação - em suas mais diversas formas e possibilidades - com produções qualificadas, contextualizadas e com ações diretas de alfabetização midiática com os cidadãos.

Foi possível articular informações que constam nos itens jornalísticos com conceitos e informações dos capítulos teóricos desta dissertação. Alguns exemplos de assuntos tratados de forma semelhante foram: infodemia, formas e usos de diferentes tipos de estratégia para propagar desinformação; o papel de grupos coordenados, das plataformas digitais e dos algoritmos da propagação de desinformação; pós-verdade; história da desinformação; bolhas de informação; ecossistema da desinformação; polarização; negacionismo; teorias da conspiração; entre outros. Também foram localizados termos que não constam na parte teórica, mas também cerceia o fenômeno da desinformação, como “negativa intelectual”; “desonestidade intelectual” e “agnostologia”.

Considerando que a pesquisa fez a escolha metodológica de analisar matérias em dois jornais da capital, estado do Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste do Brasil, seus resultados não podem ser generalizados para todas as regiões do país. Por fim, considera-se que os objetivos a que este estudo se propôs foram devidamente alcançados, uma vez que com as análises foi possível identificar os gêneros jornalísticos; a frequência; às temáticas; as formas de enfrentamento; o posicionamentos; e as formas de uso do termo desinformação nos itens jornalísticos veiculados pelos jornais on-line Correio do Estado e Campo Grande News no período de 2020 a 2023.

REFERÊNCIAS

ABERNATHY, Penelope. The rise of a news media baron and the emerging threat of news deserts. Chapel Hill: University of North Carolina Press. 2016. Disponível em: <http://hussman.unc.edu/news/rise-new-media-baron-and-emerging-threat-news-deserts>.

Acesso: 20 jun. 2022.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

ALVES, Marcelo. **Desarranjo da visibilidade, desordem informacional e polarização no Brasil entre 2013 e 2018**. 2019. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/15381>. Acesso em: 27 set. 2023.

ALVES, Marco A. S.; MACIEL, Emanuella R. H. O fenômeno das *fake news*: definição, combate e contexto. **Internet & sociedade**, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/44432>. Acesso em: 15 mai. 2022.

ANGELO, Vitor. Plano Cohen – Uma fraude para manter Vargas no governo. *In: UOL - Educação*. 2013. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/plano-cohen-uma-fraude-para-manter-vargas-no-governo.htm>. Acesso em: 7 abr. 2023.

ANTONIONI, Ádamo. **Odeio, logo, compartilho: O discurso de ódio nas redes sociais e na política**. Maringá. Viseu, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO (Abraji). Ataques graves a jornalistas dobraram em 2022. *In: Abraji.org*, 29 mar. 2022. Disponível em: <https://abraji.org.br/noticias/ataques-mais-graves-a-jornalistas-dobram-em-2022>. Acesso em: 12 mai. 2023.

BARCELOS, Thainá de *et al.* Análise de *fake news* veiculadas durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, 2021, p. 45-65. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/rpsp/2021.v45/e65/pt/>. Acesso em: 25 jan. 2023.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa. **Portugal: Edições**, v. 70, 1977.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Rio de Janeiro. Zahar, 1998

BECKER, Beatriz; ARAUJO, Francisco de. *FAKE NEWS*: uma definição possível entre a reflexão crítica e a experiência jornalística. **Revista Latino-americana de Jornalismo** | ISSN, v. 2359, p. 375, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ancora/article/view/47565/31395>. Acesso em: 27 set. 2023.

BENITES, Afonso. A máquina de *'fake news'* nos grupos a favor de Bolsonaro no WhatsApp. **El País**, on-line, 28 set. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537997311_859341.html. Acesso em: 12 out. 2022.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. L&PM Editores, 2018.

BONTCHEVA Kalina; POSETTI, Julie. Desinfodemia - Decifrar a desinformação sobre a Covid-19. *In*: Unesco.org 2020. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374416_por. Acesso em: 30 jan. 2023.

BRAGA, Sérgio; CARLOMAGNO, Márcio. Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998-2016). **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2018, p. 07-62. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/HShqCWG3ghZ7SrdPwPGMprq/abstract/?lang=pt>. Acesso: 20 jan. 2023.

BRETON, Philippe. **A palavra manipulada**. Lisboa: Editorial Caminho, 2001.

BUCCI, Eugênio. **Existe democracia sem verdade factual?**. Estação das Letras e Cores Editora, 2019.

CERNOV, Ana. **Como chegamos à era Trump - nos EUA e no Brasil**. Inesc, 17 jan. 2019. Disponível em: <https://inesc.org.br/como-chegamos-a-era-trump-nos-estados-unidos-e-no-brasil/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: a sociedade em rede**. 1996.

_____. **Rupture: The crisis of liberal democracy**. 2018.

CAMPONEZ, Carlos. **Jornalismo de proximidade**, Coimbra. **Minerva**, 2002.

CHAVES, Mônica; MELO, Luísa. Educação midiática para notícias: histórico e mapeamento de iniciativas para combater a desinformação por meio da educação, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/38091>. Acesso em: 25 jan. 2024.

COELHO, Helena. **Tecnologias de informação**. Lisboa: D. Quixote, 1986.

CORREIA, Frederico. Jornalismo do cidadão—quem és tu? Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2008. Disponível em: <https://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-frederico-jornalismo-do-cidadao.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

COSME, Marta Thaís Alencar; DOURADO, Jacqueline Lima. Fact-checking: a ascensão da checagem dos fatos na defesa do jornalismo profissional. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/71061575/FINAL_Trajektorias_culturais_e_arranjos_midiaticos-libre.pdf?1635638832=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DTrajektorias_culturais_e_arranjos_midiati.pdf&Expires=1709558260&Signature=OaoWDZUMOocjN4vAu99-d4omugg~e9o93zVSHEuTlqOXC9TrhYexCn6xv9cuSgzDzfkOetYjqYzqN175qhQW4YHmBpesLJM5CSIO-y0P2E4fc4gJrCmIkFjPeXuGAdekZ7AH5L-9BfgbJIuYuW4Z9AUloP4rValzZIZB0dh-w70~rTLZZKSjgAACt7MSPiE-2IP40SkCkiHeeeOMSRnSeJ0J64GqRnf9ZcvC-z1bbv-EMqDfSZ5F4Nk1ljEtnMhcH87v7x5nuc7V0QUQqAVCwj6az-SVzqFdNHVCDFfzfwTsT-ifXTp8wpdqN9zgp~gPewoXBc4I0WGiKGErHUcSwA_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=40. Acesso em: 25 jan. 2024.

COSTA, Caio. Politização, polarização e o futuro do jornalismo profissional. *In: Tempestade perfeita: sete visões da crise do jornalismo profissional*. Rio de Janeiro: História Real, 2021.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DA EMPOLI, Giuliano. **Os engenheiros do caos**: como as *fake news*, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. Vestígio Editora, 2019.

DA REDAÇÃO. Primeiro caso de covid-19 no mundo completa dois anos. **Exame**, on-line, 17 nov. 2021. Disponível em: <https://exame.com/ciencia/primeiro-caso-de-covid-19-no-mundo-completa-dois-anos/>. Acesso em: 10 out. 2023.

DAL MORO, N. (2012). O pensar da elite sobre o povo comum: Espaço público, viver urbano e reterritorialização do centro da cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70) [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Biblioteca Digital da PUCSP. <https://bit.ly/3toNGLU>. Acesso em: 20 mai. 2024.

DARNTON, Robert. The true story of fake news. *In: The New York of fake news*. 2017. Disponível em: <https://www.nybooks.com/online/2017/02/13/the-true-history-of-fake-news/>. Acesso em: 4 abr. 2023.

DAVID, Weverton Velasco. **Estereótipos e violência em notícias sobre a comunidade LGBTQIA+:** Um estudo sobre o Campo Grande News. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/5051>. Acesso em: 20 mai. 2024.

DEL BIANCO, Nélia; LIMA, Hélder. Radiojornalismo de proximidade e desinformação no contexto da Pandemia de Covid-19. **Comunicação & Inovação**, 2022. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/8142. Acesso em: 20 fev. 2023.

DE SOUZA, Lucas Silva; SALDANHA, Jânia; BALEM, Isadora Forgiarini. A democracia em risco: polarização e ódio sob a perspectiva de Cass Sunstein. *In: Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade*. Ed. 2019. p. 16. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2019/09/1.6.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2024.

DEWEY, John. **The public and its problems**. Henry Holt and Company. 1927.

DOURADO, Jacqueline; ALENCAR, Marta. Agência Lupa: fact-checking como modelo de negócio na Internet. **Comunicação & Inovação**, v. 21, n. 46, 2020. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/6388. Acesso em: 3 jul. 2023.

FACEBOOK retira do ar rede de fake news ligada ao MBL antes das eleições. **G1**, Globo, política, 25 julho, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/economia/tecnologia/noticia/2018/07/25/facebook-retira-do-ar-rede-de-fake-news-ligada-ao-mbl-antes-das-eleicoes-dizem-fontes.ghtml>. Acesso em: 11 set. 2023.

FALCÃO, Paula; SOUZA, Aline de. Pandemia de desinformação: as *fake news* no contexto da Covid-19 no Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, 2021, 15.1. Disponível em: <https://homologacao-reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2219>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FAVA, Gihana. Filtro bolha: desafio para propagação de informação no meio digital. *In: Anais[...]* XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2013. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-1698-1.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – Relatório 2020**. Brasília, DF. Janeiro de 2021. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf. Acesso em: 29 mai. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Verdade e poder**. 25ª ed., São Paulo: Graal, 2012.

FORTUNA, Fernanda França. **Perfil do ciberjornalismo em Mato Grosso do Sul: mapeamento e avaliação dos portais noticiosos**. 2014 (ano de depósito). 135 folhas. Dissertação (Mestrado em Comunicação) -- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

GADINI, Sérgio Luiz; WOITOWICZ, Karina Janz. O controle da opinião pública em tempos de desinformação: contribuições de Nilson Lage. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 19, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/86615>. Acesso em: 20 out. 2023.

GITLIN, Todd. **Mídias sem limite como a torrente de imagens e sons domina nossa vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GOIS, R. Alline. **Correio do Estado: porta-voz da ideologia udenista na Ditadura Militar**. Campo Grande, 2020. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2020.

GOMES, Wilson. Opinião pública política hoje: uma investigação preliminar. In: A. Hohlfeldt (ed.), **Práticas mediáticas e espaço público** (p. 61-82). Porto Alegre: Editora da PUC/R, 2001.

_____. Da discussão à visibilidade. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e democracia: Problemas & Perspectivas**. São Paulo: Paulus, p. 117-162, 2009.

GOVERNO faz mais de 2 milhões de anúncios pagos em sites de *fake news* e pornografia. **G1**, 6 junho de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/06/03/governo-fez-mais-de-2-milhoes-de-anuncios-pagos-em-sites-de-fake-news-e-pornografia.ghtml>. Acesso em: 10 mai. 2023.

GOVERNO FEDERAL. Trágica história no Guarujá é retratada em novo episódio da campanha ‘Brasil contra fake news’. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt->

br/assuntos/noticias/2023/03/tragica-historia-no-guaruja-e-retratada-em-novo-episodio-da-campanha-brasil-contrafake. Acesso em: 10 jul. 2023.

GRAVES, Lucas. **Deciding what's true: Fact-checking journalism and the new ecology of news**. Columbia University, 2013. Disponível: <https://www.proquest.com/openview/c57dd162f34f1d7fa2387876042b8014/1?pq-origsite=gscholar&cbl=18750>. Acesso em: 25 jan. 2024. Acesso em: 26 jan. 2024.

GUAZINA, Liziane Soares. Alfabetização midiática e informacional no combate à desinformação e à violência nas escolas: uma proposta de agenda. **Comunicação & Educação**, v. 28, n. 2, p. 20-32, 2023.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1984.

HOBBS, Renee; JENSEN, Amy. The Past, Present, and Future of Media Literacy Education. *Journal of Media Literacy Education*. Vol 1. No. 1, pp. 1-11. 2009. Disponível em: <https://digitalcommons.uri.edu/jmle/vol1/iss1/1/>. Acesso em: 30 set. 2019.

IRETON, Cherilyn; POSETTI, Julie. *Jornalismo, Fake News & Desinformação: Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647>. Acesso em: 04 fev. 2022.

KEYES, Ralph. **The post-truth era: Dishonesty and deception in contemporary life**. Macmillan, 2004.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. All News Media. **New York Times**. 7 jan. 2003. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2003/01/07/opinion/all-news-media-inc.html>. Acesso em: 17 mai. 2023.

LAGO, Claudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LASWELL, Harold D. The theory of political propaganda. **The American Political Science Review**, v. 21, n. 3, p. 627-631, 1927.

LASSWELL, Harold. *Politics: Who gets what, when, how*. **Literary Licensing: Whitefish, Montreal**, 2012.

LEMOS, André. **Cibercultura: Tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002, 320.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. 34 ed. São Paulo: 1999.

LIMA, Fábio Barbosa de. Entre bolhas e grietas: a polarização político-ideológica nas redes sociais. **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, n. 67, p. 63–81, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/44100>. Acesso em: 10 nov. 2023.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOBO, Edilene; DE MORAIS, José Luis Bolzan; NEMER, David. DEMOCRACIA ALGORITMICA: O FUTURO DA DEMOCRACIA E O COMBATE ÀS MILÍCIAS DIGITAIS NO BRASIL. *Revista Culturas Jurídicas*, v. 7, n. 17, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/45443>. Acesso em: 17 mai. 2024.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação – formulação de um modelo metodológico**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2001.

LOPES, Paula. Mentiras, pegadas e algoritmos: da necessidade de uma educação para os media. In: Lopes, P. & Reis, B., **Comunicação Digital: media, práticas e consumos**. Lisboa: NIP-C@M & UAL, p. 137-156, 2019. Disponível em <http://hdl.handle.net/11144/3980> . Acesso em: 20 jan. 2023.

LOPES, Paula; DIAS, Carlos Pedro. Soa a falso? Parece mentira? Desordem informacional, jornalismo e cidadania em tempos de incerteza. **Um mundo de incertezas: as leituras possíveis de um tempo pandêmico**, p. 29-49, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/5073>. Acesso em: 27 set. 2023.

MANOVICH, Lev. **The language of new media**. London: The MIT Press, 2000.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia. Jornalismo como produção social da segunda natureza**. São Paulo: Ática, 1989.

MARQUES, Francisco *et al.* O que significa “Opinião Pública”? Um estudo sobre os diferentes sentidos do termo nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo. **Estudos em**

Comunicação, v. 1, n. 25, 2017. Disponível em: <https://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/index.php/ec/article/view/280>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MARTINS, Allysson; TEIXEIRA, Juliana. Checagens sobre a covid-19 e enquadramento temático nas agências Fato ou Fake e Lupa. **Contracampo**, v. 42, n. 3, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/59028>. Acesso em: 15 fev. 2023.

MARTINS, Rafael. Bolsonaro entrega R\$ 7,5 milhões para Google distribuir – inclusive a sites de *fake news*. In: **The Intercept**, 2020. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2020/08/13/bolsonaro-usa-google-distribui-milhoes-reais-sites-fake-news-adsense/>. Acesso em: 10 mai. 2023.

MCGOEY, Linsey. **Strategic unknowns: Towards a sociology of ignorance**. Economy and society, 2012.

MCINTYRE, Lee. **Post-truth**. MIT Press, 2018.

MELLO, Patrícia. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. **UOL**, 18 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contr-o-pt-pelo-whatsapp.shtml#:~:text=Empresas%20est%C3%A3o%20comprando%20pacotes%20de,legisla%C3%A7%C3%A3o%20eleitoral%2C%20e%20n%C3%A3o%20declarada>. Acesso em: 10 mai. 2023.

MENDES, Ana. **A linguagem das mídias digitais**. 2005.

MENDONÇA, Heloísa; MARREIRO, Flávio. MBL e deputado propagam mentiras contra Marielle Franco em campanha difamatória. **El País**, on-line, 18 de março de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/17/politica/1521318452_688519.html. Acesso em: 11 set. 2023.

MENESES, João Paulo. Sobre a necessidade de conceptualizar o fenómeno das *fake news*. **Observatório**, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6648894>. Acesso em: 30 jan. 2023.

MIELNICZUK, Luciana. Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web. **Modelos do Jornalismo Digital**. Salvador: Calandra, p. 37-54, 2003.

MILITÃO, Eduardo.; REBELLO, Aiuri. Rede de fake news com robôs pró-Bolsonaro mantém 80% das contas ativas. **UOL**, política, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/09/19/fake-news-pro-bolsonaro-whatsapp-eleicoes-robos-disparo-em-massa.htm>. Acesso em: 10 mai. 2023.

MÜZELL, Rodrigo. **Desinformação e propagabilidade: uma análise da desordem informacional em grupos de Whatsapp**. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://meriva.pucrs.br/dspace/handle/10923/16762>. Acesso em: 20 jan. 2023.

NÖELLE-NEUMANN, Elisabeth. **La espiral del silencio**. Opinión pública: nuestra piel social, 1995.

PAGOTO, Lia; LONGHI, Raquel. Plataformização, tecnopopulismo e desintermediação das fontes em ataques ao jornalismo no Instagram. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 147, p. 181-200, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8093848>. Acesso em: 15 fev. 2023.

PALÁCIOS, Marcos. Ruptura, continuidade e potencialização no jornalismo on-line: o lugar da memória. **Modelos do Jornalismo Digital**. Salvador: Editora Calandra, p. 1-17, 2003. Disponível em: https://facom.ufba.br/jol/pdf/2003_palacios_olugardamemoria.pdf. Acesso em: 12 set. 2023.

_____. Fake news e a emergência das agências de checagem: terceirização da credibilidade jornalística. **Políticas da língua, da comunicação e da cultura no espaço lusófono**. Braga: **Edições Húmus**, p. 77-90, 2019. Disponível em: https://repositorium.uminho.pt/bitstream/1822/62825/1/2019_Martins_Macedo_PolíticasDaLíngua.pdf#page=77. Acesso em: 26 jan. 2024.

PARISER, Eli. **The filter bubble: How the new personalized web is changing what we read and how we think**. Penguin, 2011.

PELLIZZARI, Bruno; BARRETO, Junior Francisco Irineu. Bolhas Sociais e seus efeitos na Sociedade da Informação: ditadura do algoritmo e entropia na Internet. **Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias**, 2019, p. 57-73. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/288182163.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

PERUZZO, Cicilia N. Krohling. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**, v. 26, n. 43, p. 67-84, 2005.

RIPOLL, Leonardo; MATOS, José Claudio Morelli. Zumbificação da informação: a desinformação e o caos informacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/918>. Acesso em: 05 jan. 2023.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão**. Metamorfoses jornalísticas, 2009, 2: 1-269. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/artigos/artigoredesjornalismorecuero.pdf>. Acesso: 20 fev. 2023.

REINO, Lucas S. Arraes. **Relacionamento entre o webjornal Campo Grande News e os seus usuários**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

ROCHA, Paula Roberta Santana. **Estética e sensações no jornalismo: um estudo das estratégias e jogos discursivos**. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/7c24ab8d-d9a0-47e1-b277-1848e3cd0d03>. Acesso em: 23 out. 2023.

SALAVERRÍA, Ramón.; NEGREDO, Samuel. Periodismo Integrado. **Convergencia de Medios y Reorganización de Redacciones**. 2008, Barcelona: editorialSol90media, 2008.

SANTAELLA, Lúcia. A semiótica das *fake news*. **Verbum, cadernos de pós-graduação**. 2316-3267, 2020, p. 09-25. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/verbum/article/view/50522>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, n. 5, 1988.

SARAIVA, Luiza; FARIA, Joana. A Ciência e a Mídia: A propagação de *Fake News* e sua relação com o movimento anti-vacina no Brasil. In: 42º Congresso Brasileiro De Ciências Da Comunicação, Belém (PA). 2019. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1653-1.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

SASTRE, Angelo; CORREIO, Claudia; CORREIO, Francisco. A influência do “filtro bolha” na difusão de *Fake News* nas mídias sociais: reflexões sobre as mudanças nos algoritmos do Facebook. **Revista GEMInIS**, 2018, p. 4-17. Disponível em: <https://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/366>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SAYAD, Alexandre Le Voci. Educação midiática e pensamento crítico: antídotos contra a “desinformação”, 2019. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/235ffa7a-d574-4583-a5bc-1cadd83c505c/002942046.pdf#page=9>. Acesso em: 25 jan. 2024.

SCOLARI, Carlos *et al.* **The Barcelona mobile cluster: Actors, contents and trends**. 2009.

SEIBT, Taís. Jornalismo de verificação como tipo ideal: a prática de fact-checking no Brasil. 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/193359>. Acesso em: 25 jan. 2024.

Marcos Paulo da Silva. A FORMA COMO ENREDO: três pressupostos e duas hipóteses sobre a disseminação de informações não-jornalísticas de expressão noticiosa. In: ANAIS DO 30º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS , 2021, São Paulo. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2021. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2021/trabalhos/a-forma-como-enredo-tres-pressupostos-e-duas-hipoteses-sobre-a-disseminacao-de-i?lang=pt-br>. Acesso em: 17 Jun. 2024.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. John Wiley & Sons, 2017.

SOARES, Felipe Bonow et al. Desinformação e esfera pública no Twitter: disputas discursivas sobre o assassinato de Marielle Franco. **Revista Fronteiras (On-line), São Leopoldo**, v. 3, p. 1-15, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Felipe-Soares-11/publication/338091715_Desinformacao_e_esfera_publica_no_Twitter_disputas_discursivas_sobre_o_assassinato_de_Marielle_Franco/links/5e13415192851c8364b2a324/Desinformacao-e-esfera-publica-no-Twitter-disputas-discursivas-sobre-o-assassinato-de-Marielle-Franco.pdf. Acesso em: 23 out. 2023.

SPINELLI, Egle Müller; SANTOS Jéssica de Almeida. Saberes necessários da educação midiática na era da desinformação, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/38112>. Acesso em: 25 jan. 2024.

TELLAROLI, Tais. O impacto das novas tecnologias na televisão: fabricantes x emissoras. **Comunicação & Sociedade**, 2017, p. 245-265. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/CSO/article/view/6899>. Acesso: 20 jan. 2023.

_____. **Gestão da informação no jornalismo on-line: estudo do portal Campo Grande News**. Dissertação de Mestrado. Bauru: Unesp, 2007.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Insular, 2005.

TÜRCKE, Christoph. **Sociedade excitada: filosofia da sensação**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

VILELA, Rosana Brandão; RIBEIRO, Adenize; BATISTA, Nildo Alves. Nuvem de palavras como ferramenta de análise de conteúdo. **Millenium**, n. 11, p. 29-36, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/6637>. Acesso em: 20 abr. 2024.

WARDLE, Claire. *Fake news* it's complicated. First Draft, 2017. Disponível em: <https://medium.com/1st-draft/fake-news-its-complicated-d0f773766c79> . Acesso em 4 abr. 2019.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Houssein. **Information Disorder**. Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. Council of Europe, 2017.

WOLF, Eduardo. Umberto Eco e a legião dos imbecis na internet. In: **Fronteiras**, 2021. Disponível em: <https://www.frenteiras.com/leia/exibir/umberto-eco-e-a-legiao-dos-imbecis-na-internet>. Acesso em: 20 fev. 2023.

ZARZALEJOS, José Antonio. Comunicação, jornalismo e ‘fact-checking’. **Revista Uno**, v. 1, n. 27, p. 11-13, 2017.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Editora Intrínseca, 2021.

ZUCKERMAN, Ethan. Redes sociais criam bolhas ideológicas inacessíveis a quem pensa diferente. In: **Folha UOL**, Ilustríssima. Tradução Paulo Migliacci. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/09/1920816-cada-macaco-no-seu-galho---zuckerman.shtml>. Acesso em: 12 set. 2023.

ANEXOS

Coleta de dados referente a 2020 - Correio do Estado

SIGLA	GÊNERO	TÍTULO	DATA	EDITORIA
CE-1	Notícia	Montagem atribuída ao Correio do Estado é fake	13/03/2020	Cidades
CE-2	Notícia	PL 2630: o que muda na vida dos usuários de redes sociais?	02/06/2020	Política
CE-3	Notícia	Correio do Estado passa a integrar o Projeto Comprova	10/06/2020	Cidades
CE-4	Notícia	Jornalista é preso pela Polícia Federal em Campo Grande	26/06/2020	Política
CE-5	Notícia	"Aí é questão do presidente", diz vice Hamilton Mourão sobre acusação de Bolsonaro a índios e caboclos como responsáveis por incêndios	22/09/2020	Política
CE-6	Notícia	Eleições: Homem é preso durante operação contra "fake news" em Campo Grande	06/10/2020	Cidades
CE-7	Notícia	Campanha eleitoral tem baixa ocorrência de <i>fake news</i> , afirma Barroso	30/10/2020	Política
CE-8	Notícia	Campanha de vacinação esbarra em desinformação, afirma secretário de saúde	12/11/2020	Cidades
CE-9	Reportagem	Presidente do TRE e especialistas lembram: jornalismo profissional é essencial para a democracia	21/10/2020	Política
CE-10	Reportagem	A história do movimento contra a vacina no Brasil completa 116 anos	07/11/2020	Cidades

Coleta de dados referente a 2021 - Correio do Estado

SIGLA	GÊNERO	TÍTULO	DATA	EDITORIA
CE-11	Notícia	Deputado protocola lei que inclui jornalistas no grupo prioritário da vacina contra Covid	08/04/2021	Política
CE-12	Notícia	TSE anuncia que dará mais transparência ao funcionamento da urna eletrônica	12/08/2021	Política
CE-13	Notícia	Em Campo Grande, Dias Toffoli diz que duvidar de urna "só mesmo na era da negativa intelectual	17/09/2021	Política

Coleta de dados referente a 2022 - Correio do Estado

SIGLA	GÊNERO	TÍTULO	DATA	EDITORIA
CE-14	Notícia	Saiba como se proteger das condições climáticas com a contratação do Seguro Agrícola	31/01/2022	Economia
CE-15	Notícia	Barroso ameaça suspensão do Telegram; "Brasil não é casa da sogra (Estadão Conteúdo)	19/02/2022	Cidades
CE-16	Notícia	STF dá 24h para Telegram atender às determinações e evitar um bloqueio (Agência Brasil)	19/03/2022	Política
CE-17	Notícia	Telegram assina acordo de adesão a programa do Tribunal Superior Eleitoral (Agência Brasil)	25/03/2022	Política
CE-18	Notícia	Projeto Comprova lança minicurso sobre desinformação voltado para maiores de 50 anos	30/03/2022	Política
CE-19	Notícia	Comprova reúne 42 veículos de comunicação para checar desinformação nas eleições presidenciais	25/05/2022	Política
CE-20	Notícia	Notícias falsas causam danos irreparáveis, diz Luiz Fux, presidente do STF	03/08/2022	Política
CE-21	Notícia	Projeto Comprova lança aplicativo para compartilhar verificações e incentivar educação midiática	24/08/2022	Política
CE-22	Notícia	Em parceria com o TSE, Google lança a ferramenta "Como Votar"	01/09/2022	Política
CE-23	Notícia	Eduardo Riedel diz que confia apenas nas pesquisas em que aparece com chances de ir para o 2º turno	22/09/2022	Política
CE-24	Notícia	Por mudanças de regras a 10 dias da votação, especialistas criticam TSE	20/10/2022	Política
CE-25	Notícia	TSE nega pedido para suspender perfis de Janones e Carlos Bolsonaro nas redes	24/10/2022	Política
CE-26	Notícia	Campo Grande é a capital com a maior queda na vacinação	27/10/2022	Cidades
CE-27	Notícia	Transição acionará Justiça Eleitoral sobre explosão de beneficiários do Auxílio	02/12/2022	Política

CE-28	Checagem	Contribuição assistencial a sindicatos não é obrigatória e trabalhador deve ficar atento a abusos	27/09/2022	Cidades
CE-29	Checagem	Posts enganam ao associar Bolsonaro e a Maçonaria ao satanismo	09/10/2022	Política
CE-30	Checagem	É montagem post dizendo que Bolsonaro acabará com feriado de 12 de outubro	12/10/2022	Cidades
CE-31	Checagem	Vídeo engana ao afirmar que banqueiros apoiam Lula por supostos prejuízos ao setor	13/10/2022	Política
CE-32	Checagem	Saiba como as redes sociais têm combatido desinformação	18/10/2022	Política
CE-33	Checagem	O que foi a Operação Lava Jato, iniciada em 2014 indo até 2021	19/10/2022	Política
CE-34	Checagem	Sinal de 'L' feito por traficantes não é referência a Lula e, sim, saudação de facção do Rio	20/10/2022	Política
CE-35	Checagem	O que se sabe sobre o caso Celso Daniel	21/10/2022	Política
CE-36	Checagem	Lula não defendeu o uso de mentiras na política, ao contrário do que sugere post	24/10/2022	Política
CE-37	Checagem	Público não vaiou Bolsonaro em show de Gustavo Lima em Aracaju, ao contrário do que mostra vídeo	27/10/2022	Política
CE-38	Checagem	É falso que aplicativo do TSE não permita denúncias contra o PT	28/10/2022	Política
CE-39	Checagem	Bolsonaro não disse que vai acabar com 13º e hora extra, ao contrário do que afirma video	30/10/2022	Política
CE-40	Artigo	Regras da campanha eleitoral e consequências das campanhas de desinformação	25/05/2022	Opinião
CE-41	Artigo	Cresce o debate sobre desinformação	23/06/2022	Opinião
CE-42	Coluna	"Desinformação de segunda geração"	17/10/2022	Opinião
CE-43	Coluna	"O antídoto para a desinformação é mais informação"	24/10/2022	Opinião

Coleta de dados referente a 2023 - Correio do Estado

SIGLA	GÊNERO	TÍTULO	DATA	EDITORIA
CE-44	Notícia	Três anos e 11.025 mortes depois, covid segue alvo de desinformação	31/03/2023	Cidades
CE-45	Notícia	PF investiga "braço direito" de Bolsonaro por lavagem de dinheiro	08/05/2023	Brasil
CE-46	Notícia	Moraes determina que Monark preste depoimento à PF	15/06/2023	Política
CE-47	Notícia	Relator da reforma tributária zera alíquota da cesta básica e aponta desinformação sobre o tema	06/07/2023	Política
CE-48	Notícia	Pessoas mais escolarizadas acreditam menos em teorias conspiratórias	12/09/2023	Brasil
CE-49	Notícia	Pesquisadores defendem Brasil protagonista na "diplomacia das vacinas"	23/09/2023	Cidades
CE-50	Notícia	Combate a fake news motiva discurso de ódio ao jornalismo, diz Rosa Weber	25/09/2023	Brasil
CE-51	Notícia	Advogados eleitoralistas de MS alertam para os riscos de nova ferramenta do X	14/11/2023	Política
CE-52	Reportagem	Infoxicação: consumo desenfreado de informações pode acarretar transtornos mentais	23/09/2023	Cidades
CE-53	Checagem	Governo da Flórida não declarou vacina contra a covid-19 uma arma biológica	22/07/2023	Cidades
CE-54	Checagem	Post faz falsa equivalência entre decisões de Alexandre de Moraes para sugerir preferência por Lula	03/08/2023	Política
CE-55	Checagem	O que é o Real Digital e como irá funcionar a versão eletrônica da moeda brasileira	06/08/2023	Economia
CE-56	Checagem	Cacique Raoni mora em Mato Grosso e não há evidências de que ele tenha imóvel em Paris	08/08/2023	Política
CE-57	Checagem	Entenda as variantes que podem reduzir o valor do Bolsa Família	10/08/2023	Cidades
CE-58	Checagem	Autorização da ozonioterapia no país está condicionada à aprovação da Anvisa	11/08/2023	Cidades
CE-59	Checagem	Taxa sobre energia solar foi sancionada no	15/08/2023	Política

		governo de Bolsonaro, não de Lula		
CE-60	Checagem	Não há registro de desabastecimento de diesel no Brasil	19/08/2023	Economia
CE-61	Checagem	Publicação engana ao comparar dados de empregos de Lula e Dilma com Bolsonaro	02/09/2023	Política
CE-62	Checagem	Lula se encontrou com liderança religiosa da Nigéria, não com 'feiticeiro	02/09/2023	Política
CE-63	Checagem	Entenda como funciona a lista de espera por transplante de órgão no Brasil	03/09/2023	Cidades
CE-64	Checagem	É enganoso que o Brasil fará empréstimo à Argentina enquanto bloqueia recursos da saúde e educação	15/09/2023	Política
CE-65	Checagem	Entenda a mobilização dos prefeitos em defesa do Fundo de Participação dos Municípios	15/09/2023	Política
CE-66	Checagem	É verídica nota fiscal com imposto de R\$ 31,45 sobre produto de R\$ 3,15	16/09/2023	Economia
CE-67	Checagem	Brasil cai em ranking de democracias desde 2016; houve leve melhora em 2023	16/09/2023	Política
CE-68	Checagem	STF não alterou lei sobre reforma agrária pondo fim à propriedade privada	17/09/2023	Política
CE-69	Checagem	Polarização intensifica desinformação sobre transposição do São Francisco; entenda	27/09/2023	Cidades
CE-70	Checagem	Lula não instituiu banheiro unissex nas escolas; resolução de conselho não é impositiva	29/09/2023	Política
CE-71	Checagem	Entenda o que é o marco temporal e o que muda com a decisão do STF	29/09/2023	Política
CE-72	Checagem	CDC não falsificou dados nem admitiu que 99% das mortes por Covid nos EUA foram por outras causas	05/10/2023	Cidades
CE-73	Checagem	É falso que triplamente vacinados contra a covid-19 tenham desenvolvido Aids	11/10/2023	Cidades
CE-74	Checagem	Estudo não mostra que vacina da Pfizer modifica o código genético e que causará epidemias	13/10/2023	Cidades
CE-75	Checagem	Famílias retiradas de São Félix do Xingu	14/10/2023	Cidades

		ocupavam território indígena de forma irregular		
CE-76	Checagem	Brasil doou R\$ 25 milhões à Autoridade Palestina para ajuda humanitária, e não ao Hamas	14/10/2023	Política
CE-77	Checagem	Protesto de garimpeiros na Bahia não foi motivado por falta de água, nem tem relação com governo	18/10/2023	Cidades
CE-78	Checagem	Post de deputado engana sobre eficácia de vacinas ao usar dados imprecisos e fora de contexto	18/10/2023	Cidades
CE-79	Checagem	Vídeo de hidrelétrica transbordando é antigo e não tem relação com desligamento de bombas d'água	19/10/2023	Cidades
CE-80	Checagem	Entenda as acusações de antissemitismo contra Roger Waters e o uso de uniforme em shows	27/10/2023	Cidades
CE-81	Checagem	Lei que instituiu pau de arara como manifestação cultural não permite retorno do uso dos veículos	28/10/2023	Cidades
CE-82	Checagem	Aprovada pela Anvisa, vacina contra a dengue está em análise de comissão técnica do SUS	02/11/2023	Cidades
CE-83	Checagem	Governo federal não comprou tapete de R\$ 4 milhões; peça faz parte do acervo do Senado	03/11/2023	Política
CE-84	Checagem	Entenda a proposta do MDA para transferência de terras de devedores para a reforma agrária	08/11/2023	Cidades
CE-85	Checagem	Terminal do mesário não mostra votos de eleitores; TSE esclareceu o boato	10/11/2023	Política
CE-86	Checagem	Vídeo confunde treinamento de militares brasileiros com suposta invasão de soldados venezuelanos	13/11/2023	Cidades
CE-87	Checagem	Entenda por que não há pagamento de 13ª parcela no Bolsa Família	18/11/2023	Cidades
CE-88	Artigo	PL das <i>Fake News</i> e sua urgência nacional	26/06/2023	Opinião
CE-89	Artigo	Ética ao compartilhar notícias: o papel da sociedade e dos jornalistas no combate à desinformação	27/10/2023	Opinião

Coleta de dados referente a 2020 – Campo Grande News

SIGLA	GÊNERO	TÍTULO	DATA	EDITORIA
CGN-1	Notícia	No rastro das palavras, algoritmos da UFMS começam a identificar <i>fake news</i>	13/01/2020	Educação e Tecnologia
CGN-2	Notícia	Se depender da mãe faixa preta em judô, Guilherme já vai nascer crossfiteiro	30/01/2020	Lado B/Faz bem!
CGN-3	Notícia	Em Maracaju, solidariedade fez chinês comprar 2 mil máscaras para doação	27/02/2020	Interior
CGN-4	Notícia	Alerta: espalhar <i>fake news</i> sobre coronavírus pode render processo	28/02/2020	Cidades
CGN-5	Notícia	Sobe para dez o número de casos suspeitos de coronavírus na Capital	13/03/2020	Capital
CGN-6	Notícia	Professor enfrenta o isolamento e <i>fake news</i> contra coronavírus: "é difícil"	18/03/2020	Cidades
CGN-7	Notícia	UFMS cria canal para responder dúvidas sobre o coronavírus	11/04/2020	Cidades
CGN-8	Notícia	Guardas fiscalizam o dobro de estabelecimentos comerciais no domingo	27/04/2020	Capital
CGN-9	Notícia	Acesso à internet é exclusivo no celular para 59% no Brasil	31/05/2020	Educação e Tecnologia
CGN-10	Notícia	PF prende blogueiro bolsonarista em MS por suspeita de plano para fugir do País	26/06/2020	Comportamento
CGN-11	Notícia	“Eu vejo gente pensando que não tem pandemia”, diz Mandetta à Capital”	08/07/2020	Política
CGN-12	Notícia	Pedagogo é o 1º surdo de MS a conquistar doutorado	11/07/2020	Comportamento
CGN-13	Notícia	Defensor da cloroquina no tratamento da covid, pastor vai parar em CTI	25/08/2020	Capital
CGN-14	Notícia	Na ONU, Bolsonaro defende governo e rebate críticas à gestão ambiental	22/09/2020	Meio Ambiente
CGN-15	Notícia	Juiz manda retirar publicação por " <i>fake</i>	22/09/2020	Política

		<i>news</i> " na pré-campanha em Costa Rica"		
CGN-16	Notícia	Força Nacional vai ajudar a controlar incêndio no Mato Grosso	23/09/2020	Meio Ambiente
CGN-17	Notícia	<i>Fake news</i> e compra de votos continuam no foco da Justiça Eleitoral de MS	25/09/2020	Política
CGN-18	Notícia	Candidato a vereador convoca "vanzeiros" para transporte na Capital	20/10/2020	Capital
CGN-19	Notícia	WhatsApp bane 256 contas por disparos nas campanhas	29/10/2020	Política
CGN-20	Notícia	Número de crianças que dão à luz em MS supera ao de pedidos para aborto legal	11/11/2020	Cidades
CGN-21	Notícia	Barroso diz que circulação de ' <i>fake news</i> ' durante eleições foi 'mínima'	14/11/2020	Política
CGN-22	Artigo	Saúde não se acessa pela prisão	23/02/2020	Opinião
CGN-23	Artigo	Para matar a sede por informação, Estatística!	16/03/2020	Opinião
CGN-24	Artigo	No fogo cruzado da desinformação, empresas violam leis trabalhistas	02/04/2020	Opinião
CGN-25	Artigo	Como a ciência responde à pandemia	28/04/2020	Opinião
CGN-26	Artigo	Coronavírus e as mudanças nas relações de trabalho	30/04/2020	Opinião
CGN-27	Artigo	O poder da desinformação: Fake News, desonestidade intelectual e pós-verdade	30/04/2020	Opinião
CGN-28	Artigo	Informação em tempo de coronavírus	05/05/2020	Opinião
CGN-29	Artigo	É urgente tratar a desinformação	14/05/2020	Opinião
CGN-30	Artigo	Infodemia: a pandemia de desinformação	24/05/2020	Opinião
CGN-31	Artigo	Do acesso aberto à ciência à caixa de Pandora	28/05/2020	Opinião
CGN-32	Artigo	Notícias falsas, grupos organizados e regulação	24/06/2020	Opinião

CGN-33	Artigo	As leis que fazem o brasileiro enxergar mal	25/07/2020	Opinião
CGN-34	Artigo	Comunicação nos tempos da pandemia	10/08/2020	Opinião
CGN-35	Artigo	Coronavírus: banalização da vida-morte ou desinformação	28/08/2020	Opinião
CGN-36	Artigo	Deus? Reflexões sobre a fé em tempos de pandemia	05/09/2020	Opinião
CGN-37	Artigo	A defesa do jornalismo e o interesse público”	25/09/2020	Opinião
CGN-38	Artigo	Quantas vidas vale um clique?	25/10/2020	Opinião
CGN-39	Artigo	A geopolítica da vacina	04/11/2020	Opinião
CGN-40	Artigo	Mais cortes na CT&I: você já defendeu a ciência hoje?	10/11/2020	Opinião
CGN-41	Artigo	A temperatura corporal na pandemia: medir ou não medir?	19/11/2020	Opinião
CGN-42	Coluna	Piscina chama atenção em casa de ex-diretor de presídio	24/01/2020	Opinião/Jogo Aberto
CGN-43	Coluna	Futebol para pequeno círculo das ondas do rádio	31/01/2020	Opinião/De olho na TV
CGN-44	Coluna	O reverso das histórias mais populares	24/02/2020	Opinião/Em Pauta
CGN-45	Coluna	Mandetta: uma estrela que sobe!	20/03/2020	Opinião/Ampla Visão
CGN-46	Coluna	Pior: ladrão de shampoo ou político corrupto?	03/07/2020	Opinião/Manoel Afonso

Coleta de dados referente a 2021 – Campo Grande News

SIGLA	GÊNERO	TÍTULO	DATA	EDITORIA
CGN-47	Notícia	CDL terá de pagar R\$ 8 mil por formatura feita na calçada	25/01/2021	Capital
CGN-48	Notícia	A vida feliz de um campo-grandense que vende maconha no Canadá	10/02/2021	Comportamento
CGN-49	Notícia	Megavazamento: saiba como proteger seus dados pessoais no ambiente virtual	15/02/2021	Cidades
CGN-50	Notícia	Casa da Saúde diz que menino está sem receber insulina por atraso em papelada	26/02/2021	Direto das Ruas
CGN-51	Notícia	Na periferia, comerciante deu “jeitinho” para continuar funcionando	22/03/2021	Capital
CGN-52	Notícia	Para bibliotecárias de MS, ausência dos leitores é o pior "silêncio"	04/04/2021	Comportamento
CGN-53	Notícia	Cerca de 13 mil vacinas poderão ser remanejadas em MS	07/04/2021	Cidades
CGN-54	Notícia	Professores criticam enquete da cloroquina em apostila da REME	17/04/2021	Educação e Tecnologia
CGN-55	Notícia	Perdi minha melhor amiga porque ela não acreditava na covid	18/05/2021	Educação e Tecnologia
CGN-56	Notícia	Fábio Trad pede convocação imediata de Braga Netto à CCJ da Câmara	22/07/2021	Política
CGN-57	Notícia	Curta de Mato Grosso do Sul sobre saúde mental é exibido até na Índia	08/08/2021	Lado B

CGN-58	Notícia	Mortes por covid-19 de pessoas vacinadas são raras, diz especialista	15/08/2021	Cidades
CGN-59	Notícia	Menino de 3 anos morre em questão de horas e gera onda de desinformação	26/08/2021	Capital
CGN-60	Notícia	Decisão sobre MP que altera Marco Civil da Internet sai esta semana no Senado	12/09/2021	Política
CGN-61	Notícia	Em MS, Toffoli diz que Brasil sofre com "campanhas de desinformação"	17/09/2021	Política
CGN-62	Notícia	<i>Instagram e Facebook</i> vão inserir rótulos em postagens sobre eleições	26/10/2021	Educação e Tecnologia
CGN-63	Notícia	Pesquisa aponta que 17% tomaram cloroquina e ivermectina como prevenção	02/11/2021	Capital
CGN-64	Notícia	Covid-19: boletim da Fiocruz aponta desafios para o próximo ano	23/12/2021	Cidades
CGN-65	Notícia	Lei municipal institui e Campo Grande terá mês de combate às " <i>fake news</i> "	30/12/2021	Política
CGN-66	Artigo	Os "media" e a política brasileira"	09/01/2021	Opinião
CGN-67	Artigo	Vacina da Covid-19: O que leva tantas pessoas a duvidarem da ciência?	27/01/2021	Opinião
CGN-68	Artigo	A perseverança de ideias: vida em Marte, Teoria da Relatividade e Cloroquina	22/02/2021	Opinião
CGN-69	Artigo	A situação em 2021	17/03/2021	Opinião
CGN-70	Artigo	Lockdown de almas?	04/04/2021	Opinião
CGN-71	Artigo	Atuação bibliotecária na pandemia de covid-19 em um cenário de desinformação	20/04/2021	Opinião
CGN-72	Artigo	Sobre a pandemia: falta lógica e sobra polarização	29/04/2021	Opinião
CGN-73	Artigo	Nós não estamos no momento de escolher vacinas contra a Covid-19	28/06/2021	Opinião

CGN-74	Artigo	Vacinas aplicadas fora do prazo de validade?	06/07/2021	Opinião
CGN-75	Artigo	Pessoas idosas vacinadas e infectadas? A culpa não é das vacinas	17/08/2021	Opinião
CGN-76	Artigo	Um pesadelo chamado Brasil	03/09/2021	Opinião
CGN-77	Artigo	Impactos da covid-19 em pacientes pediátricos de risco	07/09/2021	Opinião
CGN-78	Artigo	Os perigos da poluição informacional	24/09/2021	Opinião
CGN-79	Artigo	Reflexões sobre a pandemia. Está mesmo acabando?	26/10/2021	Opinião
CGN-80	Artigo	Ataques contra as vacinas para covid-19 são notícias assassinas	26/11/2021	Opinião
CGN-81	Artigo	A pandemia e a inflação	07/12/2021	Opinião
CGN-82	Artigo	O papel da liderança na construção de um ambiente de trabalho saudável	24/12/2021	Opinião
CGN-83	Coluna	A cloroquina foi parar nos grotões, onde campeia a desinformação	26/01/2021	Opinião
CGN-84	Coluna	Há ciência em um churrasco ou no cafezinho	17/03/2021	Opinião
CGN-85	Coluna	Ainda tem dúvida sobre os prazos de reembolsos de viagem?	03/04/2021	Opinião
CGN-86	Coluna	“Urna eletrônica ou voto impresso? Entenda o debate incendiário”	05/08/2021	Opinião

Coleta de dados referente a 2022 – Campo Grande News

SIGLA	GÊNERO	TÍTULO	DATA	EDITORIA
CGN-87	Notícia	Eleições 2022: confira as regras para propaganda eleitoral	09/01/2022	Política
CGN-88	Notícia	Contra <i>fake news</i> , MPF pode pedir suspensão do Telegram no Brasil	25/01/2022	Educação e Tecnologia
CGN-89	Notícia	Defensoria lança campanha contra desinformação nas redes sociais	10/02/2022	Cidades
CGN-90	Notícia	TSE formaliza acordo com 8 redes sociais para combater desinformação	15/02/2022	Cidades
CGN-91	Notícia	Acelerar ritmo de vacinação infantil pode salvar vidas, mostra estudo	17/02/2022	Cidades
CGN-92	Notícia	Fundador do Telegram pede desculpas ao STF após bloqueio da rede	18/03/2022	Educação e Tecnologia
CGN-93	Notícia	Telegram atende parcialmente decisão e STF dá 24h para resolver pendências	19/03/2022	Política
CGN-94	Notícia	Após suspeita de bomba, PM descobre que caixa misteriosa tinha confete de festa	21/03/2022	Interior
CGN-95	Notícia	Programa de incentivos garante 6 mil empregos e investimentos de R\$ 900 milhões	23/03/2022	Economia
CGN-96	Notícia	Prefeitura retira de análise mais de 20 projetos de doação de terrenos	29/03/2022	Política
CGN-97	Notícia	Novidade do WhatsApp, "comunidades" permitirão subgrupos dentro de grupos “	14/04/2022	Educação e Tecnologia
CGN-98	Notícia	“Orkut anuncia retorno de cara nova e já faz cadastro de usuários”	28/04/2022	Comportamento
CGN-99	Notícia	Após bloqueio, TSE e Telegram fecham acordo de combate a <i>fake news</i> nas eleições	17/05/2022	Política
CGN-100	Notícia	TRE faz debate sobre combate à desinformação nas Eleições 2022	16/06/2022	Política

CGN-101	Notícia	OMS: vacinação infantil tem a maior queda contínua dos últimos 30 anos	06/07/2022	Cidades
CGN-102	Notícia	Advogado é denunciado ao MPF por sorteio de armas durante live	18/07/2022	Política
CGN-103	Notícia	Ministro do TSE chega amanhã em Campo Grande para palestra sobre eleições	28/07/2022	Política
CGN-104	Notícia	Desempenho de Simone e "amizade" de candidatas de MS marcam debate”	28/08/2022	Política
CGN-105	Notícia	Pessoas com Alzheimer também precisam de dentista	27/09/2022	Momento saúde bucal
CGN-106	Notícia	TSE disponibiliza aplicativos para serviços e consulta de resultados	29/09/2022	Política
CGN-107	Notícia	Confira guia de informações para votar neste domingo	02/10/2022	Política
CGN-108	Notícia	Após forte onda de <i>fake news</i> , Justiça Eleitoral reforça checagem de informações	08/10/2022	Política
CGN-109	Notícia	TSE reabre curso a quase 28 mil mesários para o 2º turno em MS	11/10/2022	Política
CGN-110	Notícia	Eleitor pode denunciar direto ao TSE disparos de notícias falsas	17/10/2022	Política
CGN-111	Notícia	Justiça Eleitoral diz que eleição de 2022 é a maior dos últimos 90 anos	20/10/2022	Política
CGN-112	Notícia	<i>Facebook</i> terá de derrubar perfil de missionário ou pagar R\$ 100 mil por hora	26/10/2022	Política
CGN-113	Notícia	Além da <i>fake news</i> , assédio eleitoral manchou eleições, avalia presidente do TRE	29/10/2022	Política
CGN-114	Notícia	Presidente da Fenaj defende jornalismo local para temas urgentes	04/11/2022	Capital
CGN-115	Notícia	Cobertura vacinal é a menor registrada desde 1996	26/11/2022	Cidades
CGN-116	Notícia	Inca estima que Brasil deve registrar 220 mil casos câncer de pele	25/12/2022	Cidades

CGN-117	Notícia	Tabu, desinformação causa baixa adesão da vacina contra HPV	29/12/2022	Cidades
CGN-118	Artigo	Um casal, seu laboratório e os vírus da floresta à luz de velas	14/01/2022	Opinião
CGN-119	Artigo	Pandemia e infodemia: crises e desafios para o diálogo entre ciência e sociedade	16/01/2022	Opinião
CGN-120	Artigo	Vacinação de crianças: é preciso criar uma onda de empatia para contagiar o país	30/01/2022	Opinião
CGN-121	Artigo	A pandemia e a humanidade	31/01/2022	Opinião
CGN-122	Artigo	Cobertura da mídia: guerra na Ucrânia eclipsa pandemia	03/03/2022	Opinião
CGN-123	Artigo	<i>Fake news no Facebook: Desinformação</i> 2 x 1 Correção	05/03/2022	Opinião
CGN-124	Artigo	A cobertura vacinal infantil deve aumentar	11/03/2022	Opinião
CGN-125	Artigo	Apenas a OMS pode decretar o fim da pandemia!	22/04/2022	Opinião
CGN-126	Artigo	Com a mudança das estações, fique atento com às <i>fake news</i>	25/05/2022	Opinião
CGN-127	Artigo	Brasil se sai bem no ranking global da desinformação.”	13/07/2022	Opinião
CGN-128	Artigo	Pessoas com deficiência: inclusão enfrenta barreiras	19/08/2022	Opinião
CGN-129	Artigo	Os médicos e as mídias sociais	06/10/2022	Opinião
CGN-130	Artigo	Orlas urbanas: que paisagens fazemos durar?	25/11/2022	Opinião
CGN-131	Coluna	Candidatos já levam “puxões de orelha” públicos do TRE	18/08/2022	Opinião/Jogo Aberto
CGN-132	Enquete	Você acredita em notícias que recebe pelo Whatsapp? Participe da enquete	23/09/2022	Opinião
CGN-133	Enquete	Apenas 10% dos leitores dizem acreditar em notícias que recebem pelo WhatsApp	24/09/2022	Opinião

Coleta de dados referente a 2023 – Campo Grande News

SIGLA	GÊNERO	TÍTULO	DATA	EDITORIA
CGN-134	Notícia	Onda de furtos em residências aumenta procura por seguros	11/01/2023	Capital
CGN-135	Notícia	Procurador de MS é citado em representação criminal do MPF contra ex-presidente	13/01/2023	Política
CGN-136	Notícia	Maiores de 60 anos são os que mais precisam de "lições"	16/01/2023	Educação e Tecnologia
CGN-137	Notícia	Redes sociais negam omissão em audiência que debate regulação da internet	28/03/2023	Cidades
CGN-138	Notícia	Toffoli defende autorregulação para combater ataques pela internet	29/03/2023	Política
CGN-139	Notícia	Autoridades esperam retomar alto índice de vacinação em 2023	07/04/2023	Cidades
CGN-140	Notícia	MS e mais oito Estados apresentaram plano de combate a ameaças nas escolas	16/04/2023	Cidades
CGN-141	Notícia	Em Caminhada da Conscientização, pais pedem autonomia para os filhos	21/04/2023	Capital
CGN-142	Notícia	Apoio, estímulo e inclusão unem famílias de pessoas com síndrome de Down	21/04/2023	Cidades
CGN-143	Notícia	Estudo mostra que Brasil está abaixo da meta de vacinação contra HPV	25/04/2023	Cidades
CGN-144	Notícia	Telegram apaga mensagem contra PL das <i>Fake News</i>	10/05/2023	Cidades
CGN-145	Notícia	Moraes abre inquérito contra dirigentes do Google e do Telegram	12/05/2023	Cidades
CGN-146	Notícia	<i>Fake news</i> sobre vacinas disseminam temor entre famílias, diz pesquisa	18/05/2023	Cidades
CGN-147	Notícia	Para fortalecer cultura astronômica, grupo faz observação do céu noturno	01/06/2023	Lado B, Diversão
CGN-148	Notícia	Cobrado por fiéis, bispo diz para ignorarem igreja que casa padres	09/06/2023	Comportamento

CGN-149	Notícia	Prefeitura avalia tirar pediatras de 2 postos de saúde na madrugada	17/06/2023	Capital
CGN-150	Notícia	Professores de MS lotam Assembleia para defender liberdade de ensinar	27/06/2023	Política
CGN-151	Notícia	Riedel está entre os 7 maiores alvos de <i>fake news</i> no país, aponta levantamento	08/08/2023	Política
CGN-152	Notícia	Ameaçada de morte, mulher cacique fala de medo e desinformação	09/08/2023	Capital
CGN-153	Notícia	Em dia de campanha nacional, pais levam filhos para vacinar na Praça Ary Coelho	16/09/2023	Capital
CGN-154	Notícia	Para aumentar cobertura, calendário digital de vacinação é lançado no País	01/11/2023	Cidades
CGN-155	Artigo	Quantas mentiras a democracia suporta?	03/01/2023	Opinião
CGN-156	Artigo	Era uma vez ciência e encantamento	11/01/2023	Opinião
CGN-157	Artigo	Um manifesto contra a desinformação	26/01/2023	Opinião
CGN-158	Artigo	<i>Fake News</i> , mais educação virtual para a checagem de informações	15/02/2023	Opinião
CGN-159	Artigo	Um projeto nacional-regional de leiturização em suportes gráficos e eletrônicos	19/02/2023	Opinião
CGN-160	Artigo	Sou mais a gente	01/04/2023	Opinião
CGN-161	Artigo	Uso Racional de Medicamentos	05/05/2023	Opinião
CGN-162	Artigo	A fase aguda da covid ficou para trás, mas o momento é de reflexão	10/05/2023	Opinião
CGN-163	Artigo	Os reflexos causados pelo uso do ChatGPT	02/07/2023	Opinião
CGN-164	Artigo	A competência em informação no ensino superior brasileiro	10/07/2023	Opinião
CGN-165	Artigo	A Importância da Regulamentação da Inteligência Artificial no Contexto Eleitoral	30/07/2023	Opinião
CGN-166	Artigo	O poder da inteligência artificial no cruzamento entre ChatGPT e <i>deepfakes</i>	01/08/2023	Opinião

CGN-167	Artigo	Nutrição: muito mais que projeto verão	31/08/2023	Opinião
CGN-168	Artigo	A importância da educação no combate à desinformação	11/09/2023	Opinião
CGN-169	Artigo	Consciência coletiva em rede para combater a desinformação	14/09/2023	Opinião
CGN-170	Artigo	Ética e interesse público em tempos de infodemia	14/09/2023	Opinião
CGN-171	Artigo	É preciso dizer o óbvio: a crise climática não é <i>fake news</i>	07/10/2023	Opinião
CGN-172	Artigo	Lei de Alienação Parental sob nova proposta de revogação	24/10/2023	Opinião
CGN-173	Artigo	Inteligência artificial, jornalismo e desinformação	10/11/2023	Opinião
CGN-174	Artigo	O desconhecimento é pior que o fogo	22/11/2023	Opinião
CGN-175	Artigo	Nudes, desinformação e <i>fake news</i>	23/11/2023	Opinião
CGN-176	Artigo	<i>Fake news</i> e liberdade de expressão	28/11/2023	Opinião
CGN-177	Artigo	A crise da OpenAI, a dança das versões e o distanciamento do público	06/12/2023	Opinião
CGN-178	Coluna	Para 78% dos brasileiros, políticos estão enganando	20/01/2023	Opinião
CGN-179	Coluna	Senadora trocou o tereré pelo chimarrão?	17/04/2023	Opinião
CGN-180	Coluna	Deputado faz post fake em dia de Parada LGBT	14/06/2023	Opinião
CGN-181	Coluna	Riedel, as oito onças e o recado aos pantaneiros	02/10/2023	Opinião
CGN-182	Coluna	Em discussão, o Dia da Cerveja em Campo Grande	12/12/2023	Opinião
CGN-183	Enquete	Enquete: 58% dos leitores dizem que não foram vítimas de <i>fake news</i>	10/08/2023	Opinião